

# TEORIA e CULTURA

REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

VOLUME 17, NÚMERO 2  
OUTUBRO DE 2022  
JUIZ DE FORA - MG, BRASIL

**Ação coletiva, movimentos sociais e organização: trabalhos selecionados do fórum ISA 2021 e além**

**Organizadores:  
Thiago Pimentel  
e Michael  
Grothe-Hammer**

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

latindex

ISSN  
2318-101x(on-line)  
1809-5968 (print)

Teoria e Cultura	Juiz de Fora	v. 17	n. 2	Outubro	p. 188	2022
------------------	--------------	-------	------	---------	--------	------

Teoria e Cultura é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, destinada à divulgação e disseminação de textos na área de Ciências Sociais (antropologia, ciência política e sociologia), estimulando o debate científico-acadêmico. O projeto editorial contempla artigos científicos, verbetes, ensaios, resenhas, entrevistas, fotografias e traduções de textos da área de ciências sociais. A revista publica predominantemente em português e é aberta a outras línguas, havendo justificativa editorial. A revista está classificada, de acordo com a atual avaliação da CAPES, como QUALIS B2 em Sociologia.

Endereço eletrônico:

<http://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/index> E-mail:

[teoriaecultura@gmail.com](mailto:teoriaecultura@gmail.com)

EDITORA / EDITOR

Cristina Dias da Silva

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Carlos Francisco Perez

Reyna Christiane Jalles de Paula

João Dulci

Jorge Chaloub

Marta Mendes da Rocha

Raphael Bispo dos Santos

Rogéria Campos de Almeida Dutra

Thiago Duarte Pimentel

PROJETO GRÁFICO / GRAPHIC PROJECT

Cristiane Paranhos

DIAGRAMAÇÃO / DIAGRAMMING

Maria Eduarda Galvão

REVISÃO / REVIEW

A responsabilidade final sobre a revisão dos textos da Teoria e Cultura é dos próprios autores

CONSELHO CONSULTIVO / EDITORIAL ADVISORY BOARD

Amy Erica Smith (Iowa State University)

Beatriz de Basto Teixeira (UFJF)

Cornelia Eckert (UFRGS)

Eduardo Antônio Salomão Condé (UFJF)

Euler David Siqueira (UFRRJ)

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

Francisco Colom González (IFS/Espanha)

Jorge Ruben Tapia (UNICAMP)

Jurema Gorski Brites (UFSM)

Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ)

Luiz Werneck Vianna (PUC/RJ)

Marcelo Ayres Camurça (UFJF)

Márcia Leila Pereira Castro (UFPI)

Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC/RJ)

Maria Claudia Pereira Coelho (UERJ)

Moacir Palmeira (Museu Nacional/UFRJ)

Octavio Andrés Ramon Bonet (IFCS/UFRJ)

Octavio Guilherme Velho (Museu Nacional/UFRJ)

Philippe Portier (EPHE, Paris-Sorbonne, França)

Raul Franciso Magalhães (UFJF)

Rodrigo Rodrigues-Silveira (USAL, Argentina)

## **Nominata de pareceristas**

**Ana Lygia Almeida Cunha**  
Universidade Federal do Pará

**Ana Claudia Carneiro Cardoso**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Caroline Gomes Leme**  
Universidade Regional do Cariri

**Guilherme Sydow Nunes Bueno Brandão**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Hugo Felipe Quintela**  
Instituto Federal do Espírito Santo

**Karen Arthur**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Leandro de Oliveira**  
Universidade Federal do Minas Gerais

**Luciméa Santos Lima**  
Universidade Federal da Bahia

**Maria Margarete Pinto Chaves**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Maurício de Melo Raposo**  
Pontifícia Universidade Católica - MG

**Paloma Ferreira Coelho Silva**  
Fundação Oswaldo Cruz

**Réia Sílvia Gonçalves Pereira**  
Universidade Estadual do Norte Fluminense

**Rubia de Araujo Ramos**  
Universidade Estadual de Campinas

**Samuel Correa Duarte**  
Universidade Federal do Maranhão

**Talita Prado Barbosa Roim**  
Universidade Federal de Goiás



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**Reitor**

Marcos Vinicius David

**Vice-Reitora**

Girlene Alves da Silva

**Pró-Reitora de Cultura**

Valéria de Faria Cristofano

**Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação**

Mônica Ribeiro de Oliveira

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**Diretor do ICH**

Fernando Perlatto Bom Jardim

**Coordenador do PPGCSO**

João Dulci

**Chefe do Departamento de Ciências Sociais**

Luzimar Paulo Pereira



**EDITORA UFJF**

**Diretor da Editora Ufjf / Presidente do Conselho Editorial**

Ricardo B. Cavalcante

**Conselho Editorial**

Ricardo B. Cavalcante

Andre Netto Bastos

Charlene M. Miotti

Claudia H. C. Marmora

Cristina Dias da Silva

Iluska M. S. Coutinho

Jair A. Kopke Aguiar

Marco A. Kistemann Jr

Raphael Marcomini

[www.editoraufjf.com.br](http://www.editoraufjf.com.br)

E-mail:

[editora@ufjf.edu.br](mailto:editora@ufjf.edu.br)

Tel.: (32) 3229-7646

---

Ficha catalográfica

Teoria e Cultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. v. 17 n.2 Outubro de 2022, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2022.

Semestral

ISSN 1809-5968 (impresso/print)

ISSN 2318-101x (on-line)

1. Ciências Sociais - Periódicos

---

CDU 302.01 (05)

## Sumário

<b>Nota editorial</b>	7
<i>Cristina Dias da Silva</i>	
<b>Apresentação do dossiê temático ação coletiva, movimentos sociais e organização: trabalhos seleccionados do fórum ISA 2021 e além</b>	8
<i>Thiago Duarte Pimentel</i>	
<i>Michael Grothe-Hammer</i>	
<b>Introducing the special issue collective action, social movements, and organization: collected papers from the ISA forum 2021 and beyond</b>	14
<i>Thiago Duarte Pimentel</i>	
<i>Michael Grothe-Hammer</i>	
<b>A ação coletiva organizada e os novos coletivos: uma heurística teórico-prática</b>	20
<i>Robert Jungmann</i>	
<b>Teoria Decisória nas Organizações: rumo a um quadro teórico integrado de Organização</b>	36
<i>Michael Grothe-Hammer</i>	
<i>Héloïse Berkowitz</i>	
<i>Olivier Berthod</i>	
<b>Saindo do nevoeiro: contribuições neosistêmicas e pós-estruturalistas para as teorias organizacionais</b>	57
<i>Josep Pont Vidal</i>	
<b>Construindo pontes entre movimentos sociais e Estado no Brasil: uma análise de trajetórias e ocupação de cargos no governo federal</b>	70
<i>Carla Rech</i>	
<b>A desconstrução da proteção social através da flexibilidade do contrato de trabalho: uma análise da reforma trabalhista mexicana</b>	87
<i>Fernanda Barcellos Mathiasi</i>	
<i>Thiago Duarte Pimentel</i>	
<b>Experts de ONGs no processo de problematização (dos fatos) da migração de mulheres brasileiras: uma experiência em construção</b>	100
<i>Diana Marciele Kerber</i>	
<b>Redes canábicas e usos medicinais de maconha: associativismo como parte do processo terapêutico</b>	111
<i>Luciana Barbosa</i>	

<b>Glauber Rocha e o movimento Cinema Novo</b> <i>Irma Viana da Silva</i>	<b>126</b>
<b>Artigos</b>	<b>136</b>
<b>Os encontros e desencontros entre o ensino de ciências sociais e a pós-graduação</b> <i>Amurabi Oliveira</i>	<b>136</b>
<b>Dez anos do estatuto da igualdade racial: dados socioeconômicos dos municípios cadastrados no sistema nacional de promoção da igualdade racial</b> <i>Henrique Moreira</i>	<b>146</b>
<b>O imperativo da moralidade e a socialização dos afetos: proposições a partir de Émile Durkheim</b> <i>Rhuann Fernandes</i>	<b>168</b>
<b>Sobre os autores</b>	<b>182</b>
<b>Normas para publicação</b>	<b>186</b>

## Nota Editorial

Nesta edição de Teoria e Cultura (volume 17, número 2) temos a enorme satisfação de apresentar ao público o Dossiê **Ação coletiva, movimentos sociais e organização: Trabalhos Selecionados do Fórum ISA 2021 e além**. Uma iniciativa conduzida e organizada pelos Professores Thiago Duarte Pimentel, do Departamento de Turismo da Universidade Federal e Juiz de Fora (UFJF) e Michael Grothe-Hammer, do Departamento de Sociologia e Ciência Política, da Norwegian University of Science and Technology (NTNU). Destaca-se a contribuição teórica do presente volume, em especial aquela relativa às intersecções entre teorias organizacionais, os movimentos sociais e as sociologias da ação coletiva, produzindo um debate de amplo interesse para os estudiosos e pesquisadores das Ciências Sociais. Nesta edição também contamos com os excelentes artigos de Amurabi Oliveira, sobre “Os encontros e desencontros entre o ensino de ciências sociais e a pós-graduação”, de Henrique Moreira, que realizou um pertinente balanço sobre os “Dez anos do estatuto da igualdade racial: dados socioeconômicos dos municípios cadastrados no sistema nacional de promoção da igualdade racial” e, por fim, Rhuann Fernandes nos apresenta uma interessante releitura de autores clássicos em “O imperativo da moralidade e a socialização dos afetos: proposições a partir de Émile Durkheim”. Boas leituras!

*Cristina Dias da Silva*  
*Editora-Responsável*  
*Revista Teoria e Cultura*

# Apresentação do dossiê temático ação coletiva, movimentos sociais e organização: trabalhos selecionados do fórum ISA 2021 e além

Editores Convidados

*Thiago Duarte Pimentel<sup>1</sup>*

*Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Brasil  
thiago.pimentel@ich.ufjf.br*

*Michael Grothe-Hammer<sup>2</sup>*

*Department of Sociology and Political Science (ISS), Norwegian University of Science  
and Technology (NTNU) in Trondheim, Norway  
michael.grothe-hammer@ntnu.no*

Este dossiê é produto de uma ação (e subjetividade) coletiva(s). Predominantemente assíncrona, tecnologicamente mediada e envolvendo diferentes escalas e regiões do globo, a edição que ora vos é apresentada teve como pano de fundo e ponto de partida uma sessão temática abrigada no âmbito Comitê de Pesquisa 17: “Sociologia Organizacional” (RC 17 *Organizational Sociology*), por sua vez hospedado e realizado no âmbito do evento ISA<sup>3</sup> Fórum 2021.

A ideia deste dossiê surgiu a partir do contato entre os editores convidados deste número, no contexto daquele evento, e da constatação da lacuna existente em termos de participação e aproximação da academia brasileira e mundial no tocante ao tema específico em tela. Particularmente, a reflexão sobre a extensão e o papel da organização no seio da teoria sociológica (Akroyd, 2000) tem sido um problema frequentemente apontado, embora parcial e timidamente “atacado”.

Esta edição procura explorar a convergência entre as teorias organizacionais, os movimentos sociais e as sociologias da ação coletiva, tal como seminalmente apontado por Friedberg (1992), a fim de produzir um diálogo e promover avanços em direção a uma estrutura teórica mais geral e comum. Normalmente, pode-se identificar uma divisão de debates a este respeito. Por um lado, os pesquisadores organizacionais tendem a se concentrar no estudo das organizações formais como atores coletivos bastante estáveis - negligenciando assim, muitas vezes, formas organizadas de ação coletiva e movimentos sociais que não se manifestam na forma de entidades formalizadas (Ahrne, Brunsson & Seidl 2016). Por outro lado, os cientistas sociais que estudam os movimentos sociais e a ação coletiva frequentemente colocam uma lente mais fluida e diversificada em seus objetos empíricos, que muitas vezes aparece bastante dissociada dos debates de pesquisa organizacional.

No entanto, como apontado por Erhard Friedberg (1992) e seguidores, no que se convencionou chamar de “Ação Coletiva Organizada” (*Action Colective Organiseé*), estas teorias e objetos empíricos podem ser vistos como pontos diferentes no mesmo *continuum* de ação coletiva, segundo seus diferentes graus de organização. Seguindo esta lógica, Pimentel (2012) fez sua própria interpretação, de forma realista e crítica, entregando um modelo atualizado de Ação Coletiva Organizada. Da mesma forma, mas fundamentado em uma abordagem

<sup>1</sup> Pós-doutorado em Sociologia (Teoria Social e Realismo Crítico) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>2</sup> Michael Grothe-Hammer: Doutor (rer. pol.) em Sociologia / Helmut Schmidt University Hamburg, Alemanha (2018). Mestrado em Sociologia / Universidade de Bielefeld, Alemanha (2013). Bacharel em Sociologia / Universidade de Bielefeld, Alemanha (2009).

<sup>3</sup> Associação Internacional de Sociologia (International Sociological Association).

construtivista, Dobusch e Schoeneborn (2015), assim como Grothe-Hammer (2019) se engajaram na teorização de diferentes graus de “organicidade” dos coletivos, reconhecendo e sistematizando que a ação coletiva organizada não implica necessariamente atores coletivos estáveis.

Neste contexto, este Dossiê Temático visou reunir contribuições daqueles que estão trabalhando em algum tipo de fusão, diálogo ou modelos comparativos que lidam com movimentos sociais e teoria organizacional como dois lados diferentes de um mesmo objeto: a ação coletiva. Esperamos fomentar e produzir um debate aproximando essas diferentes escolas e seus interesses específicos, a fim de gerar um quadro mais amplo, visando construir modelos teóricos mais profundos e suas aplicações.

Além desta breve nota de introdução de apresentação, 8 são os textos reunidos e selecionados para a composição deste coletânea, sendo, de certo modo, razoavelmente diversificados temática, teórica, metodológica e epistemologicamente sendo 3 ensaios teóricos e 5 textos frutos de investigação empírica. Além disso, são diversificados geográfica (com a presença de autores da Alemanha, França, Noruega, Espanha, México e Brasil, e dentro deste, de diferentes regiões do país, como Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Pará) e institucionalmente diversificados (com participantes da Universidade de Trier, na Alemanha; Universidade de Ciência e Tecnologia da Noruega, em Trondheim, Noruega; Ecole Polytechnique e CNRS, França; Institut Barcelona d'Estudis Internacionals, Espanha; Freie Universität Berlin, Alemanha; Núcleo de Altos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Brasil; do IFSul/ Campus Pelotas/RS e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; Universidade Autônoma de Sinaloa, México; Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Universidade Técnica de Dortmund, Alemanha; Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil; Universidade Federal da Bahia, Brasil e La Sapienza de Roma, Itália).

A diversificação temática se apresenta sob o signo dos diferentes objetos empíricos e/ou categorias teóricas selecionadas pelos autores para a discussão. Enquanto alguns textos, de cunho teórico, priorizam como categorias analíticas o processo decisório, em si, outros analisam a teoria sistêmica ou ainda dimensão epistemológica combinando teorias derivadas de

diferentes tradições de pesquisa. Já numa chave empírica, a diversificação de objetos parece ser um dos pontos altos – aliado, é claro, à qualidade das contribuições teóricas – do dossiê, uma vez que o movimento social no cinema, as associações voluntárias em redes de uso terapêutico da cannabis, a migração internacional de mulheres, e as alterações realizadas nas políticas públicas do estado, por meio da reforma trabalhista, bem como as relações entre líderes de movimentos sociais e o governo, são analisados e dão exemplos de como uma teoria mais ampla sobre ação coletiva organizada poderia cobrir diferentes campos e objetos do conhecimento.

À guisa de introdução, passemos a uma breve apresentação de cada documento da coletânea. Abrindo o dossiê, temos o manuscrito original *Ação coletiva organizada e os novos coletivos: uma heurística teórico-prática* assinado pelo prof. Robert Jungmann, Doutor em Sociologia (2018) pela Universidade Técnica de Berlin e professor (júnior) do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Trier (Alemanha). O professor Jungmann é um destacado *young scholar* na área de sociologia das organizações, tendo lançado recentemente seu livro *A prática da ação coletiva* [Jungmann, Robert (2019): *Die Praxis kollektiven Handelns*. Wiesbaden: Springer VS. (Überarbeitung der Dissertationsschrift, 305 Seiten)], fruto de sua tese doutoral, além de ser membro da Diretoria da Associação Internacional de Sociologia, e de seu Comitê de Pesquisa 17 (Sociologia das Organizações)<sup>4</sup>. Além de ter sido *visiting scholar* na Universidade de Columbia Britânica, em Vancouver (Canadá), ele é coeditor-chefe do *Journal of Organizational Sociology*. Em seu texto, Jungmann elabora, a partir de uma revisão e reinterpretação da teoria da estruturação de Anthony Giddens, um modelo teórico específico para a ação coletiva organizada, que tenta dar conta de diferentes formas organizacionais, seja em seu tipo mais “clássicos” e estruturados como num sistema-empresa seja em suas formas mais fluidas, relacionais e instáveis como nos “novos coletivos”. Seu modelo tem sido testado também em abordagens de campo, sendo promissor em termos de renovação teórica e contribuições empíricas para a análise da ação coletiva e, definitivamente, um exemplo de como a(s) teoria(s) podem também contribuir de volta para a(s) teoria(s) das organizações.

<sup>4</sup> <https://www.isa-sociology.org/en/research-networks/research-committees/rc17-sociology-of-organizations>

O segundo texto desta edição é também uma contribuição europeia, tendo sido escrito por professores e pesquisadores da França, Alemanha e Noruega. No texto *Teoria Decisória nas Organizações: rumo a um quadro teórico integrado de Organização*, assinado pelo Professor Associado, Doutor em Sociologia, Michael Grothe-Hammer (Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia / NTNU), a pesquisadora Doutora em Gestão, Héloïse Berkowitz (IES), e o Professor Associado, Doutor em Economia e Gestão, Olivier Berthod (ICN Business School & Freie Universität Berlin), temos uma releitura da teoria das decisões desde os clássicos até o presente, norteadas pela teoria neosistêmica de Niklas Luhmann. Os autores, ao desenvolverem as bases para uma (nova) Teoria Decisória nas Organizações (TDO), centralizam sua análise no papel das decisões dentro dos sistemas sociais, como elementos estruturantes dos mesmos e, em particular, desenvolvem e defendem o argumento de que a organização seria tanto “um sistema de decisões quanto como uma ordem social decidida”, apresentado graus em seu processo decisório, a partir de dois *continua* inter cruzados (sobrepostos): um no tocante aos graus de organizacionalidade no nível da entidade (“organizacionalidade entitativa”) e o outro no tocante à combinação de elementos organizacionais (“organizacionalidade estrutural”). Sua principal contribuição, segundo os próprios autores, reside no fato de nos ajudar a “analisar a complexa estratificação e o entrelaçamento das ordens sociais dentro, fora, entre e como organização(ões)”, ao que se poderia adicionar o fato de recolocar o processo decisório no lugar central das organizações (ou ordens decisórias organizadas...).

O terceiro texto do dossiê, também de inspiração alemã e em diálogo com a teoria social de Luhmann, tem como autor o prof. Josep Pont Vidal, Doutor em Sociologia Política na Universidad de Barcelona (Espanha). Vidal, sociólogo de formação pela Universitat Bielefeld (Alemanha), estudou diretamente com Niklas Luhmann, sendo influenciado por ele. Partindo da premissa de que a ação, em suas diferentes mobilizações e interpretações (por exemplo, a ação comunicativa (Habermas), entendimento comunicativo (Luhmann) e comunicação além da linguagem (Deleuze) é a base da teoria social, em seu *ensaio Saindo do nevoeiro: contribuições neosistêmicas e pós-estruturalistas nas teorias organizacionais* Vidal propõe

uma reinterpretação das teorias neosistêmicas, pós-luhmanianas e pós-estruturalistas, tomando como fio condutor o trabalho de Luhmann e o resignificando e o readequando em conjunto com as demais correntes pós-estruturalistas, com especial atenção ao construtivismo e a teoria do ator rede. Talvez um dos principais méritos, senão o principal, do texto seja o de fazer um esforço de por em contato e diálogo teorias de diferentes tradições de pesquisas e, não apenas discuti-las, mas propor uma alternativa teórica e metodológica de como combiná-las em modelo analítico próprio.

Iniciando a seção de artigos frutos de pesquisa empírica, o quarto texto deste dossiê vem do Brasil e é assinado pela profa. Carla Rech, recém-Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente professora no Instituto Federal Sul, em Pelotas. Fruto de sua tese doutoral, seu artigo *Construindo pontes entre movimentos sociais e Estado no Brasil: uma análise de trajetórias e ocupação de cargos no governo federal* buscou analisar como ocorre o processo de ocupação e rotação de cargos no governo federal brasileiro, com foco especial na participação de pessoas da sociedade civil e movimentos sociais. Para tanto, a autora tentou identificar no contexto político-institucional e na trajetória dos pesquisados traços que relacionados com a ocupação de cargos governamentais “por vias discricionárias”. Rech se vale de um robusto e bem formatado referencial teórico baseado na teoria dos campos de ação estratégica, pela abordagem das redes sociais, por elementos da sociologia disposicionalista, multideterminista e à escala individual e pelo conceito de ativismo institucional, o qual serviu para interpretar os dados da ocupação de cargos decorreram de uma inserção prévia, acadêmica e/ou profissional, em projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural e ao vínculo com movimentos sociais ligados à essa causa. Seus resultados indicam que há também uma “disposição biográfica”, um perfil, dos indivíduos que ocupam tais cargos e que “ao ingressar neste campo, os indivíduos passam a compartilhar de uma mesma comunidade técnica mas também militante”. O artigo, portanto, lança luzes sobre as conexões entre sociedade civil e estado e a transferência de capitais entre ambos.

O quinto texto, *A Desconstrução da Proteção Social por meio da flexibilidade do contrato de trabalho: uma análise da reforma trabalhista mexicana*, é assinado pela profa. Fernanda Barcellos Mathiasi, Doutora em Ciências Sociais pelas Universidade Autônoma

de Sinaloa (México) e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil), em regime de dupla titulação (*cotutelle*), e pelo prof. Thiago Duarte Pimentel, Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro da Diretoria da Associação Internacional de Sociologia, de seu Comitê de Pesquisa 17 (Sociologia das Organizações). Este documento analisa a reforma trabalhista mexicana utilizando como referência o modelo teórico realista crítico de *Estruturação dos Sistemas Sociais* (Pimentel, 2012), o qual, por sua vez, considera aspectos ontológicos da estrutura social. Com base na teoria social realista crítica, categorias ontológicas foram tomadas em relação às estruturas espaço-temporais (realidade natural), simbólicas (ideal), e práticas relacionais (sociais). As mudanças institucionais nos mecanismos da estrutura social do trabalho estão baseadas em três categorias ontológicas: espaço-tempo, identidade e poder. A morfogênese das estruturas espaço-temporais implica novas configurações de identidade – na identidade individual e coletiva – que, por sua vez, possibilitam reconfigurações das estruturas de poder. Em seus resultados, os autores apresentam evidências que sustentam que a flexibilidade no contrato de trabalho gerou a desproteção social do trabalhador, agravando suas condições de trabalho, o que é feito através da introdução de um novo tipo de contrato de trabalho (mecanismo causal), que têm características estruturais de espaço-temporais flexíveis (intermitência e deslocalização) e simbólicas anômicas (com a perda de referências coletivas/grupais via fragmentação e individualização das relações sociais) e sócio-político (perda de representatividade, capacidade de agência institucional e estruturação de ordem superior). Em síntese, a reforma trabalhista rearticula elementos ontológicos, e.g. estrutura espaço-temporal, flexibilizando as relações de trabalho, transformando a possibilidade de interação entre os indivíduos e que gera impacto nas relações de identidade, sobretudo, desconstruindo-a em direção ao trabalhador, à luta sindical e coletiva dos movimentos sociais.

O sexto documento é de autoria de Diana Marciele Kerber, doutoranda na Universidade Técnica de Dortmund (Alemanha). Em *Experts de ONGs no processo de problematização (dos fatos) da migração de mulheres brasileiras: uma experiência em construção*, a autora analisa o modo pelo qual a questão de gênero e de migração são focalizadas por analistas peritos

de organizações não governamentais. Para tanto, a autora trabalha com o conceito de “problematização” (Pofertl, 2012), cujas premissas baseiam-se em uma perspectiva construtivista na qual os fatos são percebidos e formatados de acordo com a observação dos agentes diretamente envolvidos. Partindo da premissa de que os sentimentos como a empatia e a compaixão desempenham um papel importante na problematização do processo de migração, a autora questiona “*O que desperta o sentimento de empatia/compaixão nos experts de ONGs durante o processo de problematização da migração de mulheres brasileiras?*”, “*O que inibi esse tipo de sentimento nesses atores?*”. Para tanto, ela realiza a apreensão das estruturas do conhecimento de problematização, utilizou-se uma perspectiva de pesquisa baseada no indivíduo, usando a *Grounded Theory* (cf. Glaser / Strauss 2010). Em sua visão, esse método promoveu a sensibilidade teórica como a capacidade da pesquisadora lidar conscientemente com seu próprio conhecimento prévio e, assim, rastrear e compreender as sutilezas no significado dos dados e separar o relevante do irrelevante. Assim, ao analisar como tais sentimentos são moldados por contextos culturais mais abrangentes de significado, o artigo defende que a expansão dos horizontes de relevância só pode ser compreendida por meio da identificação dessas estruturas emocionais e traz *insights* sobre como se movimentar analiticamente entre os Estados-Nação e o meta nível, e se posicionar de forma a identificar a localização do conhecimento desses experts de ONGs.

O tema da ação coletiva é abordado também, porém, de forma diferente, no sétimo paper. Em *Redes canábicas e usos medicinais de maconha: associativismo como parte do processo terapêutico*, de Luciana Barbosa, Pós-Doutora e Doutora em Sociologia Política, ambos pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Ela estuda a ação coletiva a partir de uma perspectiva fluida, baseada na teoria da associação em organizações civis em redes de ação, de Daniel Cefaï, para analisar como os atores sociais se mobilizam em torno do acesso à maconha para fins medicinais no Brasil, gerando uma rede de associação civil em torno do que se chamou “associativismo canábico”. O texto se baseia em uma “pesquisa etnográfica realizada junto a associações canábicas brasileiras, e pela análise documental e de audiências públicas” e compreendeu-se que o ativismo em torno do tema

tem resultado no maior acesso a tal tratamento, por meio da desobediência civil e da judicialização da saúde. Como o conhecimento necessário para realizar o tratamento com cannabis não tem sido produzido pelas instituições médicas ou institutos de pesquisa, para acessá-los é necessário engajar-se em coletivos ou associações canábicas. Nesse sentido, o engajamento promove o maior acesso à saúde, uma vez que tais movimentos têm resultado em possibilidades para tal tratamento. Além disso, a credibilidade e legitimidade alcançada pelas associações canábicas tem potencial para ampliar a democratização do debate sobre o tema da *cannabis*, uma vez que aumentam a participação social nos processos de tomada de decisão, e demandam meios democráticos de acesso.

Por fim, fechando o dossiê, trazemos o oitavo artigo intitulado *Glauber Rocha e o movimento Cinema Novo*, de autoria de Irma Viana, quem é Pós-Doutora em Ciências Sociais da UFBA e Doutora em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, com estágio sanduiche na Universidade La Sapienza de Roma (Itália), e pesquisadora e professora assistente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Seu trabalho pauta-se no movimento do Cinema Novo, ocorrido entre os anos 1960/70, a partir da ação coletiva de seus líderes e principais expoentes – tais como: Glauber Rocha, Fernando Solanas, Fernando Birri, Miguel Littín, Julio García Espinosa, Tomás Gutiérrez Alea – cujo mote principal de seu projeto era o de viabilizar e tornar visível internacionalmente o *Nuevo Cine Latinoamericano*, do qual faz parte o Cinema Novo brasileiro. Esse movimento social, de cunho artístico-intelectual mas também político-cultural ultrapassou os âmbitos locais, regionais e nacionais e ganhou alcance e visibilidade continental e internacional. Tendo como meta não ocultar mas sim trazer à tona e refletir sobre “os problemas peculiares à América Latina, como o subdesenvolvimento, o abuso do poder, as grandes desigualdades sociais, o autoritarismo, a opressão, a luta pela democracia [...]” Viana o enquadra sob o prisma da teoria dos movimentos sociais. E, em oposição interdiscursiva ao “cinema industrial”, o cinema novo é estudado enquanto um movimento sociocultural que se colocava em oposição configurado na política cinematográfica dos grandes estúdios. Embora tenha na figura de Glauber Rocha sua “liderança principal e teórico por excelência”, a precariedade instrumental dos jovens

cinastas que formaram o movimento foi um fator importante para a concepção estética de um novo modo de fazer cinema, de caráter político, o que aliado à independência da produção possibilitou uma crítica da realidade brasileira em favor de uma nova linguagem contra o “colonialismo cultural” da política do cinema dos grandes estúdios.

Esperamos que esta coletânea possa servir de referência para todos aqueles que se preocupam e se interessam pelos modos pelos quais indivíduos e coletividades se relacionam e articulam, em diferentes contextos e com distintas finalidades, e ao invés de incorrerem em algum tipo de conflagração (Archer, 2000), problematizar em detalhe o nível mesossociológico, trazer à tona e à baila categorias analíticas, modelos e propostas de como ressignificar e analisar a ação coletiva, bem como sopesar seus desdobramentos teóricos e implicações práticas. Em resumo, acreditamos que os textos aqui reunidos representam, em boa medida, um esforço de mostrar como a ação coletiva organizada se relaciona com a teoria social, e vice-versa, que lugar ela ocupa e como ela pode contribuir para a sua fundamentação. À todos que se preocupam, se interessam e se sentem instigados por este tipo de reflexão desejamos uma excelente leitura!

### Referências bibliográficas

- Ackroyd, S. (2000). Connecting organizations and societies: a realist analysis of structures. In: Acrkoyd, S.; Fleetwood, S. *Realist perspectives on management and organizations*. London (UK): Routledge.
- Ahrne, G., Brunsson, N., & Seidl, D. (2016). Resurrecting organization by going beyond organizations. *European Management Journal*, 34(2), 93–101.
- Archer, M. S. (2000). *Being Human: the problem of agency*. Cambridge (UK): Cambridge University Press. 323p.
- Cefai, D.; Mota, F. R.; Veiga, F. B.; Mello, M. A. da S. (2011). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Cefai, D. (2018). Público, socialização e politização: reler John Dewey na companhia de George Herbert Mead. In.: *Crítica e pragmatismo na Sociologia: diálogos entre Brasil e França*. São Paulo: Annablume Editora, p. 57-88.
- Dobusch, L., & Schoeneborn, D. (2015). Fluidity, Identity, and Organizationality: The Communicative Constitution of Anonymous. *Journal of Management*

*Studies*, 52, 1005–1035.

Etzioni, A. (1967). Mixed-scanning: A “third” approach to decision-making. *Public Administration Review*, 27, 385–392.

Friedberg, E. *Le Pouvoir et la règle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil, 1993. 404p. (Sociologie).

Friedberg, E. Les quatre dimensions de l'action organisée. *Revue Française de Sociologie*, v. 33-4, 1992.

Glaser, B. G. & Strauss, Anselm L. (2010[1967]). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New Brunswick: Aldine Transaction.

Grothe-Hammer, M. (2019). Organization without actorhood: Exploring a neglected phenomenon. *European Management Journal*, 37(3), 325-338. doi:10.1016/j.emj.2018.07.009

Luhmann, N. (2018). *Organization and decision*. Cambridge University Press.

Pimentel, T. D. (2012). *Space, Identity and Power: outline of a morphogenetic and morfostatic theory to the sociology of organizations*. 2012. 470f. (Unpublished) Thesis (Ph.D.) – Institute of Human Sciences, Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), Brazil.

Poferl, Angelika (2012): *Zur Wahrnehmung von Leiden. Emotionen und Sozialität am Beispiel von › Mitleid ‹*. In: Schnabel, Annette; Schützeichel, Rainer (Hrsg.): *Emotionen, Sozialstruktur und Moderne*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, S. 279-298.

Jungmann, Robert (2019): *Die Praxis kollektiven Handelns*. Wiesbaden: Springer VS.

# Introducing the special issue **Collective action, social movements, and organization: collected papers from the ISA forum 2021 and beyond**

Guest Editors

*Thiago Duarte Pimentel<sup>1</sup>*  
*Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Brasil*  
*thiago.pimentel@ich.ufjf.br*

*Michael Grothe-Hammer<sup>2</sup>*  
*Department of Sociology and Political Science (ISS), Norwegian University of Science and Technology (NTNU) in Trondheim, Norway*  
*michael.grothe-hammer@ntnu.no*

This dossier is the product of a collective action and subjectivity/ies. Predominantly asynchronous, technologically mediated, and involving different scales and regions of the globe, the issue presented here had as its background and starting point a thematic session housed under Research Committee 17: "Organizational Sociology" (RC 17 Organizational Sociology), itself hosted and held in the context of the ISA Forum 2021 event.

The idea of this dossier arose from contact between the guest editors of this issue, in the context of that event, and from the realization of the existing gap in terms of the participation and approximation of Brazilian and world academia regarding the specific theme in question. Particularly, reflection on the extent and role of organizations in sociological theory (Ackroyd, 2000) has been a frequently highlighted problem, although partially and timidly "solved".

This issue seeks to explore the convergence between organizational theories, social movements, and sociologies of collective action – as seminally pointed out by Friedberg (1992) – in order to produce a dialogue and promote progress toward a more general and common theoretical framework. Usually, one can identify clear debates in this regard. On the one hand, researchers investigating how organizations work tend to focus on the study of formal organizations as rather stable collective actors - thus often neglecting organized forms of collective action and social movements that do not come in the form of formalized entities (Ahrne, Brunsson & Seidl 2016). On the other hand, social scientists studying social movements and collective action often place a more fluid and diverse lens on their empirical objects, and often appear quite disassociated from organizational research debates.

However, as pointed out by Erhard Friedberg (1992) and his followers, in what has come to be called "Organized Collective Action" (*Action Collective Organisée*), these theories and empirical objects can be seen as different points on the same *continuum* of collective action, according to their different degrees of organization. Following this logic, Pimentel (2012) has made his own interpretation, realistically and critically, delivering an updated model of Organized Collective Action. Similarly, but grounded in a constructivist approach, Dobusch and Schoeneborn (2015) as well as Grothe-Hammer (2019) have engaged in theorizing different

<sup>1</sup> Post doctorate in Sociology (Social Theory & Critical Realism) / Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). PhD. in Social Sciences / Federal University of Juiz de Fora (UFJF). Master's Degree in Administration / Federal University of Minas Gerais (UFMG). Bachelor's Degree in Tourism (UFMG).

<sup>2</sup> Michael Grothe-Hammer: Doktor rer. pol. in Sociology / Helmut Schmidt University Hamburg, Germany (2018). Master of Arts in Sociology / Bielefeld University, Germany (2013). Bachelor of Arts in Sociology / Bielefeld University, Germany (2009). Associate Professor in Sociology (Organization & Technology) at the Department of Sociology and Political Science of the Norwegian University of Science and Technology (NTNU),

degrees of the "organicity" of collectives, recognizing and systematizing that organized collective action does not necessarily imply stable collective actors.

In this context, this *dossier* aimed to gather contributions from those who are working on some kind of fusion, dialogue, or comparative models that deal with social movements and organizational theory as two different sides of the same object: collective action. We hope to foster and produce a debate bringing together these different schools and their specific interests in order to generate a broader picture aimed at building deeper theoretical models and their applications.

Besides this brief introductory note, 8 texts were gathered and selected for this collection, being, in a way, reasonably diversified and thematically, theoretically, methodologically and epistemologically; the set embraces: 3 theoretical essays and 5 texts resulting from empirical research; geographically and institutionally diverse analyses, with the presence of authors from Germany, France, Norway, Spain, Mexico, and Brazil, and within this, from different regions of the country, such as Minas Gerais, Bahia, São Paulo and Pará and with participants from the following institutions: the Trier University, Germany; the Norwegian University of Science and Technology, in Trondheim, Norway; the Ecole Polytechnique and CNRS, France; the Institut Barcelona d'Estudis Internacionals, Spain; the Freie Universität Berlin, Germany; the Núcleo de Altos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Brazil; from Federal Institute of South (IFSul)/Campus Pelotas/RS and Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil; Universidade Autônoma de Sinaloa, Mexico; Universidade Federal de Juiz de Fora, Brazil; Technical University of Dortmund, Germany; Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brazil; Universidade Federal da Bahia, Brazil and La Sapienza de Roma, Italy, respectively.

The thematic diversification presents itself under the sign of the different empirical objects and/or theoretical categories selected by the authors for discussion. While some of the theoretical texts prioritize the decision-making process itself as analytical categories, others analyze the systemic theory or even the epistemological dimension, combining theories derived from different research traditions. From an empirical perspective, the diversification of objects seems to be one of the

highlights of the dossier, since the social movement in cinema, the voluntary associations in networks of therapeutic use of cannabis, the international migration of women, and the changes made in the public policies of the state through the labor reform, as well as the relations between leaders of social movements and the government, are analyzed and provide examples of how a broader theory of organized collective action could cover different fields and objects of knowledge.

By way of introduction, let us move on to a brief presentation of each document in the collection. Opening the dossier, we have the original manuscript *Organized collective action and the new collectives: a theoretical-practical heuristic* written by Prof. Robert Jungmann, Ph.D. in Sociology (2018) from the Technical University of Berlin and (junior) professor in the Department of Sociology and Anthropology at Trier University (Germany). Professor Jungmann is a prominent young scholar in the field of sociology of organizations, having recently released his book *The Practice of Collective Action* [Jungmann, Robert (2019): *Die Praxis kollektiven Handelns*. Wiesbaden: Springer VS.], resulting from his doctoral thesis. He is also a member of the Board of Directors of the International Sociological Association as well as of its Research Committee 17 (Sociology of Organizations)<sup>3</sup>. Besides being a visiting scholar at the University of British Columbia in Vancouver (Canada), he is also co-editor-in-chief of the *Journal of Organizational Sociology*. In his text, Jungmann elaborates, from a revision and reinterpretation of Anthony Giddens' structuration theory, a specific theoretical model for organized collective action, which tries to account for different organizational forms, either in their more "classical" and structured types, as in a company-system, or in their more fluid, relational and unstable forms, as in the "new collectives". His model has been tested also in field approaches, being promising in terms of theoretical renewal and empirical contributions to the analysis of collective action and definitely an example of how theory or theories can also contribute back to theorizing about organizations.

The second text in this issue is also a European contribution, having been written by professors and researchers from France, Germany, and Norway. In the text *Decision Theory in Organizations: towards an integrated Organization Theory*, by Associate Professor

<sup>3</sup> <https://www.isa-sociology.org/en/research-networks/research-committees/rc17-sociology-of-organizations>

Michael Grothe-Hammer (Norwegian University of Science and Technology / NTNU), researcher Héloïse Berkowitz (CNRS, LEST, Aix Marseille Université) and Associate Professor Olivier Berthod (ICN Business School & Freie Universität Berlin) we have a re-reading of decision theory from the classics to the present, guided by Niklas Luhmann's neosystemic theory. The authors, when developing the basis for a (new) Decision Theory of Organizations (DTO), focus their analysis on the role of decisions as structuring elements and, in particular, develop and defend the argument that the organization would be both "a system of decisions and a decided social structure", presenting degrees of organizationality, from two intertwined (overlapping) continua: one regarding the degrees of organizationality at the entity level ("entitative organizationality") and the other regarding the combination of organizational elements ("structural organizationality"). Its main contribution, according to the authors themselves, lies in the fact that it helps us to "analyze the complex stratification and intertwining of social orders within, outside, between, and as organization(s)," to which one could add the fact that it puts the decision-making process back at the center of organizations (or organized decision-making orders...).

The third text of the dossier, also of German inspiration and in dialogue with Luhmann's social theory, is written by Prof. Josep Pont Vidal, Ph.D. in Political Sociology at the University of Barcelona (Spain). Vidal is a sociologist by training from the Bielefeld University (Germany), having studied directly with Niklas Luhmann and having been influenced by him. Starting from the premise that action, in its different mobilizations and interpretations (for example, communicative action (Habermas), communicative understanding (Luhmann), and communication beyond language (Deleuze) constitute the basis of social theory, Vidal proposes, in his essay *Coming out of the fog: neosystemic and post-structuralist contributions in organizational theories*, a reinterpretation of neosystemic, post-Humanian, and post-structuralist theories, taking Luhmann's work as a common thread and resignifying and readjusting it in conjunction with other post-structuralist currents, with special attention to constructivism and actor network theory. Perhaps one of the main merits, if not the main one, of the text is that it makes an effort to bring into contact and dialogue theories from different research traditions

and, not only discusses, but proposes a theoretical and methodological alternative of how to combine them in its own analytical model.

Starting the section of articles resulting from empirical research, the fourth text of this dossier comes from Brazil and is signed by Prof. Carla Rech, who has a doctorate in sociology from the Federal University of Rio Grande do Sul and is currently a professor at the Instituto Federal Sul, in Pelotas. Building on the foundation of her doctoral thesis, her article *Building Bridges Between Social Movements and the State in Brazil: an analysis of trajectories and occupation of positions in the federal government* seeks to analyze how the process of occupation and rotation of positions in the Brazilian federal government occur, with special focus on the participation of people from civil society and social movements. To this end, the author tries to identify in the political-institutional context and in the trajectory of the people researched traits related to the occupation of government positions "by discretionary means". Rech makes use of a robust and well-formatted theoretical framework based on the theory of strategic fields of action, the social network approach, elements of dispositionalist and multideterminist sociology, and the concept of institutional activism. Her results indicate that there is also a "biographical availability", a profile, of the individuals who occupy such positions and that, "by entering this field, individuals start to share the same technical but also militant community." The article, therefore, sheds light on the connections between civil society and state and the transfer of capital between the two.

The fifth article, *The Deconstruction of Social Protection through the flexibility of the labor contract: an analysis of the Mexican labor reform*, is written by Prof. Fernanda Barcellos Mathiasi, Ph.D. in Social Sciences from the Autonomous University of Sinaloa (Mexico) and the Federal University of Juiz de Fora (Brazil), under a double degree (cotutelle), and Prof. Thiago Duarte Pimentel, Ph.D., a post-doctoral fellow in Sociology at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and member of the Board of Directors of the International Sociological Association, in its Research Committee 17 (Sociology of Organizations). Their article analyzes the Mexican labor reform using as a reference the critical realist theoretical model of Social Systems Structuring (Pimentel, 2012), which, in turn, considers ontological aspects of social structure.

Based on critical realist social theory, ontological categories are taken in relation to spatio-temporal structures (natural reality), symbolic (ideal), and relational (social) practices. Institutional changes in the mechanisms of the social structure of labor are based on three ontological categories: space-time, identity, and power. Morphogenesis in space-time structures implies new identity configurations - in individual and collective identity - which, in turn, enable reconfigurations in power structures. In their results, the authors present evidence supporting their conclusion that flexibility in the labor contract has left workers socially unprotected, worsening their working conditions. This is done through: the introduction of a new type of labor contract (causal mechanism), which has structural characteristics of flexible spatio-temporal (intermittency and relocation) and symbolical anomalies (with the loss of collective/group references via fragmentation and individualization of social relations) and socio-political effects (the loss of representativeness, institutional agency capacity and higher order structuring). In summary, the labor reform rearticulates ontological elements, e.g., space-time structure, making labor relations more flexible, transforming the possibility of interaction between individuals and that impacts identity relations, above all, deconstructing it towards the worker, the union and the collective struggle of social movements.

The sixth article is authored by Diana Marcele Kerber, a doctoral student at the Technical University of Dortmund (Germany). In *Experts from NGOs in the process of problematizing (the facts) of Brazilian women's migration: an experience under construction*, the author analyzes the way in which gender and migration issues are treated by expert analysts from non-governmental organizations. For this, the author works with the concept of "problematization" (Pofertl, 2012), whose premises are based on a constructivist perspective in which facts are perceived and formatted according to the observation of the agents directly involved. Starting from the premise that feelings such as empathy and compassion play an important role in problematizing the migration process, the author asks "What awakens the feeling of empathy/compassion in NGO experts during the process of problematizing the migration of Brazilian women?", "What inhibits this type of feeling in these actors?". To do so, she examines knowledge structures, using an individual-

based research perspective as well as Grounded Theory (Glaser & Strauss 2010 [1967]). According to the author, this method, therefore, promoted theoretical sensitivity as the researcher's ability to consciously deal with her own prior knowledge and thereby track and understand the subtleties in the meaning of the data and separate the relevant from the irrelevant. Thus, by analyzing how such sentiments are shaped by broader cultural contexts of meaning, the article argues that expanding the horizons of relevance can be understood only by identifying these emotional structures and yields insights as to how to move analytically between nation-states and the meta-level and position oneself in a way that identifies the location of the knowledge of these NGO experts.

The theme of collective action is addressed in the seventh article. In *Cannabis networks and medicinal uses of marijuana: associativism as part of the therapeutic process*, Luciana Barbosa, Ph.D. and post-doctoral fellow in Political Sociology, at the State University of Norte Fluminense (UENF) analyzes collective action from a fluid perspective, based on Daniel Cefaï's theory of association in civil organizations in action networks, to analyze how social actors mobilize around access to marijuana for medicinal purposes in Brazil, generating a network of civil association around what has been called "cannabis associativism". The text is based on an "ethnographic research carried out with Brazilian cannabis associations, and by the analysis of documents and public hearings" and it is understood that activism around the theme has resulted in increased access to such treatment, through civil disobedience and the judicialization of health. Since the knowledge needed to perform cannabis treatment has not been produced by medical institutions or research institutes to access it, it is necessary to engage in cannabis collectives or associations. In this sense, engagement promotes greater access to health, as such movements have resulted in possibilities for such treatment. Moreover, the credibility and legitimacy achieved by cannabis associations has the potential to broaden the democratization of the debate on the cannabis issue, as they increase social participation in decision-making processes, and demand democratic means of access.

Finally, to close the dossier, we bring the eighth article entitled *Glauber Rocha and the Cinema Novo movement*, authored by Irma Viana, a post-doctoral

fellow in Social Sciences at UFBA with a doctorate in Culture and Society from the Federal University of Bahia, with a sandwich internship at La Sapienza University in Rome (Italy), and researcher and assistant professor in the Graduate Program in Social Sciences at UFBA. In her work, the author analyzes the Cinema Novo movement, which took place between 1960 and 1970, based on the collective action of its leaders and main exponents - such as: Glauber Rocha, Fernando Solanas, Fernando Birri, Miguel Littín, Julio García Espinosa, Tomás Gutiérrez Alea - whose main goal was to make the Nuevo Cine Latinoamericano, of which the Brazilian Cinema Novo is a part, visible internationally. This social movement, of an artistic-intellectual but also political-cultural nature, went beyond the local, regional and national spheres and gained continental and international reach and visibility. Its goal was not to hide but to bring to light and reflect on "the problems peculiar to Latin America, such as underdevelopment, the abuse of power, the great social inequalities, authoritarianism, oppression, the struggle for democracy [...]" Viana frames it under the prism of social movement theory. And, in interdiscursive opposition to "industrial cinema", the new cinema is studied as a sociocultural movement that placed itself in opposition configured in the cinematographic politics of the big studios. Although it has in the figure of Glauber Rocha its "main leader and theoretician par excellence", the instrumental precariousness of the young filmmakers who formed the movement was an important factor for the aesthetic conception of a new way of making cinema, with a political character, which, together with the independence of production, made possible a critique of Brazilian reality in favor of a new language against the "cultural colonialism" of the big studios' cinema policy.

We hope that this collection can serve as a reference for all those who are concerned with and interested in the ways in which individuals and collectivities relate and articulate themselves, in different contexts and with different purposes, and, instead of indulging in some kind of conflict (Archer, 2000), problematize in detail the mesosociological level, bring up and discuss analytical categories, models and proposals of how to re-signify and analyze collective action, as well as ponder its theoretical unfoldings, and propose practical implications. In summary, we believe that the texts gathered here represent, in good measure, an effort to

show how organized collective action relates to social theory, and vice-versa, what place it occupies, and how it can contribute to its substantiation. We wish everyone who is concerned, interested, and inspired by the reflections that follow a rewarding reading!

## References

- Ackroyd, S. (2000). Connecting organizations and societies: a realist analysis of structures. In: Acrkoyd, S.; Fleetwood, S. *Realist perspectives on management and organizations*. London (UK): Routledge.
- Ahrne, G., Brunsson, N., & Seidl, D. (2016). Resurrecting organization by going beyond organizations. *European Management Journal*, 34(2), 93–101.
- Archer, M. S. (2000). *Being Human: the problem of agency*. Cambridge (UK): Cambridge University Press. 323p.
- Cefaï, D.; Mota, F. R.; Veiga, F. B.; Mello, M. A. da S. (2011). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Cefaï, D. (2018). Público, socialização e politização: reler John Dewey na companhia de George Herbert Mead. In.: *Crítica e pragmatismo na Sociologia: diálogos entre Brasil e França*. São Paulo: Annablume Editora, p. 57-88.
- Dobusch, L., & Schoeneborn, D. (2015). Fluidity, Identity, and Organizationality: The Communicative Constitution of Anonymous. *Journal of Management Studies*, 52, 1005–1035.
- Etzioni, A. (1967). Mixed-scanning: A "third" approach to decision-making. *Public Administration Review*, 27, 385–392.
- Friedberg, E. *Le Pouvoir et la regle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil, 1993. 404p. (Sociologie).
- Friedberg, E. Les quatre dimensions de l'action organisée. *Revue Française de Sociologie*, v. 33-4, 1992.
- Glaser, B. G. & Strauss, Anselm L. (2010[1967]). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New Brunswick: Aldine Transaction.
- Grothe-Hammer, M. (2019). Organization without actorhood: Exploring a neglected phenomenon. *European Management Journal*, 37(3), 325-338. doi:10.1016/j.emj.2018.07.009
- Luhmann, N. (2018). *Organization and decision*. Cambridge University Press.
- Pimentel, T. D. (2012). *Space, Identity and Power: outline of a morphogenetic and morfostatic theory*

to the sociology of organizations. 2012. 470f. (Unpublished) Thesis (Ph.D.) – Institute of Human Sciences, Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), Brazil.

Poferl, Angelika (2012): Zur Wahrnehmung von Leiden. Emotionen und Sozialität am Beispiel von › Mitleid ‹ . In: Schnabel, Annette; Schützeichel, Rainer (Hrsg.): *Emotionen, Sozialstruktur und Moderne*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, S. 279-298.

Jungmann, Robert (2019): *Die Praxis kollektiven Handelns*. Wiesbaden: Springer VS.

# A ação coletiva organizada e os novos coletivos: uma heurística teórico-prática<sup>1</sup>

Robert Jungmann<sup>2</sup>

## Resumo:

O enfoque sociológico nos atores coletivos estáveis não parece enquadrar-se nas formas inovadoras de ação coletiva flexível e de curto prazo dos nossos dias. O artigo desenvolve um conceito gradual de ação coletiva. Isto torna possível deixar de pressupor os atores coletivos problematizados e estáveis nas análises. Recordando os caminhos clássicos da conceptualização da ação coletiva, são elaborados três aspetos que distinguem a ação coletiva de qualquer interação, comportamento coletivo, ou ação coordenada. Com base nisto, três formas de ação coletiva são discutidas na sua respetiva constituição específica: Intervenções Coletivas, Coletivos Estabilizados, e Intervenientes Coletivos Competentes. As consequências analíticas deste conceito gradual são então ilustradas pelo debate sobre a ação coletiva organizada para além da organização formal na investigação da organização e do movimento. A heurística assim desdobrada oferece pontos de referência abstratos para um programa de investigação que compara os novos coletivos com os coletivos clássicos.

**Palavra-Chave:** Ação Coletiva; Teoria da Prática; Coletivos; Sociologia do Trabalho e da Organização; Movimentos Sociais.

## Organized Collective Agency and the New Collectives: A Practice-Based Analytical Framework

## Abstract:

The focus on stable collective actors within the social sciences no longer seems to fit in with new forms of flexible and short-term collective agency. This paper develops a gradual concept of collective agency. Using this concept, we don't need to presuppose collective actors in sociological analysis. Recalling classical paths of conceptualizing collective agency, three aspects are identified that distinguish collective agency from any interaction, collective behavior or coordinated action. Furthermore, three forms of collective agency are discussed in their specific constitution. These are collective interventions, stabilized collectives and competent collective actors. I illustrate the analytical consequences of this gradual concept by pointing to the debate on organized collective agency beyond formal organization situated at the intersection of organization and movement studies. The framework developed here offers abstract references for a research program that compares new collectives with classical ones.

**Keywords:** Collective Agency; Theory of Practice; Collectives; Sociology of Organizations and Work; Social Movements

<sup>1</sup> Artigo traduzido do original em alemão, Organisiertes Kollektivhandeln und die neuen Kollektive. *Eine praxist heoretische Heuristik*, com permissão do autor. Revisão técnica: Prof. Dr. Paulo Rodrigues Cerqueira e Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel.

<sup>2</sup> PhD de Sociologia / TU Berlin (2018). Diploma em Sociologia e Estudos Tecnológicos / TU Berlin (2011). Professor (Junior) do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Trier (2021). Membro da Diretoria da Associação Internacional de Sociologia - RC 17 (Sociologia das Organizações). Visiting scholar na UBC Vancouver. Co-Editor-chefe do Journal of Organizational Sociology. CV: <https://orcid.org/0000-0001-5948-4183> [jungmann@uni-trier.de]

## 1. Introdução<sup>3</sup>

Várias ciências sociais atestam a capacidade de ação de novos coletivos. Fala-se de uma pluralização da ação coletiva (Ostrom 2000, p.138 e seguintes; Reckwitz 2017) e a descentralização de coletivos clássicos, estáveis e integrados (Putnam, 2000; Sennett, 2012, p. 217 e seguintes). A imagem de uma fluidificação de coletivos capazes de agir está associada, na teoria social, com a tese de que hoje já não permitimos que as formas de ação coletiva solidifiquem (Bauman, 2007, p. 1). Na investigação sobre novos movimentos sociais, por exemplo, discute-se uma maior uniformização das formas de protesto (Wehowsky, 2011), como os protestos contra a cúpula do G20. Fala-se de movimentos de curta duração que “dependem da intensidade [...] do compromisso momentâneo” (Rucht, 1994, p. 82). Aqui, os interesses estáveis (tais como os da classe trabalhadora) deixaram há muito de ser centrais, e, no entanto, é possível uma ação coletiva concertada. O trabalho e a organização pesquisam novas formas de interação organizada para além da organização hierárquica formal. Grandes corporações iniciam redes interpessoais de relações e formas de auto-organização heterárquica (Schreyögg & Sydow, 2010, p. 1251) ou zonas de intercâmbio informal entre membros de diferentes departamentos (Kellogg et al., 2006). As alianças temporárias entre organizações, movimentos, comunidades, estados e outros sistemas sociais são também ditas capazes de agir (Fligstein & Mcadam, 2012).

Independentemente disto, os conceitos teóricos sociais de ação e a teoria institucional continuam a assumir que está reservada aos atores coletivos integrados de forma estável a capacidade de ação coletiva. Os conceitos avançados são orientados pela noção de organização burocrático-hierárquica de Weber (consultar, por exemplo, Coleman, 1990, p. 325 e seguintes; Vanberg, 1982, p. 23 e seguintes, bem como Bromley & Meyer, 2015, p. 140). Consequentemente, estas teorias são criticadas como sendo demasiado estáticas e demasiado exigentes para tornar analiticamente acessível a diversidade atual da ação

coletiva. Movimentos pluralistas como o *Anonymous*, bem como formas de protesto relacionadas com eventos ou equipas heterárquicas e auto-organizadas dentro de grandes empresas, dificilmente podem ser analisados em termos da sua agência coletiva com tais heurísticas. Tais críticas foram tomadas como razão para uma reorientação conceitual na própria teoria da ação, mas também por parte dos críticos que argumentam da perspectiva da teoria do processo, por exemplo na Teoria do Ator-Rede (TAR). Os autores, argumentando a partir da perspectiva da teoria da ação, tentaram posteriormente abordar a ação coletiva como um processo de coordenação: “O problema é se indivíduos estarão dispostos e aptos a coordenar seus ações em uma única ação conjunta”<sup>4</sup> (Oliver, 1993, p. 276). Ainda não está claro o que se entende por “única” [“single”] e “conjunta” [“joint”] para além da mera coordenação da ação. Ainda mais radicalmente, tais problemas de demarcação existem na ANT, que não distingue a ação coletiva de qualquer interação (Latour, 2007). Ambas as correntes, utilizando termos tão amplos, *não podem nomear pontos de referência alternativos* para a análise dos novos coletivos que lhes permitissem ser comparados com os clássicos.

O debate aponta para um *problema teórico* fundamental que ganha importância no contexto dos coletivos tematizados como cada vez mais diversos: Como se pode distinguir significativamente a ação coletiva de qualquer ação ou interação social ou coordenada sem ter de assumir diretamente um ator coletivo estável? O texto aborda esta questão básica elaborando uma heurística alternativa de ação coletiva que se fundamenta no conceito de agência elaborado por Giddens (1979,1984,1993). Um conceito gradual de ação coletiva é desenvolvido com recurso às clássicas questões básicas de agência coletiva.<sup>5</sup> Com base no entendimento de Giddens de agência como sendo reflexivamente informada, a intervenção corporal na práxis já pressupõe no indivíduo que não haja interesses estáveis ou controle autônomo da ação, nem equipara a ação a mera agência (Giddens, 1984, p. 9; 1993, p. 83). Pelo contrário, funciona com uma compreensão gradual da atuação como ator competente que não

<sup>3</sup> Gostaria de agradecer a Michael Grothe-Hammer, Andrea Jungmann, Thomas M. Kemple, Thiago Duarte Pimentel e Arnold Windeler pelas sugestões. Gostaria de agradecer à Sra. Sorjana Stefanov e à Sra. Isa Mendes da ORBIS Fachübersetzungen pela tradução para o português. As traduções das citações de fontes alemãs também são suas.

<sup>4</sup> “The problem is whether individuals will be willing and able to coordinate their actions into a single, joint action” (Oliver, 1993, p. 276).

<sup>5</sup> Para uma representação detalhada, cf. Jungmann (2019, 2020).

pressupõe um ser “completo” como ator. Se tomarmos este conceito de ação como base para uma qualificação das situações problemáticas implicadas na ação coletiva, a exigência que tem caracterizado o discurso desde Weber (1972, p. 11), de que o conceito requer “um fundamento conceitual em termos de ação, não em termos de teoria comportamental” (Bader, 1991, p. 53) pode ser adotada. Além disso, tal conceito está ligado a uma noção de constituição de ação coletiva na prática através de práticas de coordenação. O conceito transfere o ceticismo teórico-prático para conceitos unitários-estáveis de coletivos (Bourdieu, 1985, p. 39, Schatzki, 1996, p. 2) num programa de investigação comparativo.

Este problema teórico está intimamente ligado a problemas de demarcação nas vias clássicas de conceitualização da ação coletiva. Os clássicos já abordaram aspetos centrais, questões constitucionais e formas de ação coletiva e serão discutidos numa primeira seção no contexto das novas formas do coletivo (seção 2). As teorias da prática vêm-se a si próprias como um movimento teórico alternativo que se concentra na constituição de uma agência coletiva na prática através de práticas. Em particular, defendo um fundamento na concepção de ação baseada na prática de Giddens, incorporando teorias práticas mais recentes. Concebo a *ação coletiva* como uma rede de atividades ativamente interligadas num elevado grau de tempo e espaço. Esta teia é ainda informada por um enquadramento em certa medida semelhante e é reconhecida como causadora de um efeito. Analisar a constituição da ação coletiva significa determinar as práticas através das quais uma ligação de atividades na prática é (re)produzida por agentes situados que se referem a regras e recursos de múltiplos contextos de ação (Giddens, 1984, p. 25). As *formas* de intervenção coletiva situacional e de atuação como ator coletivo abordadas nos conceitos existentes são, depois, tematizadas como manifestações graduais e complementadas por uma forma intermédia de coletivos estabilizados (seção 3). A mudança de perspetiva proposta pode também informar o discurso em torno da ação coletiva organizada para além da organização formal, e está ligada a um conceito de organização teoricamente informado para este fim (seção 4). A heurística desenvolvida desta forma permite um olhar diferenciado sobre a forma como na emergência de uma ação coletiva organizada nos novos coletivos. Fornece pontos de referência para

fazer perguntas comparativas sobre semelhanças e diferenças com os coletivos clássicos (seção 5).

## 2. Três caminhos da concepção teórica social da ação coletiva

Se olharmos para conceitos de ação coletiva em teoria social, podemos identificar três caminhos com referência aos clássicos, que seguem diferentes questões básicas (Tilly, 1977). Estas questões básicas são hoje abordadas de forma redutora. Estas reduções, juntamente com a falta de mediação destas linhas de questionamento, são uma razão para a polarização do debate entre atores coletivos completos e a interação situacional delineada no início.

### 2.1. O foco do ator de teorias de ação e estrutura

Para Weber (1972, p. 7) a *natureza vinculativa* de uma entidade coletiva para a ação individual estava no centro da ação coletiva. Através dele, são criados laços entre as ações. O que é significativo é a ligação de orientações subjetivas e sensoriais a um coletivo com a interação observável e causal de um conjunto de ações interligadas. Weber salientou que é consequencial se os participantes acreditam que o coletivo é capaz de agir.

Atualmente, o modelo mais proeminente de entidades capazes de agir nesta linha de questionamento é o conceito de Coleman de uma *corporação que é vinculativa para os agentes*. Na sua elaboração de agência coletiva, concentra-se em atores coletivos completos que perseguem os seus próprios interesses ou missões sob controle independente de um conjunto de recursos contratualmente regulamentados (fundamental Coleman, 1990). Aqui, os participantes concordam com um contrato e entregam parte dos seus recursos a uma empresa. As entidades de Weber tornam-se assim construções contratuais e atores completos. As obrigações tornam-se agregações coordenadas através de contratos.

As teorias de ação também produziram conceitos que rompem com a fixação nos atores coletivos. De particular destaque aqui são as teorias proeminentes do limiar da ação coletiva (Oliver, 1993, p. 276). Concebem a ação coletiva como “ação conjunta” e não definem o termo em mais pormenor. As teorias de Olson e a de Ostrom têm em conta um fenómeno especificamente estruturado: a produção de bens comuns acessíveis. Ambos os caminhos são problemáticos para o

programa de investigação comparativa de antigos e novos coletivos delineados desde o início. As teorias do limiar compreendem o termo de forma demasiado abrangente. O conceito nega a hipótese de Weber de que faz a diferença que uma entidade coordenada seja considerada capaz de agir e seja recorrentemente capaz de agir. As teorias dos comuns centram-se na ação coletiva que gera produtos que são acessíveis ao público.

Os autores, argumentando a partir de uma perspectiva teórica estrutural, também veem os atores coletivos estavelmente integrados como um pré-requisito indispensável para a agência coletiva, mas concentram-se na classificação social e na percepção da agência coletiva. A questão básica de Émile Durkheim, por exemplo, é como é que certos comportamentos são altamente partilhados e aceites como modos de ação naturais e adquiridos, porque é que sabemos muito naturalmente quais os coletivos que são capazes de agir e de que forma (Durkheim & Mauss 2009, p. 49 e seguinte).

A construção cultural de visões de mundo e classificações partilhadas tem sido intensificada pela abordagem política mundial a uma construção de atores legítimos. Aqui vemos a relação com Durkheim, mas também uma intensificação para um estatuto de ator que só é concedido a organizações e estados nacionais no coletivo. Os autores, baseando-se em uma perspectiva teórica estrutural, também veem os atores coletivos estavelmente integrados como um pré-requisito indispensável para a capacidade de ação coletiva (consultar Meyer & Jepperson, 2000). No entanto, concentram-se no seu *enquadramento social e na atribuição de agência coletiva a organizações e Estados-nação*.

Conceitos proeminentes de ação e teoria institucional centram-se na ação de atores coletivos estáveis, capazes ou institucionalizados. As abordagens mais recentes, que criam uma ligação elaborada, também mantêm este foco (Adloff et al., 2016). No entanto, se olharmos para as tendências de pluralização e flexibilização discutidas no início, este enfoque parece problemático. Os movimentos eventizados, redes de projetos ou comunidades de profissionais não podem então ser analisados como ação coletiva. Consequentemente, são explicados como ação coordenada ou comportamento coletivo (consultar, por exemplo, Dolata e Schrape, 2014). Isto deve-se a

um entendimento pressuposto de ação que assume um elevado grau de controle da ação ou se concentra nas consequências da sua atribuição social. As redes de projetos ou movimentos eventizados já não são assim comparáveis às organizações ou movimentos clássicos em termos da sua capacidade coletiva de ação. Mais genericamente, também se questionou se os atores coletivos alguma vez corresponderam à imagem de controle unificado da ação (Friedberg, 1995, p. 49 e seguintes).

## 2.2. A radicalização de conceitos teóricos do processo

Uma questão básica clássica da ação coletiva em Marx refere-se às condições para a transformação da classe em si mesma em classe para si mesma (Marx, 1977, p. 180 e seguinte). Esta transformação tem a ver com a *capacidade de mobilizar* um coletivo na prática. Baseia-se nas *relações concretamente experimentadas entre agentes, que são poderosamente produzidas em processos contestados de (re)produção da sociedade*. Este enfoque sobre a promulgação efetiva de intervenções coletivas na prática parece ser uma estratégia conceptual útil à luz das tendências descritas de pluralização e fluidificação da ação coletiva.

Atualmente, este caminho é radicalizado por autores da TAR. A fim de poderem incluir elementos materiais num conceito de mobilização processual, utilizam um conceito de ação de “baixo limiar”, o conceito de agência como a criação de uma diferença in situ (Latour, 2007, p. 123). Os observadores científicos reconstituem a interação situacional em associações em constante mudança. Ao fazê-lo, a ação, o comportamento e o efeito são equacionados. Nos estudos desta tradição, ou se perpetuam etnoteorias de coletivos uniformemente estáveis encontradas no campo de estudo (consultar Schulz-Schaeffer, 2008) ou se chega à conclusão dificilmente surpreendente de que cada ação é sempre uma interação. A crítica justificada das versões estáticas que prevalecem hoje em dia transforma-se assim numa mera relativização, uma postulação de diferentes tipos de coletivos.

## 2.3. Coletivos em teorias de prática: uma alternativa mal elaborada

Esta justaposição de três vias significativas de conceitualização teórica social da ação coletiva aponta

para a falta de um conceito que não se concentre em atores coletivos completos, nem declara todas as interações na prática como sendo de ação coletiva. Hoje em dia, as teorias da prática vêem-se como uma alternativa a estes caminhos clássicos e criticam o preconceito fortemente racionalista, intencionalista e intelectualista da teoria da ação (Bourdieu, 1987), mas também as noções de uniformidade do estruturalismo (Bourdieu, 1985). Também se fixam ao objetivo de não conceber a agência coletiva apenas a partir do processamento da prática, mas referem-se às práticas instanciadas na prática e às capacidades práticas-físicas dos agentes.

Em termos de teoria social, no entanto, os autores deste movimento só muito brevemente trataram da constituição de uma agência coletiva. Isto deve-se certamente a um ceticismo geral em relação aos conceitos coletivos e à teorização abstrata. Bourdieu (1985, p. 39) referiu-se a noções unitárias de coletividade como uma “falsificação metafísica” a este respeito. Sugeriu analisar a sua postulação como um meio de poder. Giddens (1984, p. 199 e seguintes) distinguiram entre diferentes tipos de coletivos, tais como organizações e movimentos sociais, mas ao mesmo tempo exortaram a uma cautela contra a reificação. Nenhum dos dois discutiu a transferência dos seus conceitos específicos de ação para a constituição de uma agência coletiva. Isto só foi feito muito mais tarde por autores que expandiram os conceitos de ação de ambos os autores para coletivos. O trabalho de Bader (1991), que está localizado na investigação do movimento, merece uma menção especial. Na prática, ele tematiza a constituição da rebelião coletiva e, assim, recorre sistematicamente a uma leitura intencionalista do conceito de ação de Giddens. Ao definir a ação coletiva, este trabalho atinge o seu auge nos fenômenos de protesto.

Na teoria da prática recente, Schatzki atribuiu potencialmente um papel central à ação coletiva. Contudo, ele apenas sugeriu que a promulgação de uma ação coletiva se baseie num exercício de “nexos práticos de um tipo particular”<sup>6</sup> (Schatzk, 2002, p. 267), sem clarificar melhor o que os constitui. Barnes (2001) elaborou uma noção de ação coletiva como procedimentos partilhados. Esta conceção conduz a uma equação de ação coletiva e práticas sociais. Em particular, não explica o significado de agência.

A seguir, retomo a estratégia de Bader (1991) de transferir sistematicamente o conceito de agência para coletivos e ligá-lo ao entendimento geral de constituição de Giddens. Ao fazê-lo, relaciono a ideia de Bader com uma leitura menos intencionalista deste conceito, bem como com fenômenos para além da insurreição coletiva. O conceito de agência parece-me ser uma base frutífera para um conceito equilibrado de ação coletiva, uma vez que capta a ação gradualmente entre os polos de intervenção altamente controladora e planeada e de omissão de baixo limiar. Um conceito de agência coletiva baseado em Giddens está também ligado a uma compreensão especial do social, que transmite as ideias de uma constituição relacionada com ação, estrutura e processo através de práticas sociais. A perspetiva é caracterizada por uma descentralização do sujeito sem proclamar a sua dissolução. Pelo contrário, a inclusão de agentes reflexivos oferece potencial para compreender e explicar a constante mudança das formas de ação coletiva e os momentos de mudança de ordem dentro da mesma.

### 3. Ação coletiva como uma rede especificamente coordenada de atividades ligadas

Com o seu conceito de agência, Giddens apresentou um entendimento anti-individualista, anti-idealista e antirracionalista da ação. Neste contexto, a ação é determinada em termos de prática como “intervenções causais reais ou contempladas de seres corpóreos no processo em curso dos acontecimentos no mundo” (Giddens, 1993, p. 81). Os termos *Agency*, *Ação* e *Atividade* são utilizados de uma forma decididamente sinônima. O termo *Prática social* é aqui referido como uma sucessão de acontecimentos passageiros. Aqui, os agentes colocam-se causalmente uns em relação aos outros sob certas condições. Ao fazê-lo, utilizam *práticas sociais*, isto é, modos de ação típicos, tipificados, regularmente utilizados e regulamentados (ibid.). Estas são um “conjunto compreensível’ de atividades num contexto” (Reckwitz, 2003, p. 289). Compreendem várias atividades que são mutuamente conectáveis entre si, bem como acessíveis aos que estão a par.

Giddens retoma a separação da ação e do comportamento da tradição de tecelagem e especifica qualidades que distinguem a ação de qualquer agência: agência, reflexividade, e reconhecimento da causa de um

<sup>6</sup> "practice nexuses of a particular sort" (Schatzk, 2002, p. 267).

efeito. Através do conceito de agência, então, o potencial socialmente reconhecido e ativo de transformação da prática pelos agentes, bem como os potenciais para interpretar as práticas sociais (por vezes) de forma diferente, tornam-se analiticamente acessíveis. Estes aspetos do conceito giddensiano são discutidos abaixo em transferência para a produção coletiva de uma diferença. No processo, os três caminhos discutidos, assim como os conceitos de organização e pesquisa de movimento, tornam-se aparentes.

### 3.1. Agência e a teia mobilizável de atividades ligadas

Para Giddens, “Agency” denota a realização corporal de uma opção de fazer contra o pano de fundo de um possível espectro de outras atividades ou de se abster de fazer. Depois de todas as impressões que o agente encontra como dadas, e não as condições escolhidas pelo próprio, a ação tem sempre também um momento inerente de produção ativa. A *Agência* significa a possibilidade *qua* atividade num sentido básico de influenciar a prática de uma forma controlada e dirigida ou de se abster de o fazer (Giddens, 1984, p. 9). A *capacidade de produzir um efeito como uma rede de atividades interligadas* é então de importância central para se poder falar de ação coletiva e implica três momentos:

(1) A ação individual envolve sempre uma fina dialética de controles externos e autocontroles (Giddens, 1993, p. 117 e seguinte). Na tematização da agência como um poder de intervenção, emergem duas facetas diferentes do *controlo do movimento corporal*. A primeira refere-se a uma capacidade de movimento uniforme do corpo para que um efeito possa ser produzido de uma forma controlada. Um segundo aspeto, relacional, aponta para o facto de que esta capacidade de controlo depende sempre dos movimentos de outros corpos e das coisas. Só se pode falar de ação coletiva se houver um certo controle da teia. Este é um aspeto significativo a fim de distinguir a ação coletiva do comportamento coletivo, por exemplo, em pânico. No coletivo, a *ligação entre atividades*, bem como a *ligação das ações individuais ao contexto da ação coletiva*, é de importância central (Luhmann, 1984,

p. 272 e seguinte; Windeler, 2001, p. 225 e seguintes). Isto significa, em primeiro lugar, que são prestados serviços de coordenação para que as atividades sejam orientadas para o contexto do contexto coletivo de ação. As próprias ações são vistas como altamente consequentes para todo o contexto de ação. O mesmo se aplica à natureza vinculativa das ações envolvidas para os sujeitos envolvidos, que Weber e Coleman assinalam como uma questão fundamental da ação coletiva. Consequentemente, as atividades são coordenadas de modo a criar um grau particularmente elevado de interdependência entre as ações envolvidas. Além disso, a coordenação desta vinculação recíproca dos atos é concebida de modo a que seja sempre possível abster-se ou modificar os mesmos. É sempre uma questão de “Ação secundária” (Geser, 1990), que permanece ligada à ação individual.<sup>7</sup>

(2) Além disso, este controle assume uma *direccionalidade basal do movimento*. A ação é concebida para além do controle intencional e do processamento determinado. Implica sempre uma produção ativa, uma vez que os agentes são, em princípio, capazes de omissão (Giddens, 1984, p. 9). Trata-se de uma conceção da ação como movimento dirigido, que, na tensão entre a ação altamente estratégica (Coleman) e a influência física (Latour), fornece uma versão teórico-prática: a do movimento dirigido na sua maioria de forma praticamente consciente sob condições encontradas, não escolhidas de forma autónoma, que detém sempre potenciais de desvio situacional e nunca é completamente determinada. A capacidade de atuação de uma rede de atividades depende de um certo grau de agregação das atividades individuais. Este agrupamento tem sido chamado de *mobilização* na sequência das análises de Marx sobre a revolução (Tilly, 1977). No que se segue, a mobilização refere-se a um esforço de coordenação que conduz a um agrupamento de diferentes atividades em direção a uma referência. Este agrupamento pode ter como objetivo a reprodução ou a mudança.

(3) Giddens concebe ainda mais a agência como *produção de uma diferença* para um evento subsequente. A ação como evento afeta eventos posteriores, tem um efeito causal, embora isto não tenha de ser intencional.

<sup>7</sup> Assim, não se proclama qualquer emergência ou desprendimento, mas sim uma simultaneidade de ação individual e coletiva. Cada atividade num contexto coletivo de ação é ao mesmo tempo subjetivamente constituída, é a ação de um sujeito situado. Por outro lado, nem todas as atividades são ações coletivas. Para isso, é necessária uma certa qualidade de coordenação entre as atividades.

Giddens pensa na ação em termos de consequências, bem como de causas. No que diz respeito às causas, contudo, não se compromete com planos, desenhos ou intenções. Um efeito coletivo surge então através de redes de atividades altamente interligadas e mobilizáveis. No entanto, estes efeitos não têm, de forma alguma, de produzir as consequências pretendidas no contexto da ação coletiva. Um exemplo disto é a revolução de Napoleão, que emergiu de uma coligação de vários grupos de interesse e acabou por não se aperceber de quase nenhum dos efeitos pretendidos, mas que no entanto teve consequências de significado histórico (Marx, 1960, p. 559 e seguintes).

### 3.2. Reflexividade e o enquadramento como ação integrada

A ação continua a ser um compromisso ativo e reflexivo com o mundo e o posicionamento no mesmo. Envolve uma tensão entre um núcleo reflexivo do agente e as condições e consequências sociais e materiais encontradas. A *reflexividade* denota uma experiência contínua da concretude do próprio ser no mundo, de “presenciamento” ativo, como Giddens define com Heidegger (Giddens, 1981, p. 36 e seguintes). Ao fazê-lo, os agentes permanecem em contacto com o mundo e com as suas próprias formas de ver as coisas, os motivos, bem como as racionalizações. Giddens (1984, p. 3 e seguinte) retoma esta coconstituição de situação e sujeito mediado através de práticas no seu modelo de estratificação do agente.

A ação coletiva tem a ver com uma coordenação de reflexividade semelhante de atividades em relação a uma situação de ação construída como comum. Isto inclui uma receção da própria ação como integrada num contexto de ação coletiva. De uma forma mais pontual, nomeadamente como uma visão de mundo partilhada, o aspeto de *enquadramento semelhante* tem sido discutido desde Durkheim. No discurso do movimento, a importância da definição da situação coletiva foi abordada, especialmente na abordagem do enquadramento coletivo. O enquadramento é concebido aqui como um processo ativo de negociação e coordenação para um acolhimento semelhante do mundo (Benford & Snow, 2000, p. 614). A determinação mínima da reflexividade partilhada significa (no conceito aqui proposto) a incorporação das atividades individuais de forma, até certo ponto,

igualmente centrada na concretude da situação. Envolve também uma receção partilhada de estar inserido num contexto de ação partilhada que informa as atividades envolvidas.

Significativamente, há uma sintonia de visão semelhante, racionalizando e motivando a situação da ação coletiva através de práticas sociais. Isto também implica condições e consequências semelhantes não reconhecidas de agir em conjunto. As atividades envolvidas devem ser assumidas como sendo enquadradas num contexto de ação coletiva. Os enquadramentos coletivos incluem assim a indicação de que um está envolvido num contexto de ação e que as outras ações têm alguma força vinculativa sobre as suas próprias ações e vice-versa.

É ainda significativo para a ação coletiva que uma reflexividade do sistema dominante ou um complexo de reflexividades do sistema informem a ação no sentido de uma qualidade orientadora da ação. A reflexividade do sistema refere-se à instanciação de práticas que servem para regular as condições gerais de (re)produção do sistema de tal forma que a ação é tomada no sentido de uma ordem sistémica (Windeler, 2001, p. 215). Na ação coletiva, é feita referência, em qualquer grau de pormenor, a um conjunto específico de regras e recursos de ordens sistémicas ou institucionais. Assim que esta referência informa predominantemente uma orientação agregada do coletivo, estamos lidando com uma qualidade orientadora de ação. Isto não significa de modo algum que uma multidão de outras ordens ou projetos individuais não sejam simultaneamente atualizados em ação. Para atividades individuais no coletivo, podem ser dominantes ordens bastante diferentes, desde que a atividade seja também orientada num grau suficiente para essa ordem que coordena a ação em ligação.

### 3.3. O reconhecimento da causalidade como uma teia de atividades interligadas

Davidson (1990) refere que os efeitos da ação são atribuídos a um causador. Isto significa que a realização de uma opção de ação é considerada, tratada e avaliada no contexto de outras possibilidades no social como sendo causada por uma instância individual ou coletiva. Para Giddens, um momento de atribuição de ação é sempre também inerente a um momento de exibição ativa da causalidade. A atribuição e exibição podem

certamente ser dissociadas, mas não por muito tempo e de forma alguma arbitrariamente. O conceito de *reconhecimento como causador* de um efeito é capaz de relacionar ambos os momentos um com o outro. O reconhecimento é entendido como uma contraparte da irrelevância e do desrespeito (Honneth, 2010, p. 32). Tratam-se de processos contestados de acolhimento de certas identidades no social que, na luta pela atenção, são constantemente acompanhados por uma autolimitação de uma contraparte. Isto também se aplica ao *reconhecimento da causalidade como uma teia de atividades ligadas*.

O reconhecimento da causalidade da ação coletiva é entendido como contestado e relacional. Inclui momentos de atribuição de causa coletiva (Luhmann, p. 1984) pelos próprios agentes e em contextos sociais, bem como de exibição e representação ativa desta coletividade em ação. Quem é tratado, avaliado e interpretado como causador neste processo pode, por sua vez, diferir em diferentes contextos sociais (Giddens, 1993, p. 78) e refere-se sempre a uma exposição que atuamos “de forma adequada” em e para certos contextos (Giddens, 1984, p. 30). Ao mesmo tempo, os movimentos corporais são uma indicação profundamente institucionalizada da causa individual. Não há equivalente no coletivo. Por conseguinte, qualquer ação coletiva deve primeiro afirmar-se contra o reconhecimento da causa individual. Geser (1990) salientou que a atribuição a organizações geralmente só é bem-sucedida quando os indivíduos são decididamente excluídos como causadores. Uma condição básica da ação coletiva é, portanto, que ela deve afirmar-se na luta pelo reconhecimento contra a autoria individual.

A instância que é reconhecida como causadora no coletivo é uma teia de atividades interligadas. Em diferentes contextos, as formas reconhecidas de causalidade coletiva diferem consideravelmente. A construção jurídica ou política do reconhecimento dos atores coletivos tem sido analisada com diferentes focos (Dan-Cohen, 1985; Matys, 2011). A construção diária de outras formas é tornada acessível, por exemplo, em estudos etnográficos ou analíticos de conversação (por exemplo, Cooren et al., 2008).

### 3.4. Ação coletiva: Inserção e diferenciação de outros conceitos

Qualquer ação coletiva implica um triplo problema de coordenação e é constituída através de práticas de coordenação. Coleman (1990), Luhmann (1984, p. 271 e seguintes) e Parsons (1991, p. 26) pode ser acordado aqui que nem todas as formas de coordenação e formação de sistemas devem ser entendidas como ação coletiva. Se dois peões numa ponte estreita coordenam mutuamente os seus movimentos de modo a passarem um pelo outro, por exemplo, estamos a lidar com ação coordenada, mas não com uma ação coletiva, desde que esta não seja assumida e reconhecida como geradora de uma diferença numa prática ligada um ao outro. Os três aspetos discutidos determinam a qualidade específica em que a ação coletiva é coordenada. São *constantemente mediados na prática de uma forma processual*. Isto significa que eles se referem um ao outro e são mutuamente dependentes.

Só se pode falar de ação coletiva quando uma rede de mais de duas atividades interligadas de agentes diferentes tem um efeito causal na prática. As atividades devem assim ser informadas por uma recepção (em certa medida) semelhante do mundo no contexto de uma ação em conexão. A teia é também reconhecida num contexto social como a instância causadora de um efeito. *A capacidade transformativa está assim relacionada com uma teia de atividades interligadas*. A ligação pode existir entre atividades in situ realizadas ou potenciais. Contudo, pelo menos uma atividade, tal como a de um representante, deve ser efetivamente realizada ou abster-se de o ser. Os processos de ação coletiva são assim realizados em *paralelo* por diferentes agentes, *distribuídos sequencialmente ou de forma representativa*.

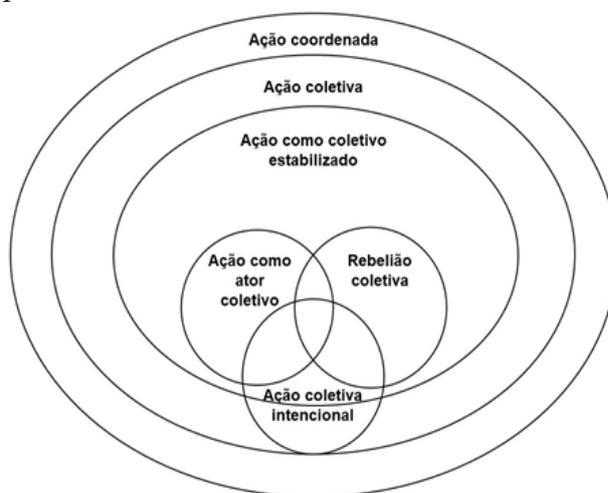


Fig. 1: Relação da ação coletiva com outros conceitos de atuação conjunta.

Fonte: elaboração própria.

Como a Fig. 1 deixa claro, a definição de ação coletiva aqui introduzida no sentido de interveniente como uma teia de atividades interligadas não deve ser escalada para uma rebelião coletiva contra uma queixa ou mudança política, como muitas vezes acontece no discurso do movimento (por exemplo, Bader, 1991). Também não é concebida como ação coletiva intencional por assim dizer, como acontece frequentemente na filosofia (consultar Schweikard, 2010). A produção de um efeito especificamente mobilizado na prática pode sempre visar também a reprodução e também produzir outras consequências que não as partilhadas e antecipadas. A ação coletiva também deve ser entendida mais amplamente do que a noção de ação por coletivos ou atores coletivos já estabilizados (consultar 3.6.2 e 3.6.3).

### 3.5. A constituição de uma ação coletiva em e através de práticas sociais

As três qualidades da ação coletiva e a sua mediação baseiam-se em práticas sociais aprendidas. O resultado é uma capacidade transformadora de uma teia de atividades que é ativamente utilizada para produzir o novo ou reproduzir o existente. A ação coletiva é assim concebida *a partir de um fluxo de prática que flui constantemente*. Esta prática é profundamente moldada por *conjuntos de práticas interrelacionadas de coordenação* da ação coletiva. Estas práticas *permitem, restringem e medeiam os três aspetos de coordenação*. As práticas de coordenação da ação coletiva envolvem assim uma dualidade de estrutura processualmente mediada. A dualidade da estrutura desdobra-se em interação em três dimensões do social (Giddens, 1984, p. 29): de significação, de dominação e de legitimação. A constituição dos três aspetos coordenadores da ação coletiva é assim compreendida e explicada a partir de um entrelaçamento de três níveis:

(1) A base de tal análise é em primeiro lugar a análise reconstrutiva da *prática*, na qual os processos de ação coletiva são episodicamente rastreados e ligados a condições no *espaço e no tempo* que permitem ou dificultam os três aspetos da coordenação. As teorias da prática também perguntam sobre as constelações e feixes de *práticas* interrelacionadas que moldam constantemente o fluxo da prática e são moldadas nela ao mesmo tempo. Em particular, surgem enredos típicos entre práticas que alargam a ação coletiva a

diferentes situações (por exemplo, Schmidt, 2012, p. 249 e seguinte). A ação coletiva é constituída como coordenação entre atividades na prática através de práticas de coordenação atualizadas.

(2) As práticas de coordenação da ação coletiva são interpretadas pelos *agentes*. A ação coletiva nunca se separa do indivíduo. Pelo contrário, existe um enxerto do coletivo sobre o indivíduo que requer uma consideração separada (consultar Giddens, 1984, p. 288 e seguintes). Ao fazê-lo, Giddens procura muito decididamente uma ligação ao paradigma interpretativo com o seu conceito de ação consciente da prática.

(3) Além disso, os agentes, mediados pelas práticas que atuam, recorrem às *ordens sociais*. Em coordenação, recorrem a pacotes de regras e recursos. Estes estabelecem sistemas sociais com diferentes extensões no tempo e no espaço, ou seja, interações e relações reguladas por um quadro de ordem (Windeler, 2014, p. 247). Estas exibem recorrentemente “condições gerais [...] sob as quais os agentes atuam no contexto do sistema” (ibid.: 249).

Em estudos empíricos, a constituição em vários níveis dos vários aspetos da coordenação que permitem os processos de ação coletiva deve ser reconstruída. A *posição de articulação e mediadora* central entre os três níveis e os três aspetos é ocupada por *práticas sociais*. Uma vez que a ação coletiva envolve fenômenos de coordenação da ação, esta deve ser socialmente compreensível (consultar Reckwitz, 2003, p. 289). Isto não envolve de forma alguma uma negociação explícita de um objetivo (consensual) de ação. Isto pode ser visto nas formas de cooperação que na vida cotidiana (quase) se gerem sem pontos de contacto diretos entre os participantes e que são, portanto, descritas como “cooperação sem consenso” (Star, 2004). Estas baseiam-se em rotinas que já eram coordenadas antes das observações do seu processamento diário. São estas rotinas estabelecidas que, na sua interligação específica, permitem a cooperação observada e silenciosa. O emaranhamento das rotinas é assim materialmente ou simbolicamente mediado e é observado num momento da constituição como ligado e coordenado através de um “objeto limite”, tal como um registo médico.

### 3.6. A constituição de formas fundamentais de ação coletiva

Além destes aspetos da ação coletiva, também se podem distinguir diferentes graus de reflexividade. Giddens (1984, p. 53), assumindo trabalho em psicologia do desenvolvimento, defende no indivíduo um conceito gradual de atores competentes que concebe ser um ator como o ponto final de algo contínuo. No que diz respeito à ação coletiva, tal gradualização permite a inclusão de atores coletivos, mas também de intervenção seletiva, bem como de coletivos estabilizados como uma forma de ação coletiva entre os dois polos.<sup>8</sup> Uma diferenciação abstrata de várias formas parece particularmente útil em tempos de pluralização e fluidificação do coletivo, porque desta forma os atores coletivos não têm de ser pressupostos nas análises. Na prática, as formas de ação coletiva descritas na Fig. 2 fundem-se fluidamente umas nas outras e só se podem distinguir umas das outras analiticamente. No entanto, cada um deles refere-se a problemas e condições de coordenação específicos



Fig. 2: Comparação das formas básicas de ação coletiva

Fonte: elaboração própria.

A seguir, a discussão limita-se a aspetos específicos na produção de enquadramentos coletivos com recurso ao entendimento giddensiano de diferentes graus de reflexividade de ação. Estes enquadramentos específicos estão ligados a diferentes graus de reconhecimento

da causalidade em conexão. As atividades em todas estas formas são altamente interligadas e capazes de ação como ligações. O terceiro aspeto é, portanto, negligenciado na comparação da Fig. 2 por razões de simplificação.

#### 3.6.1 A constituição de intervenções coletivas

Em primeiro lugar, há uma reflexividade básica de *intervenção* nos escritos de Giddens, uma consideração da possibilidade de intervir no mundo de uma forma mutável, que só surge na ação. O que é significativo aqui é a receção reflexiva da situação e do próprio “ser no mundo”. A racionalização e a motivação da ação só ocorrem de uma forma ingênua (Thompson, 2011, p. 109 e seguintes), ou seja, são orientados para ações futuras, para o passo seguinte. Abro a porta de modo a poder passar.

A coordenação da ação no contexto da *intervenção coletiva* pode ser entendida como uma ação integrada sem um contexto de ação coletiva pré-existente. Schweikard utilizou este aspeto para diferenciar a ação coletiva da ação de grupo. É um caso de atuação conjunta em que “não se presume que os participantes constituam uma unidade [...]” (Schweikard 2010, p. 149). A característica central da intervenção coletiva é que no contexto coletivo de ação, nenhuma conceção deste mesmo contexto e da sua natureza foi ainda institucionalizada ou habituada. Por conseguinte, a negociação interativa é de importância central.

A intervenção coletiva baseia-se ou numa problematização semelhante de situações abertas ou num encerramento semelhante de situações que são tratadas como conhecidas (Dewey, 2008). Exige uma visão do “*ser no mundo*” comum que oriente a monitorização partilhada, motivando, e racionalizando para o próximo passo do fazer partilhado.

Através de práticas de negociação, é assim gerado um movimento coletivo que pode ser controlado in situ sob a coordenação constante e recíproca dos participantes. A mobilização da ação conjunta também se realiza através desta coordenação situada. Gera constantemente novos alinhamentos situados e posicionamentos de atividades e baseia-se, em certa medida, em práticas partilhadas de sintonia situada

<sup>8</sup> Os formas introduzidas a seguir podem ser construídas umas sobre as outras. Contudo, isto não é, de forma alguma, um desenvolvimento automático. Aplica-se ainda o seguinte: os coletivos e atores coletivos estabilizados podem ser referidos durante algum tempo sem se realizarem intervenções na prática. Com o tempo, porém, perderão o seu estatuto nas práticas sociais, assim que deixarem de produzir efeitos.

e no recurso a uma situação de presença partilhada. No reconhecimento de uma causa em conexão, estas negociações podem ser referidas. Assim, as intervenções coletivas só podem surgir em condições em que se possa recorrer mutuamente a práticas de negociação inteligíveis. A visualização da participação individual deve ser entendida como uma consideração de estar envolvido, a sua motivação e justificação em copresença com outros participantes.

Através de práticas de negociação, várias interações e relações reguladas sistemicamente são normalmente tornadas relevantes. Estes sistemas sociais vão desde uma história encadeada de interação entre fumantes ou uma linguagem comum, até às elaboradas regras e recursos das subdisciplinas científicas.

### 3.6.2. A constituição de coletivos estabilizados

A reflexividade é moldada de forma diferente na ação de um “*knowledgeable agent*” já pressuposto nas práticas. Aqui, o processo de (re)produção está ligado aos meios que fazem do agente um agente em primeiro lugar (Giddens, 1984, p. 2 e seguinte). Estes meios são práticas sociais. As práticas incluem em certa medida profissionais típicos e tipificados, assim que pressupõem identidades estáveis com certos conhecimentos e bens.

Neste sentido, também se pode conceptualizar formas solidificadas e estabilizadas de ação coletiva, nas quais a noção de um *contexto de ação coletiva abrangente como uma identidade coletiva acionável já pode ser atualizada através de práticas sociais*. A identidade não deve de forma alguma ser equiparada a uma uniformidade ou coerência do coletivo. O que é útil é uma tematização da identidade que se concentra na heterogeneidade e numa relação constantemente equilibrada entre coerência e incoerência (Schäfer, 2015, p. 663). Atuar como um coletivo estabilizado baseia-se numa familiaridade fundamental com a qual os participantes (tal como as pessoas de fora relevantes) compreendem a situação no contexto de um coletivo (dotado de conhecimentos e capacidade esperados). A ação é considerada, racionalizada e motivada com referência a uma *identidade individual e coletiva*. A ação coletiva recorrentemente semelhante baseia-se então em práticas sociais partilhadas e inter-relacionadas dos participantes. As práticas sociais altamente partilhadas e enredadas aqui já incluem posições institucionalizadas. Já não é uma questão de

processos de coordenação no sentido de um acordo mútuo *in situ*. Aqui, as disposições dos agentes estão relacionadas e ligadas com as disposições de outros agentes através da atualização de um coletivo estabilizado em práticas sociais. Desta forma, emerge uma capacidade estabilizada do coletivo. Envolvido nisto está um sistema específico de reflexividade de um contexto de ação, nomeadamente um sistema altamente reflexivo orientado para a modelação das próprias condições do sistema. (cf. Windeler, 2001, p. 213 e seguintes).

### 3.6.3. A constituição de atores coletivos

A ação de um ator competente envolve não só o fazer de forma adequada à situação, mas também a procura de um eu consistente. Envolve uma ligação com a narrativa da própria historicidade. Quando a intervenção ocorre no contexto de um conhecimento de um eu e da expressão e desenvolvimento desse eu, estamos a tratar de atuar como um ator competente (Giddens, 1991). Trata-se de capacidades para (re)produzir sendo um ator na prática. Isto significa “conhecer-se a si próprio e às suas ações (autoconsciência), bem como ser capaz de determinar as suas próprias ações” (Ritsert, 2001, p. 78). Ao longo das nossas vidas, aprendemos não só a conhecer-nos a nós próprios e à nossa própria historicidade, a sermos capazes de nos ler e compreender, mas também de nos expressarmos a nós próprios, de participarmos, através e, por vezes, contra as práticas sociais (Taylor, 1992, p. 33).

Esta forma de *autoexpressão* não é apenas consequencial para os nossos contextos homólogos e sociais. O nosso próprio fazer também recebe outra fonte para fazer apropriadamente desviado: o eu. Isto também se aplica aos coletivos. A competência coletiva significa mover-se como uma teia “adequadamente criativa nos campos de ação, dar outras respostas que não as respostas individuais às circunstâncias sociais e influenciar o social de um modo formativo” (Windeler, 2014, p. 227). A ação coletiva é produzida através de práticas que generalizam uma simplificação tangível da história específica do coletivo. Através destas *narrativas* condensadas da *constituição do coletivo*, torna-se possível uma *personificação do coletivo in actu*, na prática e através de práticas sociais (Alkemeyer & Bröckling 2018, p. 26). Quando os coletivos formam um

eu e, portanto, a ilusão momentânea da personificação de um coletivo *in situ* se torna possível, bem como a capacidade de ação coletiva competente emerge, pode-se falar da ação de um ator coletivo. A personificação através de oradores torna os atores coletivos capazes de atuar em atuações (Bourdieu, 1985, p. 40). Uma intervenção tangível *in situ* do eu coletivo constitui então o ponto de referência para o reconhecimento de uma causa comum. Recorre-se a ordens que fornecem formas de personificação de um eu como simplificações da própria historicidade e oradores legítimos.

#### 4. Ação coletiva organizada para além da organização formal

Este conceito gradual também aponta para uma questão altamente relevante para a teoria da organização: como podemos distinguir significativamente a ação coletiva organizada de qualquer ação coordenada sem ter de assumir diretamente as organizações como atores coletivos estáveis e unitários? De fato, as pesquisas sobre organização e movimento mostraram durante algum tempo paralelos surpreendentes nas suas conclusões, apontando para novos movimentos sociais ou novas formas de organização como formas fluidas ou flexíveis de ação coletiva organizada para além dos coletivos unitários, tais como para além do movimento laboral baseado na classe (Rucht, 1994) ou da organização hierarquicamente integrada formal (Schreyögg e Sydow, 2010).

Na teoria da organização, há duas respostas conceptuais proeminentes a estas descobertas e a esta linha de interrogação. Primeiro, os conceitos generalizados de campos de ação estratégica são utilizados em análises (Friedberg, 1995; Fligstein e McAdam, 2012). Aqui, as organizações não são caracterizadas como sistemas sociais específicos (ou organização não como um processo específico). Ainda não está claro o que distingue a ação coletiva organizada de qualquer ação coletiva. Em vez disso, o foco está nos momentos mais gerais de confronto poderoso entre atores com interesses diferentes. Por outro lado, os conceitos graduais de “*partial organization*” ou “*degrees of organizationality*” atraem cada vez mais as atenções na atualidade (Ahrne & Brunsson, 2011; Dobusch & Schoeneborn, 2015; Grothe-Hammer, 2019). A gradualização tem lugar mantendo, em princípio, a ideia de uma organização formal hierarquicamente

integrada como ponto final de uma continuidade de organização.

O conceito de ação coletiva delineado acima pode ser ligado ao entendimento de Giddens de organização como um sistema específico e processo específico, e permite uma abordagem modificada a novas formas de ação coletiva organizada em comparação com estas duas respostas. Nesta perspetiva, as organizações tornam-se organizações porque nelas as atividades são coordenadas de acordo com um princípio típico, nomeadamente através de um “high degree of reflexive coordination of the conditions of system reproduction”. (Giddens, 1990, p. 303, Ortmann et al., 2000, McPhee & Zaugg, 2001). Refletindo altamente sobre as condições de reprodução do sistema, os processos de estruturação são caracterizados por um controle administrado, bem como a orientação das atividades para uma ordem (Weber, 1972, p. 545 e seguintes) em domínios de ação estrategicamente escolhidos (cf. Thompson, 2004). A organização é um processo em que parte das atividades é “continuamente orientada para a implementação e execução das ordens” (Weber, 1976 [1921], p. 154) em si (cf. Jungmann, 2019, p. 181 e seguinte). Assim, na organização, um foco organizacional específico é perpetuado e alterado através da geração altamente reflexiva de conhecimento e controle do que acontece (Windeler, 2014, p. 258 e seguinte).

Assim, uma perspetiva orientada para Giddens não recorre principalmente a graus de adesão formalizada e vinculativa, nem a uma compreensão das organizações como atores unitários. Ao mesmo tempo, a organização caracteriza tanto os sistemas sociais específicos como os processos de ação coletiva. O foco está nas práticas sociais altamente reflexivas do sistema de gestão, planeamento e administração da agência coletiva, que são capazes de dirigir redes de atividades interligadas para domínios de ação estrategicamente dispersos e um foco específico da organização. Significativamente, estas redes são informadas por um enquadramento organizacional algo semelhante e são reconhecidas como formas organizadas de causalidade de efeito. A ação coletiva organizada pode assim ser gerada sob as formas de intervenção seletiva, coletivos estabilizados, ou a ação de atores coletivos competentes elaborada anteriormente.

Como consequência do quadro delineado, a análise centrar-se-ia na organização como forma de coordenar a constituição de formas de ação coletiva que ocorrem

sempre em combinação com outras possibilidades. Analisar a constituição da ação coletiva organizada significa determinar as práticas através das quais uma ligação de atividades na prática é (re)produzida por agentes situados que se referem sempre a regras e recursos de múltiplos sistemas sociais ao mesmo tempo (Giddens, 1984, p. 25). Outro sistema ou outro tipo de coordenação são, por exemplo, as redes, que são coordenadas pelo recurso a um contexto relacional permanente (Windeler, 2014), ou movimentos sociais, comunidades, grupos e afins.<sup>9</sup>

O conceito delineado orienta a análise da ação coletiva organizada de três maneiras:

(1) O conceito centra-se em processos contestados, na sua maioria conflituosos, de reconhecimento de um efeito como gerado *organizacionalmente*. Neste processo, as organizações competem não só com as ações básicas dos indivíduos, mas também com outros sistemas sociais que também são relevantes na ação coletiva. Desta forma, o foco nas relações de poder e dominação, que torna as análises dos campos estratégicos de ação tão frutuosas do ponto de vista sociológico, pode ser especificamente orientado.

(2) Além disso, a ação coletiva organizada pode ser analisada sem pressupor o princípio de organização formal-hierárquica. No entanto, *a organização é caracterizada como um processo específico* de administração, planejamento e gestão de sistemas reflexivos, o que caracteriza as *organizações como sistemas sociais especiais*. Embora o conceito delineado tenha semelhanças com a abordagem gradual de Ahrne, Brunsson e outros, está, por outro lado, associado a um conceito generalizado de organização que não se concentra na formalização como uma característica específica das organizações. Assim, novas formas de organização não-formalizada, tais como iniciativas voluntárias, comunidades heterárquicas, ou ações de protesto eventizadas, também passam a ser vistas como ação coletiva organizada.

(3) Podemos também comparar a diversidade de formas “novas” e “antigas” com base num conceito abstrato de ação coletiva organizada. Podemos perguntar de forma diferenciada que papel desempenha a coordenação organizacional na emergência, estabilização e transformação dos coletivos. Este ponto aponta para um programa de investigação

decididamente comparativo, que será agora delineado de forma mais detalhada em conclusão.

## 5. A análise comparativa da organização de novos coletivos: um programa de investigação

No decurso do argumento, foi elaborado um heurístico que derivou pontos de referência do conceito de ação de Giddens a fim de tornar a constituição de vários aspetos e formas de ação coletiva acessível à teoria da prática. A heurística é entendida como uma crítica das práticas predominantes de teorização nas ciências sociais (cf. Bourdieu, 1987), especialmente aquelas que epistemicamente focalizam o nosso olhar já nos atores coletivos estáveis-uniformes. Em alternativa, foi proposto centrar-se nos *conjuntos de práticas de coordenação* o que permitem a constituição de três aspetos e três formas de agência coletiva na prática. A constituição de uma agência coletiva baseada em ações, estruturas ou processos, centrada nas abordagens existentes, é assim conceptualizada como mediada através de práticas de coordenação. A aquisição da compreensão gradual proposta em comparação com as teorias clássicas de ação e estrutura (por exemplo, Coleman, 1990; Meyer e Jepperson, 2000) consiste, além disso, no fato de já não se pressupor a existência de atores coletivos estáveis, pelo que também se incluem formas de *intervenção coordenadas a nível situacional*. Os conjuntos de práticas de coordenação descritos como situacionais, voláteis, plurais e flexíveis em coletivos “novos” podem assim ser comparados com os coletivos clássicos em termos de constituição de agência coletiva, utilizando o mesmo vocabulário. Em comparação com as teorias do processo (por exemplo, Latour, 2006), a aquisição reside no *facto de terem sido elaborados três critérios que distinguem a ação coletiva de qualquer ação ou interação coordenada*: a capacidade de agir como uma teia de atividades interligadas, o enquadramento como integrado e o reconhecimento da causalidade como uma teia.

Este conceito geral foi ainda ligado a um conceito de organização como sistemas sociais altamente reflexivos das suas próprias condições de sistema, caracterizados por processos de administração, planeamento e gestão do alinhamento das atividades com um quadro de ordenação.

<sup>9</sup> Já existem conceitos estabelecidos de grupos e outros sistemas sociais, que também tiveram origem em referência ao conceito básico de estruturação de Giddens (cf. Jungmann, 2019, p. 181 e seguinte).

Um programa de investigação comparativo com a intenção de teorizar substancialmente a organização de “novos” coletivos pode beneficiar da heurística proposta, na medida em que a constituição de uma agência coletiva se torna analiticamente acessível de forma diferenciada e seletiva. A comparação na organização dos novos coletivos com os coletivos clássicos, que trabalham sobre temas semelhantes e são considerados como contextos equivalentes de ação coletiva, está assim orientada para uma grelha de pesquisa abstrata (cf. Kelle & Kluge, 2010). As questões de investigação sobre como, por exemplo, a organização da cooperação em novas formas de organização ou movimentos sociais se compara às formas clássicas de cooperação numa organização formal-hierárquica integrada são orientadas pelo conceito desenvolvido de três maneiras:

(1) Na sequência deste estudo heurístico e empírico, os estudos empíricos deveriam primeiro perguntar como é que *os três aspetos da ação coletiva são coordenados através de práticas sociais* nos “novos” coletivos e como é que isto acontece nos coletivos clássicos. Assim, teria de ser analisado como, em ambos os contextos, uma capacidade de agir em ligação, um enquadramento semelhante nas atividades envolvidas como integradas, e um reconhecimento da causalidade como ligação ocorrem em episódios típicos de ação coletiva. Seria sempre necessário perguntar que papel a organização específica destes contextos desempenha para a sua capacidade coletiva de ação. Neste contexto, os bloqueios típicos e novos no desenrolar destes três aspetos coordenadores devem também estar sempre relacionados com os envoltimentos das práticas sociais.

(2) Deve também perguntar-se que *significado têm as três formas de intervenção coletiva acima mencionadas, os coletivos estabilizados e os atores coletivos* em episódios de ação coletiva, ou que combinações típicas destas formas existem, e em que medida uma mudança ou uma forma de continuidade pode ser observada aqui hoje em dia. A análise centra-se na disposição destas formas de ação coletiva no tempo e no espaço através de práticas de coordenação. As práticas de coordenação organizacional desempenham um papel quando as práticas são dominadas pelo princípio da coordenação e reflexão altamente reflexiva do sistema, por exemplo, quando são práticas de administração, planeamento ou gestão.

(3) Além disso, as regularidades na configuração dos diferentes *níveis da constituição da agência coletiva* entre coletivos novos e coletivos clássicos devem ser comparadas. Primeiro, a elaboração da dualidade da estrutura na coordenação da ação coletiva nos três níveis das necessidades sociais a focar. A ação coletiva é analisada como um processo de coordenação reflexiva das práticas sociais que é ao mesmo tempo poderoso, comunicativamente significativo e relacionado com a legitimação (Giddens, 1984, p. 28 e seguintes). Deve então ser esclarecido em que medida surgem práticas diferentes ou conjuntos de práticas ou se são incorporadas novas práticas nos acordos existentes. Além disso, teria de ser qualificado em que medida as condições e consequências da prática da ação coletiva se alteraram. É significativo até que ponto os diferentes padrões de geração de participação individual e posicionamento em contextos de ação coletiva ganham relevância. Igualmente importante aqui é a medida em que consequências involuntárias e condições não reconhecidas de participação e posicionamento mudam ou permanecem constantes. Além disso, deve ser esclarecido se novos tipos de ordens sociais com modos de coordenação semelhantes, quadros regulamentares e conjuntos de regras-recursos desempenham um papel, ou se ocorrem mudanças dentro dos tipos existentes (cf. Windeler, 2001, 2014). Além disso, é necessário questionar constantemente diferentes combinações de ordens.

Característica para novas formas de organização e movimentos poderia ser, por exemplo, a mistura constante de intervenções coletivas espontâneas, em parte baseadas em grupos e ordens de rede descentralizadas e permanentes, que incluem sempre elementos formais-hierárquicos de organização clássica ou de organização alternativa. Assim, a flexibilidade e a permanência da ação coletiva em ambientes altamente instáveis parecem ser compatíveis. O vocabulário aqui desenvolvido é apenas um primeiro passo para uma teorização substancial dos novos coletivos. Através de uma comparação sistemática, a nova qualidade e o papel da organização na ação coletiva contemporânea devem ser primeiro examinados, compreendidos e explicados.

### Referências Bibliográficas

ADLOFF, Frank.; BÜTTNER, Sebastian.; WEYAND, Jan. “Können Kollektive handeln? Ein Vorschlag

- jenseits von Realismus und Konstruktivismus“. In: *Zeitschrift für Kultur- und Kollektivwissenschaft*, vol. 2, nº1, 2016, p. 89-120.
- AHRNE, Goeran.; BRUNSSON, Nils. “Organization outside organizations: The significance of partial organization“. In: *Organization*, vol. 18, nº1, 2011, p. 83-104.
- ALKEMEYER, Thomas.; BRÖCKLING, Ulrich. “Jenseits des Individuums - Zur Subjektivierung kollektiver Subjekte. Ein Forschungsprogramm“. In: ALKEMEYER, T.; BRÖCKLING, U.; PETER, T. (Orgs.). *Jenseits der Person: Zur Subjektivierung von Kollektiven*. Bielefeld: transcript, 2018, p. 17-33.
- BADER, Veit-Michael. *Kollektives Handeln. Protheorie sozialer Ungleichheit und kollektiven Handelns II*. Opladen: Leske + Budrich, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Leben in der Flüchtligen Moderne*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2007.
- BENFORD, Robert.; SNOW, David. “Framing processes and social movements: An overview and assessment“. In: *Annual Review of Sociology*, vol. 26, nº1, 2000, p. 611-639.
- BOURDIEU, Pierre. *Sozialer Raum und ‘Klassen’ - Leçon sur la leçon*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Sozialer Sinn. Kritik der theoretischen Vernunft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987.
- BROMLEY, Patricia.; MEYER, John. *Hyper-Organization. Global organizational expansion*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1990.
- COOREN, Francois.; BRUMMANS, Boris.; CHARRIERAS, Damien. “The coproduction of organizational presence: A study of Médecins Sans Frontières in action.“ In: *Human relations*, vol. 61, nº10, 2008, p. 1339-1370.
- DAN-COHEN, Meir. “Bureaucratic Organizations and the Theory of Adjudication“. In: *Columbia Law Review*, vol. 85, nº1, 1985, p. 1-37.
- DAVIDSON, Donalds. “Handeln“. In: DAVIDSON, D. (Orgs.). *Handlung und Ereignis*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990, S. 73-98.
- DEWEY, John. *Logik: Die Theorie der Forschung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.
- DOBUSCH, Leonhard.; SCHÖNEBORN, Dennis. „Fluidity, identity, and organizationality: The communicative constitution of Anonymous“. In: *Journal of management studies*, vol. 52, 2015, p.1005-1035.
- DURKHEIM, Émile.; MAUSS, Marcel. *Primitive Classification*. London: Routledge, 2009.
- FLIGSTEIN, Neil.; MCADAM, Doug. *A theory of fields*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- FRIEDBERG, Erhard. *Ordnung und Macht. Dynamiken organisierter Handelns*. Frankfurt am Main: Campus, 1995.
- GESER, Hans. “Organisationen als soziale Akteure“. In: *Zeitschrift für Soziologie*, vol. 19, nº6, 1990, p. 401-417.
- GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory. Action, structure and contradiction in social analysis*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, London: Macmillan, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A contemporary critique of historical materialism. Power, poverty and the state Vol. 1*. Houndmills: Macmillan, 1981.
- \_\_\_\_\_. *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. “Structuration theory and sociological analysis“. In: CLARK, J.; MODGIL, C.; MODGIL, S. (Orgs.). *Anthony Giddens. Consensus and controversy*. London: Falmer, 1990, p. 297-315.
- \_\_\_\_\_. *New rules of sociological method: A positive critique of interpretative sociologies*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- GROTHER-HAMMER, Michael. “Organization without actorhood: Exploring a neglected phenomenon“. In: *European Management Journal*, vol. 37, nº3, 2019, p. 325-338.
- HONNETH, Axel. *Das Ich im Wir. Studien zur Anerkennungstheorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2010.
- JUNGMANN, Robert. *Die Praxis kollektiven Handelns*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2019.
- \_\_\_\_\_. “Kollektives Handeln und die neuen Kollektive. Eine praxistheoretische Heuristik“. In: *Zeitschrift für Soziologie*, vol. 49, nº1, 2020, p. 49-65.
- KELLE, Udo.; KLUGE, Susann. *Vom Einzelfall zum Typus: Fallvergleich und Fallkontrastierung in der qualitativen Sozialforschung*. Wiesbaden: VS, 2010.
- KELLOG, Katherine.; ORLIKOWSKI, Wanda.; YATES, JoAnne. Life in the trading zone: Structuring coordination across boundaries in postbureaucratic organizations. In: *Organization Science*, vol. 17, nº1, 2006, p. 22-44.
- LATUR, Bruno. *Eine neue Soziologie für eine neue*

*Gesellschaft: Einführung in die Akteur-Netzwerk-Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.

LUHMANN, Niklas. *Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

MARX, Karl. *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*. In: MARX, K.; ENGELS, F. (Orgs.). *Werke*. Band 8. Berlin: Dietz, 1960. p. 112-207.

MATYS, Thomas. *Legal Persons – „Kämpfe“ und die organisationale Form*. Wiesbaden: Springer Verlag, 2011.

MCPHEE, Robert.; ZAUG, Pamela. “Organizational theory, organizational communication, organizational knowledge, and problematic integration”. In: *Journal of Communication*, vol. 51, n°3, 2001, p. 574-591.

MEYER, John.; JEPPEPERSON, Ronald. “The ‘actors’ of modern society: The cultural construction of social agency”. In: *Sociological Theory*, vol. 18, n°1, 2000, p. 100-120.

OLIVER, Pamela. “Formal models of collective action”. In: *Annual Review of Sociology*, vol. 19, n°1, 1993, p. 271-300.

ORTMANN, Günther.; SYDOW, Jörg.; WINDELER, Arnold. “Organisation als reflexive Strukturierung”. In: ORTMANN, G.; SYDOW, J.; TUERK, K. (Orgs.). *Theorien der Organisation*. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2000, p. 315-354.

OSTROM, Elinor. “Collective Action and the Evolution of Social Norms”. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 14, n°3, 2000, p. 137-158.

PARSONS, Talcott. *The social system*. London: Routledge, 1991.

PUTNAM, Robert. *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

RECKWITZ, Andreas. “Grundelemente einer Theorie sozialer Praktiken. Eine sozialtheoretische Perspektive”. *Zeitschrift für Soziologie*, vol. 32, n°4, 2003, p. 282-301.

\_\_\_\_\_. *Die Gesellschaft der Singularitäten. Zum Strukturwandel der Moderne*. Berlin: Suhrkamp, 2017.

RITSERT, Jürgen. *Soziologie des Individuums*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2001.

RUCHT, Dieter. *Modernisierung und neue soziale Bewegungen: Deutschland, Frankreich und USA im Vergleich*. Frankfurt a. M.: Campus, 1994.

SCHATZKI, Theodore. *The site of the social: a philo-*

*sophical account of the constitution of social life and change*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

SCHREYÖGG, Georg.; SYDOW, Jörg., 2010: “Crossroads—organizing for fluidity? Dilemmas of new organizational forms”. In: *Organization Science*, vol. 21, n°6, 2010, p. 1251-1262.

SCHULZ-SCHAEFFER, Ingo. “Technik in heterogener Assoziation: Vier Konzeptionen der gesellschaftlichen Wirksamkeit von Technik im Werk Latours”. In: KNEER, G.; SCHROER, M.; SCHÜTTPELZ, E. (Orgs.). *Bruno Latours Kollektive: Kontroversen zur Entgrenzung des Sozialen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008. S. 108-154

SCHWEIKARD, David. “Gemeinsame Absichten – Grundzüge einer nicht-individualistischen Theorie gemeinsamen Handelns”. In: ALBERT, G.; GRESHOFF, R.; SCHÜTZEICHEL, R. (Orgs.). *Dimensionen und Konzeptionen von Sozialität*. Wiesbaden: VS, 2010, p. 137-152.

SENNETT, Richard. *Zusammenarbeit*. Berlin: Hanser Berlin, 2012.

STAR, Susan. “Kooperation ohne Konsens in der Forschung: Die Dynamik der Schließung in offenen Systemen”. In: STRÜBING, J.; SCHULZ-SCHAEFFER, I.; MEISTER, M.; GLÄSER, J. (Orgs.). *Kooperation im Niemandsland: Neue Perspektiven auf Zusammenarbeit in Wissenschaft und Technik*. Opladen: Leske + Budrich, 2004, p. 58-76.

TAYLOR, Charles. *The ethics of authenticity*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

THOMPSON, James. *Organizations in action. Social science bases of administrative theory*. New Brunswick; London: Transaction Publisher, 2004.

THOMPSON, Michael. *Leben und Handeln: Grundstrukturen der Praxis und des praktischen Denkens*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2011.

TILLY, Charles. “From Mobilization to Revolution”. In: *Center for Research on Social Organization*. Ann Arbor Michigan: CRSO Working Paper, 1977.

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriß der verstehenden Soziologie*. Tübingen: Mohr, 1972.

WEHOWSKY, Stephan. “Eventisierung – zwischen bürgerlichem Widerstand und totaler Revolte”. In: BETZ, G.; HITZLER, R.; PFADENHAUER, M. (Orgs.). *Urbane Events*. Wiesbaden: Springer Verlag, 2011, p. 159-168.

WINDELER, Arnold. *Unternehmensnetzwerke. Konstitution und Strukturierung*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 2001.

\_\_\_\_\_. “Können und Kompetenzen von Individuen, Organisationen und Netzwerken”. In: WINDELER, A.; SYDOW, J. (Orgs.). *Kompetenz*. Wiesbaden: Springer Verlag, 2014, p. 225-301.

# Teoria Decisória nas Organizações: rumo a um quadro teórico integrado de Organização<sup>1</sup>

Michael Grothe-Hammer<sup>2</sup>

Héloïse Berkowitz<sup>3</sup>

Olivier Berthod<sup>4</sup>

## Resumo:

Neste texto são desenvolvidas as bases para uma Teoria Decisória nas Organizações (TDO). Abordagens importantes, como a teoria dos sistemas sociológicos, a da organização parcial e meta-organizacional, ou a organizacionalidade, compartilham a suposição de que as decisões são um componente central das organizações. Entretanto, os estudos sobre organização ainda falham em explicar plenamente o papel das decisões no seu surgimento e na sua continuação. No entanto, enquanto as sociedades pré-modernas poderiam contar com ordens institucionalizadas na forma de tradições e autoridade, o mundo contemporâneo repousa sobre uma miríade de decisões para lidar com as complexidades sociais. Assim, desenvolvemos, de forma integrada, uma Teoria Decisória nas Organizações (TDO) na qual articulamos vários conceitos da teoria da organização, apresentando a organização tanto como um sistema de decisões quanto como uma ordem social decidida. Assumindo, adiante, a organização como *continua*, distinguimos entre ‘organizacionalidade entitativa’, ou seja, os graus de organizacionalidade no nível da entidade, e ‘organizacionalidade estrutural’, ou seja, uma combinação de elementos organizacionais. Esta abordagem constitui um desenvolvimento importante para a Teoria Organizacional (TO) porque nos ajuda a analisar a complexa estratificação e o entrelaçamento das ordens sociais dentro, fora, entre e como organização(ões), e a identificar pesquisas futuras sobre o ‘aninhamento’ da organização e a manutenção dos limites organizacionais.

**Palavras-chave:** Organização; Decisão; Organização parcial; Meta-organização; Organização; Niklas Luhmann.

## Decisional Organization Theory: Towards an Integrated Framework of Organization

### Abstract:

This paper develops the bases for a decisional organization theory. Important approaches, like sociological systems theory, partial and meta-organization, or organizationality, share the assumption that decisions are a central component of organizations. However, organization studies still fail to account fully for the role of decisions in the emergence and continuation of organization. Yet, while pre-modern societies could rely

<sup>1</sup>Este artigo é uma tradução, com permissão dos autores, da versão original em inglês publicada como capítulo de livro: Grothe-Hammer, M.; Berkowitz, H. & Berthod, O. (*Forthcoming*). Decisional organization theory: an integrated framework of organization. In: M. Godwyn (Ed.), *Research Handbook on the Sociology of Organizations*. Edward Elgar Publishing Ltd. Tradução: Arthur Silvério dos Santos e Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel. Revisão técnica: Prof. Dr. Paulo Rodrigues Cerqueira e Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel.

<sup>2</sup>Doutor (rer. pol.) em Sociologia / Helmut Schmidt University Hamburg, Alemanha (2018). Mestrado em Sociologia / Universidade de Bielefeld, Alemanha (2013). Bacharel em Sociologia / Universidade de Bielefeld, Alemanha (2009).

<sup>3</sup> PhD em Gestão / Ecole Polytechnique (2016). Mestrado em administração de empresas / HEC Paris (2013), Mestrado em gestão internacional / CEMS Global Alliance (2013), Mestrado em História e Geopolítica / Paris Sorbonne (2010).

<sup>4</sup>Doutor (rer. pol.) em Negócios e Economia / Freie Universitaet Berlin, Alemanha (2011). Mestrado em Administração de Empresas / Université Paris Dauphine, França (2006).

on institutionalized orders in the form of traditions and authorities, the contemporary world rests on a myriad of decisions to cope with societal complexities. We develop an integrated, decisional organization theory (decisional OT) in which we articulate several concepts of organization theory, thus presenting organization as both a system of decisions and a decided social order. Looking further at organization as continua, we distinguish between ‘entitative organizational’ i.e., degrees of organizational at the entity level, and ‘structural organizational’, i.e., a combination of organizational elements. This approach constitutes an important development for OT because it helps us to analyze the complex layering and intertwining of social orders inside, outside, among, and as organization(s), and identifying future research on the nesting of organization and the maintenance of organizational boundaries.

**Keywords:** Organization; Decision; Partial organization; Meta-organization; Organizationality; Niklas Luhmann.

### Introdução

As decisões são a pedra angular de muitas perspectivas e teorias da organização. As contribuições clássicas de Barnard (1938), ou March e Simon (1958) e seus trabalhos subsequentes, contribuíram muito para desenvolver uma visão das organizações como sistemas de racionalidade limitada, nos quais os gerentes tentam satisfazer as situações por meio de decisões. Eventualmente, a tomada de decisões organizacionais se tornou um objeto de estudo por direito próprio. O esforço para compreender o que prejudica a viabilidade da tomada racional de decisões tem sido um tema persistente de pesquisa (Brunsson & Brunsson, 2017; Cabantous & Gond, 2011). Por um lado, os modelos políticos (e.g., Allison, 1971; Etzioni, 1967; Lindblom, 1965) lançam luz sobre o papel da participação e da oposição na tomada de decisões organizacionais. Por outro lado, modelos críticos questionam se os tomadores de decisão elaboram alguma tentativa de racionalização no processo (Cohen et al., 1972) e destacam a irracionalidade inerente às organizações (Brunsson, 1985). Entretanto, à medida que surgiram novas teorias de organização, a pesquisa sobre a tomada de decisões organizacionais se tornou

cada vez mais preocupada consigo mesma, a ponto de se tornar um tópico preso em “sua própria letargia” (Langley et al., 1995, p. 261).

No entanto, as decisões estão voltando para o banco da frente. Nas últimas décadas, várias novas formas de organização surgiram (Brès et al., 2018; De Bakker et al., 2013; Schreyögg & Sydow, 2010; Taylor, 2000). As organizações estão se tornando mais fluidas, latentes, modulares, temporárias ou parciais, enquanto a forma burocrática clássica de organização está em declínio (Ahrne et al., 2016; Brès et al., 2018; Schreyögg & Sydow, 2010). Além disso, a pesquisa está reconhecendo cada vez mais o fato de que as organizações organizam suas interações e relações em rede, mercado, meta- e macro-organizações (Ahrne & Brunsson, 2008; Brunsson et al., 2018; Raab & Kenis, 2009). Conceitos bem estabelecidos de burocracia, orientação para objetivos, formalidade, hierarquias e filiação têm sido identificados como inadequados para captar esta realidade empírica em mudança, confrontando estudos organizacionais com severos desafios teóricos (Barley, 2016; Brès et al., 2018; Davis, 2015; Grothe-Hammer & Kohl 2020; King, 2017). Como resultado, muitos estudiosos vêem que a teoria da organização se encontra em uma crise existencial porque ela perde cada vez mais a capacidade de compreender seu objeto central de pesquisa, ou seja, a organização. Em contraposição a este desenvolvimento, alguns estudiosos começaram a buscar novas formas de teorizar o fenômeno da organização. Um resultado disto é um renascimento da ideia de que as decisões são o elemento central da organização.

Contra este cenário, faremos duas coisas neste artigo. Primeiro, reunimos uma visão geral das teorias e perspectivas contemporâneas sobre pesquisa organizacional que compartilham um ponto em comum: um interesse renovado nas decisões como uma unidade central de análise (Ahrne, Brunsson, & Seidl, 2016; Apelt et al., 2017). Este “novo decisionismo” (trocadilho pretendido) abrange perspectivas tão diversas quanto a *teoria sociológica dos sistemas sociais* concebida por Luhmann (2018), a abordagem de *organização parcial* introduzida por Ahrne e Brunsson (2011), a corrente de estudos sobre *meta-organizações* (Ahrne, Brunsson & Kerwer, 2016) e o conceito de *graus de organização* (Dobusch & Schoeneborn, 2015). Em segundo lugar, usamos esta visão geral para delinear os pilares básicos de uma teoria unificada. Ahrne, Brunsson e Seidl

(2016) sugeriram que uma perspectiva combinada enraizada nas decisões poderia colocar “os estudos de organização no coração das ciências sociais” e “oferecer insights fundamentais sobre o funcionamento de nosso mundo” (p. 99). Neste artigo, submetemos-nos a esta chamada e queremos mostrar como o cruzamento das quatro perspectivas em uma teoria geral oferece as ferramentas necessárias para explicar como é a organização no Século XXI (Brummans et al., 2014; Schoeneborn et al., 2019; Wilhoit & Kisselburgh, 2015). Especificamente, argumentaremos que as perspectivas acima mencionadas podem ser tratadas como facetas de uma teoria abrangente que captura formas organizacionais tradicionais, bem como formas organizacionais mais esquivas. Tal perspectiva tem o potencial de enfrentar as crises existenciais da teoria da organização, proporcionando uma nova compreensão da organização e de suas implicações para a sociedade moderna. Chamaremos esta perspectiva de *Teoria da Organização Decisória*, ou *TO decisória*, para abreviar.<sup>5</sup>

## PART 1. Definindo a noção de decisão

### 1.1. Quatro perspectivas sob escrutínio

Quatro perspectivas são abordadas neste artigo: a *teoria sociológica dos sistemas sociais*, a abordagem da *meta-organização*, a abordagem da *organização parcial*, e o conceito de *graus de organização*. A *teoria sociológica dos sistemas sociais*, tal como concebida por Niklas Luhmann (2018), baseia-se nos trabalhos clássicos de March e Simon (1993 [1958]) ao adotar a visão de que as decisões são centrais para definir organizações, e que as estruturas organizacionais podem ser entendidas como premissas para essas mesmas decisões. A teoria sociológica dos sistemas sociais define então as organizações como entidades processuais operativamente fechadas, que se distinguem de seus ambientes por consistirem em processos de decisão recursivamente acoplados que reproduzem constantemente esta distinção. Partindo desta visão, os estudiosos têm oferecido, por exemplo, *insights* sobre consultoria em gestão (Czarniawska, 2017; Mohe & Seidl, 2011), em gestão estratégica (Rasche & Seidl, 2017), nos processos organizativos baseados em projetos ou temporários (Grothe-Hammer & Schoeneborn 2019), em identidade organizacional

(Seidl, 2005a), em construção de agências (Blaschke, 2015) e na construção de imagem organizacional (Kühl, 2021).

Baseando-se, parcialmente, em Luhmann, assim como em March e Simon, Ahrne e Brunsson (2005, 2008) introduziram o conceito de meta-organizações para capturar organizações que têm organizações como seus membros. Exemplos de tais meta-organizações são federações esportivas, como a FIFA, organizações internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, e associações comerciais nacionais, como o Instituto Americano do Petróleo. Ao definirem as meta-organizações, os autores também partem do pressuposto de que as decisões são o elemento constitutivo da organização (Ahrne, Brunsson & Kerwer, 2016). Subscrevendo-se a este ponto de vista, os estudiosos lançaram luz sobre meta-organizações como os grupos multi-*stakeholder* do setor de petróleo e gás (Berkowitz et al., 2017), o (do) setor de financiamento da população (Berkowitz & Souchaud, 2019b), ou a Agência Mundial Antidoping (Malcourant et al., 2015).

Além disso, Ahrne e Brunsson (2011) introduziram a noção de *organização parcial*, argumentando que a organização pode ser definida como um certo tipo de ordem social, ou seja, uma ordem social que é o resultado de decisões. Este tipo de ordem social é entendido como fundamentalmente diferente de outros tipos de ordem social, por exemplo, as instituições. Aplicando esta noção, os estudiosos têm pesquisado uma ampla variedade de fenômenos sociais. Estudiosos, por exemplo, estudaram relações românticas (Ahrne, 2015), coletivos sem filiações de membros (Grothe-Hammer, 2019a), movimentos sociais (Den Hond et al., 2015), e mercados (Ahrne et al., 2015) como instâncias de organização.

Finalmente, alguns pesquisadores começaram a integrar uma visão de organização baseada em decisões com a perspectiva da “Comunicação como Constituinte de Organização” (CCO) (Brummans et al., 2014; Schoeneborn et al., 2014). A este respeito, Dobusch e Schoeneborn (2015) desenvolveram o conceito de *graus de organização*, utilizando assim parcialmente a teoria sociológica dos sistemas sociais e a teoria da organização parcial. Eles introduziram a ideia de que os coletivos podem ser vistos como mais ou menos

<sup>5</sup> Entendemos uma teoria como um conjunto de afirmações conectando diferentes conceitos, que por sua vez definem termos específicos que denotam certos fenômenos (Turner, 2013, pp. 824-865).

organizacionais, desde que apresentem pelo menos instâncias de tomada de decisão interconectadas.

Todas as quatro perspectivas se baseiam no trabalho seminal de March e Simon (1993 [1958]), mas vão além dele em três aspectos cruciais. Antes de tudo, em contraste com March e Simon (1993), que olharam para o comportamento individual de decisão, os trabalhos mais recentes são constituídos a partir de um entendimento baseado na comunicação da noção de decisão (Ahrne et al., 2016; Ahrne & Brunsson, 2019; Apelt et al., 2017; Luhmann, 2018; Schoeneborn et al., 2014). Segundo, enquanto os trabalhos clássicos de March e Simon ofereciam uma perspectiva híbrida entre Comportamento Organizacional (CO) e Teoria da Organização (TO), os trabalhos mais recentes estão meramente preocupados em desenvolver a TO. Terceiro, enquanto March e Simon (1993) declararam que as decisões eram a “construção central” de sua teoria (p. 3), eles de fato não trataram as decisões como o elemento constitutivo da organização (pp. 2, 23). Em contraste, os trabalhos mais recentes, por sua vez, baseiam-se explicitamente no pressuposto de que as decisões são os elementos constitutivos da organização (Ahrne et al., 2016; Ahrne & Brunsson, 2011; Apelt et al., 2017; Dobusch & Schoeneborn, 2015; Luhmann, 2018, p. 2; Schoeneborn et al., 2014).

No entanto, estes quatro debates continuam, até agora, em grande parte, fragmentados. Por exemplo, embora a noção de organização parcial tenha oferecido novos entendimentos sobre a organizacionalidade dos fenômenos sociais, como relações íntimas (Ahrne, 2015) ou mercados (Ahrne et al., 2015), falta-lhe uma conexão com uma teoria de organizações como entidades (Apelt et al., 2017). A teoria dos sistemas modernos (ver Luhmann, 2018), por outro lado, oferece uma elaborada teoria das organizações como entidades processuais, uma teoria que está imersa em uma teoria grande e complexa que adota uma perspectiva multinível. No entanto, esta teoria tende a permanecer em silêncio quando se trata de compreender novas formas de organização que, por exemplo, não dependem de filiação (Grothe-Hammer, 2020).

Apesar desta fragmentação, as quatro perspectivas compartilham da base comum de que a tomada de decisões não é apenas algo que acontece no contexto da organização. Em vez disso, a organização é vista como consistindo em decisões. Vemos esta visão radical de “organização como decisão” como o núcleo conceitual

de todas as quatro perspectivas acima mencionadas. Com base nesta visão, nas páginas seguintes, obteremos uma perspectiva teórica integrada na qual as quatro correntes de pesquisa podem ser tratadas como facetas de um todo integral.

## 1.2 O que é uma decisão?

Para lançar as bases de uma teoria de organização integrada das decisões, precisamos esclarecer o que são decisões. Os autores muitas vezes definem uma decisão como “fazer uma escolha entre ações ou posições alternativas” (Cunliffe & Luhman, 2013, p. 45; da mesma forma, Bruch & Feinberg, 2017). Esta linha de trabalho coloca a ênfase na psicologia e na intenção, colocando desafios para a teorização da organização em nível sociológico (Andersen, 2003; Luhmann, 2003; Seidl, 2005b). Para um nível sociológico, o foco em processos cognitivos não fornece uma descrição suficiente de como as decisões acontecem. Por exemplo, as pessoas muitas vezes tomam decisões sem mesmo perceber, ou seja, se fizeram ou não fizeram algo, algo que outros podem então considerar uma decisão da mesma forma. Portanto, as decisões também podem ser entendidas como construções sociais (Abend, 2018); um fenômeno social emergente que ocorre somente quando várias pessoas se relacionam umas com as outras (Luhmann 2018).

De modo clássico, Herbert Simon (1997 [1945]) tratou a tomada de decisões como um evento social. Especificamente, ele descreveu uma decisão como a instância quando um indivíduo seleciona um determinado curso de ação dentro de uma infinidade de ações possíveis. Entretanto, como ele deixou claro, uma decisão não implica necessariamente um “processo consciente ou deliberado” (p. 3) e pode também significar uma simples “ação reflexa” (p. 3). Em sua monografia seminal “Organização”, March e Simon (1958, 1993) se basearam neste entendimento de tomada de decisão. Segundo eles, as organizações surgem por causa da racionalidade limitada dos indivíduos na tomada de decisões. Na opinião deles, as organizações e suas estruturas permitem reduzir a incerteza na tomada de decisões e podem incentivar os indivíduos a tomar certas decisões em vez de outras.

A perspectiva de March e Simon permite analisar o processo de como indivíduos e grupos chegam a determinadas decisões e que elementos

podem influenciar essas decisões. Eles resolveram o problema que veio com a implicação psicológica da intencionalidade (Andersen 2003) e, portanto, uniram as disciplinas de CO e TO, combinando um indivíduo com uma visão organizacional. March e Simon inspiraram todo um fluxo de pesquisa de “tomada de decisão organizacional”, que abrange uma ampla variedade de trabalhos em torno da tomada de decisão individual e em grupo nas organizações (Shapira, 1997).

Entretanto, na compreensão de March e Simon de decisões como sendo meras seleções, praticamente tudo o que alguém faz se torna uma decisão. Embora não queiramos negar o valor analítico desta compreensão da tomada de decisões (e particularmente do processo de chegar a certas decisões), esta noção é bastante arbitrária e não fornece insights em certas peculiaridades sociais e de consequências do fenômeno da própria decisão.

Contra este cenário, afirmamos que os trabalhos mais recentes que podem ser considerados de TO decisória empregam uma compreensão significativamente diferente da noção de decisão. Em vez de tratar as decisões como um evento psicológico ou como uma mera seleção de opções teoricamente possíveis, a TO decisória define as decisões como um *subtipo de comunicação*. Como, por exemplo, Ahrne e Brunsson formulam:

“As decisões organizacionais são comunicações sobre a forma como as pessoas devem agir ou as distinções ou classificações que devem fazer” (Ahrne & Brunsson 2019, p. 7; ver também Ahrne, Brunsson & Seidl 2016; Apelt et al. 2017; Luhmann 2018; Schoeneborn et al. 2014).

A definição de decisões como um certo tipo de comunicação, além disso, enfatiza que as decisões têm características específicas que diferem de outros eventos sociais:

“O que é particular nas decisões é que elas são ‘comunicações compactas’, que comunicam sua própria contingência (‘contingência’ aqui no sentido de ‘também possível de outra forma’). Ao contrário de uma comunicação comum, que comunica apenas um conteúdo específico que foi selecionado (por exemplo, ‘eu te amo’), uma comunicação de decisão comunica também - explícita ou implicitamente - que existem alternativas que poderiam ter sido selecionadas (por exemplo, ‘eu vou empregar o candidato A e não o candidato B’).” (Seidl 2005b,

p. 39).

Como resultado, as decisões são inerentemente paradoxais (Luhmann, 2005; Rasche & Seidl, 2017). Retomando as palavras de Chia, as decisões são “atos de pontuação do fluxo de experiências humanas a fim de facilitar a tomada de sentido e de aliviar nossa ansiedade cartesiana” (Chia, 1994, p. 781). Uma decisão tenta selecionar um determinado curso de ação - um significado particular - enquanto sempre comunica opções não selecionadas e simultaneamente sua (ir-)relevância. Em outras palavras, as decisões sempre fixam e, ao mesmo tempo, abrem um significado (Grothe-Hammer & Schoeneborn 2019) - assim “dramatizam a incerteza” (Ahrne & Brunsson 2011, p. 90). Por conseguinte, as decisões geralmente provocam contestação, porque as opções são sempre visíveis. Ahrne e Brunsson descreveram as decisões como “tentativas” (Ahrne & Brunsson 2008, p. 50), porque tentam selecionar um determinado curso de ação, mas muitas vezes falham ao fazê-lo.

### 1.3 O que é organização e por que ela é relevante?

Apesar de serem inerentemente paradoxais, as decisões oferecem *especificidade, imediaticidade potencial e responsabilidade (accountability)* que nenhum outro tipo de operação social pode proporcionar (Ahrne & Brunsson, 2019). As decisões oferecem a possibilidade de instruções extremamente específicas, especialmente quando começam a construir umas com base nas outras. Além disso, as decisões podem ser tomadas e alteradas imediatamente. Finalmente, as decisões produzem a necessidade de atribuir responsabilidades, de modo que alguém - um indivíduo ou organização - possa ser responsabilizado por elas.

Nossa sociedade moderna depende crucialmente de decisões para funcionar, o que é significativamente diferente das sociedades pré-modernas (Apelt et al. 2017). As sociedades pré-modernas poderiam contar principalmente com a ordem social institucionalizada na forma de tradições e autoridades que surgiram organicamente. É claro que existiam decisões e elas eram relevantes, mas, ao contrário de hoje, elas não forneciam as bases estruturais cruciais para o funcionamento da sociedade. Os líderes políticos geralmente não eram escolhidos, mas impostos pela ordem de nascimento e/ou pela “Vontade de Deus”. A ocupação e o status

geralmente não eram escolhidos, mas atribuídos. A lei [sistema jurídico] não foi positivizada, mas considerada como a lei da natureza (Luhmann 2012, 2013), e assim por diante. Isto começou a mudar no século XVII. A sociedade atual depende de uma miríade de decisões que produzem e lidam com as enormes complexidades da modernidade (Ahrne & Brunsson 2011; Apelt et al. 2017; Luhmann 2013). Sem decisões, as viagens aéreas modernas, a Internet e a produção de energia não seriam possíveis. Isto não significa que os estudiosos da TO decisória devam negligenciar a importância da ordem social institucionalizada na sociedade moderna. A este respeito, os sociólogos têm repetidamente enfatizado a relevância das instituições para a sociedade e organizações modernas (Greenwood et al., 2017). Entretanto, em contraste com tais perspectivas institucionais, os estudiosos da abobordagem da TO decisória apontam a importância crucial da *interação* entre a ordem social institucionalizada, por um lado, e os processos decisórios e a ordem social decidida, por outro (Ahrne, 2015; Ahrne et al., 2016; Apelt et al., 2017; Laamanen et al., 2020). Enquanto a ênfase é colocada na noção de decisão para destacar a decisionalidade da organização, os estudiosos da TO decisória também estão muito conscientes de que muitos fenômenos não podem ser reduzidos a decisões e que as decisões só podem ser tomadas no contexto de uma miríade de processos e ordens não decisórias - como a ordem espontânea (Goffman, 1966), as instituições (Ahrne, 2015), ou cultura (Luhmann, 2018). Não obstante, somente as decisões podem - em combinação com formas institucionalizadas e elementares de ordem social - fornecer as complexas estruturas necessárias em qualquer área da sociedade moderna (Apelt et al. 2017; Luhmann, 2018).

No entanto, embora as decisões sejam tão importantes para o funcionamento da sociedade moderna, elas permanecem inerentemente paradoxais, como demonstramos anteriormente. Devido a sua paradoxalidade, as decisões tendem a provocar contestação, ou seja, se alguém não aceita a alternativa certa escolhida (Seidl, 2005b). Assim, muitas vezes as decisões não conseguem obter aprovação e continuam sendo meras tentativas, sem se tornarem premissas para ações subsequentes. Como consequência, a sociedade depende de mecanismos que desparadoxifiquem, em certa medida, o paradoxo inerente de decisões. Em outras palavras, a sociedade depende de certas

maneiras de fixar a seleção de possibilidades específicas, permanecendo aberta para mudar essas mesmas fixações. A este respeito, discutimos aqui dois mecanismos principais de desparadoxificação da tomada de decisões, que podem ser entendidos como *duas formas especiais de ordem social*.

Primeiro, as *organizações* surgiram como um certo tipo de ordem social na forma de entidades processuais cujo modo principal de operação é caracterizado por decisões, por exemplo, empresas, escolas, órgãos públicos e associações voluntárias. As organizações são entidades processuais cujos elementos constitutivos assumem a forma de decisões. As organizações são um fenômeno novo que não existia nas sociedades pré-modernas (Apelt et al. 2017; Luhmann 2020). Elas são, por um lado, um produto da sociedade moderna e foram, por outro, uma condição prévia para o desenvolvimento desta mesma sociedade (Luhmann 2012, 2013; Schoeneborn et al. 2014). Tanto as organizações quanto a sociedade moderna se constituíram.

Em segundo lugar, a sociedade moderna criou manifestações diferentes de outro tipo de ordem social que é aceita como premissa para outras decisões e ações subsequentes, ou seja, certos elementos estruturais que foram criados por decisão e que permanecem decidíveis no processo (Ahrne & Brunsson 2011). Seguindo Ahrne, Brunsson e Hallström (2007), os chamaremos de *elementos organizacionais*. Tais elementos organizacionais podem ser encontrados em todos os domínios da sociedade moderna, por exemplo, na forma de hierarquias, regras, membros, instrumentos de monitoramento e mecanismos de sanções (Ahrne, Brunsson & Seidl 2016). Ao contrário das organizações concebidas como entidades baseadas em decisões, este outro tipo de organização pode ser entendido como um certo estado de organização, ou como um certo tipo de estrutura social - decidida, em vez de institucionalizada - que pode ser encontrada dentro e fora das entidades organizacionais.

Assim, *usamos aqui o termo "organização" para designar um fenômeno importante na sociedade moderna, ou seja, o de desparadoxificação de decisões através da criação de ordens sociais baseadas em decisões*. Usamos o termo ordem social no sentido amplo de fixar um certo significado além de um único evento (Morgner, 2014). Criar com sucesso ordens sociais baseadas em decisões significa alcançar estruturas

sociais específicas e elásticas ou entidades processuais que desparadoxifiquem decisões, aumentando a probabilidade de que as decisões sejam aceitas como premissas para outras ações e decisões. A seguir, delineamos as características dessas duas facetas de organização. A distinção que fazemos aqui é um passo crucial porque torna explícito o que muitos outros teóricos da organização tentaram capturar ao usar o gerúndio (“organizando”) em vez do substantivo ou do verbo apenas. Ambas as facetas podem ser, e empiricamente são, estratificadas e combinadas de múltiplas maneiras, o que permite aumentar ainda mais as possíveis complexidades. A este respeito, a TO decisória, oferece uma perspectiva para analisar uma ampla variedade de fenômenos como combinações de camadas e/ou facetas de organização.

## 2 Conectando organização e decisão

### 2.2 As organizações como entidades baseadas em decisões

A TO decisória oferece uma nova visão de como as organizações surgem e continuam a existir, ou seja, por decisões. Por organizações entendemos um tipo especial de sistema social, ou seja, um sistema que consiste principalmente de processos interligados de tomada de decisão (Ahrne, Brunsson, & Seidl, 2016; Luhmann, 2018). Como tal, este tipo de sistema forma uma entidade processual que se distingue de seu ambiente. Assim, nos referimos a tal sistema como “uma organização” - ou “organizações” no plural - em contraste com o termo “organização” acima delineado, sem um artigo e sem um plural. *Uma* organização pode ser, por exemplo, uma empresa, uma escola, uma agência pública, ou uma associação voluntária. A característica especial de tais organizações é que elas confiam nas decisões como seus elementos constitutivos. Esta peculiaridade tem certos efeitos sobre a forma como estes sistemas sociais funcionam:

“Os processos organizacionais... são conceituados como processos de decisões, pelos quais uma decisão exige as decisões subsequentes, resultando em um fluxo de decisões auto-reproduzíveis. Juntos, isto leva a uma visão radical das organizações como sistemas de decisões”. (Ahrne, Brunsson, & Seidl, 206, p. 95).

Por esta monopolização das decisões como principal modo de operação, cada evento em uma organização pode ser entendido como uma decisão. Como resultado, as decisões sempre desencadeiam novas decisões. Isto não quer dizer que não haveria outros elementos ou eventos nas organizações. Obviamente, nem tudo o que acontece dentro de uma organização se qualifica como uma decisão. O ponto crucial é que as organizações podem tratar todos os eventos que acontecem dentro delas como uma decisão:

“em organizações (...) praticamente todo comportamento - mesmo a operação de máquinas, lidar com consultas ou chegar atrasado ao trabalho - pode, em caso de problematização, ser tematizado como decisões”. (Luhmann 2018, p. 45).

A este respeito, a TO decisória difere significativamente da distinção estabelecida entre decisão e ação na literatura de tomada de decisão organizacional (da tomada de decisão). Nesses trabalhos, a ideia subjacente é que as decisões são primeiro tomadas e depois implementadas (ou não) em ação (Cyert & March, 1963). Uma percepção crucial desta linha de teorização foi que muitas decisões permanecem meramente como conversas e não levam a nenhuma outra ação (Brunsson, 1982; March de 1994, pp. 192-198). Entretanto, a TO decisória chega a outra conclusão. Dentro das organizações, o fato de que uma decisão não termina em uma ação correspondente pode ser considerada uma outra decisão. Esta decisão pode, por sua vez, levar a mais uma decisão, se, por exemplo, a organização decidir que uma determinada regra é inútil e, portanto, precisa ser alterada ou se os instrumentos de monitoramento e possíveis sanções forem ajustados.

Consideremos o exemplo de Luhmann de chegar atrasado ao trabalho. Normalmente, este caso seria interpretado como uma instância de alguma decisão inicial (sobre quando o trabalho deve começar) que não levou a uma ação correspondente (o empregado não apareceu no início pré-determinado do trabalho). Da perspectiva da TO decisória, argumentaríamos que, na maioria dos casos, a organização trataria a instância de chegar atrasado *de fato* como uma decisão (inferindo que o empregado poderia ter chegado a tempo) e reagiria de acordo com outra decisão, por exemplo, repreendendo ou demitindo o empregado.

As implicações desta visão conceitual são abrangentes. Primeiro, isso implica que o não seguimento de uma determinada decisão não é uma falha de organização prévia como tal - como implica a visão convencional - mas uma ocorrência comum que mantém uma grande variedade de processos de decisão (e, portanto, a organização) em andamento. Dentro de uma organização, as decisões produzem decisões. Este processo leva a um fluxo auto-reprodutivo de decisões que constitui e reproduz a própria organização (Grothe-Hammer & Schoeneborn, 2019). Em segundo lugar, implica também que dentro de uma organização até mesmo a rejeição de uma decisão constitui uma decisão. Em contraste com situações fora das organizações, dentro de uma organização, as decisões geralmente só podem ser contestadas, rejeitadas, recusadas ou alteradas por outra decisão. Terceiro, a perspectiva da TO decisória implica que aceitar uma decisão anterior como premissa para ação posterior (por exemplo, aceitar a decisão relativa ao horário de trabalho) também pode ser considerada uma nova decisão, ou seja, a decisão de seguir a decisão anterior (poderia ter-se decidido não seguir a regra). Este último aspecto nos leva à segunda forma de organização que discutiremos na seção seguinte.

### 2.3 Organização como estruturas decididas: elementos organizacionais

Organização, sem o artigo, é mais do que organizações; mais do que um fluxo contínuo de decisões em constante mudança. Frequentemente, as decisões são tomadas de modo que se tornam premissas para decisões subsequentes, produzindo assim estruturas sociais estáveis que são sempre mutáveis, mas que permanecem aceitas por algum tempo. Em particular, é possível decidir sobre recrutamento e colocação de membros (*filiação*), *hierarquias* verticais e horizontais, programas e metas (*regras*) comportamentais, instrumentos de *monitoramento* e *mecanismos de sanção* positivos e negativos (derivados de Ahrne & Brunsson 2011, Ahrne, et al 2016; Apelt et al. 2017; Luhmann 2018).

Tais elementos organizacionais podem ser encontrados dentro, mas também fora das organizações. Desta perspectiva, a teoria da organização não é apenas uma teoria de organizações, mas também uma teoria de organização da sociedade.

Dentro de uma organização, estes tipos de ordem decidida podem ser entendidos como estruturas organizacionais (Apelt et al. 2017) - às vezes referidas como a “organização de uma organização”. As organizações são tipicamente retratadas como empregando todos os cinco elementos. Diz-se que a forma convencional de organização apresenta tradicionalmente os membros, ou seja, as decisões sobre quem pertence ou não à organização. Com base na filiação, a hierarquia é geralmente instituída entre os membros da organização, ou seja, os membros ganham o direito de emitir certas decisões (Child, 2005) sobre outros que, ao contrário, são obrigados a obedecer a essa autoridade (Weber, 1921; cf Williamson, 1975). A filiação e a hierarquia normalmente levam à definição de regras (March et al., 2000; Weber, 1921) que os membros têm que seguir. Estas regras estabelecem um entendimento compartilhado entre os membros sobre os objetivos da organização, os meios para alcançar estes objetivos e comportamentos apropriados (Nielsen, 2018). A existência de regras, além disso, tipicamente implica em sistemas de monitoramento, como sistemas contábeis, para avaliar a conformidade dos membros, mas também o desempenho dos membros com relação a essas regras (Nielsen, 2018). As sanções são então implementadas: elas podem ser positivas, para recompensar um bom comportamento, ou negativas, para sancionar um mau desempenho (Ahrne & Brunsson, 2011).

Entretanto, como Ahrne e Brunsson (2019) apontaram, atualmente muitas organizações se desviam deste entendimento convencional e renunciam a um ou vários dos elementos. Algumas organizações, por exemplo, não empregam membros e utilizam substitutos para administrar as contribuições organizacionais (Grothe-Hammer, 2019a). Outras não fazem uso de sanções ou evitam decidir sobre hierarquias (Ahrne, Brunsson & Seidl 2016). Portanto, muitas organizações podem ser consideradas parcialmente organizadas, uma vez que não apresentam o espectro “completo” de possíveis elementos organizacionais.

Estes elementos organizacionais concebidos como uma forma de ordem social decidida podem ser distinguidos das chamadas formas emergentes ou elementares de ordem social (Ahrne & Brunsson 2011; cf. Luhmann 2020). A ordem social elementar pode ser caracterizada pelo fato de que não comunica outras possibilidades que poderiam ter sido selecionadas

em seu lugar. Neste sentido, a ordem elementar não é decidida, mas acontece que o é. Exemplos de ordem social elementar são as puras redes - ou seja, “estruturas não decididas de relacionamento entre atores sociais” (Ahrne & Brunsson 2019) - e as instituições - ou seja, estruturas sociais que são meramente tidas como garantidas e se desenvolvem lentamente (Czarniawska, 2009; Jepperson, 1991). A ordem social elementar pode ser encontrada em qualquer reino da sociedade e estrutura muitos aspectos de nossas vidas. As instituições nos ajudam a coordenar as interações sociais sem decidir tudo explicitamente o tempo todo. Por exemplo, normalmente não tratamos o fato de nos sentarmos em cadeiras em frente às mesas como uma instância de decisão. E, embora alguns substituam a cadeira por uma bola de sentar<sup>6</sup>, eles não questionam o conceito geral de sentar em frente a uma mesa, a não ser que a dor nas costas provoque uma reflexão sobre suas opções. Tal ordem social elementar também é prevalecente e importante nas organizações. As organizações dependem de uma ampla variedade de instituições que não decidem, mas simplesmente fazem uso - tome a cadeira em frente a uma mesa como um exemplo mais uma vez. Há muita ordem não decidida dentro das organizações que, no entanto, estrutura o processo contínuo de tomada de decisões e desdobra seu significado na interação com a ordem decidida (Kühl, 2021; Laamanen et al., 2020; Luhmann, 2018).

Em contraste com a ordem institucionalizada, os elementos organizacionais são um fenômeno precário. Por um lado, eles duram mais que um único evento de decisão e, por outro lado, permanecem decidíveis em outros eventos de decisão. Em outras palavras, os elementos organizacionais alcançam um estado frágil de manter a seleção de uma determinada forma de agir em suspense, sem se tornarem uma mera tentativa, ao mesmo tempo em que permanecem mutáveis no futuro. Os elementos organizacionais têm que ser produzidos e mantidos em processos sociais contínuos (Grothe-Hammer & Schoeneborn 2019). Uma questão sem resposta, mas crucial, continua sendo como os elementos organizacionais fora das organizações conseguem e permanecem neste frágil estado (Ahrne & Brunsson 2019). De fato, muitas vezes não o fazem. Os elementos organizacionais muitas

vezes se transformam em ordem institucionalizada. O que uma vez foi uma decisão, muitas vezes se torna um dado adquirido - aceito por outros como ordem social, que é o que é “porque é assim” e reproduzido através da mímica, limitando assim as possibilidades de mudança social e complexidade. Contra o pano de fundo desta discussão, propomos pensar em *uma* organização e na organização não como classificações limpas, mas sim como dois emaranhados *continua*.

### PARTE 3. ORGANIZAÇÃO COMO CONTINUA: GRAUS DE ORGANIZAÇÃO

Nesta seção, conceitualizamos as duas formas de organização identificadas como *continua*. Distinguimos notavelmente entre ‘organizacionalidade entitativa’ como sendo constituído de um conjunto de características (tomada de decisão interligada, ator e identidade) que definem um coletivo como uma entidade no sentido de *uma* organização, e ‘organizacionalidade estrutural’, para descrever os diferentes graus de combinação de elementos organizacionais (filiação, hierarquia, regras, monitoramento e sanção). O Quadro 1 sintetiza estas dimensões.

Quadro 1: Organizacionalidade entitativa e estrutural (inspirada em Grothe-Hammer, 2019b, p. 329)

<b>Organização entitativa (Organizacionalidade entitativa)</b>	<b>Organizacionalidade estrutural</b>
<i>(no nível da entidade)</i>	<i>(combinação de elementos organizacionais)</i>
Processo interconectado de tomada de decisão Atorialidade <sup>7</sup> Identidade	Filiação Hierarquia Regras Monitoramento Sanção

Fonte: elaboração própria.

#### 3.1 Graus de organização no nível de entidade: organizacionalidade entitativa

Dobusch e Schoeneborn (2015) argumentam que a organização pode ser tratada como um fenômeno gradativo. Em particular, eles afirmam que uma ampla

<sup>6</sup> [NT – nota dos tradutores] Bolsa de pilates ou de yoga.

<sup>7</sup> [NT] o neologismo ‘atorialidade’, no original “atorhood”, foi aqui empregado para se referir a capacidade de performar uma ação por parte de um agente ou ator, ou seja, a capacidade de se tornar ator.

variedade de coletivos sociais com membros claros ou pouco claros pode ser entendida como “organizacional” em graus variados, no nível da própria entidade, apesar de sua fluidez inerente. Chamamos isto de “organizacionalidade entitativa”. Com base em Dobusch e Schoeneborn (2015), propomos que as entidades, ou seja, os coletivos, no sentido de serem sistema autônomos, possam alcançar três graus de organização: primeiro, processos decisórios interligados; segundo, a ‘atoralidade’ [ou a condição de ser ator]; e terceiro, a identidade.

De acordo com Dobusch e Schoeneborn (2015), as entidades podem se tornar mais ou menos organizacionais dependendo de certas características. Referindo-se a Ahrne e Brunsson (2011), assim como Luhmann, eles vêem os processos interligados de *tomada de decisão* como o nível básico de organização, o que reflete a ideia acima delineada de organizações como entidades baseadas em decisões. Em outras palavras, pode-se assumir um primeiro grau do que chamamos de organizacionalidade entitativa quando há evidência de um sistema de tomada de decisão.

Em muitos casos, as organizações chegam a um estado em que são percebidas e tratadas externamente como atores que tomam decisões e aos quais as decisões podem ser atribuídas. Assim, Dobusch e Schoeneborn (2015) identificaram a *condição de ator* como um segundo grau possível de organização que vem com características e consequências adicionais. A condição de ator implica que um coletivo é constituído como uma pessoa coletiva que pode ser dirigida por outros e que pode atuar como autor de ações e afirmações. Estas características têm grandes implicações. Uma vez que um coletivo age e se comunica como ator, ele pode tomar decisões por direito próprio e pode ser responsabilizado pelas decisões que lhe são atribuídas (Krücken & Meier, 2006).

Como terceiro grau de organização possível, Dobusch e Schoeneborn (2015) identificaram a “*identidade*”. Este grau implica que um coletivo começa a produzir autodescrições comunicando o que ele representa. Dobusch e Schoeneborn (2015) ilustram isto, usando o coletivo “Anônimo”, que é um coletivo hacker online com membros pouco claros e sem status legal, mas capaz de produzir atos de fala como “Nós, a superconsciência coletiva conhecida como Anônimo” (p. 1023). Portanto, são produzidas semânticas que são usadas pelo coletivo para se referir a si mesmo - uma

identidade decidida - para atender demandas externas (Kühl, 2021; Seidl, 2003). Estas autodescrições são decididas e não devem ser confundidas com a identidade coletiva geral, que pode ter muitas facetas (cf. Seidl, 2003). Entretanto, assim que uma entidade começa a produzir autodescrições, parte de sua identidade torna-se uma questão de decisão e, portanto, adquire as características paradoxais de uma ordem decidida. Tais autodescrições afetam até mesmo os processos internos de decisão porque estes processos começam a levar em conta as autodescrições (Christensen et al., 2013; Kühl, 2021).

De acordo com Dobusch e Schoeneborn (2015) um coletivo social pode então ser tratado como mais ou menos organizacional, dependendo da presença e extensão dessas características. Nós nos referimos a isto como “organização entitativa” porque cada grau se refere a certas características de um coletivo social. Com base nessas percepções, derivamos a figura 1, que retrata os três diferentes graus de organização como círculos cinzentos. As setas indicam as decisões interconectadas que constituem a organização como uma entidade em um nível básico.



Figura 1: Graus de organizacionalidade entitativa

Fonte: elaboração própria.

### 3.2 Graus de organização em termos de elementos organizacionais: organizacionalidade estrutural

Inspirados por Dobusch e Schoeneborn (2015), Ahrne, Brunsson e Seidl (2016) sugeriram a aplicação da ideia geral de organizacionalidade também ao conceito de elementos organizacionais. Portanto, nos referimos a esta versão de organizacionalidade como “organizationalidade estrutural”. A suposição básica subjacente à organizacionalidade estrutural é que o uso

de elementos organizacionais significa a produção de algum grau de expectativa. Por exemplo, se hierarquias são aceitas como premissas para outras decisões, torna-se expectável (mas não predeterminado) que decisões emitidas por uma hierarquia sejam aceitas; e, se regras são aceitas como premissas, torna-se expectável (mas não predeterminado) que estas sejam seguidas. Esta expectativa pode, portanto, ser considerada escalável. Quanto mais elementos forem utilizados e quanto mais elaborados forem, mais expectativa e, portanto, mais complexidade é gerada.<sup>8</sup> Assim, os elementos organizacionais também podem ser entendidos como um *continuum* que é escalável em dois aspectos.

Em primeiro lugar, é possível utilizar combinações variáveis dos cinco elementos organizacionais. É possível decidir sobre apenas um, ou mais, ou até sobre todos os cinco elementos (Ahrne, Brunsson & Seidl, 2016). Assim, em muitas organizações, bem como em organizações externas, apenas alguns ou mesmo um elemento pode ser usado para estruturar os processos de decisão. Por exemplo, em certos grupos de amizade, muitas vezes podemos encontrar apenas um elemento organizacional. Enquanto em tal grupo, podemos não encontrar membros decididos (quem pertence ao grupo provavelmente é elementar), hierarquias decididas, instrumentos sancionadores decididos, ou dispositivos de monitoramento decidido, pode haver um conjunto de regras como a decisão de que toda quarta-feira à noite, é a Noite de Pôquer. Em famílias nucleares, geralmente podemos encontrar hierarquias institucionalizadas (pais responsáveis), filiação institucionalizada (os filhos pertencem aos pais e vice-versa) e monitoramento comportamental institucionalizado (pais e filhos vivem juntos). Entretanto, normalmente também podemos encontrar um conjunto de regras decididas (por exemplo, a criança adolescente tem que estar de volta a casa antes das 22 horas) e instrumentos sancionatórios decididos (as crianças podem ser fundamentadas pela violação de certas regras). Em outras relações sociais, é até possível identificar a existência dos cinco elementos organizacionais, mesmo que estes não constituam uma organização, como em alguns mercados (Brunsson et al., 2018).

Em segundo lugar, o grau de decisão *dentro de* certos elementos organizacionais pode variar

significativamente (Berkowitz & Bor, 2018). Por exemplo, a adesão pode ser usada apenas como um vínculo administrativo, mas também pode ser associada a certos direitos de decisão e/ou certas expectativas, e cobrir períodos de tempo variáveis (Grothe-Hammer, 2019a, 2020). As hierarquias podem ser planas e, no entanto, apresentar uma diferenciação horizontal elaborada, ou apenas uma vertical, ou uma combinação de ambas. E assim por diante.

As organizações, assim como outros ambientes sociais fora das organizações, podem ser analisadas como mais ou menos organizadas em relação ao número de elementos possíveis utilizados e em relação ao grau de elaboração desses elementos. Por que isso é importante? Neste ponto, nossas observações básicas sobre as características das decisões tornam-se novamente relevantes. As decisões e estruturas sociais baseadas em decisões têm certas características e consequências. Um cenário social altamente estruturado por decisões, apresenta um alto grau de paradoxalidade. Assim, podemos compreender melhor certos fenômenos sociais analisando-os em termos de sua organizacionalidade estrutural e os efeitos relacionados.

Tomemos o exemplo dos rankings de revistas científicas no campo de estudos de negócios e gestão. Há algumas décadas, o ranking de periódicos era uma ordem social institucionalizada. Como lembra Barley (2016), “todos sabiam que publicar em ASQ, AJS ou ASR era uma pena no boné, mas as revistas não eram classificadas explicitamente”. (p. 3) Em outras palavras, a reputação existente das revistas era algo que tinha surgido organicamente ao longo do tempo e que não foi decidido na forma de uma classificação explícita. Hoje em dia, existe uma miríade de classificações de periódicos. Eles são ordens decididas na forma de sistemas de monitoramento decididos. Essas classificações incluem e classificam os periódicos com base em determinados fatores decididos, tais como fator de impacto e reputação dos pares. Como uma ordem decidida, os rankings de periódicos acionam imediatamente o que as decisões sempre acionam: rejeição (Seidl 2005b). De fato, a literatura está repleta de exemplos em que os estudiosos reclamam destas classificações (e.g., Willmott, 2011). Entretanto, estes rankings são produzidos por organizações -

<sup>8</sup> É importante notar que a expectativa não é determinista. A ordem decidida pode ser projetada para ser bastante flexível e pode mudar rapidamente no processo de decisão.

certas associações acadêmicas ou universidades - que conferem a estes rankings algum grau de legitimidade. O efeito é que tais classificações são em todos os casos parcialmente aceitas como premissas para outras decisões por pelo menos algumas organizações. Por conseguinte, a rejeição destas classificações não levou a uma queda, mas à criação de cada vez mais classificações - um fenômeno que pode ser explicado através das características básicas das decisões: as decisões provocam rejeição, mas se certas decisões são aceitas como ordem, uma rejeição desta ordem facilita apenas novas decisões. Por exemplo, o ranking alemão VHB-JOURQUAL foi explicitamente criado porque estudiosos da Associação Acadêmica Alemã de Pesquisa Empresarial rejeitaram os rankings existentes como inadequados e imprecisos (Hennig-Thurau et al., 2004).

Como mostra este exemplo, a análise de certos fenômenos como fenômenos organizacionais pode permitir novos e novos entendimentos de uma grande variedade de fenômenos sociais. Além disso, surgem mais questões de pesquisa em potencial que podem ser abordadas em estudos futuros. Como tais cenários podem garantir que algumas decisões sejam aceitas para que a expectativa seja alcançada? Onde são tomadas essas decisões? Quem é responsável pelas decisões e quem pode ser responsabilizado? Todas essas perguntas surgem com a introdução de elementos de decisão em um ambiente social e no qual as decisões começam a contrariar a ordem “natural”, ou elementar das coisas. Até agora, esta abordagem tem sido utilizada em estudos de casos qualitativos (Grothe-Hammer, 2019b) para investigar as complexidades dos fenômenos organizacionais. No entanto, permanece em aberto a questão de saber se esta organizacionalidade estrutural pode de alguma forma ser medida em termos quantitativos para permitir estudos comparativos em larga escala das populações organizacionais.

### 3.3 Combinando as duas facetas da organização (organizacionalidade)

Embora ambos os entendimentos de organicidade se desenrolem vagamente (Ahrne & Brunsson 2011; Ahrne, Brunsson, & Seidl 2016; Dobusch & Schoeneborn 2015), os debates correspondentes têm permanecido em grande parte fragmentados até agora. Os estudiosos se voltam para a visão entitativa ou estrutural de organizacionalidade, mas raramente combinam ambos os aspectos (Grothe-Hammer, 2019b). Entretanto, argumentamos que, com base em uma TO decisória integrada<sup>9</sup>, podemos combinar frutuosamente ambas as visões para obter percepções mais profundas. Empiricamente, toda organização precisa de pelo menos algumas decisões sobre elementos organizacionais, enquanto elementos organizacionais fora das organizações são produzidos principalmente por organizações ou pelo menos em contextos organizacionais, como representa a figura 2. Na figura 2, os grandes círculos e flechas circulares adaptados da figura 1 retratam entidades processuais que consistem de decisões e sendo reproduzidas por elas. As setas menores e bidirecionais ilustram que as organizações decidem sobre os elementos organizacionais, enquanto os elementos organizacionais moldam simultaneamente as decisões (setas grandes) das organizações. Combinando ambas as noções de organização, pode-se obter uma perspectiva analítica diferenciada sobre os fenômenos sociais.

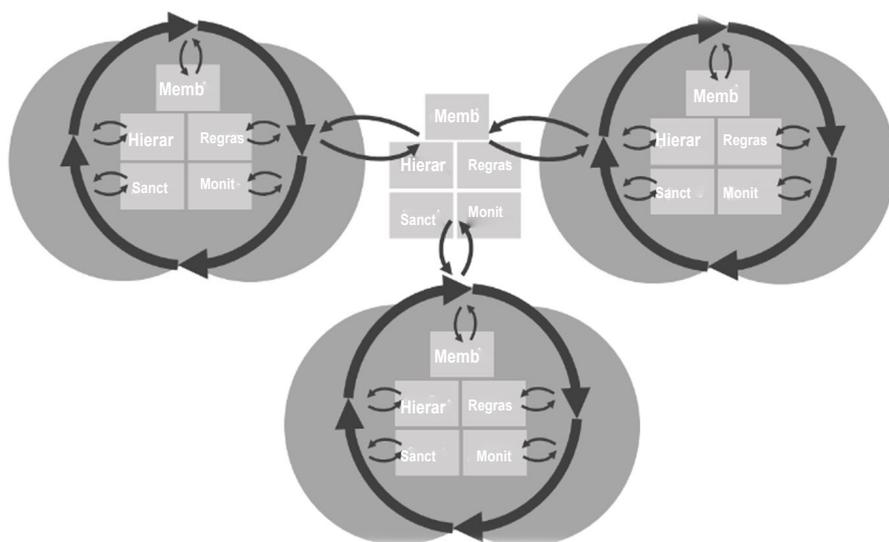


Figura 2: Organizacionalidade dentro e fora das organizações  
Fonte: elaboração própria.

Qualquer grau de organizacionalidade entitativa pode apresentar qualquer grau de organizacionalidade

<sup>9</sup> [NT] Teoria organizacional integrada da tomada de decisões.

estrutural. Como mencionado acima, torna-se possível analisar qualquer fenômeno em termos de organizacionalidade. Tomemos os mercados, por exemplo. Enquanto os mercados são frequentemente vistos como o oposto das organizações (Williamson 1975), a TO decisória nos permite ver que alguns mercados são mais fortemente organizados do que muitas organizações. Por exemplo, os mercados de certificação e credenciamento na União Europeia são completamente organizados no sentido de que todos os elementos organizacionais estão presentes, mas é claro que eles não constituem organizações (Brunsson et al., 2018). Portanto, estes mercados são um exemplo de um baixo grau de organização entitativa, mas de um alto grau de organização estrutural.

Por outro lado, existem organizações que alcançam a condição de atores e produzem auto-descrições decididas de sua identidade - e, portanto, têm um alto grau de organizacionalidade entitativa - mas que apresentam apenas alguns poucos elementos organizacionais em um nível muito baixo de decisão. Um exemplo seria a Iniciativa Empresarial Global para os Direitos Humanos, uma associação formal de empresas que constrói as capacidades dos membros sobre o respeito e o desempenho dos direitos humanos, mas não tem quase nenhuma decisão sobre hierarquia, regras, monitoramento e sanções (Berkowitz et al, 2017). Em outras palavras, embora os mercados de nosso exemplo não constituam organizações, eles estão organizados como organizações fortemente estruturadas, e, embora algumas organizações apresentem todas as características de organizacionalidade entitativa, elas podem ser surpreendentemente pouco organizadas no nível dos elementos organizacionais.

Assim, torna-se possível analisar como as organizações organizacionais e outros ambientes sociais são em termos estruturais. Até que ponto é elevado o grau de organizacionalidade em termos de elementos organizacionais? A este respeito, a perspectiva da TO decisória abre a possibilidade de comparações organizacionais. Pode-se, por exemplo, perguntar como estão organizadas certas organizações, tipos de organizações ou outras formas de coletivos sociais em comparação umas com as outras. Esta visão, por exemplo, poderia lançar mais luz sobre a relevância da atorialidade e da autodescrição das organizações. Por exemplo, o que os atores organizacionais pouco estruturados podem alcançar em comparação com

outros ambientes sociais que talvez estejam fortemente estruturados em termos de elementos organizacionais, mas que não constituem organizações? Será que estes aspectos são equivalentes, até certo ponto, do ponto de vista funcional? Uma organização pode substituir a falta de certos elementos organizacionais alcançando a condição de ator e autodescrições decididas?

A partir dessa visão processual, uma combinação da noção de organização da entidade com a perspectiva dos elementos organizacionais permite uma análise sistemática da complexa interação de ambos ao longo do tempo (ver Grothe-Hammer, 2019b). A complexidade dos elementos organizacionais só se desdobra através de processos de decisão. Estes processos produzem, reproduzem e alteram estes mesmos elementos, e são guiados por eles também. Tal visão suscita uma grande variedade de questões de pesquisa, como por exemplo: Como os diferentes elementos organizacionais se relacionam uns com os outros nos processos organizacionais? Quais os efeitos que os tipos de elementos organizacionais têm sobre os processos de decisão das organizações e entre elas? Como os elementos organizacionais mudam no processo através do tempo e como o efeito de certos elementos muda ao longo do tempo? Como as decisões se relacionam com os tipos elementares de ordem social e como os processos de decisão se relacionam com a ordem elementar para a ordem decidida?

### 3.4 Estratificando Organizações: Meta-organizações

Estas considerações teóricas se aplicam a uma grande variedade de fenômenos e ajudam a captar graus ainda mais amplos de organizacionalidade, incluindo organizações de membros individuais, bem como organizações cujos membros são organizações - ou seja, meta-organizações. A ideia básica da teoria da meta-organização é que as organizações podem ser estratificadas. Muitas organizações, se não a maioria delas, são membros de outras organizações. Portanto, a constituição de tais meta-organizações requer um certo grau de organizacionalidade. Especificamente, as meta-organizações dependem do elemento organizacional da filiação, uma vez que têm organizações como membros. Além disso, as meta-organizações são entidades organizacionais que são constituídas por decisões - caso contrário, um coletivo inter-organizacional constituiria

apenas uma rede não direcionada com pouca capacidade de decisão em nível de rede e, portanto, com características significativamente diferentes. Finalmente, as organizações que se tornam membros de uma meta-organização devem ser identificáveis como atores distintos (isto é, ser o destinatário de uma atuação externa atribuída) por outras organizações para se tornarem objeto de uma decisão de associação. Portanto, tal estratificação de organizações umas sobre as outras já implica em certos graus mínimos de organizacionalidade.

Contra o pano de fundo da TO decisória, a estratificação das organizações acarreta certas consequências. Uma meta-organização centraliza algum grau de autoridade decisória. O elemento organizacional de associação geralmente implica que os membros aceitam, ou fingem aceitar, que sua organização tem o direito de emitir decisões em seu nome. Quando se trata de meta-organizações, isto significa que uma organização membro deve estar disposta a aceitar que as decisões são tomadas em seu nome pela meta-organização. Por conseguinte, “uma meta-organização e suas organizações membros competem por identidade, autonomia e autoridade” (Ahrne & Brunsson, 2008, p. 61).

Entretanto, a distribuição de direitos para emitir certas decisões também é uma questão de decisão em ambos os níveis organizacionais. As organizações membros participam dos processos de decisão meta-organizacionais e, portanto, participam também das decisões sobre a distribuição dos direitos de decisão. Além disso, as meta-organizações normalmente concedem direitos de decisão a certas organizações membros para tomar decisões para a meta-organização (ver, por exemplo, Berkowitz & Souchaud, 2019b).

Quando uma organização adere a uma meta-organização, outra ordem organizacional é colocada em cima de sua própria ordem. Ao reunir organizações como membros, as meta-organizações transformam parte de seu ambiente externo em um ambiente (organizacional) interno (Berkowitz & Bor, 2018). Consequentemente, as meta-organizações e suas organizações membros são de alguma forma simultaneamente internas e externas umas às outras. Portanto, as meta-organizações produzem desafios em termos de limites organizacionais e responsabilidade.

Até agora, os estudiosos têm lutado para entender esta característica meta-organizacional básica e as

amplas implicações que ela implica. Por exemplo, Ahrne e Brunsson (2008, p. 64) argumentaram que as meta-organizações colocam uma nova fronteira “em torno” dos limites de suas organizações membros. Entretanto, este entendimento implicaria que as organizações-membro se tornariam subsistemas de uma organização-membro global, como em uma relação entre filiais e uma organização-mãe. Obviamente, este não é o caso. Ninguém assumiria que a Associação Alemã de Futebol é uma subsidiária da Fédération Internationale de Football Association (FIFA), ou que uma organização intergovernamental possui ou controla seus estados membros. Outros estudiosos argumentaram que as organizações permanecem fora de suas meta-organizações e que ambos os níveis apenas se relacionam um com o outro. Entretanto, esta visão tende a negligenciar o fato de que as meta-organizações e seus membros interferem diretamente um com o outro internamente. Por exemplo, a FIFA toma decisões para suas organizações membros e as organizações membros participam diretamente desses mesmos processos de decisão. Portanto, como podemos compreender melhor o funcionamento básico desta inter-relação? O que significa quando escrevemos que as organizações pertencem (apenas) parcialmente a uma meta-organização?

Poder-se-ia argumentar que, já em organizações individuais, os membros individuais são sempre simultaneamente internos e externos. Neste sentido, os membros são sempre incluídos apenas parcialmente (Bencherki & Snack, 2016). No entanto, no caso das meta-organizações, existem diferenças cruciais. Uma única pessoa pode ser vista como uma entidade psicológica que participa de processos sociais, mas não é constituída de elementos sociais. Portanto, uma pessoa pode participar de processos sociais, mas estes processos sociais são diferentes dos psicológicos (Grothe-Hammer & Schoeneborn, 2019). Como consequência, os membros individuais podem ser vistos como internos no sentido de que participam dos processos internos da organização. Eles também permanecem externos no sentido de que continuam sendo entidades distintas que operam usando uma lógica diferente. Entretanto, no caso das meta-organizações, tanto as organizações membros quanto a meta-organização são organizações e, portanto, ambas apresentam os mesmos tipos de processos e elementos

sociais que começam a se sobrepor assim que uma se une à outra.

A este respeito, argumentamos que nossa estrutura integrada da TO decisória oferece uma melhor compreensão dos elementos básicos da teoria da meta-organização. Com base em nosso antigo trabalho de base, podemos entender uma organização como uma entidade processual baseada em processos de decisão em andamento. Em princípio, organizações distintas sempre têm seus processos de decisão e estruturas organizacionais distintas. Como tal, é relativamente fácil distinguir, por exemplo, o fabricante de automóveis BMW da Daimler Benz. Entretanto, ao aplicar a noção de entidades processuais ao fenômeno das meta-organizações, torna-se imediatamente óbvio que a habitual distintividade das organizações não está presente. Embora continue sendo fácil distinguir a meta-organização de suas organizações membros em geral, em um nível processual ambas ficam entrelaçadas. Enquanto as organizações podem ser caracterizadas como um fluxo contínuo de processos decisórios interligados que constroem seus limites por estas mesmas decisões, uma meta-organização implica que um outro fluxo de tomada de decisão vem em outra corrente que interfere diretamente com a primeira. Em constelações meta-organizacionais, muitos processos de decisão que ocorrem em um nível também pertencem simultaneamente a outro nível. Por exemplo, Grothe-Hammer (2019b) mostrou que as decisões em um nível meta-organizacional também podem ser tratadas como decisões de membros-organizacionais. Os processos de decisão em nível meta-organizacional estão em parte ligados aos processos de decisão em nível de membro. Como ambos os níveis de organização apresentam o mesmo tipo de processo social (decisões) e se sobrepõem, a meta-organização pode tomar decisões diretamente em nome de suas organizações membros e vice-versa. Muitas meta-organizações se tornam assim membros de níveis ainda mais altos de meta-organizações, ou seja, meta-meta-organizações e mais, adicionando mais camadas organizacionais que interferem umas com as outras. A Figura 3 ilustra esta estratificação múltipla de organizações como entidades processuais que se internalizam parcialmente entre si.

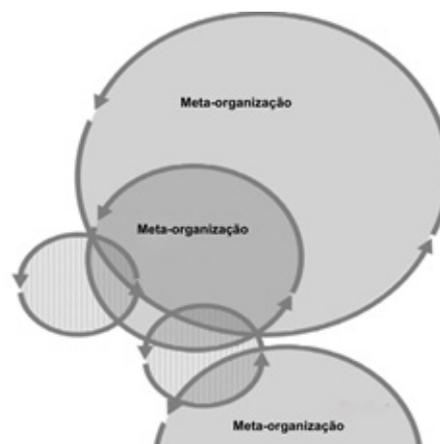


Figura 3: Camada de organizações

Fonte: elaboração própria.

Organizações em camadas não apenas implicam em múltiplos processos de decisão distintos que interferem uns com os outros, mas também implica em múltiplas camadas de estruturas organizacionais, ou seja, elementos organizacionais. Meta-organizações e suas organizações membros têm, cada uma, seus próprios elementos organizacionais internos estruturando seus processos de decisão. Esses elementos organizacionais tornam-se inter-relacionados. Tipicamente, as meta-organizações fornecem alguns elementos organizacionais para seus membros, produzindo assim as estruturas organizacionais de suas organizações-membro. Este é, por exemplo, o caso de associações esportivas como a FIFA - na verdade uma meta-meta-meta-organização. A FIFA emite regras para os jogos de futebol empregados por todas as camadas de organizações membros como estruturas organizacionais. Entretanto, o grau de organização estrutural pode variar significativamente (Berkowitz & Bor, 2018). Enquanto a FIFA é um exemplo de uma meta-organização relativamente “forte” que apresenta todos os cinco elementos organizacionais, outras meta-organizações podem ser bastante “fracas” e desfrutar de pouca autonomia para tomar decisões para seus membros, apresentando assim poucos elementos organizacionais a mais do que os membros básicos. Por exemplo, uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas necessita dos votos de nove membros e pode ser vetada por um único membro permanente (EUA, Rússia, China, França, Reino Unido).

Sejam fortes ou fracas, a maioria das meta-organizações tem em comum o fato de apresentarem mecanismos de tomada de decisão conjunta (Ahrne

& Brunsson, 2005). Como suas decisões interferem diretamente na autonomia de decisão de suas organizações membros, as meta-organizações garantem a legitimidade das decisões muitas vezes através de tomadas de decisão inclusivas (cf. March de 1994, pp. 167-168). Por exemplo, na FPF, uma meta-organização que reúne não apenas plataformas de financiamento de multidões, mas também organizações da sociedade civil, todos os participantes têm o mesmo peso nos votos da diretoria, sejam eles plataformas ou sociedade civil (Berkowitz & Souchaud, 2019b). Ao fazer isso, estas meta-organizações lidam com o paradoxo inerente das decisões, o que implica a probabilidade de contestação das decisões. Quando a meta-organização integra as organizações membros como atores no processo de tomada de certas decisões (e criação de ordem decidida), a atribuição de responsabilidade por essas decisões é distribuída entre todos os membros. Como resultado, é mais provável que uma organização membro aceite tais decisões, já que participou de sua tomada de decisão. Isto é particularmente visível nos casos em que as organizações membros concordam em autorregular, por exemplo, no VPSHR, uma meta-organização dedicada à proteção dos direitos humanos na indústria extrativa (Berkowitz et al., 2017).

Diz-se frequentemente que a colaboração inter-organizacional emerge onde organizações isoladas não podem resolver um problema por si só. Este entendimento implica que as organizações participantes precisam desenvolver uma nova solução em conjunto. Em vez disso, propomos que as organizações em camadas permitam expandir o alcance dos processos organizacionais internos e decidam ordens para níveis muito além das possibilidades de organizações únicas. Por exemplo, ao reunir empresas e ONGs, algumas meta-organizações como a Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa (EITI), permitem que os membros - aqui empresas extrativas - internalizem seu ambiente enquanto neutralizam conflitos com certas partes interessadas - aqui ONGs (Berkowitz & Dumez, 2015). Além disso, a maioria das organizações adere a múltiplas meta-organizações: a empresa francesa de petróleo e gás Total, por exemplo, faz parte de uma associação comercial nacional, a UFIP, de associações comerciais internacionais incluindo a Associação Internacional de Produtores de Petróleo e Gás, de associações intersetoriais incluindo a Iniciativa Empresarial Global para os Direitos Humanos, e assim

por diante (Berkowitz & Dumez, 2015). Em razão disto, organização torna-se extremamente complexa, combinando múltiplos processos de decisão distintos e múltiplas ordens decididas em uma entidade unificadora que oferece a seus membros capacidades de coordenação que outras formas de coletivos sociais não oferecem.

#### PARTE 4. Perspectivas e potencias de pesquisas futuras

Neste artigo, temos defendido e desenvolvido uma estrutura integrada, chamada TO decisória. A TO decisória se baseia em diferentes perspectivas que compartilham a suposição de que as decisões são o componente central das organizações. Reunindo a teoria do sistema sociológico, a teoria da organização parcial e meta-organizacional e o conceito de graus de organização (organizacionalidade), nossa estrutura é responsável pelos diferentes papéis da decisão no surgimento e continuação da organização. Isto nos leva a conceber a organização tanto como um sistema de decisões quanto como estruturas decididas. Distinguímos entre ‘organizacionalidade entitativa’, ou seja, graus de organizacional no nível da entidade, e ‘organizacionalidade estrutural’, ou seja, a combinação de elementos organizacionais. Através desta análise, mostramos que a organização é estratificada em diferentes níveis e entrelaça ordens sociais diferentes e múltiplas. Este trabalho tem várias implicações teóricas, que abrem potenciais de pesquisa futuros a serem desenvolvidos a seguir.

##### 4.1 Organização aninhada?

Antes de mais nada, enquanto a estratificação das organizações já oferece um nível de complexidade decisiva sem precedentes, as possibilidades de aumentar as complexidades organizacionais vão ainda mais longe. As entidades organizacionais não apenas se estratificam umas sobre as outras, mas também produzem uma miríade de ordens decididas para seus ambientes externos. Chamamos este fenômeno de aninhamento da organização. As organizações individuais e meta-organizações produzem elementos organizacionais para si mesmas, umas para as outras e outras; e, por sua vez, também estão incorporadas em uma ampla variedade de tais ambientes de elementos organizacionais. Estes arranjos altamente inter-relacionados de organizações

e organização podem constituir o que Brunsson et al. (2018) chamam de macro-organizações - um conjunto altamente complexo de organizações e elementos organizacionais estratificados.

Ao aninhar a organização, as complexidades organizacionais são elevadas ainda mais a um nível extremo e podem criar novas relações de co-dependência entre atores inesperados (Berkowitz & Souchaud, 2019a; Nielsen, 2018). Os processos de decisão e as ordens decididas crescem tão fortemente inter-relacionados que se tornam difíceis de imaginar. No empréstimo de multidões, por exemplo, o encaixe da organização permite a engenharia da sabedoria coletiva, mas implica uma co-dependência de decisão entre plataformas de empréstimo de multidões, a multidão de investidores, empresários e contadores (Berkowitz & Souchaud, 2019a). Entretanto, as organizações mantêm suas características de decisão - imediatismo, especificidade, responsabilidade (ver seção 1.3) - e, portanto, seu frágil estado de decisão. Até agora, não está claro como estas configurações mantêm sua estabilidade e elasticidade ao mesmo tempo. Questões de pesquisa sobre como as decisões são aceitas como premissas para outras decisões nestes ambientes e como elas mudam ainda não foram respondidas.

#### 4.2 Manutenção dos limites?

Essas configurações altamente complexas de formas de organização em camadas e aninhadas levantam questões de limites organizacionais. Normalmente, podemos usar a filiação e os membros como um indicador dos limites da organização (Luhmann, 1996). Entretanto, em configurações complexas de camadas e aninhadas, os membros se multiplicam e são negligenciados ao mesmo tempo. Mencionamos anteriormente o enfraquecimento da filiação como uma ferramenta explicativa para a compreensão das organizações. Nas sociedades contemporâneas, as organizações multiplicam as filiações em muitas meta-organizações diferentes, meta-meta-organizações, e muito mais. Ao mesmo tempo, algumas organizações parecem frequentemente se abster de decidir sobre filiação individual - algumas nem mesmo têm membros próprios (Grothe-Hammer 2019a). Além disso, as organizações e meta-organizações tipicamente pertencem a ambientes parcialmente organizados estruturados através de elementos organizacionais,

por exemplo, mercados, campos e redes, nos quais a filiação também não é decidida. No entanto, estes ambientes são altamente organizados e aninhados uns nos outros. A adesão, portanto, não é mais adequada para explicar o aninhamento da organização em ordens decididas em vários níveis.

Por outro lado, os graus de organização tendem a mostrar que os limites organizacionais são mais ou menos definidos, dependendo da força da organizacionalidade. Em um nível organizacional básico, os limites organizacionais podem ser vistos como constituídos pelos processos de decisão organizacional. Enquanto estes processos se tornam inter-relacionados em configurações em camadas e aninhadas, os processos de decisão dentro de uma organização geralmente ainda se conectam a suas próprias decisões. Entretanto, em alguns casos pode ser uma questão empírica se ainda existem processos de decisão distintos que são identificáveis ou se uma organização foi de alguma forma absorvida por outra.

A atuação - como outro grau de organizacionalidade - também é um marcador de fronteiras organizacionais. Quais decisões e ordens decididas são atribuídas a um ator organizacional e quais não são? Além disso, uma identidade coletiva - como o terceiro grau - produzirá limites organizacionais específicos que diferem dos meros processos de filiação ou decisão no caso de organizações sem a condição de ator, por exemplo. A responsabilidade e a responsabilidade em relação ao ambiente externo também tendem a produzir limites organizacionais específicos. Em resumo, a participação e a criação de múltiplas ordens decididas mostram a permeabilidade dos limites organizacionais entre a organização-membro e a multiplicidade de outras ordens decididas às quais ela pertence.

Como tal, a estratificação e o aninhamento da organizacionalidade contribuem não apenas para a complexificação da ação coletiva, mas também para uma extensão de um campo de responsabilidade pelas decisões. Se os limites organizacionais são permeáveis, uma organização pode se tornar responsável pelas decisões por “capilaridade”. Isto tem muitas implicações na teoria da organização, bem como no comportamento organizacional e levanta várias questões que podem constituir locais potenciais para pesquisas futuras.

### 4.3 A relação entre decisões e não decisões

As complexidades reais dos fenômenos organizacionais não se desdobram apenas na combinação de decisões e na ordem decidida, também composta por não-decisões, e na ordem não-decidida. As organizações normalmente contam com uma miríade de ordens sociais institucionalizadas sobre as quais elas constroem suas decisões. As organizações geralmente não precisam decidir se precisam de escritórios, mesas, cadeiras ou computadores - em vez disso, elas se baseiam nestas instituições e decidem quantos escritórios precisam, onde devem estar localizados, de que tamanho eles devem ser e a quem os alugarão. Elas decidem quais cadeiras, mesas e computadores compram, e assim por diante - sem ter que decidir que eles precisam dessas coisas em primeiro lugar. Sem as ordens institucionais subjacentes, as organizações estariam perdidas em complexidade. A este respeito, Göran Ahrne (2015) apontou que elementos organizacionais podem ser contrastados com outras formas não decididas de estrutura social. Em um nível mais generalizado, ele identificou a *afiliação, expectativas, poder, visibilidade e consequências* como os elementos fundamentais das relações sociais. Os elementos organizacionais descrevem os tipos decididos desses elementos, mas qualquer uma dessas categorias apresenta uma miríade de estruturas sociais autoemergentes. Estes elementos não decididos de ordem social são altamente relevantes em todas as áreas da sociedade - dentro e fora das organizações - e as decisões e elementos decididos ocorrem somente em relação a estes tipos de ordem.

As organizações também dependem de muitos tipos de não-decisões. Os tomadores de decisão geralmente confiam e se referem a outras formas de comunicação, a certos fatos, como por exemplo, resultados de pesquisas ou relatórios empresariais, com base nos quais tentam racionalizar as decisões. Quanto mais elaborados os fatos referidos, mais complicado se torna o processo de decisão. As decisões estão sempre inseridas em um cenário maior de processos sociais altamente inter-relacionados. Tomemos como exemplo a previsão do tempo. Muitas organizações, tais como restaurantes, bares de praia, clubes esportivos ou escolas, confiam na previsão do tempo - uma comunicação sobre o provável futuro do tempo - para tomar suas decisões. Da mesma forma, os médicos dependem de todo

tipo de informação que podem reunir para chegar a decisões. E assim por diante. As complexidades reais dos fenômenos sociais se desdobram apenas na complexa interação de decisões e não decisões, e ordem decidida e não decidida (Laamanen et al., 2020). A este respeito, a TO decisória argumenta que os estudiosos têm se concentrado demasiadas vezes em apenas um desses lados (Ahrne et al., 2016; Apelt et al., 2017). Entretanto, para compreender os fenômenos sociais em toda sua complexidade, é importante não favorecer um lado em detrimento do outro e, em vez disso, levar ambos adequadamente em conta. Estudos futuros podem explorar como as peculiaridades de um se relacionam e dependem das peculiaridades do outro, e vice-versa.

### Referências Bibliográficas

- Abend, G. (2018). Outline of a sociology of decisionism. *The British Journal of Sociology*, 69(2), 237–264.
- Ahrne, G. (2015). The partial organization of intimate relations. *Le Libellio d'AEGIS*, 3(11), 7–19.
- Ahrne, G., Aspers, P., & Brunsson, N. (2015). *The Organization of Markets*. *Organization Studies*, 36(1), 7–27.
- Ahrne, G., & Brunsson, N. (2005). Organizations and meta-organizations. *Scandinavian journal of Management*, 21(4), 429–449.
- Ahrne, G., & Brunsson, N. (2008). *Meta-organizations*. Edward Elgar Publishing.
- Ahrne, G., & Brunsson, N. (2011). Organization outside organizations: The significance of partial organization. *Organization*, 18(1), 83–104.
- Ahrne, G., & Brunsson, N. (Eds.). (2019). *Organization outside organizations. The abundance of partial organization in social life*. Cambridge University Press.
- Ahrne, G., Brunsson, N., & Hallström, K. T. (2007). Organizing organizations. *Organization*, 14(5), 619–624.
- Ahrne, G., Brunsson, N., & Seidl, D. (2016). Resurrecting organization by going beyond organizations. *European Management Journal*, 34(2), 93–101.
- Ahrne, G., Brunsson, N., & Seidl, D. (2017). On the fruitfulness of the concept of partial organization: A rejoinder to Apelt et al. *European Management Journal*, 35(3), 297–299. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2017.04.003>
- Allison, G. T. (1971). *The essence of decision: Explaining the Cuban missile crisis*. Harper Collins.

- Andersen, N.Å. (2003). The undecidability of decision. In T. Bakken & T. Hernes (Eds.), *Autopoietic organization theory: Drawing on Niklas Luhmann's social systems perspective* (pp. 235–258). Abstrakt forlag.
- Apelt, M., Besio, C., Corsi, G., von Groddeck, V., Grothe-Hammer, M., & Tacke, V. (2017). Resurrecting organization without renouncing society: A response to Ahrne, Brunsson and Seidl. *European Management Journal*, 35(1), 8–14.
- Barley, S. R. (2016). 60th Anniversary Essay: Ruminations on How We Became a Mystery House and How We Might Get Out. *Administrative Science Quarterly*, 61(1), 1–8. <https://doi.org/10.1177/0001839215624886>
- Barnard, C. (1938). *The functions of the executive*. Harvard University Press.
- Bencherki, N., & Snack, J. P. (2016). Contributorship and partial inclusion: A communicative perspective. *Management Communication Quarterly*, 30(3), 279–304.
- Berkowitz, H., & Bor, S. (2018). Partial Meta-Organizing: A typology of meta-organizational forms. *International Sociology Association*, July.
- Berkowitz, H., Bucheli, M., & Dumez, H. (2017). Collective CSR strategy and the role of meta-organizations: A case study of the oil and gas industry. *Journal of Business Ethics*, 143(4), 753–769.
- Berkowitz, H., & Dumez, H. (2015). La dynamique des dispositifs d'action collective entre firmes: Le cas des méta-organisations dans le secteur pétrolier. *L'Année Sociologique*, 65(2), 333–356.
- Berkowitz, H., & Souchaud, A. (2019a). Collective intelligence and co-dependent organization: The role of chartered accountants in crowdlending. *Comptabilité - Contrôle - Audit*, 25(3), 41–67.
- Berkowitz, H., & Souchaud, A. (2019b). (Self-)regulation in the sharing economy: Governing through partial meta-organizing. *Journal of Business Ethics*, 159(4), 961–976.
- Blaschke, S. (2015). It's all in the network: A Luhmannian perspective on agency. *Management Communication Quarterly*, 29(3), 463–468.
- Brès, L., Raufflet, E., & Boghossian, J. (2018). Pluralism in Organizations: Learning from Unconventional Forms of Organizations. *International Journal of Management Reviews*, 20(2), 364–386.
- Bruch, E., & Feinberg, F. (2017). Decision-making processes in social contexts. *Annual Review of Sociology*, 43, 207–227.
- Brumans, B., Cooren, F., Robichaud, D., & Taylor, J. R. (2014). Approaches to the communicative constitution of organizations. In L. Putnam, & D. Mumby (Eds.), *The SAGE handbook of organizational communication: Advances in theory, research, and methods* (pp. 173–194). Sage.
- Brunsson, K., & Brunsson, N. (2017). *Decisions – The complexities of individual and organizational decision-making*. Edward Elgar Publishing.
- Brunsson, N. (1982). The irrationality of action and action rationality: Decisions, ideologies and organizational actions. *Journal of Management Studies*, 19(1), 29–44.
- Brunsson, N. (1985). *The irrational organization*. John Wiley & Sons.
- Brunsson, N., Gustafsson, I., & Hallström, K. T. (2018). Markets, Trust, and the Construction of Macro-Organizations. In N. Brunsson & M. Juttersström (Eds.), *Organizing and Reorganizing Markets* (pp. 136–152). Oxford University Press.
- Cabantous, L., & Gond, J.-P. (2011). Rational decision making as performative praxis: Explaining rationality's eternal retour. *Organization Science*, 22(3), 573–586.
- Chia, R. (1994). The concept of decision: A deconstructive analysis. *Journal of Management Studies*, 31(6): 781–806. *Journal of Management Studies*, 31(6), 781–806.
- Child, J. (2005). *Organization: Contemporary principles and practice*. Blackwell.
- Christensen, L. T., Morsing, M., & Thyssen, O. (2013). CSR as aspirational talk. *Organization*, 20(3), 372–393.
- Cohen, M. D., March, J. G., & Olsen, J. (1972). A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, 17, 1–25.
- Cunliffe, A. L., & Luhman, J. T. (2013). *Key concepts in organization theory*. Sage.
- Cyert, R. M., & March, J. G. (1963). A behavioral theory of the firm. In J. B. Miner (Ed.), *Essential theories of process and structure* (Vol. 2, pp. 169–187).
- Czarniawska, B. (2009). Emerging institutions: Pyramids or anthills? *Organization Studies*, 30(4), 423–441.
- Czarniawska, B. (2017). Bruno Latour and Niklas Luhmann as organization theorists. In *Management Research* (pp. 73–86). Routledge.
- Davis, G. F. (2015). Editorial Essay: What Is Organizational Research For? *Administrative Science Quarterly*, 60(2), 179–188. <https://doi.org/10.1177/0001839215585725>

De Bakker, F. G., Den Hond, F., King, B., & Weber, K. (2013). Social movements, civil society and corporations: Taking stock and looking ahead. *Organization Studies*, 34(5–6), 573–593.

Den Hond, F., De Bakker, F. G., & Smith, N. (2015). Social movements and organizational analysis. In D. Della Porta & M. Diani (Eds.), *The Oxford handbook of social movements* (pp. 291–305). Oxford University Press.

Dobusch, L., & Schoeneborn, D. (2015). Fluidity, identity, and organizationality: The communicative constitution of Anonymous. *Journal of Management Studies*, 52(8), 1005–1035.

Etzioni, A. (1967). Mixed-scanning: A “third” approach to decision-making. *Public Administration Review*, 27, 385–392.

Goffman, E. (1966). *Behavior in public places: Notes on the social organization of gatherings* (1. paperback ed., 24. printing). The Free Press.

Greenwood, R., Oliver, C., Lawrence, T. B., & Meyer, R. E. (2017). *The Sage handbook of organizational institutionalism*. Sage.

Grothe-Hammer, M. (2019a). Membership or Contributorship? Managing the inclusion of individuals into organizations. In G. Ahrne & N. Brunsson (Eds.), *Organization outside organizations. The abundance of partial organization in social life* (pp. 84–112). Cambridge University Press.

Grothe-Hammer, M. (2019b). Organization without actorhood: Exploring a neglected phenomenon. *European Management Journal*, 37(3), 325–338.

Grothe-Hammer, M. (2020). Membership and contributorship in organizations: An update of modern systems theory. *Systems Research and Behavioral Science*, 37(3), 482–495. <https://doi.org/10.1002/sres.2683>

Grothe-Hammer, M., & Schoeneborn, D. (2019). The Queen Bee Outlives Her Own Children: A Luhmannian Perspective on Project-Based Organizations (PBOs). In C. Vásquez & T. Kuhn (Eds.), *Dis/organization as Communication: Exploring the Disordering, Disruptive and Chaotic Properties of Communication* (pp. 60–79). Routledge.

Hennig-Thurau, T., Walsh, G., & Schrader, U. (2004). VHB-JOURQUAL: Ein Ranking von betriebswirtschaftlich-relevanten Zeitschriften auf der Grundlage von Expertenurteilen. *Schmalenbachs Zeitschrift Für Betriebswirtschaftliche Forschung*, 56(6), 520–545.

Jepperson, R. (1991). Institutions, institutional effects, and institutionalization. In W. W. Powell & P. J. DiMaggio (Eds.), *The New Institutionalism in Organizational Theory* (pp. 143–163). University of Chi-

cago Press.

King, B. G. (2017). The Relevance of Organizational Sociology. *Contemporary Sociology*. <https://doi.org/10.1177/0094306117692563>

Krücken, G., & Meier, F. (2006). Turning the university into an organizational actor. *Globalization and Organization: World Society and Organizational Change*, 241–257.

Kühl, S. (2021). *Organizations: A Short Introduction* (Large type / Large print Edition). Organizational Dialogue Press.

Laamanen, M., Bor, S., & Den Hond, F. (2019). The dilemma of organization in social movement initiatives. In G. Ahrne & N. Brunsson (Eds.), *Organization outside Organizations: The Abundance of Partial Organization in Social Life* (pp. 293–317). Cambridge University Press.

Laamanen, M., Moser, C., Bor, S., & den Hond, F. (2020). A partial organization approach to the dynamics of social order in social movement organizing. *Current Sociology*, 68(4), 520–545. <https://doi.org/10.1177/0011392120907643>

Langley, A., Mintzberg, H., Pitcher, P., Posada, E., & Saint-Macary, J. (1995). Opening up decision making: The view from the black stool. *Organization Science*, 6(3), 260–279.

Lindblom, C. E. (1965). *The intelligence of democracy*. The Free Press.

Luhmann, N. (1996). Membership and motives in social systems. *Systems Research*, 13(3), 341–348.

Luhmann, N. (2003). Organization. In T. Bakken & T. Hernes (Eds.), *Autopoietic organization theory: Drawing on Niklas Luhmann's social systems perspective*. (pp. 31–52). Abstrakt forlag.

Luhmann, N. (2005). The paradox of decision making. In D. Seidl & K. H. Becker (Eds.), *Niklas Luhmann and Organization Studies* (pp. 85–106). Malmö: Liber.

Luhmann, N. (2012). *Theory of society. Volume 1*. Stanford University Press.

Luhmann, N. (2013). *Theory of society. Volume 2*. Stanford University Press.

Luhmann, N. (2018). *Organization and decision*. Cambridge University Press.

Luhmann, N. (2020). Organization, membership and the formalization of behavioural expectations. *Systems Research and Behavioral Science*, 37(3), 425–449.

Malcourant, E., Vas, A., & Zintz, T. (2015). World Anti-Doping Agency: a meta-organizational pers-

- pective. *Sport, Business and Management*, 5(5), 451-471.
- March, J. G. (1994). *A Primer on decision making: How decisions happen*. Simon and Schuster.
- March, J. G., Schulz, M., & Zhou, X. (2000). *The dynamics of rules*. Stanford University Press.
- March, J. G., & Simon, H. A. (1958). *Organizations*. Wiley.
- March, J. G., & Simon, H. A. (1993). *Organizations*. Basil Blackwell.
- Mohe, M., & Seidl, D. (2011). Theorizing the client—Consultant relationship from the perspective of social-systems theory. *Organization*, 18(1), 3–22.
- Morgner, C. (2014). The theory of love and the theory of society: Remarks on the oeuvre of Niklas Luhmann. *International Sociology*, 29(5), 396–404.
- Nielsen, K. R. (2018). Crowdfunding through a partial organization lens—The co-dependent organization. *European Management Journal*, 36(6), 695–707.
- Raab, J., & Kenis, P. (2009). Heading toward a society of networks: Empirical developments and theoretical challenges. *Journal of Management Inquiry*, 18(3), 198–210.
- Rasche, A., & Seidl, D. (2017). A Luhmannian perspective on strategy: Strategy as paradox and meta-communication. *Critical Perspectives on Accounting*.
- Schoeneborn, D., Blaschke, S., Cooren, F., McPhee, R. D., Seidl, D., & Taylor, J. R. (2014). The Three Schools of CCO Thinking Interactive Dialogue and Systematic Comparison. *Management Communication Quarterly*, 28(2), 285–316. <https://doi.org/10.1177/0893318914527000>
- Schoeneborn, D., Kuhn, T. R., & Kärreman, D. (2019). The Communicative Constitution of Organization, Organizing, and Organizationality. *Organization Studies*, 40(4), 475–496. <https://doi.org/10.1177/0170840618782284>
- Schreyögg, G., & Sydow, J. (2010). CROSSROADS—Organizing for Fluidity? Dilemmas of New Organizational Forms. *Organization Science*, 21(6), 1251–1262. <https://doi.org/10.1287/orsc.1100.0561>
- Seidl, D. (2003). Organisational identity in Luhmann's theory of social systems. In T. Bakken & T. Hernes (Eds.), *Autopoietic organization theory: Drawing on Niklas Luhmann's social systems perspective*. (pp. 123–150). Abstrakt forlag.
- Seidl, D. (2005a). *Organisational identity and self-transformation: An autopoietic perspective*. Routledge.
- Seidl, D. (2005b). The basic concepts of Luhmann's theory of social systems. In D. Seidl & K. Becker (Eds.), *Niklas Luhmann and organization studies* (Vol. 14, pp. 21–53). Copenhagen Business School Press.
- Shapira, Z. (Ed.). (1997). *Organizational decision making*. Cambridge University Press.
- Simon, H. A. (1997). *Administrative behavior*. A study of decision-making processes in administrative organization. The Free Press.
- Taylor, J. R. (2000). Thinking about organization in a new way: An inquiry into the ontological foundations of organization. *Electronic Journal of Communication*, 10(1).
- Turner, J. H. (2013). *Theoretical sociology: 1830 to the present*. SAGE Publications.
- Weber, M. (1921). *Wirtschaft und Gesellschaft*. Mohr: Tübingen.
- Wilhoit, E. D., & Kisselburgh, L. G. (2015). Collective Action Without Organization: The Material Constitution of Bike Commuters as Collective. *Organization Studies*, 36(5), 573–592. <https://doi.org/10.1177/0170840614556916>
- Williamson, O. E. (1975). *Markets and hierarchies, analysis and antitrust implications: A study in the economics of internal organization*. Free Press.
- Willmott, H. (2011). Journal list fetishism and the perversion of scholarship: Reactivity and the ABS list. *Organization*, 18(4), 429–442.

# Saindo do nevoeiro: contribuições neosistêmicas e pós-estruturalistas para as teorias organizacionais

Josep Pont Vidal<sup>1</sup>

## Resumo:

Apresento uma explanação introdutória a partir das recentes contribuições das correntes conceituais neosistêmicas, pós-lumanianas e pós-estruturalistas. Elas são identificadas e analisadas em três partes. Na primeira seção, são apresentadas algumas publicações de Luhmann que abordam diretamente o estudo das organizações, bem como é apresentado o debate gerado a partir de sua teoria. Na segunda seção, é apresentado o diálogo recente a partir das publicações da Sociologia e da Filosofia. A partir delas, focalizamos o vínculo sociedade-estado, onde o construtivismo social aparece como um nexu ou instrumento teórico conceitual transversal, que permite o diálogo entre os dois conceitos teóricos distintos. Na terceira seção, são expostas algumas contribuições recentes de abordagens neosistêmica e pós-estruturalistas. Por fim, analiso a convergência da Teoria Ator-Rede com essas correntes conceituais.

**Palavras chave:** Teoria de sistemas autorreferenciais; Pós-estruturalismo; Teorias neosistêmicas.

## Coming out of the fog: neosystemic and poststructuralist contributions to organizational theories

## Abstract:

We present an introductory explanation with recent contributions from neo-systemic, post-Lumanian and post-structuralist conceptual currents. We performed the identification and analysis in three parts. First, a brief introduction to some of Luhmann's publications that directly address the study of organizations is presented, as well as his theory and the subsequent debate it generated (first section). In the second section, the recent dialogue based on the publications of Sociology and Philosophy is presented. In these we focus on the society-state link, in which social constructivism appears as a nexus or transversal conceptual theoretical instrument that allows the dialogue between the two distinct theoretical concepts. After that, some recent neo-systemic and post-structuralist contributions are exposed. Finally, we stop to analyze the convergence link of Actor-Network Theory with these conceptual currents.

**Keywords:** Theory of self-referential systems; Poststructuralism; Neo-systemic theories.

## Introdução

A ação é o aspecto central para o estudo das organizações e para a sociologia em geral. Ela tem sido objeto de diferentes interpretações, descrições e posicionamentos hierárquicos nas arquiteturas teóricas e nas Teorias Organizacionais (TO). Os três supostos conceituais, a seguir, constituíram as bases sobre os quais se desenvolveram a maioria das correntes conceituais posteriores: ação comunicativa (Habermas), entendimento comunicativa (Luhmann) e comunicação além da linguagem (Deleuze). Neste artigo, deter-me-ei no entendimento

<sup>1</sup> Graduado em Sociologia - Universitat Bielefeld - Alemanha (1986), Mestrado em Sociologia Política - Universitat Bielefeld (1987), Doutorado em Sociologia Política na Universidad de Barcelona (1997), Pós-Doutorado Universidade Politécnica da Catalunha.

sobre o tema da comunicação e suas consequências epistemológicas nas correntes neossistêmicas e pós-estruturalistas. Dentro dessas correntes, surgiram polêmicas e debates que atribuem a ação (humana) um papel central na sociedade, que atribuem outra semântica à pessoa e à ação. Ambas partem de premissas gerais que compreendem as organizações como sistemas complexos e interdependentes na modernidade, do novo contexto que veio se denominar pós-modernidade (Chia, 2005; Hancock; Tyler, 2001) e o deconstrucionismo pós-estruturalista não materialista (Derrida, 1989).

Entre as teorias neossistêmicas para o campo epistemológico das TO, a teoria de sistemas autorreferenciais elaborada por Niklas Luhmann tem sido uma das mais frutíferas. Sua contribuição é decisiva para superar as limitações da lógica de sistema abertos que é baseada no binômio *inputs* e *outputs* em sistemas basais, e os descreve a partir de suas operações autorreferenciais internas e comunicativas externas com o meio (LUHMANN, 2005; 2010; 1992; 1986; 1984; 1964).

Desde a década de 1990, tem sido publicados, na teoria organizacional (TO), estudos que podem ser definidos como pós-luhmannianos (NASSEI, 1993; CATHALIFAUD, 2000; ROBLES, 2002). Esta produção tem se ampliado, gradualmente, nos últimos anos (RODRÍGUEZ-MANSILLA, 2015; VIDAL, 2021; 2015a, 2015b; SEIDL, BECKER, 2006; DREPPER, 2006; BAECKER, 2006, entre outros).

Esta multiplicidade de paradigmas e correntes tem despertado o que alguns se referem como um *paradigm soup* (HASSARD; COX, 2013, p.3) em um contexto de *past postmodernism* (CALÁS; SMIRCICH, 1999; HOLMES, 1990, p. 198-314). O termo comum entre estes paradigmas pode ser resumido como deconstrucionismo, no qual a ideia da natureza humana, entendida como o sujeito autônomo, adquire uma centralidade para as observações nas organizações.

Tendo em vista este cenário, o presente trabalho está inserido na área de conhecimento da TO e me detenho na questão *de como é realizada a ideia e a descrição de pessoa, e como ela se relaciona com as premissas de reformulação da sociedade e sua*

*concepção teórica na TO*. A identificação e releitura desses aspectos, oportuniza um esboço e reformulação de outros comentários sobre a ideia de ser humano nas organizações desde a perspectiva neossistêmica e pós-luhmanniana.

O objetivo deste artigo é, portanto, introduzir e apresentar o estado da arte da produção acadêmica recente de orientação neossistêmica e pós-estruturalista, sobre as organizações, e que se baseiam em conceitos sistêmicos luhmannianos. Para isso, primeiramente, introduzo, brevemente, algumas publicações de Luhmann que abordam diretamente o estudo das organizações, e como elas são tratadas em sua teoria. Na segunda seção, esse diálogo recente é, então, explicado a partir das contribuições do construtivismo social, que aparece como um nexos ou instrumento teórico conceitual que permite o diálogo entre os diferentes conceitos teóricos (ou universos<sup>2</sup>). Por fim, são expostas algumas contribuições neossistêmicas e pós-estruturalistas, em particular, onde repousa um vínculo de convergência da Teoria Ator-Rede com as correntes conceituais mencionadas.

## 1. Niklas Luhmann e o estudo das organizações

A teoria de sistemas autorreferenciais (autopoieticos) de Luhmann pode ser definida como uma teoria construtivista baseada em diferenças e cuja vantagem operativa situa-se na possibilidade de poder ser abordada a partir de conceitos procedentes de diferentes áreas do conhecimento e a partir de diferentes perspectivas teóricas. Dada a extensão e amplitude de sua obra, nos limitaremos apenas a oferecer algumas referências bibliográficas centrais, em que faz referência explícita à sua concepção de “humano” em relação direta com as organizações. Por outro lado, sua obra se refere frequentemente as organizações, principalmente em *Organisation und Entscheidung* publicado em 2006 (em espanhol, *Organización y Decisión*, 2010)<sup>2</sup>, assim também nos limitaremos a analisar de forma sucinta esta publicação.

Para sua aplicação na Teoria organizacional em termos gerais, a obra de Luhmann fornece três grandes possibilidades de observação da complexidade e dos problemas derivados dela<sup>3</sup>: 1) A *complexidade*,

<sup>2</sup> Também no artigo N. Luhmann “Autopoieses, Ação, e Compreensão Comunicativa” *Zeitschrift für Soziologie*, 11, 1978. O livro em castelhano de Luhmann *Organización y decisión. Autopoesis, acción y entendimiento comunicativo*, 1997 recolhe este artigo e outra breve publicação.

<sup>3</sup> Outros autores ampliam as possibilidades aplicáveis a TO: organizações como sistemas autopoieticos, operações organizacionais

desdobrada em três diferenciações: finalidade, ação e sistema-médio; 2) A *autopoiesis* de sistemas emoldurada na diferença entre evolução, comunicação e diferenciação; 3) O *acoplamento*, ou as relações entre os sistemas e o meio. Um quarto, não diretamente vinculado a TO, mas a teoria em geral faz referência as possibilidades da observação e do observador, que significa um ponto de partida da forma teórica sistêmica na delimitação do sistema (LUHMANN, 2006).

Não nos deteremos aqui a expor os antecedentes epistemológicos e teóricos destes conceitos, já analisados por muitos estudiosos e que por sua complexidade e extensão supera os objetivos deste trabalho, mas nos que interferem diretamente na TO. Sua proposta metodológica abre uma série de projeções para a análise dos sistemas sociais em perspectivas diferentes.

A primeira premissa se refere a mesma formulação da teoria de organização e aos possíveis cruzamentos de ideias coincidentes com os postulados construcionistas. Na perspectiva dos sistemas autorreferenciais de Luhmann, já se pressupõe que a teoria de organização deve ser “formulada” com a “ajuda de uma espécie de redução fenomenológica” (LUHMANN, 1997, p. 45). Com esta premissa surgem algumas perguntas: Há que se refere com esta afirmação? Não se remete ao nível filosófico do conhecimento (ou ao estabelecimento de verdades essenciais) mas que toma a ideia de *Lebenswelt* (mundo de vida ou o mundo da vida cotidiana) do filósofo Edmund Husserl e do sociólogo Alfred Schütz, existe um mundo intersubjetivo em que as pessoas criam a realidade social e que por sua vez está sujeita as restrições que exercem as estruturas sociais.

Para Luhmann o ser humano é des-ontologizado e transformado em um conjunto de processos de decisões, cujas consequências implicam mudanças nas decisões. Embora a ideia de ser humano permaneça difusa, também reconhece que ao aceitar as decisões dos participantes no sistema através da seleção e supervalorização, deve existir um “mínimo” de realidade fundamentada no psíquico que caracteriza o humano. As operações do sistema psíquico e o sistema consciência, embora entendidos como sistemas autopoieticos e, portanto, operativamente fechados deverão garantir o mínimo de reconhecimento físico de uma pessoa ou assunto.

As organizações são “sistemas sociais que se permitem tratar o comportamento humano” (LUHMANN, 1997, p.45). A sentença não inclui que os seres humanos façam parte essencial das organizações, mas simplesmente reconhece sua existência e os situa operativamente e hierarquicamente na periferia do sistema denominado sistema organizacional. Apesar desta afirmação incisiva, já adverte que não emprega o conceito no sentido “estrito” da filosofia fenomenológica de Husserl. Sua utilização se distancia da redução fenomenológica do conhecimento e de sua transcendentalidade, assim como as “garantias essenciais” descritas pelo filósofo para utilizá-lo e aplicá-lo no sentido de mundo da vida cotidiana (*Lebenswelt*). Em sua perspectiva de sistemas autorreferenciais define inicialmente a organização de forma “circular” e em suas funções e operações como autorreferencial: “um sistema que se produz como uma organização” (LUHMANN, 2010, p. 68).

Ao definir de que forma acontece, é necessário apresentar algumas decisões teóricas que o especifiquem. Destaca a possível convergência com o interacionismo simbólico, ao qualificá-lo como “muito perto” como acontece também com as teorias da interpretação hermenêutica da realidade. O distanciamento semântico e conceitual se dirige em especial “a pressupostos behavioristas (Herbert Mead) ou subjetivistas” (LUHMANN, 2010, p. 78). Em outro texto sobre as organizações, escreve: “a realidade social de decidir em organizações é interpretada, por conseguinte como a única aceitação ou suposição ou sugestão dos participantes no sistema” (LUHMANN, 1997, p. 45). Em suma, o ser humano em um sentido de um sistema de consciência aparece sob a descrição de pessoas que tem um comportamento que influenciam o sistema.

A segunda premissa é a comunicação. Para Luhmann não é um fenômeno individual como tem sido habitualmente tratado na sociologia, mas que é sempre um fenômeno social. No artigo *Wie ist Bewusstsein na Kommunikation beteiligt* (1995) (como participa a consciência na comunicação?) reflete sobre o problema da participação do sistema consciência com as possibilidades de comunicação. O sistema consciência funciona como um meio, mas não um meio em si (*an sich*) (LUHMANN, 1995, p. 44) mas

---

básicas, produção de informação, produção de meios, produção de membro de pessoas, produção das estruturas, intervenção organizacional e cultura e mudanças organizacionais, Marcelo Arnold, 2008.

de forma autorreferencial, ou seja, na terminologia paradoxal como um intermediário. Desta forma o sistema consciência se limita apenas a estruturas linguísticas que produzirão “estados de consciência”. Em sua descrição da comunicação significa que não é uma (transmissão de um objeto para outro objeto como defendem as teorias da ação), mas que é a síntese de três seleções. A operação tem lugar entre o *alter* e o *ego*, embora não estejam vinculadas as ações nem do *alter* e nem do *ego*. Dario Rodríguez (2010) esboça uma síntese da comunicação luhmanniana que se configura como: a seleção de uma informação; a seleção de uma forma de “dar-lhe- a- conhecer”. O *alter* seleciona o meio (escrita digital oral) em que a informação é dada-a-conhecer; a seleção da compreensão. Esta operação inclui também a compreensão.

A terceira premissa faz referência a diferenciação sistêmica. Luhmann diferencia três níveis: os sistemas funcionais parciais diferenciados, sistemas de interação e sistemas organizacionais. Embora o envolvimento funcional e operativo entre esses três, para os objetivos de nosso trabalho esboçaremos este último.

Os sistemas organizacionais ou organizações – e também os sistemas de interações – surgem da complexidade social das sociedades atuais. Correspondem a soma de sistemas de interação, e orientam sua comunicação a um fim específico. Desenvolvem atividades para satisfazer metas específicas e muitas das necessidades humanas. Cumprem também determinadas funções na sociedade. Os sistemas organizacionais (a partir de uma visão integrativa) assumem funções especiais de diferente alcance e se manifestam principalmente nos limites dos sistemas parciais sociais com funções específicas como os Tribunais de Justiça, associações de pais de alunos, ou também as fundações ou grupos específicos, como podem ser as instituições de permanência de pessoas de terceira idade. Os sistemas organizacionais também se manifestam de forma transversal, correspondendo a diferentes sistemas do conflito.

Em síntese, as três premissas descritas que se vinculam diretamente com a TO, em que o ser humano aparece fora da organização. Uma organização distingue-se em respeito aos outros sistemas autopoieticos como conjuntos de decisões que permitem absorver a incerteza.

### 1.1. Contribuições pós-luhmannianas

Entre as publicações que denominamos como pós-luhmannianas é possível diferenciar entre os estritamente seguidores da teoria de Luhmann (ortodoxos), dos que se aprofundaram em observações e análises específicas de diversas áreas da sociedade (WILLKE, 2000; STICHWEH, 1998), e dos que abriram linhas de diálogo com outras correntes construtivistas estruturalistas (diálogo com Bourdieu, Nassei e Wollman) e com o pós-estruturalismo sistêmico construtivista (VIDAL, 2015). No conjunto destas contribuições a ideia ontológica aparece e se manifesta com diferentes nuances, sensibilidades e possibilidades (JACKSON; CARTER, 2007).

No último quarto de século, a teoria de sistemas autorreferenciais de Luhmann tem sido objeto de novas leituras e reformulações de alguns de seus conceitos, de tal forma que hoje em dia é possível falar de enfoques mais ou menos ortodoxos, o qual nos permite referir a um conjunto de correntes ou interpretações pós-luhmannianas. Em um plano epistemológico se abriu um diálogo com a filosofia e com outros conceitos pós-estruturalistas.

No entanto, na maioria dos casos tem sido a busca e explicação de seus fundamentos com poucas novas contribuições teóricas. No Brasil em particular, na última década foram inúmeras as publicações fundamentadas na teoria luhmanniana (principalmente no campo jurídico). Destacam também as teses de doutorado e dissertações de mestrado, porém essa teoria ainda é restrita para pequenos círculos acadêmicos. As causas são diversas, embora se destaque que as principais obras de Luhmann só recentemente foram traduzidas e publicadas em português. Não podemos nos debruçar sobre este tema aqui, pois vai além dos objetivos deste artigo. Mas é um argumento secundário que reforça a importância deste artigo em termos de divulgação da teoria.

Em uma perspectiva dirigida, a busca de respostas entre o estruturalismo funcional e a teoria de sistemas sociopoieticos, em diversas publicações têm sido utilizados conceitos que podem oferecer novas semânticas as respectivas limitações. Os trabalhos dos últimos anos compreendem uma gama de estudos a partir da ótica filosófica do paradigma de autopoieses e as contradições surgidas (ELDER-VASS, 2007), os problemas operacionais derivados da comunicação

entre os sistemas psíquicos (OCAMPO; ZITELLO, 1995) e as tensões epistemológicas surgidas como consequências de relegar a ação social na teoria de sistemas (GRÉVE, 2007). Neste contexto, são ainda escassas as observações empíricas baseadas em conceitos sistêmicos (VIDAL, 2013: 2010). O Ponto de vista convergente tem coincidido com a ideia de dupla observação, ao estabelecer simultaneamente as noções de *sistema e campos de ação*, e a compreensão das estruturas nos conceitos de *habitus e campo* de Bourdieu (NASSEHI; NOLLMANN, 2004).

Estudiosos desta teoria tem aberto possibilidades de diálogo não apenas no pensamento de Luhmann, mas também com os avanços do debate teórico pós-estruturalista e a teoria sociológica, aprofundando os escritos de filósofos sociais (Gilles Deleuze, Michel Callon) de sociólogos (Scott Lash) e na área da filosofia da ciência (Bruno Latour) ao propor conexões conceituais e semânticas com as possibilidades da *performatividade* e com a sociologia econômica e cultural (FARIAS; OSSANDÓN, 2006). Na perspectiva neosistêmica destacam diversas propostas sobre o questionamento da idoneidade e operabilidade da ideia de “encerramento operacional” luhmanniano nas organizações (WILLKE, 1993), a abertura e aplicação em âmbitos sociais como o debate inclusão/exclusão (STICHWEH, 2005; NASSEHI, 2004) e as propostas das tentativas de ontologizar a teoria mediante operações de comunicação do sistema consciência e sistema psíquico e a organização hierárquica dos sistemas (VIDAL, 2005), a seguir.

As tentativas de atribuir ao observador um *status* ontológico ao colocá-lo fora da lógica sistêmica, ou de atribuir uma lógica indicial no sistema fundamentada na etnometodologia, não tem dado uma resposta suficientemente clara ao integrar o *ego*, e o *alter ego*. A proposta da subjetividade e a consciência em comunicação com outra subjetividade autorreferencial se encontra, todavia em fase inicial. Tão pouco se tem conseguido que a construção autorreferencial possa assumí-la como parte integrante em suas operações. Nos últimos anos são recorrentes as observações (e teses Doutorais) que incluem a subjetividade dos atores por meio de introduzir na arquitetura sistêmica a ideia de resiliência social. A opção de colocar um observador fora da lógica de sistemas autopoieticos, é um caminho raramente analisado para expressar uma subjetividade frente a uma descrição autorreferencial.

A tentativa de atribuir a ideia de autopoieses luhmanniana uma lógica de auto indexabilidade (“autopoieses indicial”) que pretende explorar a possibilidade de inclusão do conceito de “indexabilidade” proveniente da etnometodologia e os estudos de conversação de Harold Garfinkel. A proposta se realiza mediante a identificação do fechamento de suas operações e os processos relacionais na contextualidade de suas operações sistêmicas. Estas se produzem mediante a interação, e consideram a existência de uma autopoieses *sui generis* como propriedade dos sistemas de interação como “redes complexas” (ROBLES, 2004).

A ideia de estabelecer um diálogo entre a teoria de sistemas autorreferenciais e outros enfoques autorreferenciais e a filosofia analítica (ou positivismo lógico) está também inacabada. Se trata de uma tentativa de responder a filosofia da linguagem e em especial com a virada linguística estrutural iniciada por Rorty. O rompimento da unidade do “social”, seus componentes de ordem, e que inclui a linguagem, aparece em Luhmann e nos escritos de Wittgenstein. Ambos se distanciam da ideia de sujeito transcendental fenomenológico e partem da suposição de que a descrição da experiência por meio da interpretação é apenas uma descrição indireta. Como afinidades, ambos tomam como premissa inicial a complexidade da sociedade em suas respectivas áreas de conhecimento e da importância dos “jogos de linguagem”, ao tratar-se de uma estrutura dinâmica cuja estabilidade pode ser conseguida através de uma instabilidade cotidiana e cujos indivíduos desempenham um papel secundário.

Na tentativa de comparação sobre as coincidências entre a sociedade e a linguagem e a noção de antologia, Iriarte López (2010) analisa a obra de Luhmann em suas críticas nos princípios da linguística de Saussure de assumir a linguagem como um sistema. Não obstante, uma leitura cuidadosa das publicações de Luhmann em que faz referência a linguagem é possível perceber seu pressuposto que a linguagem não tem uma forma específica de operação, mas em seus aspectos funcionais, ao permitir o acoplamento estrutural. A tentativa se reduz ao estabelecer um diálogo, tendo como ponto em comum o “jogo de linguagem” ou modos de utilizar os sinais, sem entrar em questões ontológicas mais profundas. Embora Wittgenstein dissolva o eu, não elimina a noção do sujeito mas oferece uma concepção diferente, ao mostrar o objeto envolvido com

a linguagem e sintetizar o solipsismo transcendental com o realismo empírico e as preposições de existência de outras mentes.

Aparecem pois, certos aspectos coincidentes entre Luhmann e Wittgenstein. Como alternativa ao problema de definição específica da consciência na teoria de Luhmann, tem procurado respostas na ideia de consciência formada pelas condições sociais do ser humano, tentando-se estabelecer um nexos entre consciência e sistema autorreferencial (FISCHER-LESCANO, 2011). Esta opção se sustenta em um realismo material ingênuo, que reflete a realidade subjacente como um agregado de representações ideológicas criadas pela mente através das relações exclusivamente econômicas e estruturas existentes em uma sociedade inspirada em alguns dos conceitos neomarxistas. Tem-se mostrado como um caminho de diálogo pouco frutífero e limitado devido ao entendimento da consciência formada por uma essência das condições materiais.

## 2. O nexos entre sociedade, organizações e “o humano”

Consideramos conveniente em primeiro lugar apresentar as descrições de “sujeito” e o “ser humano” nos respectivos enfoques teóricos, ao ser utilizados habitualmente, embora com diferentes semântica e atribuições. Iniciamos esta seção com a descrição que oferece a teoria dos sistemas autorreferenciais de Luhmann. Em seguida o identificaremos nas teorias pós-luhmannianas e pós-estruturalistas.

A teoria de sistemas autorreferenciais de Luhmann é amplamente conhecida e analisada pelos especialistas, sobre sua descrição e posição hierárquica do ser humano (desontologização do social). Sua hipótese principal aparece em várias passagens de sua obra: “que os indivíduos específicos pertencem ao *meio* do sistema da sociedade” (1993). Em diversas publicações de sua obra reitera: “a sociedade não é a humanidade” e referindo-se ao sujeito comunicativo, ao movê-lo do centro da observação: “não é a humanidade senão um sistema de comunicação” (LUHMANN [1984] 1998, p.81). Em muitas partes de sua obra repetem-se referências similares e explícitas de sua hipótese:

“descartamos (...) de que a consciência seja um objeto” (Ibid., p. 207).

Em *Soziale Systeme*<sup>4</sup>, já adianta que quem procure sua teoria, deve “livrar-se” de qualquer intenção antropológica ou ontológica: “o ser humano não é a medida da sociedade; é necessário descartar esta velha ideia do humanismo” (LUHMANN, 1984, p.221). Esta postura se mantém em sua obra mais tarde: “não haverá um sistema vivo como o *Kósmos* de Platão e nem um sistema consciente como o espírito de Hegel” (LUHMANN, 1998, p.30). Com isso, o ser humano deixa de estar no centro da sociedade e da observação, para passar a fazer parte do meio. Em síntese, a sociedade é definida sem um centro (e, portanto, “multicêntrica”). Relega o assunto ao ambiente, substituindo-o como medida e unidade central da sociedade. Esta decisão não tem estado livre de polêmicas entre os sociólogos. Porém, como veremos no debate neosistêmico, tem aparecido publicações que propõem uma releitura e nova construção sistêmica hierárquica.

A premissa inicial de Luhmann já estabelece com clareza seu ponto de vista da ideia de “o humano”. Nas organizações, a diferença das antigas “não se morre, e quando ocorre, o evento é entendido organizacionalmente” (LUHMANN, 2010, p.114). Com este exemplo quer demonstrar que na política organizacional a ideia do “humano” se limita a um significado “ideológico ou compensatório” (Ibid., p.115) descartando com ele qualquer referência antropológica ou ontológica. Para dar um significado a sua premissa, propõe encontrar conceitos adequados que possam explicá-lo. Não é o único pensador que usa algumas dessas premissas, já que entre o pós-estruturalismo, Lyotard (1983) também direciona sua obra nesta compreensão.

A teoria de sistemas de Luhmann se caracteriza por sua radicalidade neste sentido, ao considerar que as organizações podem existir: “sem que um indivíduo, segundo sua autocompreensão, se beneficie com ele” (Ibid., p.114). Em sua hipótese o sujeito é dado como certo, como a memória psíquica do indivíduo ao aparecer na organização como “uma ficção”. O sujeito é substituído pela comunicação, ao ser tal meio de comunicação o que organiza os motivos da participação na organização. Para superar o atrito que aparece em sua teoria entre a ideia de indivíduo e os sistemas sociais

<sup>4</sup> Em que reafirma seu giro autopoietico, *Soziale Systeme. Grundrisse einer Allgemeinen Theorie* (1984). Edição em português, *Sistemas sociais. Esboço para uma teoria geral*, 2016.

organizados (organizações) propõe nas observações sobre as organizações incluir a coordenação mútua dos conceitos de funcionais de *pessoa, motivos, consenso e integração*.

### 3. O debate atual neosistêmico e pós-estruturalista

Vimos a heterogeneidade de publicações e contribuições que podem ser chamadas de pós-luhmannianas. Neles emergem várias questões e paradoxos de forma transversal: a ação, a possibilidade de conceder à consciência do sistema uma autonomia e, com ela, uma capacidade autorreferencial (VIDAL, 2020), os limites do “fechamento operativo” (WILLKE, 2008), os limites dos sistemas de interação e o delineamento de sistemas de interação de longo prazo (VIDAL, 2021), tempo e novas tecnologias (CALISE, 2013) No entanto, com poucas exceções, a maioria das publicações se limitou a apresentar o sociólogo ou descrever sucintamente o trabalho de Luhmann, ou a descrever alguns de seus conceitos, cujo resultado tem sido pouco progresso em sua teoria.

A inclusão só de um sujeito vivo (e portanto desprovido de consciência) mas do reconhecimento de um ser humano com os atributos desenhados pelos princípios básico da fenomenologia social e do interacionismo simbólico (Berger e Luckmann) poderia possibilitar uma aplicação mais ampla de uma teoria sistêmica reflexiva sobre os fenômenos e problemas que aparecem nas organizações neste momentos, e portanto também, algumas possibilidades observacionais que superam as restritas apenas a comunicações intersistema ou sistema/médio como defende a teoria de sistemas autorreferenciais.

A ótica pós-estruturalista destaca a diferença entre indivíduos humanos (entendidos como “entidade animadas”), “atuantes” (tanto indivíduos humanos como atores sociais) (Latour) e atores não humanos referidos como “entidades inanimadas” ambas as ideias fazem parte do *frame* teórica da ANT. As correntes que dialogam com a concepção neo-sistêmica, e em especial com as pós-estruturalista, o conceituam e os comparam como “coisas e objetos vivos” (*Actor Network Theorie*), “atuantes” (deconstruções de Derrida), outros o situam na periferia do sistema social e desprovido de qualquer referência antropológica (teoria autopoietica de Niklas Luhmann) atribuindo-lhe também um papel “passivo” frente as instituições e

organizações (neoinstitucionalismo). Estas concepções têm consequências teóricas e metodológicas para as TO.

Para Latour e Callon (1986), não existe de antemão um mundo das “coisas” e um mundo dos homens, já que a natureza e a sociedade são efeitos da existência de redes heterogêneas. Propõem o princípio de “simetria” que afirma que dualismos como natureza/sociedade ou humano/não humano devem também ser colocados entre parênteses. A conclusão é que se desenhe uma “sócio-natureza em que se ligue humano e não humanos, que permita “construir novas redes de associações” (CALLON; LATOUR, 1990, p.25). Esta opção se traduz a ANT. Aqui a noção do “social”, aborda como uma rede heterogênea formada não só por pessoas humanas, mas também por não humanas “coisas”, em que as comunicações e os objetos são o meio da comunicação.

Novos estímulos cada vez mais frutíferos provem da ótica pós-luhmanniana. Temos selecionado alguns representantes das correntes com maior influência no *frame* da TO tanto pelo número de publicações como por sua capacidade teórica explicativa. As identificamos aqui segundo os critérios de premissas sobre a reformulação da sociedade, conceitos chave, aplicação na teoria organizacional e a visão do ser humano não na arquitetura teórica. Incluímos aqui Pierre Bourdieu dadas algumas semelhanças semânticas entre os conceitos de campo e sistemas.

Nesta análise em certa forma comparativa temos estabelecido a finalidade e as regras ou o procedimento em que realizaremos esta exposição entre diferentes autores e correntes. Por um lado, assumimos a proposta de “reconstrução imanente” de uma teoria em que os axiomas ou conceitos de teorias que estão em concorrência e em que notamos suas possíveis inconsistências já diagnosticadas por Popper (1973). Por outro lado, propomos analisá-las a partir de um ponto de vista externo, em que assumimos um ponto de vista externo e formulamos a capacidade explicativa do fenômeno de cada uma destas teorias. Neste caso assumimos como fenômeno a descrição do humano numa perspectiva sistêmica com o delineamento inicial de autopoiese comunicativa (VIDAL, 2017).

Para alcançar estes objetivos temos selecionado três variáveis substantivas entrelaçadas em si: 1) premissas sobre a reformulação da sociedade. Não queremos dizer que a descrição do respectivo conceito de sociedade tem implicações para as teorias organizacionais; 2) a

aplicação na teoria organizacional e por último; 3) como estes axiomas ou paradigmas incidem na visão do ser humano na respectiva arquitetura teórica. Esta relação nos facilitará um melhor entendimento das correntes entre sua concepção de sociedade e a ideia de ser humano nas respectivas arquiteturas teórica (Quadro 1).

Quadro 1. Contribuições sistêmicas autorreferenciais e neosistêmicas relevantes para as teorias organizacionais.

	<b>Premissas sobre reformulação da sociedade</b>	<b>Aplicação na teoria organizacional</b>	<b>Visão do ser humano ou pessoa em sua arquitetura teórica</b>
Niklas Luhmann	Superação da sociedade burguesa. Aumento da diferenciação da sociedade. Reconhecimento da complexidade. A teoria deve ser um instrumento para reduzir a complexidade	Organizações como motores de solução de problemas. Capacidade de criar estruturas próprias de sistemas (auto-organização) Decisões como operação fundamental das organizações. Decisões com base em expectativas.	Autopoiese da consciência e do sujeito psíquico. “pessoa” como participante potencial nas comunicações de um sistema. Reconhece a existência do sistema consciência e sistema psíquico.
Pierre Bourdieu	As organizações se inserem em um campo configurado por um conjunto de relações objetivas entre posições historicamente definidas	O campo do poder e do espaço das relações de força entre os diferentes tipos de capital ou entre os agentes que estão suficientemente previstos dos tipos de capital para estar à disposição para dominar ao campo correspondente.	Existência na mente individual. Habitus como o sistema de disposições que tem os indivíduos. Inculcação de estruturas sociais objetivas na experiência subjetiva.
Armin Nassehi	Organizações formais como constituintes da sociedade moderna Questão central: qual é o problema condicionante da sociedade que se resolve pela formação das organizações?	Organizações como máquinas de decisão	Distanciamento do conceito de transcendentalidade fenomenológica de Husserl. Ontologização do corpo.
Dirk Baecker	Sociedade em rede. A organização da sociedade futura é <i>Kenogramatical</i> . Define espaços vazios que em qualquer momento podem ser ocupados de outra maneira.	A investigação do <i>management</i> pode ser tratada por novas formas teórica e empiricamente fundamentadas. As teorias procedentes das ciências sociais e da filosofia são as mais adequadas, pois permitem fornecer seus pontos de vista respectivos no âmbito da gestão.	Redes compostas por objetos e seres vivos sem definir exatamente se trata-se de seres humanos.
Marcelo Arnold	Coexistência simultânea de múltiplos universos de significado embora contraditórios no espaço social e humano, cada um dos quais pode constituir um domínio institucionalizado.	A organização se articula em estruturas pragmáticas (tarefas, trabalhos, redes, posições hierárquicas) definidas em sua própria comunicação de decisões, orientadas a metas, e não embasada em pessoas.	Complementariedade entre objetiva social e subjetiva social. A realidade não tem existência independente do sujeito-observador (construcionismo)
Hellmut Willke	Visão “policêntrica” sistêmica. Existência de algumas unidades autônomas em que o consenso sobre o fundamento de uma dissidência basal é possível	Orientação sistêmica contextual	As pessoas como agentes dos sistemas funcionais. Unidades autônomas e atores

	Premissas sobre reformulação da sociedade	Aplicação na teoria organizacional	Visão do ser humano ou pessoa em sua arquitetura teórica
Rudolf Stichweh	Três inovações estruturais	Emergência de sistemas funcionais diferenciados e organizações como inovações decisivas para a sociedade mundial	As pessoas como agentes dos sistemas funcionais. Ato comunicativo individual

Fonte: elaboração própria.

Com a clara exceção de Pierre Bourdieu, os autores expostos têm como nexos comuns o enfoque funcionalista das organizações, ao não descrevê-las em seus aspectos normativos ou estruturadores da ação social e humana mas estritamente funcionais. Vale recordar a hipótese central em que se apoiam: “as organizações não são sistemas que realizam objetivos, mas sistemas em busca de objetivos”. Na seleção proposta nos permite identificar tendências em cada uma das variáveis que resumimos abaixo.

*Primeira, a premissa sobre a reformulação da sociedade.* Para Baecker nos próximos anos, as organizações deverão adaptar-se à sociedade que se organizará de forma policêntrica, *kenogramatical*, e em forma de rede emergente (“auto catalíticas”)<sup>5</sup>. Como *kenogramatical* entende a atribuição de um sentimento subjetivo do indivíduo: “aposta, ri e está desorientado (...) sonha com seu lugar, calcula suas possibilidades e experimenta”<sup>6</sup>. Sem caracterização de forma integral a subjetividade e propõe uma superação da lógica binária comunicativa ou códigos luhmannianos (verdadeiro/falso). Sua proposta se dirige a uma perspectiva lógica polivalente que admite novas dimensões na subjetividade. Por outro lado, o conceito de policontextualidade, significa localizar várias localizações ativas (relações de poder, intercâmbio e coincidência). Para as organizações os processos de substituição do poder e da gestão e de posições estratégicas terá lugar mediante a criação de estruturas paralelas de poder previamente definidas (“estratégia de acesso”, segundo os princípios teóricos previamente definidos).

Por outro lado, Willke enfatiza a auto-organização de uma sociedade, em uma visão “policêntrica” sistêmica que se configura com a existência de unidades autônomas. Neste tipo de sociedade não haverá uma

instância central que possa controlar a direção da orientação social. Em sua hipótese, o controle da direção da orientação tem lugar no jogo mútuo dos atores autônomos afetados. Será necessariamente descentralizada e baseada no processo de reflexão e coordenação de sistemas funcionais independentes. Apenas um interesse mútuo na cooperação e a expectativa de um ganho emergente em um jogo de soma positiva irá lançar um processo caracterizado pelas mudanças nas condições de relação entre cooperação e conflito, não por uma espécie de resolução em um amplo consenso entre atores.

Willke pressupõe mudanças nas formas de controle vigentes na atualidade para reduzir as aspirações generalizadas de controle, dominação e exercício do poder e orientação da sociedade (descentralização e auto-organização). Porém, estas possíveis práticas não nos impede de dirigirmos a uma sociedade extremamente individualizada, nas palavras de Willke “arreglesela-se”. Uma alternativa em estabelecer uma conexão entre a capacidade de evolução natural com a alegação que surge da especificidade dos sistemas psíquicos e sociais: reforçar a capacidade de auto-organização descentralizada e orientar ao objetivo civilizador que a modernidade não há nem com muito alcançado.

*Segunda, sua aplicação na TO.* As organizações como entidades autorreferenciais e auto organizacionais definiram espaços vagos: “que em qualquer momento podem ser ocupadas de outra maneira. Motiva a um trabalho que unicamente nesse momento não pode ser intercambiável. Se compromete com produtos que oferecem aos clientes, enquanto os liberam” (Baecker). Apesar da influência e complexidade da teoria de sistemas de Luhmann, mostra também limitações que incidem na TO. A ideia de “fechamento operacional”

<sup>5</sup>Ver: Walter Riofrio Ríos, Aproximações aos sistemas complexos. Adaptação e sistemas auto catalíticos, 2003. Em: <http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/rioefrio30.pdf>

<sup>6</sup>Baecker, Dirk. *Zukunftsfähigkeit: 22 Thesen zur nächsten Gesellschaft*.

nos sistemas autorreferenciais é um ponto fraco em sua teoria ao aparecer limitações em sua aplicação nas organizações econômicas.

*Terceira, a visão e situação do ser humano na arquitetura teórica.* A arquitetura de Luhmann recorre a diversas referências para a descrição do ser humano. O filósofo Arnold Gehlen é uma de suas fontes. Gehlen se fundamenta no paradigma da evolução, embora não a assuma em sua totalidade (afastando-se das teses de Darwin), ao propor um método dinâmico e não linear nem determinista em que convergem a dimensão funcional, com a biológica e a cultural. Para este filósofo o ser humano se caracteriza por seu caráter essencial, inacabado biologicamente e rodeado de estímulos, “superabundância de estímulos e percepções do tipo animal” (GEHLEN [1940] 1980, p.39). A verdadeira dialética da condição humana está na possibilidade de ser sempre um ser aberto.

Esta situação vem a constituir um fardo. Com a abertura ao mundo necessita de um meio ad hoc, com seus significados, de modo que não é mais do que a sobrevivência. Porém, nestes significados encontra uma descrição negativa ao ser humano. A sobrevivência é o único caminho possível, com o que o homem deve fazer por si próprio e poder viver humanamente. Para as observações nas organizações a des-subjetivização radical do sistema (desontologização) mediante a considerar o sistema consciência como um sistema fechado e limitado a suas operações psíquicas e comunicativas limita o alcance das observações.

São ainda escassas as publicações com enfoques neosistêmicos e pós-estruturalistas em que o assunto não é relegado ou igualado com “coisas” ou “seres vivos”. Ser humano como primeira fonte de todo conhecimento. As organizações como produto e produtoras da sociedade.

A *Actor Network-Theory* (ANT) representada por filósofos sociais como Bruno Latour e Michael Callon constitui um dos pontos de encontro ou nexos entre as contribuições pós-luhmannianas e pós-estruturalistas. Embora ainda, são escassas as tentativas de transferir ou utilizar conceitos da teoria autopoiética na ANT estão se mostrando frutíferos ao mostrar as operações das comunicações entre os *nós*.

Na lógica da leitura do social a partir do pós-estruturalismo, a ANT fornece uma série de instrumentos conceituais e analíticos para o estudo da sociedade atual e as organizações. Apesar das dificuldades em definir a

ANT como uma teoria, tratando-se, pois, bem de uma perspectiva construcionista e técnica, os pressupostos teóricos de ambos comportam premissas comuns, ao auto definir-se como estrutural-funcionalista e se auto descrever como “alternativas” ao funcionalismo e ao positivismo. Tanto a teoria de sistemas autorreferenciais de Luhmann como a ANT, as acusaram de desumanizar os humanos ao compará-los aos atores não-humanos, a “coisas”.

Apesar de entraves que se apresentam em ambas as teorias, desenvolvimentos recentes mostram as possibilidades de estabelecer um vínculo teórico e operacional entre a teoria de Luhmann e a ANT (WHITE; GODART, 2008; WHITE, 2007), e em especial no âmbito da língua alemã (HOLZER, 2011; REISER-KAPPELLER, 2011; KNEER; NASSEHI, 2000) no âmbito do anglo-saxão da perspectiva neo-estruturalista (BOMMES; TACKE, 2006, p 282; BECKER, 2006; 2015, p.248).

As coincidências na semântica de alguns conceitos e noções entre os pontos de vista teóricos entre Luhmann e White, tem como nexos na premissa inicial entre ambos os pensadores vir de pontos de vistas opostos. Enquanto para Luhmann as pessoas são “construções comunicacionais” que só aparecem no processo de comunicação no médio do sistema. Para White em uma tentativa de superar os dualismos tradicionais da sociologia, ao ser seu suposto básico denominado “imperativo categórico” que rejeita as tentativas de explicar a conduta humana com base em atributos dos atores (individuais ou coletivos).

Embora não exclua suas próprias identidades, seu conceito de *relational sociology*, atribui as redes propriedades fenomenológicas e uma perspectiva relacional, ao serem criadas e formadas por pessoas com capacidade para lhes dar significado. Embora não diretamente vinculado com a ideia autorreferencial de Luhmann, as ideias e noções da racionalidade e comunicação sistêmica tem contribuído e sido aplicadas também a Teoria da decisão, e a *Self organization theory*. Todas elas vêm de uma raiz epistemológica procedente comum (matemática e a física principalmente) e sua aplicação nos campos das ciências sociais tem sido significativo, sendo sua procedência maioritária de antropólogos e sociólogos franceses e britânicos.

O resultado deste processo de diálogo e aproximação mediante novas leituras das respectivas raízes epistemológicas, possibilita referir sobre a

existência de teorias neosistêmicas e neoconstrutivistas. O resultado disso tem sido frutífero para contribuir nas observações nas organizações com contribuições advindas de vários campos do construtivismo (Deleuze; Watzlanick; Krieg).

Como temos visto, que para Luhmann as pessoas são “construções comunicacionais” que só aparecem no processo de comunicação do médio do sistema. Por outro lado, White trata de uma tentativa para superar os dualismos tradicionais da sociologia e propõe o pressuposto básico de “imperativo auto categórico”. Esta tentativa de explicar a conduta humana rejeita as tentativas de explicá-la com base nos atributos dos atores (individuais ou coletivos), embora sem excluir suas próprias identidades. Em uma perspectiva relacional ao serem criadas e formadas por pessoas com capacidade de dar-lhes significado. São diversos os argumentos, que a partir da perspectiva neosistêmica colocam em questão diferentes fundamentos da teoria das redes. Entres estes destaca-se a supervalorização da ANT e subavalia o poder da observação e da auto-observação como fundamento para a formação de categorias (*Stichweh*).

A fenomenologia social e o paradigma interpretativo têm tido uma importante contribuição na TO. A existência de núcleos de estudos tem possibilitado o aprofundamento sobre a natureza das organizações, mostra este interesse ao levantar perguntas como: o que são as organizações? (NASSEHI, 2005; BOAVA; MACEDO, 2011; GILL, 2014).

Por último, na perspectiva neoinstitucionalista (BRUNSSON; OLSEN, 1993) abriram também possibilidade de diálogo com a teoria neosistêmica. No esquema sistêmico, não foi capaz de responder a concordância entre os sistemas organizacionais e seu médio, ao não ser possível explicá-los apenas por exigências técnicas ou de comunicações mútuas (HASSELBLADH; KALLINIKOS, 2000). O neoinstitucionalismo e suas variantes (sociológica, de escolha racional) tem estado limitado na hora de oferecer uma teoria suficientemente ampla para que possa compreender a racionalidade instrumental das organizações e as relações com os aspectos culturais da sociedade (LUHMANN, 2000) e a contemplação da racionalidade limitada da ação (VIDAL, 2021).

## Reflexões finais

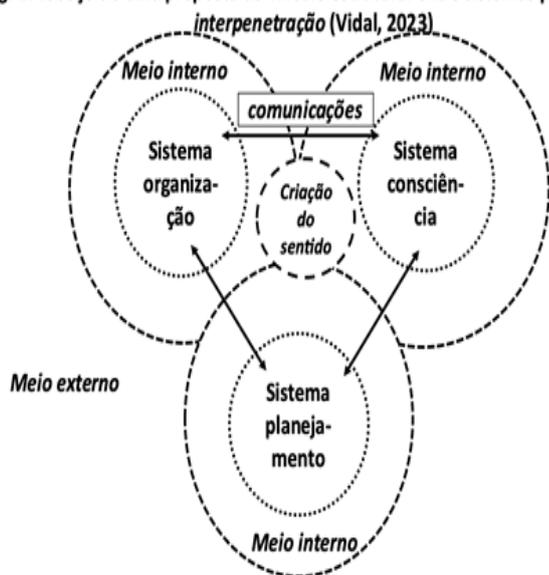
Neste artigo, temos visto como as principais posições teóricas e metodológicas das teorias organizacionais se fundamentam pela definição dos pressupostos meta-teóricos. Na perspectiva sociológica das teorias neosistêmicas temos descrito a definição na perspectiva neoestruturalista o ser humano. Em ambas, as teorias têm sido relegado a uma posição de “ser vivo”, ou colocado na periferia do *frame* teórica.

As publicações internacionais -basicamente em língua alemã- estão dando um salto qualitativo e conceitual no desenvolvimento da teoria sistêmica, embora se concentrem em poucos acadêmicos e universidades. No campo dos países latino-americanos, pesquisadores, principalmente México e Chile, têm feito um esforço intelectual para difundir (também na forma de periódicos) essas teorias e tentar abrir diálogos entre elas. Sua aplicabilidade e observações empíricas nas organizações continuam sendo uma questão pendente.

As premissas sobre a reformulação da sociedade e sua aplicação na TO. A tendência para uma epistemologia de síntese ou as possibilidades de uma convergência conceitual entre algumas correntes pós-luhmannianas e enfoques pós-estruturalistas, em direção a uma perspectiva sistêmica-construtivista está tendo lugar entre conceitos teóricos em suas aplicações nas observações dos fenômenos complexos. Nestas teorias organizacionais esta perspectiva tem sido aplicada em estudos do âmbito da gestão, na reconstrução de organizações como sistemas de distribuição de conhecimento autorregulado (TSOUKAS, 1996) e as organizações entendidas como meta-organizações.

Os diversos enfoques neosistêmicos e pós-estruturalistas coincidem em compreender o ser humano como sistemas vivos, entendidos como “sujeitos”. Salvo poucas tentativas recentes, coincidem em despi-lo de suas atribuições antropológicas. Para os estudos organizacionais esta estratégia epistemológica pode constituir um problema observacional empírico. Na análise meta teórica dos últimos anos sugere-se que o movimento paradigmático atual se caracteriza por ser: “ontologicamente relativista, relacionista epistemologicamente e metodologicamente reflexivo” (HASSARD; COX, 2013, p.1).

Fig. 1. Esboço de uma proposta de vínculo estrutural entre sistemas por meio da



Fonte: elaboração própria.

É evidente que uma teoria normativa não pode aprender como nos lembra Luhmann. Não há necessidade de se renunciar este princípio, mas talvez seja necessário, seguir realizando novas leituras da teoria de sistemas autorreferenciais de este sociólogo para descobrir as possíveis relações comunicativas entre o sistema consciência, e o sistema psíquico, que é dirigida a uma ontologização reflexiva sistêmica.

### Referências bibliográficas

ARNOLD, Marcelo. Las organizaciones desde la teoría de los sistemas sociopoieticos, **Cinta de moebio**, n. 32, p. 90-108. 2008, Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/cmoebio/n32/art02.pdf>> Acesso em 18 setembro 2015.

BECKER, Kai. Luhmann's Systems Theory and Theories of Social Practices. In: SEIDL, David; BECKER, Kai (ed.). **Niklas Luhmann and organization Studies**. Copenhagen: Business School Press, pp. 215-247, 2006.

BAECKER, Dirk. **Zukunftsfähigkeit: 22 Thesen zur nächsten Gesellschaft**. Disponível em: <<https://categories.wordpress.com/2013/07/02/zukunftsfahigkeit-22-thesen-zur-nachsten-gesellschaft/>> acesso em 21 de maio 2016

CALISE, Santiago. Tiempo y nuevas tecnologías desde la perspectiva de la teoría de sistemas, **CTS**, n. 23, v. 8, mayo de 2013, pp. 89-111. Disponível em: <http://www.revistacts.net/wp-content/uploads/2020/01/vol8-nro23-calise.pdf>Revista

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno (dir.). **La science telle qu'elle se fait. Anthologie de la sociologie**

**des sciences de langue anglaise**. Paris: La Découverte, 1990.

CHIA, Robert. Organization Theory as a Postmodern Science. In: KNUDSEN, Christian; TSOUKAS, Haridimos (Edit.). **The Oxford Handbook of Organization Theory**, 2005.

FARIAS, Ignacio; OSSANDÓN, José. **Observando sistemas. Nuevas apropiaciones y usos de la teoría de Niklas Luhmann**. Santiago de Chile: RIL editores, 2010.

HANCOCK, Philip; TYLER, Melissa. **Work, Postmodernism and Organization: A Critical Introduction**. London: Sage, 2001.

HASSELBLADH, Hans; KALLINIKOS, Jannis. The Project of Rationalization: A Critique and Reappraisal of Neo-Institutionalism in **Organization Studies**, Organization Studies, v. 21, n. 4, pp. 679-700, 2000.

HASSARD, John; COX, Julie. Can Sociological Paradigms Still Inform Organizational Analysis?, A Paradigm Model for Post-Paradigm Times, **Organization Studies**, v. 0, n.0, pp.1-28, 2013.

HOLMES, Roger. Person, role and organization; some constructivist notes. In: John HASSARD; Denis PYM, **Theory and Philosophie of Organizations. Critical issues and new perspectives**, p.198-314, 1990.

HUSSERL, Edmund. **Ideas relativas a una fenomenologia pura y a una filosofia fenomenológica**. México: FCE, 1986.

IRIARTE LÓPEZ, Iñaki. Sistemas autopoieticos y juegos de lenguaje. El aire de familia entre Ludwig Wittgenstein y Niklas Luhmann. **Papers. Revista de Sociología**, v. 61, 2000, disponível em: <<http://papers.uab.cat/article/view/v61-iriarte>> acesso 17 maio, 2015.

JACKSON, Norman; CARTER, Pippa. **Rethinking Organisational Behavior: A Poststructuralist Framework**. Prentice Hall/Financial, 2007.

KNIGHTS, David. Organization Theory in the Age of Deconstruction: Dualism, Gender and Postmodernism Revisited, **Organization Studies**, v.18, n.1, Jan/Feb, 1997.

KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh. **Organizational analysis: essential reading**. South-Western Cengage Learning, 2010.

LUHMANN, Niklas. **Organización y decisión. Autopoesis, acción y entendimiento comunicativo**. Barcelona: Anthropos/Universidad Iberoamericana, 1997.

\_\_\_\_\_. **Organization und Entscheidung.** Opladen/Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2000.

\_\_\_\_\_. **Interaktion, Organization, Gesellschaft. Anwendungen der Systemtheorie,** 1975.

\_\_\_\_\_. Wie ist Bewusstsein an Kommunikation beteiligt? N. LUHMANN. **Soziologische Aufklärung Bd. 6. Die Soziologie und der Mensch.** Opladen: Westdeutscher, 1995.

\_\_\_\_\_. **Organización y decisión.** Barcelona: Editorial Herder, 2010.

\_\_\_\_\_. **Funktionen und Folgen formaler Organisationen.** Berlin: Duncker & Humblot, 1964.

\_\_\_\_\_. **Ökologische Kommunikation.** Opladen: Westdeutscher Verlag, 1986.

MANIS, Jerome; MELTZER, Bernard (eds.). **Symbolic Interaction: A Reader in Social Psychology.** Boston: Allyn and Bacon, 1978.

NASSEHI, Armin. Sozialer Sinn. In: NASSEHI, A.; NOLLMANN, G. **Bourdieu und Luhmann. Ein Theorievergleich.** Frankfurt a.Main: Suhrkamp, pp. 155-190, 2004.

PARSONS, Talcott. **Structure and process in modern societies.** New York: The Free Press, 1960.

RODRIGUEZ Mansilla, Dario. Niklas Luhmann: Teoría de los sistemas organizacionales. In: MONTERROSA, Alberto, **Aportaciones de Niklas Luhmann a la comprensión de la sociedad moderna.** México: Editorial del Norte/UOC, pp. 79-101, 2015.

SEIDL, David; BECKER, Kai. Organizations as Distinction generating and Processing Systems: Niklas Luhmann's Contribution to Organization Studies, **Organization**, 13(1):9-35, 2006.

STICHWEH, Rudolf. **The Present State of Sociological Systems Theory,** 2005. Disponível em: <[https://www.fiw.uni-bonn.de/demokratieforschung/personen/stichweh/pdfs/37\\_stw\\_the-present-state-of-sociological-systems-theory-2005-2.pdf](https://www.fiw.uni-bonn.de/demokratieforschung/personen/stichweh/pdfs/37_stw_the-present-state-of-sociological-systems-theory-2005-2.pdf)> acesso em: 6 de maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Inklusion/Exklusion, funktionale Differenzierung und die Theorie der Weltgesellschaft,** 1998. Disponível em: <[http://www.forschungsnetzwerk.at/downloadpub/inklusion\\_exklusion\\_weltgesellschaft\\_stichweh\\_2000\\_artikel.pdf](http://www.forschungsnetzwerk.at/downloadpub/inklusion_exklusion_weltgesellschaft_stichweh_2000_artikel.pdf)> acesso em: 11 de abril 2015.

TSOUKAS, Haridimos; KNUDSEN, Christian, et al. The need for Meta-theoretical Reflection in Organization Theory. **The Oxford Handbook of Organization Theory,** 2005.

TSOUKAS, Haridimos. False Dilemmas in Organization. Realism or Social Constructivism?, **Organization a debate,** v. 7, n.3, pp. 531-535, 2000.

VIDAL, Josep. Autoopoesis, Autoorganización y Cierre operativo en las organizaciones desde la perspectiva postestructuralista, **Revista Internacional Organizaciones,** v.14, pp. 31-55, 2015a. Disponível em: <<http://www.revista-rio.org/index.php/revista-rio/article/view/178>> acesso em: 6 de maio 2015.

\_\_\_\_\_. De la teoría de sistemas autopoieticos al posestructuralismo: reflexiones para la teoría organizacional, **Revista Internacional Organizaciones,** n. 14, 2015b. Disponível em: <http://www.revista-rio.org/index.php/revista-rio>,

\_\_\_\_\_. Organizaciones en tiempos de incertidumbre: de la seguridad a la contingencia, **Revista Reforma y Democracia,** n. 81, pp. 43-75. 2021.

\_\_\_\_\_. A teoria neosistêmica de Niklas Luhmann e a noção de autoopoesis comunicativa nos estudos organizacionais, **Cadernos EBAPE.Br,** v. 15, n. 2, pp. 274-291, 2017a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/57480/66320>

\_\_\_\_\_. **Por meio da teoria. Enfoques neosistêmicos e pós-estruturalistas,** Belém, Paka-Tatu, 2017b.

\_\_\_\_\_. Uma observação autorreferencial na Defensoria Pública do estado do Pará, Amazônia, **Organizações e Sociedade,** v. 2, n.1, 2013. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/viewFile/53/29>

\_\_\_\_\_. **Redescubriendo o asistido. Defensoria Pública do estado do Pará,** vols. 1,2,3,4,5. Belém: DPEP/Idesp, 2010.

WILLKE, Helmut. **Systemtheorie II. Interventions-theorie.** Stuttgart/Jena: UTB-Fischer, 1999.

\_\_\_\_\_. **Systemtheorie entwickelter Gesellschaften. Dynamik una Riskanz moderner gesellschaftlicher Selbstorganisation.** München: Juventa Verlag, 1993.

ZALT, Mayer. A New Paradigm for Organizational Studies, **Contemporary Sociology,** v. 23, n. 6, pp. 864-867, 1994.

# Construindo pontes entre movimentos sociais e Estado no Brasil: uma análise de trajetórias e ocupação de cargos no governo federal

Carla Rech<sup>1</sup>

## Resumo:

O presente artigo tem por objetivo apresentar resultados de pesquisa sobre ocupação de cargos instáveis no governo federal brasileiro a partir de 2003. Orientada pela teoria dos campos de ação estratégica, pela abordagem das redes sociais, por elementos da sociologia disposicionalista, multideterminista e à escala individual e pelo conceito de ativismo institucional, buscou-se, a partir da pesquisa bibliográfica e documental e da realização de entrevistas, identificar no contexto político-institucional e na trajetória dos sujeitos investigados, elementos que explicassem a ocupação de cargos governamentais por vias discricionárias. Os dados demonstraram que, no caso analisado, a ocupação destes cargos decorreram de uma inserção prévia, acadêmica e/ou profissional, em projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural e ao vínculo com movimentos sociais ligados à essa causa. Verificamos que ao ingressar neste campo, os indivíduos passam a compartilhar de uma mesma comunidade técnica mas também militante. Além disso, esse tipo de inserção estabeleceu redes e conferiu, ao longo do tempo, múltiplos reconhecimentos que permitiram aos sujeitos a ocupação de cargos no governo federal, a partir de 2003, dada as condições existentes no Estado. Verificou-se ainda que há também uma disponibilidade biográfica dos sujeitos de ocuparem cargos instáveis em prol deste tipo de trabalho.

**Palavras chave:** Movimentos sociais; Estado; Trajetórias; Cargos governamentais.

**Building bridges between social movements and the State in Brazil: an analysis of trajectories and occupation of positions in the federal government**

## Abstract:

This article aims to present research results on the occupation of untirable positions in the Brazilian federal government since 2003. Guided by the theory of the fields of strategic action, by the approach of social networks, by elements of dispositionalist sociology, multideterministic and on an individual scale and by the concept of institutional activism, we sought, from the bibliographic and documentary research and the conduct of interviews, to identify in the political-institutional context and in the trajectory of the investigated subjects, elements that would explain the occupation of government positions through discretionary channels. The data showed that, in the case analyzed, the occupation of these positions was due to a previous insertion, academic and/or professional, in projects and actions related to sustainable rural development and the link with social movements linked to this cause. We found that when entering this field, individuals start to share the same technical community but also militant. In addition, this type of insertion established networks and conferred, over time, multiple recognitions that allowed the subjects to occupy positions in the

<sup>1</sup> Doutorado em Sociologia / UFRGS (2020). Mestrado em Ciências Sociais / UFPel (2013). Graduação em Ciências Sociais / UFPel (2010). Professora do IFSul/ Campus Pelotas/RS e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS) em estágio de pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública (PPGCol/UFRGS). CV: <http://lattes.cnpq.br/4807406994560347> [ [carlatsul@yahoo.com.br](mailto:carlatsul@yahoo.com.br) ]

federal government, from 2003, given the existing conditions in the State. It was also verified that there is also a biographical availability of subjects to occupy instible positions in favor of this type of work.

**Keywords:** Social movements; State; Trajectories; Government positions.

## 1. Introdução

Pesquisas realizadas no campo de estudos de movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas têm demonstrado padrões de interação entre Estado e organizações não estatais, identificando a existência de uma dinâmica de relações entre estes espaços sociais, conformada em parte pelo fluxo de indivíduos, possibilitado pela permeabilidade do Estado, elemento evidenciado já há algum tempo por pesquisadores da área. Dentre os estudos pioneiros que evidenciaram tal fenômeno no Brasil, destacam-se os realizados por Marques (1999, 2000, 2003). Seus estudos demonstram uma elevada permeabilidade das organizações estatais brasileiras à atuação de atores não estatais, a partir de vínculos construídos com atores ocupantes de posições estatais ao longo de suas trajetórias. Gradativamente, pesquisadores/as têm analisado padrões de interação entre Estado e movimentos sociais no Brasil (Abers; Von Büllow, 2011; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Feltran, 2006; Tatagiba; Blikstad, 2011) e têm identificado a existência de uma dinâmica de relações entre estes espaços sociais. Tais estudos demonstram a ocorrência de diferentes combinações e rotas de interdependência entre Estado e sociedade civil (Lavalle; Szwako, 2015), seja pelo fluxo de indivíduos mediado por partidos (Silva; Oliveira, 2011) e/ou pelo compartilhamento de projetos políticos (Tatagiba; Teixeira, 2016).

Cada vez mais, a ocorrência do trânsito institucional “caracterizado pelo deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento” (Silva e Oliveira, 2011: 98) e a permeabilidade do Estado, passaram a ser evidenciadas pelos/as pesquisadores/as em diferentes áreas de políticas públicas: meio ambiente (Barcelos, 2010; Losekann, 2014; Abers, Oliveira, 2015), promoção de saúde e acesso aos direitos (Abers; Tatagiba, 2014;

Albuquerque, 2015; Carlos, 2015; Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2016; Dowbor, 2012; Farias; Dimenstein, 2008; Ferreira; Lotta, 2016, Machado, 2015; Pereira, 2018; Zanolli, 2015), desenvolvimento rural e agricultura familiar (Müller; Silva; Schneider, 2012; Oderich; Grisa; Barth, 2019; Schmitt; Silva, 2016), habitação (Tatagiba; Teixeira, 2016); igualdade racial (Leitão, 2012). É preciso destacar também que tal dinâmica independe do espectro ideológico dos partidos políticos, visto que a mesma foi recentemente destacada pela mídia nacional em relação a ativistas e organizações de movimentos de direita. Em julho de 2017, por exemplo, o jornal Folha de São Paulo informou que “Líderes do Movimento Brasil Livre (MBL) envolvidos na mobilização pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, vêm ganhando cargos comissionados em grandes cidades neste ano”. A reportagem identificava lideranças da organização sendo nomeados para cargos em Porto Alegre, Goiânia, Caxias do Sul (RS) e São José dos Campos (SP). Segundo o coordenador do movimento entrevistado, o MBL estaria presente em 170 cidades.

Apesar desta constatação, tais pesquisas tendem a não analisar quais elementos que oportunizariam essa ocupação de postos-chave e de outros espaços de trabalho dentro de governos, por parte de indivíduos que têm ou tiveram em sua trajetória vínculos com organizações de movimentos sociais. Tal lacuna coloca para a comunidade acadêmica um desafio analítico de compreender como e por quê determinadas pessoas fazem tal percurso e acabam ocupando cargos dentro da burocracia estatal. A partir desse desafio, foi realizada a pesquisa de doutorado, cujo objeto emergiu tanto da trajetória da pesquisadora quanto da constatação empírica das pesquisas já realizadas. Partimos das hipóteses de que a possibilidade do trânsito do campo societário para o campo estatal pode ser determinada por condições político-institucionais; experiências educacionais/laborais e condições relacionais.

Para responder as questões colocadas e verificar a pertinência das hipóteses, buscamos centralmente a recuperação e estudo das trajetórias, seja por vias documentais ou pela realização de entrevistas, tanto do órgão estatal selecionado para a pesquisa criado em 2003 pelo governo federal brasileiro, quanto de pessoas que ali trabalharam ocupando posições instáveis na burocracia estatal, por meio de nomeações discricionárias e contratos de consultoria, visto o

interesse pela compreensão do trânsito institucional. Como será demonstrado no decorrer deste artigo, a recuperação destas trajetórias, seja do Estado, seja das pessoas, e posterior análise explicaram, em grande medida, o trânsito institucional, outrora constatado empiricamente não só pelas pesquisas realizadas mas também durante parte da trajetória de trabalho desta pesquisadora junto ao governo federal.

O objetivo do presente artigo é apresentar os resultados da pesquisa realizada durante o doutorado, os quais foram obtidos em grande medida por conta do potencial analítico do estudo de trajetórias. Os dados demonstraram que, no caso analisado, a ocupação destes cargos decorreram de uma inserção prévia, acadêmica e/ou profissional, em projetos e ações ligadas ao desenvolvimento rural e ao vínculo com movimentos sociais ligados à essa causa. Esse tipo de inserção conferiu, ao longo do tempo, múltiplos reconhecimentos que permitiram aos sujeitos a ocupação de espaços no governo federal, a partir de 2003, dada as condições existentes no Estado. Verificou-se ainda que há também uma disponibilidade biográfica dos sujeitos de ocuparem cargos instáveis em prol deste tipo de trabalho, seja por meio de consultorias ou de cargos de indicação.

Além desta breve introdução, este artigo conta com mais quatro partes: na primeira, apresentamos os fundamentos teóricos que nortearam a realização da pesquisa e análise dos resultados encontrados; a seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados; na terceira parte, apresentamos os resultados encontrados e na quarta e última, apresentamos conclusões sobre o trabalho desenvolvido.

## **2. Como analisar e explicar os fluxos entre movimentos sociais e Estado no Brasil? Fundamentos teóricos da pesquisa**

Dentre a diversidade de conceitos disponíveis na literatura de movimentos sociais para pensar os processos de forma relacional, optamos em utilizar como base uma fundamentação teórica que permitisse a investigação e explicação do fenômeno, sem, contudo, correr os riscos de essencialização sobre movimentos sociais e Estado e de estabelecimento de fronteiras rígidas entre estes que tanto as Teorias dos Novos

Movimentos Sociais (TNMS) quanto a Teoria do Processo Político (TPP) incorrem<sup>2</sup>. Como veremos nos resultados, a articulação entre as dimensões meso e micro podem se constituir em um ganho para os estudos na área. Para tanto, usamos como base a fundamentação teórica exposta brevemente a seguir<sup>3</sup>.

No nível mais abstrato, aportamos a teoria dos campos de ação estratégica (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011), uma teoria dedicada à compreensão dos processos de mudança e de estabilidade social, que parte do princípio de que a vida social é permeada por uma complexa rede de campos de ação estratégica. Para os autores, o campo de ação estratégica é um nível meso de ordem social em que os atores (que pode ser individual ou coletivo) interagem com o conhecimento de um sobre o outro e tem um conjunto de entendimentos comuns sobre os efeitos do campo, as relações no campo (incluindo quem tem poder e por que) e as regras do campo. Para os autores, a participação nesses campos é baseada muito mais em questões subjetivas do que critérios objetivos, conferindo centralidade à agência individual. Em seu conjunto, essa teoria forneceu os pressupostos a partir do qual se estruturou a problematização e a análise. Adicionalmente, mobilizamos a abordagem das redes sociais (Marques, 2000; 2003; 2010; Abers e Von Bulow, 2011) para a estruturação do modelo analítico que, hipoteticamente, explica parte do fenômeno. Primeiro, porque segundo estes autores, a rede social pode ser definida como o campo presente em determinado momento e estruturado por vínculos, de diversas naturezas, construídos intencionalmente ou não, entre indivíduos, grupos e organizações, ao longo do tempo, cuja origem, em sua maioria, é fruto de relações herdadas de outros contextos. E segundo, porque o uso do conceito de redes, permite chegar a um grande detalhamento das relações individuais sem perder de vista a estrutura do campo inteiro e os padrões mais gerais, introduzindo dimensões novas e inusitadas na compreensão do Estado (MARQUES, 2010).

Foram mobilizados ainda elementos da sociologia disposicionalista, multideterminista e à escala individual (Lahire, 2002; 2004; 2013). Dada as características da proposta de análise formulada pelo autor, utilizamos a abordagem disposicionalista como inspiração para verificar como os indivíduos, durante

<sup>2</sup> Para uma revisão e análise sobre, ver BARCELOS; PEREIRA e SILVA (2017).

<sup>3</sup> Para maiores detalhes da fundamentação teórica, ver RECH (2020).

sua trajetória, sofreram exposição a determinados contextos socializadores ou a indivíduos portadores de princípios de socialização diferentes, e que acabaram, por influenciar, em certa medida, suas as ações. Isso porque, investigamos as trajetórias de maneira a compreender não só os vínculos e as relações, mas a disponibilidade dos indivíduos em se vincular. Por último, o conceito de ativismo institucional (Santoro e McGuire, 1997; Pettinicchio, 2012) ofereceu uma categoria para denominar o fenômeno e que permitiu parte das explicações, uma vez que, segundo os autores, ativistas institucionais apresentariam uma identificação com um movimento social promotor de determinada causa, mesmo que isto não se expresse necessariamente no pertencimento formal a uma organização de movimento social e que a partir de tal identificação, o ativista institucional orientaria sua atuação no espaço institucional no qual está inserido de forma a atingir os

objetivos, demandas e/ou interesses daquele movimento social. Adicionalmente, levamos em consideração dados sobre as condições político-institucionais presentes no Estado brasileiro, especialmente os achados de pesquisas sobre a ocupação de cargos no serviço público federal (Cavalcante e Lotta, 2015; Lopez, 2015) e que contribuíram para a construção do modelo de investigação e análise.

O Quadro 1 apresenta a síntese do modelo teórico utilizado para compreender como e por que determinados indivíduos transitam por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil. Importante destacar que não se tratam de elementos excludentes; ao contrário, atuam de forma complementar e é justamente a conjunção desses fatores que respondem à complexidade do fenômeno, mesmo com variações individuais.

Quadro 1. Síntese do modelo analítico sobre o trânsito de indivíduos de organizações de movimentos sociais para órgãos estatais no Brasil

<b>Condições político-institucionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regras, leis, normas, procedimentos produzidos no Estado;</li> <li>• Ofertas institucionais e constrangimentos legais;</li> </ul>
<b>Condições individuais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• existência de um conjunto de decisões individuais;</li> <li>• habilidades sociais pertinentes/relevantes ao campo de ação estratégica;</li> <li>• expertise técnica/profissionalização;</li> <li>• ativismo institucional;</li> </ul>
<b>Condições relacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• rede de relações desenvolvidas no campo de ação estratégica (competência técnica e/ou compensação política);</li> <li>• posição ocupada no campo de ação estratégica (em virtude da carreira profissional, trajetória político-institucional, vínculos associativos, laços de amizade/familiares);</li> <li>• ampliação/estabilidade do campo de ação estratégica;</li> </ul>

Fonte: Rech (2020, p.47).

Tal como será apresentado a seguir, ao combinar a investigação de condições político-institucionais, condições individuais e condições relacionais, foi

possível identificar um conjunto de elementos que nos permitem explicar, no caso estudado, como se deu o trânsito.

### 3. Procedimentos metodológicos

Conforme destacado na introdução deste trabalho, estudos realizados em diferentes órgãos estatais constataram a permeabilidade do Estado e o trânsito institucional e por isso poderiam ter sido tomados como lócus para a pesquisa. No entanto, a escolha do ambiente empírico se deu a partir da relação profissional prévia da pesquisadora com o órgão estatal pesquisado, uma secretaria nacional criada dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pelo motivo exposto, o universo de análise compreendeu a análise deste “pedaço” do Estado e os atores que tiveram vínculos temporários com o mesmo no período de 2003 a 2010, seja por nomeação discricionária ou por contratos de consultoria.

A seleção dos/as interlocutores/as foi dividida em dois momentos: uma análise mais ampla do universo dos que ocuparam os cargos a partir de fontes documentais como as publicações do Diário Oficial da União, da plataforma Lattes, documentos do órgão estatal, contratos etc.; e uma análise em profundidade de poucos casos, escolhidos a partir de alguns critérios que fossem indicadores de diversidade no universo, permitindo complexidade na análise a partir da realização de entrevistas semiestruturadas. Tomamos como critério para convite a ocupação de algum cargo no órgão estatal em análise, no período de 2003 a 2010, independente se consultoria, cargo DAS<sup>4</sup> ou Função Gratificada. Trata-se de um estudo de casos, no qual cada indivíduo constituiu um caso particular de trânsito a ser analisado. A confrontação entre os vários casos e o modelo analítico é que possibilitou chegar, ao final da pesquisa, com um modelo que julgamos adequado à explicação da diversidade empírica observada na pesquisa. Nesse contexto, recorreremos a uma amostra intencional para construção do corpus empírico, visando garantir diversidade de gênero, geração, tipo de trajetória e localização geográfica dos interlocutores antes da ocupação dos postos no governo federal. Ao longo da pesquisa foi possível entrevistar 22 pessoas, cujo perfil da amostra pode ser observada na tabela abaixo, segundo gênero, idade,

estado de nascimento e ano de ingresso na órgão estatal pesquisado:

**Tabela 1. Caracterização da amostra**

Características	Sujeitos
<b>Gênero</b>	
Feminino	11
Masculino	11
<b>Idade (anos)</b>	
30-39	11
40-49	7
50-59	3
≥ 60	1
<b>Ano de ingresso na SDT</b>	
2003	7
2004	6
2005	1
2006	3
2007	2
2008	2
2009	1
<b>Naturalidade</b>	
Rio Grande do Sul	6
Paraná	1
Santa Catarina	1
São Paulo	1
Minas Gerais	1
Rio de Janeiro	2
Paraíba	1
Rio Grande do Norte	2
Ceará	2
Maranhão	2
Pará	1
Amapá	1
Acre	1

Fonte: Rech (2020).

Esta seleção foi realizada tendo por finalidade atender parte significativa dos objetivos da pesquisa, a saber: reconstruir a trajetória dos atores, procurando identificar elementos que oportunizaram o trânsito por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil; identificar e analisar condições biográficas, buscando nos processos de socialização por eles experienciado (familiar, religioso, educacional/universitária, profissional, política) a identificação de elementos que podem ter influenciado na construção ou atualização de disponibilidades biográficas que levaram ao trânsito por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais; e, verificar os aspectos relacionais por meio da reconstrução das redes e os tipos de relações que os indivíduos foram estabelecendo ao longo de suas trajetórias, identificando quais aspectos oportunizaram ou constrangeram o trânsito por entre organizações de movimentos sociais

<sup>4</sup>Dentre as possibilidades político-institucionais de acesso temporário ao Estado, é possível afirmar que o que mais se destaca, tanto na mídia quanto nas pesquisas realizadas, é a ocupação de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), também conhecidos por cargos de confiança, e que permitem a ocupação de cargos no serviço público por meio da indicação discricionária de gestores estatais. Para saber mais sobre o tema ver Lopez, Bugarin e Bugarin (2015); Borges e Coêlho (2015).

e órgãos estatais. A confrontação entre os vários casos e o modelo analítico elaborado é que possibilitou chegar às explicações sobre o fenômeno.

Todas as entrevistas foram realizadas a partir de um tópico guia contendo quatro blocos temático: 1. origem espacial/social/familiar/educacional; 2. experiências político-institucionais (procurando identificar locais, tipo, momento histórico e motivações); 3. vínculos associativos estabelecidos, e 4. processo de construção das carreiras acadêmicas/profissionais (procurando identificar locais, momento histórico, funções desenvolvidas e motivações), sem o estabelecimento de sem perguntas pré-definidas. As intervenções da pesquisadora foram realizadas apenas conforme a oportunidade apresentada durante a entrevista, de maneira que a mesma se desenvolvesse de maneira fluida, sem muitas intervenções ou perguntas diretas. Cada bloco temático corresponde a um dos eixos do modelo analítico sobre o trânsito de indivíduos de organizações de movimentos sociais para órgãos estatais no Brasil (Quadro 1). Apenas ao final da pesquisa, olhando para o conjunto de dados coletados, foi possível identificar como e quais redes se estabeleceram e em quais campos de ação estratégica os fluxos ocorreram, mesmo com variações individuais.

O tópico guia, além de servir de lembrete para a realização da entrevista, foi utilizado também como esquema preliminar para a análise das transcrições, das quais extraímos os resultados que serão apresentados a seguir. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos/as entrevistados/as e transcritas integralmente, partindo-se posteriormente para a análise de conteúdo das transcrições, sem o auxílio de software, com ênfase na análise das trajetórias, visto a importância deste recurso metodológico para a investigação de processos que envolvem o trânsito de indivíduos por entre órgãos estatais e organizações não governamentais (Oliveira, 2011; Amaral, 2018). Foi a partir do processo de leitura e releitura das transcrições das entrevistas e do aprofundamento teórico que a interpretação das informações ali contidas se tornou possível, bem como deram base para a produção de conhecimento acerca do tema. A partir da análise de conteúdo das entrevistas, foram selecionados trechos relevantes, conforme o bloco temático, sendo a recorrência do fato entre os casos, cotejada com o

modelo analítico, a possibilidade de explicação sobre o fenômeno.

A pesquisa e análise documental foram realizadas para complementar com informações sobre as possibilidades legais de acesso ao Estado. Esse processo consistiu inicialmente na identificação de documentos que regulamentam a nomeação de cargos de forma discricionária e a formalização de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais que viabilizam a contratação de consultores para desenvolvimento e implementação de programas estatais. Adicionalmente foi realizada a busca por teses e dissertações que versam sobre o tema, além de contratos e documentos que permitiram identificar quais as condições institucionais que permitem a ocupação de cargos estatais.

Com dados obtidos tanto da análise documental quanto da realização e análise das entrevistas, apresentamos a seguir as condições que o Estado brasileiro apresenta e que torna possível o fluxo de indivíduos por vias discricionárias, para posteriormente apresentar condições individuais e relacionais.

#### 4. O que o estudo das trajetórias nos dizem?

Em primeiro lugar, ao investigar o Estado e suas possibilidades de acesso, verificamos que o Brasil tem algo que marca sua trajetória: os projetos ligados à cooperação técnica internacional e a possibilidade legal de ocupação de cargos na burocracia estatal por vias discricionárias. Apesar da pouca visibilidade, a cooperação internacional é um mecanismo institucional que tem permitido o recrutamento de pessoas para os governos, por meio da contratação de serviços de consultoria. Por meio da análise documental, verificamos que segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)<sup>5</sup>, o início das atividades de cooperação técnica internacional, como mecanismo auxiliar do desenvolvimento, ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, na conferência de Bretton Woods, em julho de 1944. Conforme a ABC, a primeira iniciativa de implantação de um “Sistema de Cooperação Técnica Internacional” no Brasil ocorreu em 1950, quando o Governo brasileiro criou a Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT).

<sup>5</sup> As informações foram extraídas do site da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão brasileiro criado em 1987, por meio do Decreto Nº 94.973, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A partir daí, o Brasil passou a firmar acordos com diferentes organismos de cooperação internacional, com destaque para o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 08/04/59, promulgado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 30/12/59; e com a ONU-Mulheres, OMPI, UNODC, OACI, PNUD, OIT, FAO, UNESCO, UPU, UIT, OMM, UNIDO, AIEA, HABITAT, de 29/12/64, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23/09/66. Com interface na produção do conhecimento na área do desenvolvimento agrário, destacam-se os acordos realizados com a CEPAL, em 1984 e, mais recentemente, com a FLACSO, firmado em 1992. O Instituto de Cooperação para a Agricultura (IICA), órgão contratante dos consultores sujeitos da presente pesquisa, é um dos diversos parceiros nos acordos vigentes da cooperação técnica multilateral que o Brasil possui, tendo o país se tornado membro do IICA em 1964 (Matos et al, 2010). É preciso assinalar ainda os projetos de cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), firmados tanto com atores e organizações estatais, quanto com ONGs e atores do setor privado, com mais de cinco décadas de parceria com o Brasil. No cenário da cooperação internacional, esta agência estava operando em 2011 em 130 países, com um orçamento estimado em 2010 de € 1,9 bilhão, se configurando como a maior organização mundial de execução bilateral, com longa experiência<sup>6</sup>.

A pesquisa bibliográfica também nos permitiu identificar que a concepção dos cargos DAS, mobilizados para composição da equipe do órgão estatal analisado e de muitos outros no governo federal brasileiro também não é novo, visto que a mesma foi apresentada no Plano Diretor para a Reforma do Estado, implementado a partir de 1995 e que se constituiu em uma tentativa de mudança ambiciosa do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) na estrutura administrativa federal (Lopez, 2015). Verificamos que a secretaria analisada foi criada em 2003 e por falta de profissionais concursados, grande parte da equipe foi composta por pessoas de fora do serviço público, por meio da ocupação de cargos discricionários (DAS) ou contratadas como consultores, especialmente via processo seletivo por meio de editais públicos com recursos oriundos de um projeto de cooperação técnica (PCT) firmado entre o governo brasileiro e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Em segundo lugar, temos as trajetórias dos/as entrevistados/as que por meio das análises realizadas, nos permitiram identificar e destacar as experiências que essas pessoas foram acumulando ao longo da vida, até o ingresso na secretaria. A partir das entrevistas realizadas, foi possível demonstrar como e por que as trajetórias se desenvolveram e como escolhas feitas por essas pessoas influenciaram nos tipos de fluxos ocorridos. À medida que destacamos essas questões, identificamos elementos comuns nas trajetórias que nos auxiliaram na compreensão e explicação do trânsito institucional, mas que para fins deste trabalho, nem todos os elementos serão apresentados.

O quadro 2 apresenta, de forma sintética, as experiências que cada um dos sujeitos entrevistados tiveram ao longo de suas trajetórias, agrupadas conforme dimensões de análise importantes para compreensão dos fluxos. Um primeiro aspecto que se destaca nas trajetórias é a multiplicidade de experiências acumuladas ao longo da vida pelos/as entrevistados/as, sem necessariamente haver militância múltipla (MISCHE, 1997). Isso porque os espaços de participação/experiências mudaram ao longo da trajetória e nesse percurso eles/as acabaram deixando de participar de um ou outro espaço, não havendo uma concomitância (movimento/partido/igreja) como em outros casos analisados. Em algumas trajetórias, alguns sujeitos tiveram experiências junto às pastorais, mas posteriormente perderam esses vínculos. Já outros/as chegaram a se filiar ao partido em determinada época, mas posteriormente não mantiveram uma atuação/vinculação. O que as trajetórias nos mostram é que as experiências acumuladas, sincrônicas ou não, são elementos importantes para compreensão dos fluxos.

A análise das trajetórias aponta também para a centralidade do meio universitário na constituição desses sujeitos, seja por ter possibilitado a participação no movimento estudantil universitário (presente na trajetória de 16 dos/as 22 entrevistados/as) e/ou a participação em projetos de pesquisa ou extensão universitária (presente na trajetória de 10 dos/as 22 entrevistados/as). A participação no movimento estudantil e/ou nos projetos se constituem em experiências centrais para a formação de vínculos entre futuros profissionais, a aproximação com outros movimentos sociais e com espaços futuros de inserção profissional. Além disso, essa participação contribuiu

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre a cooperação alemã para o desenvolvimento, ver Hernandez e Roehrkasten (2011)

para um tipo de formação acadêmica específica e de vinculação com determinadas temáticas que em certa medida os especializaram: agricultura alternativa/agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar, reforma agrária, entre outros temas que divergiam, à época, da formação acadêmica tradicional. Soma-se o fato de 15 dos/as 22 entrevistados/as cursarem uma pós-graduação nestas mesmas temáticas. Considerando a escolaridade à época do ingresso no governo federal, verifica-se que 13 dos/as 22 entrevistados/as já haviam concluído uma pós-graduação (especialização ou mestrado), o que indica um alto nível de escolaridade entre a maioria dos/as entrevistados/as.

Outro aspecto que se destaca são as experiências dos sujeitos em projetos voltados para o desenvolvimento rural/local/regional, seja via atuação em ONGs, presente na trajetória de 16 dos/as 22 entrevistados/as, seja via programas ou projetos vinculados à Organismos Internacionais citados anteriormente (FAO, ONU, BID, GIZ, IICA), presente na trajetória de 12 dos/as 22 entrevistados/as, podendo os mesmos terem trabalhado em um ou mais desses espaços ao longo da trajetória. Neste tipo de experiência, destaca-se a atuação significativa entre os/as entrevistados na gestão pública, visto que 16 dos/as 22 entrevistados/as atuaram, seja via ocupação de cargos ou consultorias, tanto na elaboração quanto na implantação de projetos em governos estaduais, em administrações lideradas pelo PT.

Como veremos a seguir, ter integrado governos estaduais, seja via ocupação de cargos ou via consultorias, pode ser considerado um elemento importante tanto para o estabelecimento de redes profissionais/militantes como para reforçar esquemas de reconhecimento que contribuem/viabilizam a inserção posterior no governo federal. Observa-se ainda que esta inserção em governos estaduais, no caso de pessoas não vinculadas à empresas públicas, é a via de acesso ao Estado. Ou seja, o trânsito para órgãos estatais é anterior à chegada do PT ao

governo federal. Neste sentido, esta etapa anterior de inserção em níveis subnacionais é central para compreender a chegada desses atores no nível federal.

Destaca-se ainda a vinculação dos/as entrevistados/as ao partido político (PT). Depois da participação no movimento estudantil universitário e da experiência em projetos, a vinculação ao partido político é o espaço de atuação mais recorrente, presente na trajetória de 12 dos/as 22 entrevistados. A análise das trajetórias aponta ainda para a relevância das experiências advindas do círculo familiar, mencionadas por 12 dos/as 22 entrevistados/as e que contribuíram para as escolhas profissionais e futuros espaços de inserção militante e profissional.

Quadro 2. Tipo de experiências relevantes para a análise, vivenciadas ao longo das trajetórias, até o ano de ingresso na SDT

	Experiências políticas familiares/comunitárias		Vínculos com movimentos sociais/partidos políticos						Experiências em projetos voltados para o desenvolvimento rural/local/regional					
	Círculo familiar	Serviço Igrejas	M.E.S	M.E.U	S/F	PP	AP	U	EP	ONG	OI	Cargos/consultorias		Pós-graduação
												Pref.	Gov. estadual	
E1	S	N	N	S	S	N	N	S	N	S	S	S	S	S
E2	N	N	N	S	S	N	N	S	S	N	S	N	S	S
E3	S	N	S	S	S	S	N	S	S	S	S	N	S	S
E4	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	N	S
E5	N	S	N	S	N	S	N	N	N	S	N	N	S	N
E6	N	N	N	S	N	N	N	N	N	S	S	N	S	S
E7	N	N	S	S	N	S	N	S	N	N	N	N	S	S
E8	N	S	N	N	N	S	S	N	N	S	N	N	S	S
E9	S	S	N	S	N	N	N	N	S	N	S	N	S	S
E10	N	N	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	S	S
E11	N	S	N	S	S	S	N	S	N	S	S	N	N	N
E12	S	S	N	S	S	S	N	S	S	S	S	N	S	S
E13	S	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	S	N
E14	S	S	N	S	S	S	N	S	S	N	S	S	S	S
E15	S	N	N	N	S	N	N	S	N	N	S	N	N	S
E16	N	N	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	S	N
E17	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	N	N	N	N
E18	S	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	S	S
E19	S	S	S	S	N	S	S	N	N	N	S	N	S	S
E20	S	N	N	S	N	N	N	S	N	S	S	N	N	N
E21	N	N	N	N	N	N	N	S	N	S	S	N	S	S
E22	N	N	N	S	S	S	N	N	N	S	N	S	S	N

Fonte: Rech (2020, p. 121-122)

Obs.: \*Círculo familiar = familiares ou amigos próximos à família; Serviço Igrejas = pastorais da juventude, pastorais da terra, outras; M.E.S = Movimento estudantil secundarista; M.E.U = Movimento estudantil universitário; S/F = Sindicato/federação/confederação; PP = Partido Político; AP = Assessoria Parlamentar; U = Projetos de pesquisa ou extensão desenvolvidos em universidades; EP = Empregado em empresas públicas (EMATER, EPAGRI, INCRA, outras); ONG = Atuação em organizações não

governamentais; OI = participação em programas ou projetos vinculados à Organismos Internacionais (FAO, ONU, BID, GIZ, IICA)

\*\* Utilizamos S, em caso afirmativo e N, em caso negativo. Como o quadro foi preenchido com base nas informações extraídas do conteúdo das entrevistas, o N foi assinalado em três situações: primeiro, pode ser que o/a entrevistado/a não tenha tido tais experiências; segundo, porque não tenha sido mencionado pelo/a entrevistado/a (por esquecimento ou intencionalidade) ou terceiro, não tenha sido captado pela pesquisadora.

Ao analisar as trajetórias dos atores pesquisados, foi possível elencar uma série de elementos explicativos do trânsito. Por questões analíticas, os elementos estão destacados de forma independente, mas na trajetória dos atores não podem ser isolados, já que operaram de forma articulada e interdependente. Além disso, conforme a trajetória, alguns elementos incidiram e outros não, mas que no conjunto são elementos que devem ser considerados. A seguir, destacamos alguns elementos para reforçar a importância dos dados biográficos para compreensão do trânsito institucional.

Um primeiro aspecto que chama atenção nas trajetórias é o ponto de contato, ou via de acesso, à determinado campo de ação estratégica, no caso estudado o campo do desenvolvimento rural<sup>7</sup>. Neste sentido, verificamos que o meio universitário (participação no movimento estudantil e/ou projetos de pesquisa e extensão universitária) destacado anteriormente, é a principal via de acesso ao campo. Observa-se que por essa via, a maioria dos/as entrevistados/as (14 dos/as 22 entrevistados/as) foi colocada em contato tanto com temáticas quanto com atores relevantes para os trânsitos futuros. Se observarmos a descrição das trajetórias, verificamos que é a partir desse ponto inicial que começa a circulação. Usando uma metáfora, é nesse ponto que essas pessoas adquirem o passaporte, mesmo que experiências anteriores tenham sido relevantes para o ingresso na universidade, escolha do curso e aproximação com outros movimento sociais, tais como

as influências do círculo familiar ou da participação em serviços da igreja, como as pastorais. Foi possível observar também que a maioria dos/as entrevistados/as foi se vinculando com os movimentos sociais a partir das experiências vivenciadas durante os cursos de graduação, em universidades públicas federais (ou seja, em órgãos estatais), em parte pela vinculação do movimento estudantil à época com outros movimentos sociais. A fala de E4 é representativa da dinâmica relatada pelos/as entrevistados/as, independentemente da localização geográfica dos mesmos:

Na universidade é, eu militei também nas, umas das primeiras organizações do Movimento Negro dentro da universidade, é, o chamado Movimento Universitário Negro e tinha uma boa relação com vários dos movimentos de Casa do Estudante, o próprio Movimento de Evangélicos Progressistas de estudantes que a minha irmã fazia parte, que chamava Aliança Bíblica Universitária, era o pessoal progressista e outras organizações é, inclusive atuamos, nós atuávamos em conjunto com os movimentos sociais, sindicatos, pastorais. (E4, entrevista à pesquisadora)

Além disso, verificamos que a participação no movimento estudantil universitário foi uma das etapas decisivas na trajetória, tanto para aproximação dos/as entrevistados/as dos movimentos sociais quanto de pessoas que ocuparam posteriormente posições de destaque no campo. A fala de E12 representa a importância dos contatos estabelecidos durante a graduação:

Ali naquele período eu conheci boa parte das lideranças do movimento que depois algumas delas se espalham pelo Brasil a fora. O (nome da pessoa) que é do movimento sem terra que é uma liderança ali da região de Chapecó, o (nome da pessoa) que hoje é uma das lideranças do movimento sem terra em Pernambuco, mas ele é lá de Santa Catarina e participou das ocupações em Santa Catarina, depois que ele vira coordenador estadual daí ele é chamado pra vir para Pernambuco e ele acabou sendo uma das lideranças em Pernambuco. Então

<sup>7</sup> O campo do “desenvolvimento rural” no Brasil compreende várias modalidades de redes [...] Dentre as redes temáticas destacam-se aquelas compostas por organizações não governamentais, por grupos de cientistas e técnicos vinculados a diversas instituições e as comunidades de políticas as que congregam entidades federadas do sistema sindical, cooperativo e de representações territoriais. As redes temáticas mais atuantes no campo do desenvolvimento rural seriam as que congregam o público alvo das políticas de agricultura familiar e de reforma agrária, compreendendo ainda redes dedicadas a temas que cruzam esses setores, como redes de agroecologia, de comércio justo, de economia solidária, de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, de serviços financeiros, dentre outras. Quanto às comunidades de políticas mencionam-se os sistemas CONTAG, FETRAF, UNICAFES, MST, Rede Territórios, além de instâncias apoiadas ou criadas por instâncias governamentais como o CONDRAF, conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural e a Rede de Colegiados Territoriais. (Guimarães, 2013, p. 182)

eu tenho essa ligação bastante orgânica dos movimentos a partir daí. Dentro do curso de agronomia aí a minha trajetória é mais dentro da militância do movimento estudantil de agronomia mais.. [...] quem trabalhou muito dentro do governo FHC e dentro deste programa era..foi o (nome da pessoa) que depois vai pro ministério do planejamento, etc, busca outra trajetória, que é companheiro nosso de militância dentro do movimento estudantil também, da época lá de Curitiba. (E12, entrevista à pesquisadora. Os nomes foram omitidos para preservar o anonimato)

O que verificamos também é que não se trata de uma participação marginal no movimento estudantil, mas sim de uma participação ativa dos/as entrevistados/as nesse espaço, ocupando cargos importantes. Além disso, foi nesta época também, durante o período na universidade, que a maioria dos/as entrevistados/as se filiaram ao PT, fato observado em várias falas, independentemente da localização geográfica dos mesmos, e que podemos observar na fala de E16:

Foi... eu vivi todas as fases de, de articulação política no, e, na, na universidade, DCE... fui, só não fui presidente do DCE, mas fui coordenador do Departamento de Agronomia, a, fiz parte de várias gestões do DCE, é, e aí iniciei minha militância política né, inicialmente no PC do B, depois no PT. E aí foi uma época em que o Acre tava surgindo as suas lideranças né, época que, que Chico Mendes é, começou toda aquela luta né, pela, pela reforma agrária dos seringueiros, que era as RESEX. Na época que eu entrei (na faculdade) a Marina Silva tava saindo...E, e aí todas as lideranças locais começando a se candidatarem a vereador, a, a deputado estadual, tinha o Tião Viana, tinha o Jorge (Viana) e todo mundo, todo o PT se organizando no Estado né, ainda era muito frágil mas a gente já fazia campanha e saía. (E16, entrevista à pesquisadora)

Além da participação ativa, se destaca o envolvimento em ações inovadoras do movimento estudantil, que marcaram época e tiveram destaque nacional, contribuindo tanto para o reconhecimento dos/as envolvidos/as à época quanto para as relações futuras, aspecto recorrente na trajetória dos entrevistados, evidenciado na entrevista de E12:

Minha última atividade pelo movimento estudantil foi organizar a nível nacional o primeiro estágio de vivência de estudantes de agronomia. Então tem até vídeo sobre isso tudo criado ali da..da... aí

nós trouxemos cinquenta estudantes de agronomia pra estágio de vivência, estruturamos todo um momento em Florianópolis de cinco dias de preparação, depois fomos...depois os vinte dias em campo, depois mais três dias digamos de análise de toda essa vivência. Eu percorri todos os assentamentos, fomos de assentamento em assentamento que iam receber os estudantes preparando os acampamento pra..e aí foi aí que aprofundou ainda mais a relação com o (nome da pessoa) que era da coordenação estadual e hoje ele é da CONCRAB. Toda essa aproximação com todas essas lideranças do movimento discutindo porque eu era coordenador em oitenta e nove nós criamos no movimento os núcleos permanentes, os núcleos temáticos permanentes. Então cada escola liderava um tema, então tinha a escola que liderava um tema de currículo, da melhoria do currículo, outra escola liderava o tema da agricultura alternativa, outra a questão dos agrotóxicos, outra a relação com os movimentos sociais. E eu coordenei o núcleo permanente de relação com os movimentos sociais e nessa relação que a gente criou esse estágio de vivência como forma de aproximação dos estudantes ao movimento e de internalizar mais o movimento e o movimento contribuir inclusive com o debate curricular. (E12, entrevista à pesquisadora)

Afora os aspectos já destacados, a participação no movimento estudantil também contribuiu para a mobilidade e o estabelecimento de vínculos com pessoas de outras regiões do país. Analisando as entrevistas foi possível verificar a relevância desse elemento da trajetória para formação de redes de profissionais ligados à defesa das mesmas causas. A fala de E1 representa essa experiência, comum aos demais sujeitos entrevistados:

[...] mas a gente sempre tava viajando a nível de Brasil, América Latina, a gente sempre tava, durante a graduação, dos congressos, organizando quando era o caso, a gente organizou o .... lá no Chile e aqui em 1998, foi o último ano. Mas eu fui para Mossoró em 1994, depois todo ano eu ia, só não fui em 1997, (sempre) pela FEAB. (E1, entrevista à pesquisadora)

Mesmo a Universidade sendo a principal porta de entrada ao campo e contato com um conjunto de organizações, estatais e não governamentais, outras experiências também se destacam. Entre elas está a participação, especialmente durante a adolescência, nas ações da Pastoral da Juventude. Verificamos que

naqueles/as entrevistados/as que tiveram tal experiência, esta acabou, em certa medida, influenciando na relação com determinados movimentos sociais, com as escolhas profissionais, com a aproximação e filiação ao PT e com o tipo e local de inserção profissional. A fala abaixo expressa uma fala recorrente nas entrevistas dos sujeitos que participaram da pastoral da juventude e a influência desta vivência no processo de formação, na vida dos sujeitos e suas escolhas futuras:

[...] que quem foi determinando, foi as discussões sobre a teologia da libertação e as experiências com as comunidades eclesiais de base. Acho que isso aí foi o que teve de mais marcante, isso definiu quais as linhas que eu queria seguir, quem eu queria ser, pelo que eu gostaria de lutar, me deu rumo né, que eu sigo até hoje. (E11, entrevista à pesquisadora)

Essa influência é ainda mais significativa quanto maior a intensidade de contato, como no caso de E19:

[...] e lá, desde da, do jardim da infância eu estudei numa escola, (nome da escola) que tinha algumas freiras que tinham sido da JEC, que... Juventude Estudantil Católica nos anos 60, então na quarta série primária eu entrei no primeiro grupo de jovens, então da quarta série em diante na minha vida eu sempre tive uma reunião por semana, na minha vida, ah.. então eu era do grupo de jovens da escola, na oitava série eu fui presidente do grêmio estudantil, a primeira presidente do ensino, do primeiro grau né... sempre ganhava na chapa o ensino médio né, que era o magistério mas naquele ano nós ganhamos, ih... então eu tive já na minha infância assim um processo de politização inicial muito cedo né... Via escola! Via escola, ih... ah... era um ano de, um período de efervescência política, final da ditadura e havia algumas irmãs, algumas freiras muito interessantes assim né... aí ah... foi o ano internacional da juventude a gente já participou do primeiro congresso aqui em Viamão na oitava série, então desde ali eu me envolvi fortemente com o movimento de jovens católicos vinculados à pastoral da juventude geral e quando eu entrei no ensino médio eu fui uma das fundadoras da pastoral de juventude estudantil que é a PJE, e aí ah... nós lá em Camaquã nós tínhamos um grupo do qual, no qual nós não deixávamos as freiras participarem né, esse era só de estudantes, na pastoral geral elas participavam mas na estudantil eram só os estudante, ali foi um como... eu tinha a possibilidade de participar das reuniões regionais e estaduais a gente, eu fiz o magistério, então eu participava de dois movimentos, da pastoral de juventude estudantil da pastoral geral que era do grupo de jovens e também da... do PT (E19, entrevista à pesquisadora)

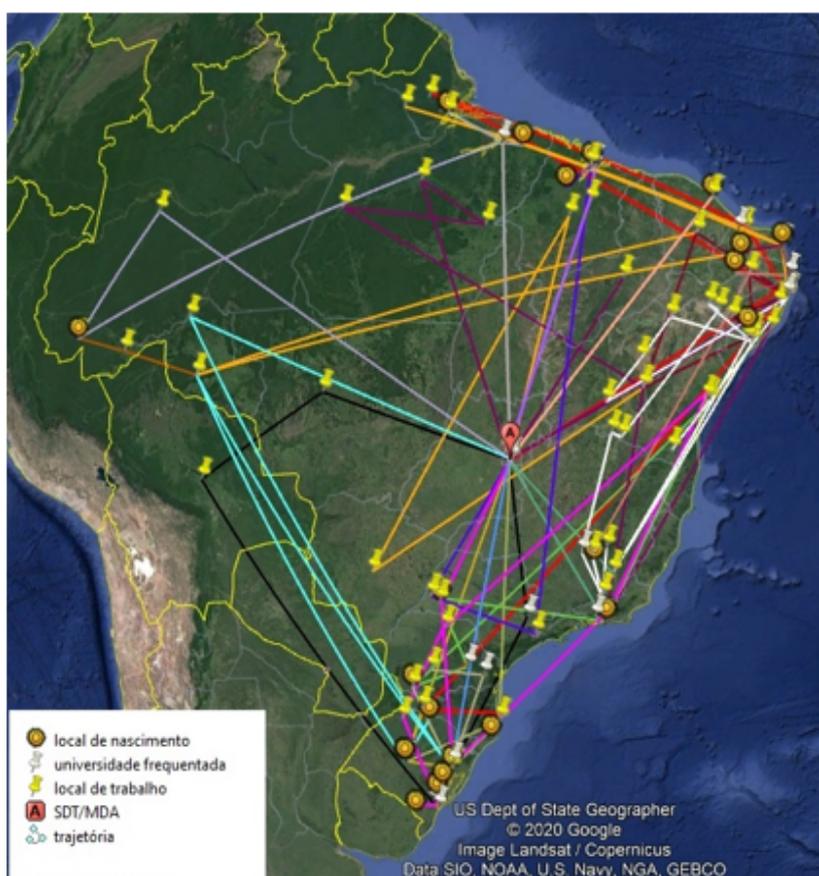
Observamos que após formados, orientados pelas suas escolhas individuais, dependendo do contexto político-institucional, passaram a trabalhar ou nas empresas públicas de assistência técnica; ou nas organizações não-governamentais, mantidas em sua maioria com recursos provenientes de projetos de cooperação internacional e que apoiavam tanto a constituição quanto o fortalecimento dos movimentos sociais ligados à luta pela terra e ao desenvolvimento rural sustentável; ou em organizações (cooperativas de prestação de serviços) criados pelos próprios sujeitos, ou em projetos desenvolvidos por órgãos estatais, como a Embrapa, por exemplo. Nota-se, porém, que independentemente do tipo de organização ao qual estavam vinculados, a natureza das ações desenvolvidas era semelhante: eram ações públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. A maioria também tinha experiência de trabalho em projetos governamentais, federais, regionais ou estaduais na década de 1990 e conseqüente aproximação com a gestão pública na elaboração e/ou implantação e/ou execução de políticas públicas, sempre ligadas ao desenvolvimento rural sustentável, conferindo reconhecimento ao trabalho desenvolvido.

Então com a minha ida pra essa ONG eu viajava muito pro interior, a gente atuava em cerca de 70 municípios que apresentavam índice de pobreza absoluta do estado. O Maranhão cê sabe, disputava com o Piauí que era uma briga pra ver quem ficava em último lugar em desenvolvimento. foi uma época que existia fome né, que existia mortalidade infantil altíssima, enfim. Essa época o Brasil tava passando por, nessa época o Brasil em desigualdade acho que era o décimo país, não tenho certeza. Mas então eu tive contato com essa realidade da pobreza do campo e da falta de inversão, de interesse público, da desigualdade regional do país também. Das desigualdades dentro da própria região, enfim. Junto com esse meu trabalho eu ia passando por um processo de formação, de capacitação. A gente trabalhava em uma, com uma rede muito grande de outras organizações. A gente tinha acesso a muito material né, muita produção científica [...]. É nesse instituto, e esse instituto trabalhava apoiando também assentamentos, a gente tinha uma proximidade muito grande com o MST. A gente apoiava muito as ações de...os acampamentos. A gente ajudava depois que o assentamento era efetivado né, então a gente levava projetos por [falha no áudio] com organizações internacionais pra desenvolver projetos aí. A gente realizava projetos, diagnósticos parti-

cipativos, a gente tinha uma relação boa com outras organizações de outros estados também. Essa época foi uma época muito rica de surgimento, de fortalecimento de ONG's, criação de redes sociais né, isso tudo tava nessa época foi uma época muito dinâmica. (E17, entrevista à pesquisadora)

O mapa abaixo (Figura 1), construído com as informações extraídas das trajetórias, ilustra os deslocamentos geográficos durante as vidas dos sujeitos entrevistados, em torno dos espaços de atuação profissional e de formação acadêmica.

Figura 1. Mapa de circulação anterior ao ingresso na SDT



Fonte: Rech (2020, p. 145).

Além disso, mais do que relações laborais ou partidárias, muitos dos sujeitos desenvolveram ao longo de suas trajetórias relações de afeto e confiança, aspecto que não pode ser negligenciado nas análises sobre o trânsito institucional e que é destacado por E18, elemento que aparece também nas demais entrevistas:

[...] que foi o resultado é...aliás, se formando por essas relações, relações de afeto, relações de competência, relações profissionais que se formou nes-

se período com o trabalho do BNB/PNUD, esse foi um trabalho assim muito...com uma proposta muito boa, eu acho, daquela época, entende..do... do próprio banco de ousar fazer o que eles fizeram. Então...também e acho que a equipe deu um norte, a equipe toda deu um norte bom nesse trabalho todo. (E18, entrevista à pesquisadora)

No caso da trajetória dos atores, fica claro que os trânsitos em direção aos órgãos estatais está diretamente ligado à presença de ativistas institucionais nos governos. Houve uma opção no caso estudado de compor equipes a partir dos cargos de nomeação discricionária, da contratação de consultores (com determinados critérios de seleção que valorizam

determinadas trajetórias) e da relação com entidades parceiras. Sem esse esforço, as possibilidades de trânsito para o Estado seriam outras, muito mais limitadas. Conforme destacado anteriormente também verificamos que o trânsito em direção ao Estado se deu anteriormente ao governo federal, por experiências em outros níveis de governo, notadamente em gestões petistas em governo estaduais (Governo Olívio no RS – 1999 a 2002; Governos Jorge Viana no Acre - 1999 a 2007; Governos PSB/PT João Capiberibe/Dalva Figueiredo no Amapá – 1995 a 2002 e Governo Cristovam Buarque no DF - 1995 a 1999) e como ter feito parte dessas experiências impactou na trajetória dos/as entrevistados/as.

O que verificamos é que além dos aspectos já destacados, há uma agência individual importante ao longo de toda a trajetória que se expressa especialmente no esforço realizado para trabalhar em atividades de seu interesse e que resultaram posteriormente nas experiências comprovadas e no reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Observamos que para atender seus interesses pessoais, acabaram se deslocando do domicílio original, e em alguns casos trabalhando como voluntários, alguns com nenhuma ou com baixa remuneração. Há ainda um aspecto destacado por vários/as dos/as entrevistados/as que é a liberdade de poder escolher, possibilidade de mudar: “e eu tava disposta a sair sabe, ir pra outros lugares, morar e conhecer outros lugares. (E10, entrevista à

pesquisadora). Esse aspecto é evidenciado pelos/as entrevistados como elemento importante nas escolhas:

Tem que funcionar por aquilo que eu acredito, eu tenho que fazer aquilo que eu acredito, se eu não acredito mais eu vou pra outro canto né [...] nunca fiz concurso, nem vou fazer, espero. Não quero, não gosto, não quero ficar preso, não acho que é a forma de eu contribuir mais. Por exemplo, agora a E13 fez concurso ela tá lá no MDS contra tudo que tá acontecendo, mas ela tá tendo que se adequar. Eu não, eu tive a liberdade de sair, tô como secretário executivo da UNICAFES, tô fazendo trabalho de avaliação pra FAO, fiz trabalho com a FAO lá com os venezuelanos que tão entrando no Brasil e tão passando fome, tô ajudando a implantar agroindústrias na Bahia, tô começando um trabalho lá no Ceará também e assim vai né, tô começando a fazer um trabalho com mulheres. Eu quero fazer o que eu gosto e o bom Deus tá sempre dando a graça de eu conseguir porque eu não quero ficar preso a, eu quero trabalhar no governo se eu me identificar com ele. Eu acho que esse não é o meu perfil então eu acho que eu não sirvo pra ser o funcionário público permanente, mas eu também acho que eu não sirvo pra ser o político candidato, eu acho que tenho que ser um político diferente, eu não tenho tesão e eu não quero me submeter a coisas que amigos que enveredaram por esse caminho se submetem, não quero fazer essas coisas (E11, entrevista à pesquisadora)

Adiciona-se ainda aspectos/interesses individuais ligados ao compartilhamento de projetos políticos e à disponibilidade biográfica dos sujeitos. Essa dinâmica revela outra dimensão muitas vezes invisibilizada nos trânsitos institucionais que é o interesse de determinados indivíduos em contribuir com governos. Querer fazer parte dos governos é um elemento importante que mobiliza os sujeitos a fazer os deslocamentos necessários, seja nos níveis subnacionais (E16), seja no governo federal (E3):

É porque naquele momento em mil novecentos, ver se eu me lembro aqui, (...) o, governo, o, o Partido dos Trabalhadores ganha o governo do Acre...e aí eu tinha uma, uma certa, uma certa não, eu tinha uma grande expectativa de trabalhar no governo do Acre, entendeu? (E16, entrevista à pesquisadora)

Resultado de todos esses deslocamentos é uma intensa mobilidade desses sujeitos, fruto da disponibilidade em circular por diferentes estados da federação, aproveitando as oportunidades disponíveis dentro do campo e em função de suas escolhas e das redes pré-estabelecidas em outros contextos.

Em síntese, os dados demonstraram que, no caso analisado, a ocupação destes cargos decorreram de uma inserção prévia, acadêmica e/ou profissional, em projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural e ao vínculo com movimentos sociais ligados à essa causa, ou seja, integrando assim um campo de ação estratégica, no sentido da teoria mobilizada. Verificamos que ao ingressar neste campo, os indivíduos passam a compartilhar de uma mesma comunidade técnica mas também militante, que permitiram a constituição de redes. Além disso, esse tipo de inserção conferiu, ao longo do tempo, múltiplos reconhecimentos que permitiram aos sujeitos a ocupação de espaços no governo federal, a partir de 2003, dada as condições existentes no Estado. Verificou-se ainda que há também uma disponibilidade biográfica dos sujeitos de ocuparem cargos instáveis em prol deste tipo de trabalho, tal como aponta a sociologia à escala individual mobilizada para o presente estudo.

## 5. Considerações finais

Conforme apresentamos no decorrer desse artigo, os achados demonstram que o modelo analítico utilizado, combinando a investigação de condições político-institucionais, condições individuais e condições relacionais, dentro de uma perspectiva processual, nos permite, em parte, compreender e explicar, no caso estudado, como e porque se deu a ocupação de cargos no governo federal, reforçando nossas hipóteses e considerações iniciais. No entanto, os resultados encontrados na pesquisa nos mostraram que, diferente do que a literatura sobre a relação entre movimentos sociais e Estado no Brasil aponta, o trânsito para o Estado se torna possível à medida que este espaço social se torna parte de um campo de atuação mais amplo, no caso o campo do desenvolvimento rural sustentável, e que suas condições legais são acionadas, permitindo a permeabilidade a determinados atores, a partir do arranjo político-institucional criado em determinado período/governo.

Ou seja, a utilização do conceito de campo de ação estratégica nos permitiu apreender algo distinto da posição inicial adotada de que há um trânsito “de” organizações de movimentos sociais “para” órgãos estatais. A pesquisa nos mostrou que não se trata de considerar o Estado como um espaço social a ser adentrado pelos movimentos sociais (de fora pra

dentro), mas sim compreender que determinado campo (no caso analisado, o campo do desenvolvimento rural) abarca um conjunto diverso de organizações sociais, redes profissionais e atores/setores do Estado, variável conforme o período histórico, o que permite o trânsito. A partir desse olhar, verificamos que o fluxo de indivíduos ocorre a partir da inserção prévia em determinado campo, cujo pressuposto básico para circulação e ocupação dos espaços se dá pelo reconhecimento mútuo entre os integrantes do campo. Verificamos que é pelo pertencimento ao campo e reconhecimento pelos pares que ocorre o trânsito dos indivíduos, permitindo eles operarem em diferentes espaços sociais, conforme as oportunidades apresentadas e as experiências acumuladas. Na medida em que Estado integra o campo, os ativistas institucionais mobilizam os recursos necessários, a partir das condições legais presentes no Estado, tornando possível as condições de trânsito de indivíduos para os órgãos estatais. Assim, diferentemente do que as pesquisas até o momento apontaram, o trânsito não é das organizações (de movimentos) sociais para o Estado, mas de fora para dentro do campo, que incorpora espaços da sociedade civil, do mercado e do Estado. Nessa perspectiva, para compreender como e porque ocorrem trânsitos institucionais é preciso dar um passo atrás e verificar em que campo de ação estratégica os atores estão inseridos e quais as relações foram sendo estabelecidas ao longo das trajetórias, quando e como foram criadas, nos diferentes contextos político-institucionais.

O que as diferentes trajetórias nos permitem afirmar é que, assim como Cayres (2015) já havia identificado em sua pesquisa, as pessoas que acessaram a SDT/MDA pelas vias discricionárias eram pessoas qualificadas, reconhecidas e com diálogo com os movimentos sociais. A gramática partidária, como vimos, não é a única unidade analítica para compreender os trânsitos. Mesmo que a adesão política partidária tivesse em alguns casos chancelado o trânsito, uma qualificação técnica mínima para o cargo e, especialmente, uma trajetória de trabalho junto às organizações de movimentos sociais foi definidora do trânsito. O que foi possível identificar é que não existe um padrão único de trajetória que favoreça o trânsito. Os indivíduos que fizeram esse percurso podem ter distintas trajetórias, nas quais têm importância no processo de mobilidade profissional as redes de conhecimento e de amizade

construídas em carreiras profissionais e/ou núcleos partidários.

Ao analisar as trajetórias evidenciamos que para compreender os trânsitos é preciso olhar também para a influência do círculo familiar e comunitário e das experiências acumuladas na universidade e nos espaços profissionais, e não somente para os vínculos com movimentos sociais e partidos políticos como pesquisas já realizadas apontam. Como vimos, é a multiplicidade de experiências (Quadro 2) acumuladas ao transitar em diferentes espaços de formação e de trabalho, que os permite, a partir do reconhecimento de suas habilidades, chegar ao governo federal. Dentro dessa multiplicidade, nos chamou atenção a influência das experiências acumuladas no ambiente universitário para a inserção da maioria dos indivíduos no campo de ação estratégica e a relevância desse elemento para as análises. Além disso, verificamos que as trajetórias individuais e o estabelecimento de vínculos (de diferentes tipos – sociais, políticos, partidários, profissionais, afetivos) foram estabelecendo as condições relacionais para o trânsito dentro do campo até a chegada ao governo federal, processos que levam tempo e que, é possível afirmar, não foram construídos com essa intencionalidade.

O estudo demonstra ainda a importância da disponibilidade biográfica para a construção das competências adquiridas, inclusive para a formação das redes de relações sociais. Ademais, muitos desse atores estavam imersos em organizações de movimentos sociais que foram, ao longo do tempo, formando redes de atores em todo território nacional que se identificam com/em torno de uma determinada causa e que se posicionaram em distintos campos de ação estratégica dentro do campo do desenvolvimento rural, desenvolvendo uma ação cooperativa frente a outros atores (sociais e/ou estatais) na defesa ou promoção desta causa. Esse histórico de organização social no Brasil e uma dinâmica de formação de redes em diferentes causas que conforma os campos de ação estratégica e que variam conforme o contexto, passaram a incluir o Estado, permitindo assim a ocupação de espaços em órgãos estatais.

Espera-se que os achados dessa pesquisa se somem aos estudos já realizados nas últimas décadas no Brasil, ampliando o olhar sobre os padrões de interação entre Estado e organizações não estatais e ajude a compreender como o fluxo de indivíduos é

produto e produtor de dinâmicas de relações que são estabelecidas entre diferentes espaços sociais, mas dentro de determinado campo. Como vimos, não se trata de olhar casos individuais, mas sim o que de plural eles representam. Apesar da especificidade do estudo, sabemos que o fenômeno é recorrente, tornando-se um desafio para as próximas pesquisas identificar se o modelo analítico utilizado e os elementos explicativos elencados se aplicam à análise de trânsitos verificados em outros órgãos estatais de um mesmo governo, em governos diferentes ou em diferentes esferas da gestão pública (municipal ou estadual), contribuindo cada vez mais para compreensão e explicação de processos tão complexos como a relação entre movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil.

### Referências bibliográficas

ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. (2011) Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade? *Sociologias*, 13 (28), 52–84.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. (2014) Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 57 (2), 325-357. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=en&nrm=iso)

ABERS, R. N., OLIVEIRA, M. S. (2015) Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. *Opin. Pública*, 21 (2) 336-364, 2015. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762015000200336&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000200336&lng=en&nrm=isso)

ALBUQUERQUE, M. C. A. (2015) O Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente e o Controle Social sobre a Política Socioeducativa: repertórios de interação socioestatal. *Política & Sociedade*, 14(29), 31–66.

AMARAL, L. A. (2018) *Entre ativismos, enquadramentos e controvérsias: as ideias e as agências de burocratas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. (Tese não publicada). Universidade de Brasília, UnB, Brasília. Recuperada de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35129>

BARCELOS, M. (2010). *Atores, interações e escolhas: a política de silvicultura na área ambiental no Rio Grande do Sul, 2004-2009*. (Dissertação não publicada) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperada de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25527>

BORGES, A., COELHO, D. B. (2015) O preenchimento de cargos da burocracia pública federal no

presidencialismo de coalizão brasileiro: análise comparada de dois ministérios – ciência e tecnologia e integração nacional. En Lopez. F. G. (Orgs) *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro* (pp. 71 – 105) Brasília: IPEA.

Prestação de contas *ordinária anual*. (2010). *Relatório de gestão do exercício de 2009*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília. Brasil

*Relatório de gestão do exercício de 2011*. (2012) Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília. Brasil

CARLOS, E. (2015). Movimentos Sociais e Instituições Participativas – efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30 (88) 83–99.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. (2016). Movimentos Sociais e seus Efeitos nas Políticas Públicas: proposições analíticas e desafios metodológicos. *En 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais*, Caxambu, Brasil.

DOWBOR, M. (2012) *A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)*. (Tese não publicada). Universidade de São Paulo. Recuperada de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06032013-111003/pt-br.php>

FARIAS, M. Q., DIMENSTEIN, M. (2008). Práticas e discursos de usuários de uma ONG/AIDS sobre ativismo. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2), 237-246.

FELTRAN, G. S. (2006). Deslocamentos: trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. En: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 371-416.

FERREIRA, D. D.; LOTTA, G. S. (2016) Burocratas: atores entre as fronteiras do Estado e da sociedade. *En: 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais*, Caxambu, Brasil.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. (2011) Toward a General Theory of Strategic Action Fields. *Sociological Theory*, 29 (1), p.2-26.

GUIMARÃES, M. D. A. (2013). *Desenvolvimento rural: Territórios e Redes*. (Tese não publicada). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Brasil. Recuperada de <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/4333/2/2013%20-%20Marcelo%20Duncan%20Alencar%20Guimar%20C3%A3es.pdf>

HERNANDEZ, M., ROEHRKASTEN, S. (2011). A

- cooperação alemã para o desenvolvimento: contexto institucional e prioridades políticas. *Rev. Tempo do Mundo*, 3 (3), 155-195.
- LAHIRE, B. (2002). *O Homem Plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LAHIRE, B. (2004). *Retratos Sociológicos: Disposição e variações individuais*, São Paulo, Artmed Editora.
- LAHIRE, B. (2013). *Dans les plis singuliers du social. Individus, institutions, socialisations*. Paris, La Découverte.
- LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. (2015). Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21 (1) 157-187.
- LEITÃO, L. R. S. (2012) *Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação: o movimento negro e a luta de combate a discriminação racial no Brasil*. (Tese não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperada de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67503>
- LOPEZ, F. G. (2015) Introdução. En: *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro / organizador: Felix Garcia Lopez*. – Brasília: IPEA.
- LOPEZ, F. G., BUGARIN, M., BUGARIN, K. (2015) Mudanças político-partidárias e rotatividade dos cargos de confiança (1999-2013). En: *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro / organizador: Felix Garcia Lopez*. – Brasília: IPEA.
- LOSEKANN, C. (2014). *Ambientalistas em movimento: entrelaçamentos e tensões entre o Estado e a sociedade civil durante o Governo Lula*. Curitiba: Appris.
- MACHADO, F. V. (2015) Do Estatal à Política: análise das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). En: *17º Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, Brasil*.
- MARQUES, E. C. (1999). Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41) 45-67.
- MARQUES, E. C. (2000). *Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Revan - Fapesp.
- MARQUES, E. C. (2003). *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- MARQUES, E. C. (2004). Redes sociais, poder e intermediação de interesses nas políticas públicas brasileiras. En *28º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais*, Caxambu, Brasil.
- MARQUES, E. C. (2010). *Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP.
- MATOS, A.C. BERNARDI, C. C. SILVA, H. S. (2010) *Gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional: a experiência do IICA no Brasil*. Brasília: IICA.
- MISCHE, A. (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 5/6, 134-150.
- MISCHE, A. (2008). *Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist network*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- MÜLLER, A; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. (2012). A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o programa de aquisição de alimentos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 1, 106-138.
- ODERICH, E. H.; GRISA, C.; BARTH, V. J. (2019). Interações entre Estado e sociedade civil na construção do FEAPER e Programa Camponês do Rio Grande do Sul. *Política & Sociedade (IMPRESSO)*, 17, 373-399.
- OLIVEIRA, G. de L. (2011). *Permeabilidade e trânsito institucional: a relação entre sociedade civil e Estado a partir das trajetórias de militantes-gestores nas políticas de economia solidária no Rio Grande do Sul – os casos de Porto Alegre (1996-2004) e do Governo Estadual (1999-2002)*. (Dissertação não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Recuperada de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30620>
- PEREIRA, M.M. (2018). *Um Confronto Político no Presidencialismo de Coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)*. (Tese não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Recuperada de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182964>
- PETTINICCHIO, D. (2012). Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy. *Sociology Compass*, 6/6, 499–510.
- RECH, C. M (2020). *Entre os movimentos sociais e o Estado: uma análise do trânsito de indivíduos entre órgãos estatais e organizações de movimentos sociais no Brasil* (Tese não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Recuperada de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/213052>
- SANTORO, W. A.; MCGUIRE, G. M. (1997). Social Movement Insiders: The Impact of Institutional Activists on Affirmative Action and Comparable Worth Policies. *Social Problems*, 44 (4) 503-519.
- SCHMITT, C. J.; SILVA, M. K. (2016). Das relações Estado/mercado/sociedade civil aos campos de ação estratégica: uma análise das organizações de movimentos sociais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos. En: MARQUES, F. C.;

CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. (pp. 381-408). Porto Alegre: UFRGS.

SILVA, M. K. (2015). Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. En SCHERER-WARREN, I., LUCHMANN L. H. H. (Orgs). En: *Movimentos Sociais e engajamento político* Florianópolis: Editora da UFSC.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. (2011). A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), 13, 86-124.

TATAGIBA, L.; BLIKSTAD, K. (2011); “Como se fosse uma eleição para vereador”: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, 84, 353-364.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. (2016). Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Revista de Sociologia e Política*, 24 (58), 85–102.

ZANOLI, V. (2015) Estado ativista?: tensões e limites nas relações entre gestores municipais e movimento LGBT em Campinas. En: *II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Campinas (SP), Brasil.

# A desconstrução da proteção social através da flexibilidade do contrato de trabalho: uma análise da reforma trabalhista mexicana

Fernanda Barcellos Mathiasi<sup>1</sup>

Thiago Duarte Pimentel<sup>2</sup>

## Resumo:

Este *paper* analisa os impactos gerados pela lei de reforma trabalhista, nas características e condições de trabalho dos trabalhadores sindicalizados. Com base na teoria social realista crítica, se considerou que as mudanças institucionais dos mecanismos da estrutura social do trabalho se fundamentam em três categorias ontológicas: espaço-tempo, identidade e poder. A investigação empírica analisou o caso de três sindicatos com maior número de trabalhadores sindicalizados na cidade de Culiacán, Sinaloa, México. Se utilizou a estratégia de investigação mixta, com coleta de dados qualitativos e quantitativos, retirados de dados históricos, documentais e estatísticos. As evidências sugerem que a morfogênese das estruturas *espaco-temporais* implica novas configurações identitárias –*individual e coletiva* – que, por sua vez, possibilitam reconfigurações nas *estruturas de poder*. Se deduz que a flexibilidade no contrato de trabalho gerou a desproteção social do trabalhador, piorando as condições de trabalho.

**Palavras-chave:** Realismo Crítico; Reforma Trabalhista; Desproteção Social; Neoliberalismo; Flexibilidade Laboral.

## Abstract:

This paper analyzes the impacts generated by the Mexican labor reform law on the characteristics and working conditions of unionized workers. Based on critical realist social theory, it was considered that institutional changes in the mechanisms of the social structure of work are based on three ontological categories: space-time, identity and power. The empirical research analyzed the case of three unions with the highest number of affiliates, in the city of Culiacán, Sinaloa, Mexico. The mixed research strategy was used, with the collection of quantitative and qualitative data, from which historical, documentary and statistical data were taken. The evidence suggests that morphogenesis in space-time structures implies new identity configurations - individual and collective - which, in turn, allow reconfigurations in power structures. It follows, in the end, that the changes introduced towards “flexibility” in the labor contract generated the social lack of protection of the worker, worsening their working conditions.

**Keywords:** Critical realism, Space-time, Unions, Labor Reform, Labor Flexibility, Social Unprotection.

<sup>1</sup> Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica e professora de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora.

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Sociologia (Teoria Social e Realismo Crítico) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## Introdução

No recente contexto global (pós 2010), a onda de casamento entre a agenda econômica neoliberal e o conservadorismo político tornou-se uma tendência nos Estados-nação ocidentais. Esta agenda, por sua vez, tem promovido uma série de mudanças nas políticas públicas nacionais sob a justificativa de tornar a economia mais dinâmica e de mudá-la para uma mais eficiente. A questão da eficiência tem sido predominantemente abordada sob a rubrica de aceleração produtiva (Harvey, 1998; Rosa, 2009; 2013), ou seja, em termos da capacidade de fazer as coisas.

Como na modernidade, na era da modernidade tardia (ou pós-modernidade) um dos eixos centrais de tal dinamização é o ontológico, o das estruturas espaço-temporais (Rosa, 2009; 2013). Na teoria social, Giddens é um dos que recuperam categorias ontológicas - como tempo e espaço - para analisar a sociedade. Em sua análise sobre modernidade, a noção de ajuste/desajuste, por exemplo, foi mobilizada para argumentar como, na passagem da era feudal para a modernidade, ela foi dada por um processo contínuo de desconexão entre a dimensão simbólica e física das estruturas sociais pré-existentes (Giddens, 1984).

Ainda assim, embora Giddens chame a atenção para o problema, uma teoria mais sistemática da dimensão temporal (espacial) das estruturas sociais (sociais) só apareceria de uma forma mais recente, pelas mãos de Hartmund Rosa. Seu argumento central é relativamente simples: a modernidade (cedo ou tarde) está ligada a um processo de aceleração (modernização) (triplo: tecnológico, econômico e cultural).

A aceleração tecnológica deriva de invenções técnicas e científicas que geram melhorias no processo de trabalho. Uma vez introduzidas, divulgadas e massificadas as invenções na esfera produtiva, o sistema econômico também começa a operar de forma mais acelerada, aumentando sua capacidade produtiva em menos tempo. Mas, igualmente no campo cultural, os indivíduos são acelerados de acordo com a multiplicidade de tarefas que começam a acumular e a responder.

A questão que norteia este estudo é: a flexibilidade no contrato de trabalho impactou na desproteção social do trabalhador?

Assim, buscamos entender a ação sindical como um elemento do desenvolvimento dos direitos humanos

trabalhistas através de um estudo de caso em três sindicatos do município de Culiacán, Sinaloa, no México. Para isso, foi feito um estudo de caso no qual foram eleitos os três maiores sindicatos locais, que são os trabalhadores do Estado (STASE) e os trabalhadores da Universidade Autônoma de Sinaloa (SUNTUAS), e depois um sindicato de trabalhadores da Coca-Cola, com um grande número de trabalhadores afiliadas.

O debate começa com a Reforma Trabalhista 2012 que autoriza algumas modalidades de contratação, como a subcontratação, a contratação “confiável” e o salário por hora, que impactam diretamente na ação sindical coletiva, no número de trabalhadores filiados e na busca pela preservação e aplicação dos direitos trabalhistas.

Para responder à pergunta, foram propostos os seguintes objetivos: 1) situar o realismo crítico na teoria social e como ele fundamenta esta pesquisa; 2) analisar, com base na percepção dos dirigentes sindicais, o trabalho decente e o impacto da flexibilidade nos contratos de trabalho após a Reforma de 2012, sobretudo, quais os resultados que ela teve para a ação coletiva sindical ao transformar as categorias de espaço-tempo, identidade e poder.

Há um conjunto de objetivos a seguir para gerar em um local, espaço-tempo, características no mercado de trabalho que proporcionem condições mínimas de vida aos trabalhadores e, em seguida, trabalho decente. Uma das questões centrais que preparam o discurso das reformas trabalhistas é a ideia de flexibilidade, que reside em mecanismos como o fracionamento do tempo de trabalho e sua execução em diferentes locais. O argumento do discurso neoliberal é o da liberdade do trabalhador, como se a flexibilidade espaço-temporal o capacitasse. Mas, por outro lado, para os trabalhadores e sindicatos, na prática, o que ele faz é diminuir as garantias de estabilidade, gerando no indivíduo uma pressão para a conformidade (mesmo aceitando piores condições de trabalho).

Como conclusão, observou-se que os trabalhadores sindicalizados que estão sob a proteção do sindicato e do contrato coletivo de trabalho são aqueles que têm melhores condições de trabalho, com previdência social, horário de trabalho fixo, melhores salários e benefícios. Portanto, a questão do ataque aos sindicatos afeta demais o mercado de trabalho, pois é o primeiro nível de precariedade trabalhista, é onde os direitos humanos trabalhistas nos princípios de solidariedade

social, direitos trabalhistas e sociais, segurança, justiça social vão ser enfraquecidos, e o trabalho decente para os cidadãos vai sendo impossibilitado.

## 2 Estado, mercado e sociedade: impactos das reformas neoliberais sobre o trabalho

É preciso ressaltar que o atual sistema econômico neoliberal, no qual a liberdade de comércio é um valor fundamental, irrevogável e imbatível, reconhece que estamos sob “regras” econômicas de mercado sem regras, que para funcionar ocupa a desigualdade e a acumulação de capital, mas que já apresenta sinais de exaustão, então, para que não haja colapso na economia, é importante que as instituições intervenham para regular esse mercado, que a desigualdade exista para que o capitalismo liberal funcione, mas não tanto para invalidar o próprio sistema (Polanyi, 2000). Assim, o papel da regulamentação do direito do trabalho é fazer uma tentativa de diminuir a desigualdade social entre atores do mercado, trabalhadores e empresários.

Os direitos trabalhistas são um mecanismo/ferramenta para garantir a regularidade e uma certa pacificação da força de trabalho, dos trabalhadores (Polanyi, 2000) que existe através desta regulamentação do Estado.

A ideia de limitar o estado neoliberal no sentido de regular as condições mínimas de trabalho (Vasapollo, 2003) tem três objetivos importantes: primeiro é garantir aos empregadores que todos cumpram a lei e os direitos dos trabalhadores, pois assim, todos terão o mesmo custo na produção e assim a concorrência no mercado entre as empresas não será desleal (Gil, 2017); segundo é fazer com que o próprio trabalhador tenha condições de comprar e movimentar o mercado consumidor, “virar” a economia; e o terceiro ponto é a competição entre empresas de diferentes países, que, mais forte após a globalização, metade do século XX até hoje, em que a legislação entre diferentes países gera custos diferentes para os empresários, portanto, competem de forma “desigual”, daí a ideia de uma legislação “comum” ou similar para facilitar o próprio poder do capital (Valência, 2015).

Os três grandes atores econômicos-sociais que estruturam o mercado de trabalho são: o Estado, que tem a capacidade de estabilizar ou melhor, regular os direitos e obrigações das empresas e sindicatos, a fim de equalizar ou reduzir a desigualdade das forças

econômicas entre sindicatos e empresas. Além disso, o Estado tem a função de promover o bem-estar social, investindo em saúde e educação pública de qualidade, atividades culturais e espaço público, com base nos impostos arrecadados.

O segundo ator social são as Empresas, que para obter lucro e acumular capital, fazem o processo de transformação de bens materiais ou da natureza para agregar valor, interessadas em mais-valia. Mas, além disso, gera impostos para o Estado e emprego para a sobrevivência do trabalhador.

O terceiro ator social são os sindicatos, representação coletiva dos trabalhadores, que operam a atividade física para a agregação de mais-valia para os bens e serviços materiais, transformando o trabalho físico em valor de troca. Os sindicatos fazem parte do movimento social dos trabalhadores para deter a força da acumulação de capital.

Para Fraser (2008) as mudanças necessárias aos sindicatos para gerar participação e representação dos associados, então a legitimidade de sua existência só seria possível a partir de uma organização que enfrenta a globalização, a crescente acumulação de capital e concentração de riqueza, a fim de alcançar a redução da desigualdade econômica.

Entretanto, a crise de representação sindical é resultado não só da dificuldade de encontrar objetivos comuns para interesses heterogêneos, mas também do fato de que os interesses dos assalariados foram formalmente presos por critérios técnicos de representatividade (numéricos ou não) que eram obsoletos. Os fatores que influenciaram esta crise são diversos: desde as mudanças no mercado de trabalho até a perda de confiança e credibilidade das bases em relação às estratégias seguidas pelos líderes (Bensusán, 1993: 51).

Isto ocorreu exatamente por causa da falta de regulamentação estatal na economia. A regulação dos mercados pelo Estado tem como objetivo diminuir o crescimento da acumulação de capital apenas pelo mercado, ou seja, parar no poder das elites econômicas nacionais e internacionais que cada vez mais influenciam as políticas do Estado para diminuir a intervenção na economia e principalmente em relação à regulação do trabalho (Vasapollo, 2003).

### 3 Teoria social realista crítica

Todo conhecimento pressupõe, até certo ponto, um objeto conhecido. Em outras palavras, todas as teorias e esquemas interpretativos da realidade pressupõem uma realidade. A questão, segundo Bhaskar, está precisamente em saber de que tipo de realidade se está falando. Além disso, trata-se de se referir à mesma realidade (Vandenberghe, 2014), que porque a possibilidade lógica (mas não factual) que cada um poderia ter de se referir a um determinado universo, imensurável, levaria a uma visão solipsista e autista da realidade social, impossibilitando toda e qualquer mudança intersubjetiva, toda e qualquer prática social, a começar pela comunicação, no trabalho, etc, que não encontra qualquer suporte na realidade factual. Pelo contrário, a hipótese (e verificação) que se faz é justamente o oposto, embora sejamos diferentes e tenhamos percepções diferentes da realidade, há algo, até certo ponto, que nos permite trocar percepções e falar sobre a mesma realidade tornando possível a integração social.

O que este argumento implica é, fundamentalmente, uma questão ontológica. Ontologicamente falando, existe uma realidade, que pode ser conhecida, mas nem sempre é. Ou seja, a realidade existe mesmo que não seja conhecida, estudada, determinada, porque é um sistema aberto, mutável, mutável e parcial (Bhaskar, 1978, 2009, 2013). Neste sentido, a realidade é a fonte sobre a qual o conhecimento deve ser relatado.

Para o realismo crítico, existem duas realidades, uma transitória (epistemológica) e outra intransitiva (ontológica) (Bhaskar, 1978, 2009, 2013). Existe uma realidade externa, objetiva, que é importante conhecer através de um olhar crítico para uma abordagem da realidade objetiva, para ter uma visão geral e ampla em relação ao objeto.

A realidade intransitiva (ontológica) é o que é estudado pelos cientistas, estruturas, mecanismos reais que existem sem intervenção humana (Sayer, 2014). A dimensão transitiva (epistemologia) são as teorias sobre a realidade, são os pensamentos, teorizações sobre o mundo, portanto, que necessitam da capacidade de abstração humana (Sayer, 2014). Assim, conclui-se que os objetos sociais e sua construção são transitórios, gerados a partir de estruturas intransitivas.

É fundamental entender a ciência sob a dupla dimensão, transitória (epistemológica) e intransitiva

(ontológica), pois reduzir a realidade social ao que pode ser medido ou observado, por ser empírica, é uma explicação parcial dos fenômenos sociais, pois não revelam suas estruturas geradoras (Bhaskar, 1978).

A união de todas essas abordagens é que ela se torna capaz de identificar as estruturas sociais geradoras de práticas sociais, de ações e discursos, para assim, se aproximar mais da chamada realidade social (Pimentel, 2012), que se refere apenas a uma classe de objetos de realidade, aos quais devem ser adicionados os objetos materiais, ideais e artefatos para que se possa chegar a uma interpretação e explicação científica mais completa. O problema com os paradigmas anteriores, considerados por Bhaskar como mono-planar, é que eles tentam considerar precisamente apenas um horizonte de análise, seja tomando apenas uma classe de objetos ou levando em conta um nível de realidade (micro, meso ou macro) ao qual os outros elementos da realidade tendem a ser reduzidos (confinados) (por exemplo, estruturas sociais macro são explicadas em termos de ações individuais, ou o comportamento individual é explicado pelo efeito das entidades sobre os indivíduos, como ideologia, estado, etc.). Na perspectiva realista crítica, um fenômeno social só pode ser explicado quando há consideração (reconhecimento da existência e independência) destes elementos e sua articulação destas diversas abordagens, ação coletiva e ação individual.

Bhaskar (2008) aponta os níveis de realidade que são: a) o real; b) o atual e 3) o empírico. O primeiro nível é a estrutura e o poder dos objetos, isto é, o real é o transfactual, que existe na natureza ou socialmente, embora ainda desconhecido (Sayer, 2000). É nesse nível onde as ações geram impactos na ação e interação humana, ou seja, há causalidade direta (Pimentel, 2012). O segundo nível, o atual, surge com espaço e tempo, e depois, seus efeitos em nexos causais no mundo real (Sayer, 2000), e corresponde a uma situação, ao desempenho de uma ação, gerando um estado de coisas. O terceiro nível é o empírico é a percepção que o indivíduo tem do fato social ou natural, que consegue ter em relação ao que ele pensa ser a realidade (Vandenberghe, 2010).

De tal forma que nem tudo o que poderia acontecer com o objeto na observação científica vai ser realizado, o potencial que o objeto tem nem sempre é realizado na realidade (Vandenberg, 2010).

De tal forma que nem tudo o que poderia acontecer com o objeto na observação científica vai ser realizado, o potencial que o objeto tem nem sempre é realizado na realidade empírica, por isso a realidade potencial (ideal) é maior do que a realidade atual (ideal-espaço-tempo) e, portanto, maior do que a realidade empírica, do que apenas o que pode ou alcança para observar do objeto social (Archer, 1998).

Assim, a proposta do Realismo Crítico para obter um olhar mais representativo e mais próximo da realidade é analisar esses três níveis, identificando estruturas e mecanismos causais em cada um deles (Pimentel, 2012). Destaca-se ainda que os objetos das ciências sociais não são duráveis como na matemática ou nas ciências naturais, razão pela qual não é possível esperar sempre a mesma descrição, já que tempo e espaço não são fixos (Sayer, 2014).

Estas abordagens de ordem lógica, filosófica e terrestre na teoria social através de diferentes modelos, ou formulações, que foram feitas no âmbito da teoria social, das quais são mencionadas (Archer, 1998; Bhaskar, 1978; Pimentel, 2012).

O modelo transformacional de estrutura e ação proposto por Bhaskar (1978, 2009, 2013) elucidada que a sociedade é preexistente ao homem, isto a reproduz ou transforma, de tal forma que estrutura e ação não são momentos simultâneos ou dialéticos, mas transformacionais e preexistentes o primeiro dos últimos.

Para Archer (1995) a sociedade tem em sua formação três características básicas, ação social, mudança e estruturas sociais, que devem ser explicadas pelas teorias sociais. Ao retrabalhar o modelo funcionalista desenvolvido por Buckley (1971 [1967]) dentro das premissas do realismo crítico e, portanto, na busca de valorização da possibilidade de mudança, o autor acaba dando maior importância à análise morfofostática do que à morfofostática, embora ambos sejam conceitos considerados independentes e necessários ao surgimento e manutenção das estruturas sociais. Assim, para o sociólogo as mudanças estruturais da sociedade passam por três ciclos: 1) a restrição estrutural; 2) a interação social; e 3) a mudança das estruturas sociais.

Nesse sentido, ao priorizar, em certa medida, pela análise morfofostática, Archer (1998), em seu modelo, ligado em maior medida a uma dimensão temporária, diminui a perspectiva de que essa dimensão é utilizada para representar uma seqüência (temporária) de

ações necessárias para o surgimento de novas e transformações das antigas estruturas sociais. Assim, a característica fundamental da análise morfofostática está na dimensão espacial, sem desconsiderar a estrutura temporária e seqüencial que ela impõe às demais entidades e suas relações com a realidade.

Elaborando seu modelo explicativo sobre as categorias gerais de morfogênese e morfogênese, Pimentel (2012) propõe explicar a estruturação da ação coletiva, sob uma análise morfofostática, ou seja, teorizar sobre estruturas sociais meso, organizações, que após interação social, têm a capacidade de transformação de estruturas. A idéia de restrição imposta pelas estruturas anteriormente existentes ao ser humano e, portanto, à ação social ao convergir com um conjunto de indivíduos que estão no mesmo espaço - físico e social - impõe um enquadramento da ação que deve operar dentro de um conjunto de possibilidades restritas existentes (seja pela qualificação ou pelo obstáculo dos objetos físicos, dos quais o próprio homem, com seu corpo, também é um). Dada a disposição dos objetos no mesmo espaço, parte dos quais são objetos animados e operam de acordo com sua vontade, as múltiplas possibilidades de relação entre eles não ocorrem ao acaso, mas de acordo com a direção e intensidade de sua ação, a partir da qual o resultado é estabelecido como uma série de vetores em um campo de forças. A idéia de campo (de forças) tem sido emblemática de Bourdieu (1983), como forma de restrição inicial dos atores, que há capacidade de identificar uma coletividade e subjetividade (Pimentel, 2012).

O modelo teórico se resume em três momentos distintos sob a realidade social: (Momento 1) interação mediada pela compartimentação do espaço comum, (Momento 2) formação de uma identidade social coletiva, e (Momento 3) criação de mecanismos de estabilização de poder (Pimentel, 2012: 431).

#### 4 Metodologia

Esta pesquisa é epistemologicamente baseada no realismo crítico (Pimentel, 2012; Archer et al, 2013; Sayer, 2014). A ideia é, segundo uma visão realista crítica, identificar as restrições estruturais da realidade impostas às entidades existentes, em suas diferentes dimensões/esferas/subcampos (indivíduos, coletividade e ação social), e como operam os diferentes níveis da

realidade social. Em resumo, a tarefa do conhecimento científico é descobrir como funcionam os mecanismos causais que possibilitam as propriedades tendenciais das estruturas, bem como os gatilhos desses mecanismos (ou seja, os contextos e condições específicas que põem em movimento ou funcionamento um determinado mecanismo).

Neste sentido, considerando o objeto da reforma trabalhista no México, a questão central que norteia esta pesquisa é: quais mecanismos -materiais, ideais e sociais- afetaram a estrutura social anterior (T1), através dos quais os detonadores (T2) e levaram a uma nova configuração (T3), em termos de direito do trabalho, em geral, e do contrato de trabalho, em particular? Em suma, quais são os mecanismos de flexibilidade e como eles afetam o contrato de trabalho do trabalhador?

Para tanto, foi realizado um estudo de caso em que foram escolhidas entrevistas com os três maiores sindicatos locais, que são os trabalhadores do Estado (STASE) e os trabalhadores da Universidade Autônoma de Sinaloa (SUNTUAS), e depois um sindicato de trabalhadores da Coca-Cola, com um grande número de afiliados, que é a amostra deste trabalho científico.

Do ponto de vista metodológico, buscamos elementos empíricos da realidade factual -materialmente verificáveis e convergentes com a ideia do nível empírico -; elementos fenomenais da realidade - idealmente verificados por descrições em relação ao estado das coisas em um dado momento e convergentes com a ideia do nível atual -; e elementos estruturais da realidade social existente por relações sociais -.

Quanto aos elementos empíricos, foram recompilados dados que caracterizam a situação atual antes da reforma trabalhista, bem como a situação atual, tanto no nível (macro) nacional, regional (estadual) quanto local. Os dados fenomenais foram captados a partir de entrevistas (foram realizadas 3 entrevistas com líderes sindicais) com atores-chave no cenário da reforma trabalhista no México, dos setores público e privado e dos trabalhadores. Os fatores estruturais foram inferidos a partir da realidade a partir do modelo teórico adotado por Pimentel (2012) para análise social, que recupera três tipos de categorias ontológicas: espaço, identidade e poder, que foram cruzadas com os tipos de objetos na realidade - materiais, ideais, sociais e artefatos - nos níveis empírico, fenomenal e estrutural,

de forma retroativa, com vistas à identificação das estruturas, mecanismos e condições (gatilhos).

A estratégia de pesquisa mista foi utilizada, com a coleta de dados quantitativos e qualitativos, que foram tomados dados históricos, documentais e estatísticos, a fim de caracterizar previamente o objeto de estudo. Os dados foram coletados dos setores público e privado, e de pequenas, médias e grandes empresas, mesmo internacionais.

Os sindicatos foram selecionados pelo maior número de filiados de trabalhadores que têm, no setor público, que são o STASE com um total de mais de 9 mil filiados a sindicatos e o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Autônoma de Sinaloa, SUNTUAS, com mais de 13 mil filiados a sindicatos, também o Sindicato das Empresas Privadas dos Engarrafadores, CTM, o Sindicato dos Trabalhadores da Coca-Cola com mais de 800 filiados a sindicatos, mais os cargos de 20% dos cargos de trabalhadores de confiança e terceirização que não são sindicalizados.

Os dados das entrevistas com os três líderes sindicais, relacionando sua percepção de trabalho decente, o impacto da flexibilidade nos contratos de trabalho após a Reforma de 2012, sobretudo, quais os resultados que ela teve para a ação coletiva do sindicato transformando as categorias de espaço tempo, identidade e poder.

Porque o estudo de caso é um método de pesquisa que o marco teórico do realismo crítico, que norteou este trabalho, identifica como muito relevante, pois reconhece características ontológicas importantes, que farão emergir as peculiaridades do objeto de estudo (Steinmetz, 2004). O estudo de caso é importante porque, dependendo da escolha de um local geográfico de análise, será possível ir mais fundo e melhor (maio de 2014), estudar o significado e os efeitos (Yin, 1994) do fenômeno da precariedade laboral, identificando na realidade os pontos que mudaram desde o marco legal da Reforma Trabalhista de 2012.

## 5 Resultados e discussão

### 5.1 Caracterização do objeto e *locus* de estudo

A democracia mexicana tem sido monopolizada por um único partido político, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), criado em 1929, há quase 70 anos (Munoz Armenta, 2006; Bensusán e Alcade, 2001). Esse controle da política também tem sido viabilizado pelo

controle dos dirigentes sindicais ao longo desses anos, que através do partido hegemônico promoveram a organização dos trabalhadores (assim como de outros segmentos sociais), incorporando ou criando sindicatos que o governo reconheceu e autorizou a ter um caráter de monopólio de intermediação com o objetivo de criar um mecanismo de representação política que pudesse neutralizar os elementos conflituosos entre classes e grupos, e entre elas e o Estado, e também com o objetivo de que as empresas atuem como mecanismos de controle sobre seus membros com base em um acordo de subordinação/aliança com o Estado (Munoz Armenta, 2006): s/n).

A maioria das lideranças sindicais que enfrentaram o PRI foram retiradas do cenário sindical, mesmo com violência (Bensusán e Alcade, 2001), o que gerou medo da participação sindical da classe trabalhadora longe da burocracia partidária hegemônica. Note-se que o movimento operário mexicano tem sido burocratizado pelo partido político hegemônico PRI, o que tem dificultado muitas das lutas coletivas da classe trabalhadora.

Toda essa falta de democracia sindical e de representação real dos trabalhadores, além dos fatos de corrupção, levou a uma descrença dos sindicatos no México. Como consequência desse processo de monopolização, cooptação política dos sindicatos e sua burocratização, houve um processo crescente de perda de credibilidade e de esvaziamento da força de trabalho nos sindicatos, ao longo dos anos, culminando na menor taxa de filiação sindical do período atual, com apenas 10% dos trabalhadores formais filiados segundo dados da *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo*, ENOE 2005-2020.

Mesmo com a resistência de parte dos movimentos sociais e da agenda pública, com as agendas da mídia e da política de mídia juntas, em 30 de novembro de 2012, último dia do governo eleito do PAN, foi aprovada a Reforma Trabalhista, fazendo mais de 38 mudanças na Lei Federal do Trabalho (García y Pérez, 2017). Os pontos mais relevantes dessas 38 mudanças são:

1) Mecanismos de flexibilidade laboral:

a) a possibilidade de contratação sazonal, terceirização ou subcontratação, contratação “trust” (trabalhadores contratados diretamente sem possibilidade de filiação a um sindicato)

b) remuneração horária, contratação “probatória”, para treinamento inicial, salários caídos (atrasados que só serão pagos por um período máximo de doze meses),

2) Mecanismo de proteção social:

a) o conceito de trabalho decente ou digno reconhecido por lei,

b) criminalizar a contratação de menores para trabalhar, criminalizando o trabalho infantil, retirando o artigo que fala sobre a proibição do trabalho noturno para menores entre 14 e 16 anos de idade,

c) licença de trabalho para os pais, inclusive em casos de adoção, facilidades de trabalho para acesso de pessoas com deficiência,

d) penalidades acrescidas no valor da multa para o empregador que não cumprir a lei de 315 a 5 mil vezes o salário-mínimo,

e) sanções por assédio ou bullying no trabalho,

f) medidas de proteção às mães trabalhadoras, proibição de discriminação de gênero, assédio ou bullying e proibição de pedidos de testes de gravidez.

3) Mecanismo da Democracia Trabalhista:

a) fortalecimento da questão da conciliação entre trabalhador e empregador, possibilidade de chamar os sindicatos à responsabilidade,

(b) eleição da liderança sindical,

(c) divulgar informações sobre acordos coletivos e documentos sindicais,

Para o governo federal, essas mudanças visavam, não a melhoria do emprego ou das condições de trabalho do trabalhador, mas a flexibilidade laboral, a falta de proteção do trabalhador e mais lucro para o empregador. Dentro desse contexto social elucidado, o debate sobre as reformas estruturais promovidas pelo discurso neoliberal dos partidos de direita PRI e PAN, em relação à retirada dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, sempre encontrou muita resistência dos movimentos sociais, das organizações de trabalhadores, da opinião pública, tendo uma repercussão muito ruim, quando entrou na agenda política de algum líder, debate eleitoral ou partido, razão pela qual as reformas levarão tempo para serem implementadas (Rodríguez Edeza, 2017).

## 5.2 Dimensões afetadas da estrutura social das relações de trabalho

### a) Espaço-Tempo

No México, o governo neoliberal com políticas de privatização desde os anos 2000 conseguiu autorizar, com a reforma trabalhista de 2012, práticas que transformaram o mercado de trabalho na estrutura social do espaço-tempo, da identidade dos trabalhadores e do poder da ação coletiva, ao dificultar o compartilhamento dos espaços de trabalho, a flexibilização da jornada de trabalho, dos benefícios, da previdência social, bem como o fato de os trabalhadores não compartilharem as mesmas funções/tarefas, não terem o mesmo empregador, não terem acesso à representação sindical, enfraquecendo a realidade material de deter as forças do capital na busca do trabalho decente.

As mudanças mais importantes da reforma que impactaram o mercado de trabalho mexicano foram as mudanças nas formas de contratação, especialmente o contrato de “confiança” e trabalho subcontratado.

O nome “contrato de confiança” é algo no cotidiano dos mexicanos, mas na lei não há nome expresso para ele, o que existe é a possibilidade de contratar um indivíduo para prestar serviços, ou seja, não é um contrato de trabalho assinado, com direitos, benefícios, horário fixo, salário, representação e apoio dos sindicatos, é apenas uma “contratação de serviços” que usa a desculpa do discurso de algum pessoal “de confiança” do empregador, sem quaisquer direitos sindicais coletivos.

Na mesma planta trabalhista que pertence à Universidade Autônoma de Sinaloa, existem duas figuras trabalhistas que desempenham as mesmas funções, mas que estão sob diferentes contratos e direitos, que são os trabalhadores contratados nos cargos sindicais, fazem vestibular, estão vinculados ao sindicato e têm os direitos do Estatuto SUNTUAS, com jornada de trabalho fixa, férias, gratificação de Natal, salários, gratificação de férias, seguro social, saúde e odontológico, possibilidade de estudos, apoio ao financiamento habitacional, entre outros benefícios do contrato coletivo de trabalho. Enquanto o trabalhador “de confiança” entra para trabalhar na universidade sob a justificativa de temporalidade ou especialização, a jornada de trabalho e o salário não são fixos, não se sabe por quanto tempo o contrato de trabalho permanecerá, não estão sob os benefícios do Estatuto SUNTUAS, nem são representados pelo sindicato, portanto são completamente vulneráveis em sua relação profissional.

O mesmo vale para o sindicato dos trabalhadores do Sinaloa STASE.

Esta é uma intervenção na capacidade material dos trabalhadores na busca de melhores condições de trabalho, porque o que eles procuram é sobreviver a cada dia, aceitam as piores condições, pela necessidade de sobreviver, de se alimentar diariamente, de cuidar de sua família, então a luta pela segurança no trabalho, por melhores condições de trabalho, é algo secundário.

Quanto ao tipo de contratação de trabalho segundo as entrevistas, foi possível identificar que este é um dos elementos que mais mudou as características do trabalho contemporâneo no México, afetando diretamente a questão da filiação sindical, uma vez que há contratação direta entre trabalhador e empregador ou órgão público (estado, prefeitura, universidade, entre outros), sem estar sob os sindicatos, eles não são contratados dentro das praças sindicais, que mantêm os direitos do contrato coletivo anual, essas praças são chamadas de “confiáveis” ou trabalhadores de confiança.

O líder sindical da Coca-Cola menciona que eles perderam seus empregos devido à corrupção sindical, “temos muitos empregos que de acordo com nosso contrato coletivo de trabalho deveriam ser ocupados por trabalhadores sindicalizados, empregos que são exclusivos das pessoas sindicalizadas, mas os líderes corruptos que tivemos foram dedicados a negociar esses empregos e agora as pessoas que estão ocupando esses empregos são trabalhadores não sindicalizados”. (...) não se trata de terceirização, de plano assim contratado como uma clara violação aos direitos trabalhistas e ao nosso contrato coletivo. (...) Estes são trabalhadores de confiança.”

Os sindicatos públicos não aceitam a figura contratual da terceirização, pois, segundo eles, as posições trabalhistas que têm sob seu controle são um elemento de força sindical, além disso, o contrato de trabalho dos trabalhadores subcontratados recebe salários mais baixos, não tem jornada de trabalho fixa e não tem nenhum dos benefícios do Estatuto SUNTUAS. O ponto mais crítico da Reforma Trabalhista 2012, de acordo com todos os atores sociais, é a autorização para a terceirização.

Para os sindicatos UAS e STASE, eles alegam que a terceirização não se aplica a eles, que todos os trabalhadores têm empregos diretos, pois não há previsão de contratação de trabalhadores através de

empresas. A pergunta que se seguiu foi: por que eles não aceitam a terceirização?

O líder do STASE respondeu que “o que eles querem é que os trabalhadores não gerem antiguidade, nem direitos, que é o fim da terceirização, e contratam por 6 meses ou melhor por 5, porque os 6 já geram interesse, então isso se aplica mais à iniciativa privada. (...) Talvez a necessidade das pessoas tenha, elas aceitam tais condições, mas você não contribui, não economiza para a aposentadoria. Mas não há antiguidade”.

O líder sindical do SUNTUAS afirma que a “terceirização” não se aplica na universidade porque aqui qualquer posição que seja tabulada, o sindicato tem o direito de enviar trabalhadores e continua “terceirização não gera estabilidade no emprego, não gera para... esses colegas que infelizmente, pela necessidade que têm, estão sujeitos à subcontratação, para prestar serviços em outra empresa, onde não há relação de trabalho, e no final das contas, quando alguns direitos poderiam ser violados, que eles possam ter ou adquirir, com o passar do tempo, já que não podem reivindicá-los, (...) a razão da existência de um sindicato é o agrupamento, é a luta coletiva, é a defesa dos interesses de toda uma comunidade, por isso nos agrupamos em áreas para defender nossos interesses, espaços, melhores condições de trabalho e para que nossos benefícios sejam cumpridos. É por isso que a figura do outsourcing não se encaixa”.

Para os trabalhadores da Coca-Cola, no mesmo local, a fábrica de mão-de-obra, existem três modalidades diferentes de contratação de trabalhadores, os afiliados ao sindicato (sedes sindicais), os subcontratados e os “confiáveis”. Dentro do sindicato da Coca-Cola é mais fácil observar a diferença entre esses trabalhadores em relação à jornada de trabalho, salário, benefícios, previdência social e representação sindical.

A diferença entre as três formas de contrato tem materializado a desigualdade em todos os elementos do trabalho decente, há um agravamento do salário, da jornada de trabalho, não há direitos garantidos pelo contrato coletivo de trabalho, não há benefícios, seguridade social, férias, benefícios dos trabalhadores sindicalizados, mesmo que desempenhem as mesmas funções e estejam no mesmo espaço, dinheiro do trabalho.

Em relação à questão espaço-temporal, e em particular ao mecanismo do contrato de trabalho, argumentamos que três mecanismos foram instituídos

pela lei de reforma trabalhista realizada em 2012, reestruturando a morfologia do trabalho no México: (1) a distensão espacial e temporal das práticas trabalhistas - através de situações como o trabalho doméstico, o trabalho intermitente e a possibilidade de interrupção do contrato, por exemplo - (2) o tipo de contrato de trabalho e o (3) ou sistema de pagamento por (tempo) hora. Todas essas características impactam na ação coletiva, enfraquecendo os elementos materiais espaço-temporais de cumprimento, manutenção e busca dos direitos trabalhistas. Todas essas transformações pioram as condições de vida do trabalhador para um emprego precário.

#### b) *Identidade Social Coletiva*

Os elementos de mudança no processo morfo-genético de alteração da estrutura social do trabalho no México também se manifestam em termos simbólicos (ou imateriais). Sob essa lupa, o modelo morfo-genético de estruturação da ação coletiva opera com o conceito de identidade para se referir à construção de uma comunidade simbólica em torno de ideais comuns, baseada em indivíduos que se encontram compartilhando a mesma situação de co-presença. Neste sentido, a identidade opera como resultado de um duplo processo: por um lado, de identificação e, por outro, de diferenciação, que se insere em qualquer comunidade.

No caso dos sindicatos analisados, e em especial no caso da reforma trabalhista, verifica-se que a lei federal aprovada em 2012 operou de forma dupla, por um lado, criando mecanismos de proteção social e, por outro, gerando mudanças na forma de prestação de trabalho e no tipo de contrato de trabalho, que tiveram impactos importantes para a construção da identidade profissional coletiva (ou da categoria sócio-profissional).

Por um lado, ao tentar criar (ou institucionalizar) novos mecanismos de proteção social - como o conceito de trabalho decente, licença parental e sanções por assédio no trabalho, a lei de reforma trabalhista incorpora elementos já instituídos em outros países (por exemplo, no Brasil), imitando a legislação dos países ocidentais. Entretanto, tal incorporação de leis pode se tornar meramente formal e não aplicada, dado o contexto de alto desemprego associado à fragilidade institucional dos sindicatos (cerca de 10%

da força de trabalho da empresa é filiada). Além disso, os mecanismos de proteção criados são aplicáveis - supervisão e fiscalização, no caso de multas ou sanções - no nível macrosocial, o que significa que eles exigem tempo, formas e organizações específicas para operar.

Enquanto isso, o que se verifica em termos das mudanças geradas no tipo de contrato de trabalho e suas formas de aplicação tem características e conseqüências diferentes para a identidade trabalhista: são mudanças aplicadas diretamente no nível micro e meso social, ou seja, no desempenho do trabalhador em base individual (principalmente) e/ou grupal, além de contribuir para a erosão da identidade coletiva profissional - já enfraquecida.

Por exemplo, externamente, os termos dos contratos de trabalho tornam-se diretamente acordados pelo trabalhador e pelas empresas, o que gera possibilidades de pressão assimétrica, das forças da empresa sobre os trabalhadores, uma vez que as condições do trabalhador na escolha das opções de trabalho são contra ele, havendo muito mais desemprego e falta de empregos, o que tende a pressionar os salários para baixo, na ausência de mecanismos de proteção social. Por outro lado, internamente, a mudança no tipo de contrato de trabalho, com a introdução de modalidades como a terceirização, trabalho por tarefa e o trabalhador de confiança, por exemplo, deslocaram a questão da identidade da categoria sócio-profissional em termos coletivos para a esfera individual.

Além da fragilidade da identidade profissional no mesmo setor, empresa ou categoria, há uma ausência de solidariedade entre diferentes categorias profissionais, já que a percepção do tempo de impacto que as mudanças na lei de reforma trabalhista impuseram está muito limitada ao mesmo grupo/categoria. É o caso, por exemplo, dos trabalhadores universitários, especialmente professores, que não vêem como negativas as mudanças trazidas pela lei, mas até concordam com eles, já que não afetam diretamente seu trabalho, apenas outros setores. O líder do sindicato UAS confirma, “nós aqui como trabalhadores universitários, consideramos que as questões inerentes ao Direito do Trabalho Federal, e as reformas que podem ser implementadas pela Câmara dos Deputados não chegam a prejudicar tanto a relação de trabalho do trabalhador universitário e da administração universitária, já que partimos de uma

relação de trabalho que depende do Acordo Coletivo de Trabalho”.

Assim, em relação à identidade trabalhista, o fato de os trabalhadores não serem representados pelo mesmo sindicato, de não estarem sob os mesmos direitos, nem sob o mesmo empregador, enfraquece a identificação entre os próprios trabalhadores e dificulta a organização de uma organização social coletiva para a proteção de seus direitos. Os elementos anteriores, embora estejam na categoria ontológica do espaço-tempo, também transformam a categoria da identidade, pois há um feedback entre eles como no poder. Eles são simultâneos e são constantemente alimentados.

### c) Poder

Em relação à categoria ontológica do poder, ela também é alimentada e alimenta as outras duas identidades e espaço-tempo. Acima de tudo, nos elementos de não compartilhar os mesmos benefícios do contrato de trabalho, ainda que desempenhem as mesmas funções, ou seja, o fato de existirem diferentes condições de trabalho na mesma fábrica, o espaço físico em que os trabalhadores desenvolvem as atividades inaugura a desigualdade da hierarquia de status quo entre eles e não de semelhança, solidariedade, identificação trabalhista, como é o caso da identidade.

Além da questão hierárquica, os trabalhadores não sindicalizados não têm nenhuma organização coletiva para eles, não têm representação sindical e isso é motivo de preocupação entre os próprios dirigentes sindicais, que em muitos momentos denunciam os trabalhadores induzidos por eles a denunciar abusos do empregador, não cumprimento do contrato de trabalho, direitos ou más condições de trabalho, mas que os sindicatos não podem apoiá-los, uma vez que são trabalhadores “confiáveis” ou subcontratados com um empregador em outra empresa.

O sindicato da Coca-Cola afirma que eles perderam cerca de 20% das posições sindicalizadas para este tipo de “trabalhadores de confiança” e que em muitos momentos eles recorrem ao sindicato para apoio em várias questões trabalhistas, mas o sindicato não pode apoiá-los porque eles não estão sob sua representação e então estes trabalhadores não têm nenhuma organização coletiva para representá-los. Não há sindicatos para representá-los, e as características do trabalho são que eles não têm benefícios, feriados

e bônus de férias, e os horários de trabalho são mais flexíveis. De acordo com o líder sindical da Coca-Cola, “a diferença é que os “não sindicalizados” ganharam mais. Agora que estamos aqui, estamos fazendo valer os direitos dos trabalhadores, por exemplo, eles, os trabalhadores de confiança tiveram seus dias de férias cortados, e seu bônus de férias é cortado.

O sindicato da Coca-Cola é o que tem a visão mais crítica em relação à terceirização, eles dizem “a terceirização tem causado muitos danos ao país, aos sindicatos e também afeta pessoas que, se terceirizam, porque são pessoas que não têm direitos, e têm responsabilidade trabalhista, mas não têm direitos na verdade. Contratam-nos, pagam-lhes o que querem, despedem-nos quando querem, sem qualquer responsabilidade para o empregador, para o empregador, pelo que as reformas que tivemos com estes últimos governos, e não só as reformas laborais, mas também as reformas educativas, estavam a matar completamente o trabalho”.

Eles continuam a apontar que a terceirização “não há garantias para o trabalhador, são contratos temporários, sem qualquer garantia para o trabalhador e isso resulta em lucro para o empregador”. Olha, eu te contrato, e não tenho nenhuma responsabilidade com você, não tenho que dar os benefícios, e quando eu não preciso de você, quando não é necessário, para a minha empresa, te deixo ir. Que você faça bem e encontre o que você quer. E as pessoas são deixadas de fora, sem garantias”.

Assim, a Reforma Trabalhista de 2012 muda as formas de contratos de trabalho, autorizando formas antes consideradas ilegais de contratação, que transferem a insegurança do mercado ao trabalhador, estabelecendo condições de trabalho com baixos salários, sem benefícios, horários de trabalho flexíveis, e o pior é a fragilidade dos sindicatos e contratos coletivos de trabalho, tornando legal no México a precariedade do trabalho.

Assim, a Reforma Trabalhista de 2012 muda as formas de contratos de trabalho, autorizando formas antes consideradas ilegais de contratação, que transferem a insegurança do mercado ao trabalhador, estabelecendo condições de trabalho com baixos salários, sem benefícios, horários de trabalho flexíveis, e o pior é a fragilidade dos sindicatos e contratos coletivos de trabalho, tornando legal no México a precariedade do trabalho.

## 6 Considerações finais

Então esta pesquisa, baseada nas entrevistas com os sindicatos, procurou responder à pergunta da pesquisa: a flexibilidade no contrato de trabalho impactou na desproteção social do trabalhador? Para responder a esta pergunta, foi realizado um estudo de caso na cidade de Culiacán, Sinaloa, México, com três entrevistas com os dirigentes dos sindicatos com maior número de associados, onde foi possível observar diferentes tipos de contratos de trabalho, suas características, diferentes condições de trabalho e o impacto na maior falta de proteção social dos trabalhadores, transformando completamente o espaço trabalhista.

Com base na teoria social realista crítica, categorias ontológicas foram tomadas em relação às estruturas espaço-temporais (realidade natural), simbólicas (ideal), e práticas relacionais (sociais). As mudanças institucionais nos mecanismos da estrutura social do trabalho estão baseadas em três categorias ontológicas: espaço-tempo, identidade e poder. A morfogênese nas estruturas espaço-temporais implica novas configurações de identidade - na identidade individual e coletiva - que, por sua vez, possibilitam reconfigurações nas estruturas de poder.

As evidências sustentam que a flexibilidade no contrato de trabalho gerou a desproteção social do trabalhador, agravando suas condições de trabalho, o que é feito através: da introdução de um novo tipo de contrato de trabalho (mecanismo causal), que tem características estruturais de espaço flexível -temporâneo (intermitência e deslocalização), simbólico -anômalo (perda de referências coletivas/grupais via fragmentação e individualização das relações sociais) e sócio-político (perda de representatividade, capacidade de agência institucional e estruturação da ordem superior).

Para as novas formas de contratação, “de confiança” e subcontratação, não há identidade coletiva, representação social, compartilhamento de espaço ou tempo, portanto, não há ação social coletiva capaz de impedir o poder empreendedor do grande capital. A proteção social do trabalhador é possível com a existência de uma forte e representativa ação sindical dos trabalhadores.

Os instrumentos de ação coletiva que são os sindicatos e o contrato coletivo de trabalho não existem ou não têm força de proteção social com os direitos

trabalhistas de trabalho decente (gratificação de Natal, benefícios trabalhistas, previdência social, jornada de trabalho suficiente, salário decente entre outros). Claramente estes elementos levaram a uma debilidade na ação coletiva dos sindicatos para a proteção dos direitos trabalhistas, portanto, quando a proposta de reforma trabalhista chega em 2012, com a ideia de flexibilizar os contratos de proteção social, o que também iria gerar mais fragilidade sindical, não havia força suficiente para frear o poder das empresas.

Ainda assim, foi possível observar que as relações de poder são reestruturadas de forma a haver privilégios em relação às empresas, em oposição às relações individuais. A questão do contrato individual é mais fraca porque no trabalhador ele não está sob a proteção coletiva do sindicato e do contrato coletivo de trabalho, ou seja, é uma relação assimétrica, enfraquece as relações de poder da classe social dos trabalhadores, que se desestrutura. Isso destrói as identidades coletivas e depois reorganiza relações no o espaço-tempo, ou seja, uma transformação social de feedback das categorias ontológicas espaço-tempo, identidade e poder.

Conclui-se, portanto, que, para os sindicatos, as novas modalidades de contratação enfraquecem a força sindical, a representação dos trabalhadores e, em seguida, a diminuição dos direitos e conquistas do contrato coletivo de trabalho. É uma perda do poder sindical, mas também uma possibilidade de ação coletiva em defesa dos direitos dos trabalhadores. Pode-se deduzir como possíveis implicações que a ação sindical tem um papel importante no processo de salvaguarda dos direitos trabalhistas básicos, que se manifestam em condições dignas de trabalho. Pelo contrário, a reforma trabalhista eliminou mecanismos de estabilidade - física, psicológica, social e política - sem os quais os trabalhadores são pressionados a trabalhar em condições precárias, afetando assim a dignidade e a possibilidade de desenvolvimento humano através e no trabalho.

Em síntese, a reforma trabalhista muda questões ontológicas, espaço-tempo, flexibilizando as relações de trabalho, transformando a possibilidade de interação entre os indivíduos e que gera impacto nas relações de identidade, sobretudo, desconstruindo-a em direção ao trabalhador, à luta sindical e coletiva dos movimentos sociais. Na medida em que a reforma de 2012 não gera estabilidade trabalhista, nem possibilita a situação de compartilhar o espaço-tempo, diminui a intenção/ação

de contribuir com os trabalhadores para a identidade coletiva, pois eles estão em condições precárias de ação, fracas de relações, portanto, fragilidade da identidade trabalhista. Como consequência, há um fechamento nas relações de poder, não há uma ação social articulada nos sindicatos, com as novas modalidades de contrato não há sindicatos para eles, só pode haver uma ação individual do trabalhador.

### Referências bibliográficas

Abramo, L. W., et al. *“Trabajo decente y equidad de género en América Latina.”* Santiago: Oficina Internacional del Trabajo, 2006.

Archer, Margaret S.; ARCHER, Margaret Scotford. *Realist social theory: the morphogenetic approach.* Cambridge university press, 1995.

Archer, Margaret, et al. *“Critical realism: Essential readings.”* Routledge, 2013.

Archer, Margaret. *“Realism and morphogenesis”.* 1998.

Bensusán, G. “La democracia en los sindicatos: enfoques y problemas.” *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo.* 1ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 392-421, 2000.

Bensusán, G. “Sindicalismo y sistema de relaciones industriales.” *Tratado latinoamericano de sociología de trabajo.* E. De la Garza, dir. Mexico: Colegio de Mexico-FLACSO-UAM-Fondo de Cultura Económica, 2003.

Bensusán, G. *El modelo mexicano de regulación laboral.* FLACSO Mexico, 2000.

Bhaskar, Roy. “Societies”. In: Archer, et al. *Critical realism: Essential readings.* Routledge, 2013.

Bhaskar, Roy. *A realist theory of science.* Atlantic Highlands. 1978.

Bhaskar, Roy. *Dialectic: The pulse of freedom.* Routledge, 2008.

Bhaskar, Roy. *Scientific realism and human emancipation.* Routledge, 2009.

Buckley, W. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas.* São Paulo: Cultrix, 1971.

Fraser, Nancy. La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de trabajo*, 2008, vol. 4, no 6.

García, G. R., y; Pérez, C. S. “La precarización del empleo en México, 1995-2004.” *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo (RELET)*, 2017, vol. 12,

no 19, p. 39-78.

Ghai, Dharam. "Trabajo decente. Concepto e indicadores". *Revista internacional del trabajo*, 2003, vol. 122, no 2, p. 125-160.

Giddens, A. *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity Press, 1984.

Gil, J. L. Trabajo decente y reformas laborales. *Revista Derecho social y empresa*, (7), 21-78, 2017.

Given, Lisa M. (ed.). *The Sage encyclopedia of qualitative research methods*. Sage publications, 2008.

Hernandez, Adoración Guamán. Las críticas del Comité de Libertad Sindical de la OIT a la reforma laboral de 2012: una nueva muestra de la importancia del derecho laboral internacional. *Revista de derecho social*, 2014, no 66, p. 201-216.

Hernandez, Juan Gorelli. La reforma laboral de 2012 y su impacto en los despidos individuales y otras formas de extinción del contrato de trabajo. *Temas laborales: Revista andaluza de trabajo y bienestar social*, 2012, no 115, p. 275-314.

Juárez, R. A. A. *La reforma laboral*. Fondo de Cultura Económica, 2018.

May, T. *Pesquisa social*. Questões, métodos e processos, v. 3, 2004.

Montejo, M. F. C. Los derechos humanos laborales: el núcleo duro de derechos (core rights) y el ius cogens laboral. *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos sociales*, 8, 111, 2008.

Munoz Armenta, A. El sindicalismo corporativo mexicano y los partidos políticos en tiempos de alternancia. *Nueva antropología*, México, v. 20, n. 66, p. 133-155, jul. 2006.

Pimentel, T. D. (2012). *Space, Identity and Power: outline of a morphogenetic and morfostatic theory to the sociology of organizations*. 2012. 470f. (Unpublished) Thesis (Ph.D) Institute of Human Sciences, Federal University of Juiz de Fora (MG), Brazil.

Polanyi, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrabel. 2ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. 2008. 332 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Rodríguez Edeza, Manuel Ángel. México: la construcción fallida de un Estado y las nuevas reformas políticas. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 11, n.1, p.159, -182, jan./abr. 2017.

Rosa, H. Social Acceleration: ethical and political consequences of a desynchronized high-speed society. pp.77-112. In: Rosa, H. Scheuerman, W. (ed). *High-speed society: social acceleration, power and modernity*. The Pennsylvania State University Press, University Park, Pennsylvania, 2009.

Rosa, H. *Social Acceleration: a new theory of modernity*. New York, Columbia University Press, 2013.

Sayer, A. 2000: *Realism and social science*. London: Sage. 2000.

Sayer, A. Características chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. *Estudos de Sociologia*, 2014, 2(6), 7-32.

Stein, L. "Trabalho, sindicato e acumulação flexível. Precariedade e nova questão social". *REDD-Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 2009, vol. 1, no 2.

Steinmetz, G. "Odious comparisons: Incommensurability, the case study, and "small N's" in sociology". *Sociological theory*, 22(3), 371-400, 2004.

Tilly, Chris, et al. Los trabajadores que se organizan en la plaza: contra-movimiento de una fuente inesperada. *Revista de Economía Crítica*, 2014, vol. 18, p. 160-180.

Vandenberghe, Frédéric. "The real is relational": an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. *Sociological theory*, 1999, vol. 17, no 1, p. 32-67.

Vandenberghe, Frédéric. O marmoto do Realismo Crítico. *Teoria e Cultura*, 2014, vol. 9, no 1.

Vandenberghe, Frédéric. Uma ontologia realista para a sociologia: morfogênese da sociedade e estruturação das subjetividades coletivas. Vandenberghe, Frédéric. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010, p. 183-256.

Vasapollo, L. O conflito capital-trabalho na competição global. *Lutas Sociais*, 2003.

Yin, R. *Investigación sobre estudio de casos*. Diseño y métodos. Applied social, 1994.

# Experts de ONGs no processo de problematização (dos fatos) da migração de mulheres brasileiras: uma experiência em construção<sup>1</sup>

Diana Marciele Kerber<sup>2</sup>

## Resumo:

O artigo dedica-se à análise da participação de experts de organizações não governamentais – ONGs – no processo de problematização (dos fatos) da migração de mulheres brasileiras e a contribuição desses atores para que os fatos dessa migração ganhem visibilidade como problemas. Ele está fundamentado na sociologia do conhecimento à qual é incorporada a perspectiva da transnacionalização a fim de que se possa, dessa forma, analisar uma realidade que vai além dos limites nacionais. A partir das reflexões oriundas do trabalho de análise são apresentados a gênese, a disseminação e a modificação do conhecimento de problematização desses atores de ONGs, assim como a alteração de seus horizontes de relevância durante o processo de problematização.

**Palavras-chave:** Experts de organizações não governamentais (ONGs); Conhecimento de problematização; Horizontes de relevância; Migração; Transnacionalização.

## NGO experts in the process of problematizing (the facts) the migration of Brazilian women: an experience under construction

## Abstract:

The article is dedicated to the analysis of the participation of experts from non-governmental organizations – NGOs – in the process of problematization (the facts) of the migration of Brazilian women and the contribution of these actors so that the facts of this migration gain visibility as problems. It is based on the sociology of knowledge to which the perspective of transnationalization is incorporated in order to be able, in this way, to analyze a reality that goes beyond national boundaries. From the reflections arising from the analysis work, the genesis, dissemination and modification of the problematization knowledge of these NGOs actors are presented, as well as the alteration of their horizons of relevance during the process of problematization.

**Keywords:** Experts from non-governmental organizations (NGOs); Problematization knowledge; Relevance horizons; Migration; Transnationalization.

## 1. Introdução

O objetivo do presente artigo é apresentar algumas reflexões sobre a participação de atores de ONGs no processo de problematização (dos fatos) da migração de mulheres brasileiras. Partindo do princípio de que problemas sociais são construções da realidade social, eu me posiciono como pesquisadora num meta-nível e relaciono ao processo de problematização as estruturas discursivas – conhecimento de problematização – desses

<sup>1</sup> Este texto é baseado na tese de doutorado da autora, que se encontra em andamento e obteve financiamento da CAPES/Brasília.

<sup>2</sup> Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2006). É Mestra em Pesquisa Aplicada ao Serviço Social pela University of Applied Sciences em Munique.

atores de ONGs – denominados aqui de experts – que fazem com que um fato seja visto como um problema.

Com base no trabalho de pesquisa pode-se dizer que experts de ONGs são de fundamental importância para que fatos oriundos da migração de mulheres brasileiras ganhem visibilidade como problemas. Se a migração, anterior ao processo de problematização, era vista na sociedade como uma forma de se viver um ‘conto de fadas’, essa percepção muda quando esses experts começam a problematizar essa migração – ou os fatos dela.

Para a compreensão do trabalho de pesquisa, apresentarei inicialmente o referencial teórico da sociologia do conhecimento que fundamenta o trabalho de pesquisa, assim como a metodologia aplicada para o levantamento e análise dos dados empíricos. Feito isso, eu apresento algumas reflexões resultantes da análise sobre a participação de experts de ONGs no processo de problematização (dos fatos) da migração de mulheres brasileiras. O artigo é finalizado com algumas conclusões.

## 2 . Fundamentos teóricos

Com base na sociologia do conhecimento, parto do princípio de que grupos sociais têm um estilo próprio de pensar e interpretar o mundo que os cerca (cf. Schetsche, 2000, p. 10) e que são as formas discursivas de conhecimento coletivo que fazem com que um fato venha a se tornar um problema social na sociedade e não as estruturas sociais objetivas (cf. Schetsche, 2008, p. 45). Tais estruturas, na verdade, proporcionam somente um quadro no qual ideias e valores assumem uma identidade independente (cf. Schetsche, 2000, p. 10). Isso significa que “fatos sociais e circunstâncias não têm por si só e ‘de si próprio’ o caráter de um problema, mas devem primeiro ser definidos socialmente e, assim, ‘transformados’ em tal”<sup>3</sup> (Poferl 2020, p. 149; trad. D. K.).

Para a análise dos ‘problemas’ oriundos da migração de mulheres brasileiras, apoio-me nos termos “conhecimento de problematização”

(*Problematisierungswissen*) e “horizontes de relevância” (*Relevanzhorizonte*) sugeridos por Poferl (cf. Keller/Poferl 2020, p. 149-150; Poferl 2016, p. 189; trad. de D. K.). Segundo a autora, o “[c]onhecimento de problematização refere-se a *definições situacionais estruturadas discursivamente e processos de interpretação públicos e cotidianos*, a partir dos quais é atribuído um caráter de problema a determinados fatos sociais”<sup>4</sup> (Poferl, 2016, p. 189; trad. e grif. D. K.). Ao receberem essa atribuição esses fatos são vistos como inaceitáveis e insustentáveis necessitando assim de intervenção (cf. Keller/Poferl, 2020, p. 149; Poferl, 2016, p. 196; Poferl 2018, p. 84). Problematizações consistem, portanto, em construções por parte de alguém – problematizador(a) – que vão contra uma realidade vista por outros como normal (cf. Keller/Poferl, 2020, p. 149). Suas consequências não dependem somente de intenções e são, portanto, difíceis de serem controladas ou previstas: “Algo que é ‘bem-intencionado’ pode ter consequências desastrosas”<sup>5</sup> (Keller/Poferl, 2020, p. 149, Poferl, 2016, p. 196; trad. de D. K.).

Keller e Poferl (cf. 2020, p. 150) apontam para duas perspectivas em processos de problematização. Um fato visto como problema possui 1) características percebidas e interpretadas como negativas, perturbadoras, desagradáveis, indesejáveis, que, no entanto, são 2) passíveis de mudança. A partir dessas duas perspectivas – subjetividade, individualidade e historicidade por um lado; e auto-organização da modernidade por outro – os autores assinalam para uma conexão entre a concepção orientada no sujeito e a concepção orientada na sociedade.

Como já mencionado, o termo ‘conhecimento de problematização’, segundo Poferl, está relacionado ao termo ‘horizontes de relevância’. Para a autora:

“a ideia de horizontes de relevância abrange o desenvolvimento de relações de significado e espaços simbólicos, nas quais coisas (idéias, pessoas, artefatos) se tornam significativas e adquirem validade – parcialmente dentro e parcialmente fora de convenções de interpretação e órbitas definidas”<sup>6</sup> (Poferl, 2016, p. 189; trad. de D. K.).

<sup>3</sup> No original: “*soziale Sachverhalte und Gegebenheiten nicht von selbst und ‚aus sich heraus‘ den Charakter eines Problems haben, sondern gesellschaftlich erst definiert und damit zu einem solchen gemacht werden müssen*”.

<sup>4</sup> No original: “*Problematisierungswissen verweist auf diskursiv strukturierte Situationsdefinitionen und öffentliche wie alltagsweltliche Prozesse der Interpretation, im Zuge derer bestimmten Sachverhalten Problemcharakter zugesprochen wird*”.

<sup>5</sup> No original: “*Etwas, was ‚gut gemeint‘ ist, kann z.B. desaströse Folgen zeitigen*”.

<sup>6</sup> No original: “*das Konzept der Relevanzhorizonte umfasst die Entwicklung von Sinnzusammenhängen und symbolischen Räumen, in denen Dinge (Ideen, Menschen, Artefakte) bedeutsam werden und Geltung erlangen – teils innerhalb, teils außerhalb vorgezeichneter Deutungskonventionen und Bahnen*”.

Visto de uma perspectiva orientada no sujeito, o termo conhecimento de problematização pressupõe relevâncias do mundo da vida, do cotidiano e do social, o que implica dar atenção à configuração, à emergência e aos efeitos dessas relevâncias na análise (cf. Keller/Poferl, 2020, p. 150). Segundo Poferl (cf. 2016, p. 189) tanto o conhecimento de problematização quanto a ideia de horizontes de relevância são centrais na construção de “problemas globais” (Poferl 2016, p. 189; trad. de D. K.) e de formas de socialidade e subjetividade cosmopolita. Por meio do conhecimento de problematização se estabelecem as referências sociais, como, por exemplo, através da participação do sofrimento dos “outros globais” (Poferl 2016, p. 189; trad. de D. K.) e do esforço na construção de um mundo “diferente” e “melhor” (Poferl 2016, p. 189; trad. de D. K.). A partir da alteração dos horizontes de relevância é preciso responder de forma nova quem interessa, a quem, como e por que algo ou alguém são relevantes (cf. Poferl 2016, p. 189).

O fato de que ONGs contribuem de forma significativa para a formação de um campo próprio de profissionais e experts e para a visibilidade pública de ‘problemas sociais globais’ (cf. Poferl 2015, p. 135) faz delas um campo importante para a apreensão da ‘nova’ realidade oriunda da globalização. Ao passo que o conhecimento sobre esses problemas é influenciado pela mídia de massa, por relações públicas e trabalho de conscientização, educação política, educação em direitos humanos, Serviço Social internacional, educação escolar e universitária (cf. Poferl 2015, p. 135) é de interesse saber quais implicações tem esse conhecimento ao ser disseminado e incorporado pelos atores de ONGs em processos de problematização.

A fim de que se possa apreender essa ‘nova’ realidade oriunda além dos limites do território nacional recorre-se no trabalho de pesquisa à perspectiva da transnacionalização. Por transnacionalização entende-se um “[...] processo de formação de relações pluri-locais relativamente permanentes e densas de práticas sociais, sistemas de símbolos e artefatos que transcendem as fronteiras nacionais”<sup>7</sup> (Pries 2008, p. 44; trad. D. K.). Na medida em que essa perspectiva é aplicada segundo a sociologia do conhecimento,

entende-se que atores envolvidos em processos de transnacionalização podem contribuir para a produção e disseminação de *conhecimento transnacional*, uma forma de conhecimento oriunda de saberes de mais de um contexto nacional (cf. Bender et al 2013; Duscha 2013). Deste modo, essa perspectiva vem a contribuir para a apreensão da transformação – ou não – do conhecimento de problematização na medida em que experts de ONGs vão incorporando conhecimento transfronteiriço no processo de problematização.

### 3. Metodologia

Para a apreensão das estruturas do conhecimento de problematização, recorre-se a uma perspectiva de pesquisa voltada para o indivíduo. Sociedade e indivíduo são relacionados de tal forma que a existência individual dos atores sociais – e seu conhecimento de problematização – pode ser apreendida (cf. Poferl 2009; 2010). Busca-se assim o contexto social, condições, manifestações, consequências, potenciais de atrito e conflito na existência individual dos atores sociais (cf. Poferl, 2010, p. 300), através da decodificação de “[...] processos de *formação de instituições* e de *discursivização* da realidade social, de *subjetivação* e de uma específica *estruturação desrotinizada* [...] da *prática social*”<sup>8</sup> (Poferl, 2010, p. 305; grifos no orig.; trad. de D. K.).

Os atores sociais da pesquisa apresentada neste artigo são *experts* de ONGs do Brasil. Bogner/Littig/Menz definem experts como pessoas que a partir do conhecimento adquirido através da prática e de experiências numa área de problemas específicos, têm a capacidade de estruturar um campo para outros de forma útil e interventiva (cf. Bogner/Littig/Menz, 2014, p. 13). Experts têm acesso privilegiado a informações sobre um determinado grupo de pessoas ou decisões e assumem a responsabilidade na projeção, implementação e no controle da solução de problemas (cf. Meuser/Nagel, 1991, p. 443). O seu amplo conhecimento no decorrer de sua prática volta-se, no entanto, não somente para a resolução de problemas, mas também para o reconhecimento e compreensão das causas do problema (cf. Pfadenhauer 2005, p. 115). O que difere um expert dum especialista

<sup>7</sup> No original: “[...] Prozess der Herausbildung relativ dauerhafter und dichter pluri-lokaler und nationalstaatliche Grenzen überschreitender Beziehungen von sozialen Praktiken, Symbolsystemen und Artefakten”.

<sup>8</sup> No original: “[...] Prozesse der Institutionenbildung und Diskursivierung sozialer Wirklichkeit, der Subjektivierung [...] und einer spezifisch ‚entrountinisierten‘ [...] Strukturierung sozialer Praxis [...]”.

é o fato de que além dele saber o que o especialista sabe em seu campo de atuação e o que ele precisa para que suas tarefas sejam realizadas (conhecimento técnico), ele identifica complexos sistemas de relevância desse conhecimento e como estas duas dimensões estão relacionadas (cf. Hitzler 1994, p. 26).

Para o trabalho de pesquisa foram entrevistados em 2011 e 2012 21 experts de ONGs do Brasil. Estes são constituídos por atores de diferentes áreas de formação, dentre eles profissionais formados em Serviço Social. Uma parcela destes experts é assalariada, outra consiste de voluntários. Essas entrevistas, denominadas de *entrevistas centradas no problema* (cf. Witzel 2000) – *problemzentrierte Interviews* –, foram conduzidas de forma aberta. Tópicos centrais do roteiro foram a) os fatos oriundos da migração de mulheres brasileiras para o exterior vistos como problemas e b) as formas de intervenção nestes problemas. O material empírico foi coletado e analisado de acordo com a Grounded Theory (cf. Glaser/Strauss 2010; Strauss/Corbin 1996). Os critérios adotados aqui visaram um processo gerador de teoria, no qual o conhecimento é adquirido durante a coleta e análise dos dados por meio de uma interação indutivo-dedutiva (cf. Witzel 2000 para. [3]).

No trabalho de análise, o método de *comparação constante* da Grounded Theory desempenhou um papel importante, pois permitiu que a pesquisadora levasse em consideração a diversidade dos dados e, assim, chegasse a um nível mais elevado de generalizações. Diferenças e semelhanças foram trazidas à luz e conceituadas de forma abstrata (cf. Glaser/Strauss 2010, p. 128). Esse método, portanto, promoveu a sensibilidade teórica como capacidade da pesquisadora de lidar conscientemente com seu próprio conhecimento prévio e, assim, detectar e compreender as sutilezas no significado dos dados e separar o relevante do irrelevante (cf. Strauss/Corbin 1996, p. 25).

A partir dessa metodologia foi possível apreender como os sujeitos entrevistados – experts de ONGs do Brasil – recorrem a estruturas objetivas em suas intervenções, qual significado eles atribuem às mesmas (estrutura subjetiva) e como essas estruturas vão se modificando no decorrer de suas (inter)ações e intervenções (modificação do conhecimento) – de suas experiências.

#### 4. Os experts de ONGs no processo de problematização (dos fatos) da migração de mulheres brasileiras

Neste capítulo serão apresentadas algumas reflexões do trabalho de análise das entrevistas realizadas com experts de ONGs. A fim de que se possa compreender como a migração de mulheres brasileiras e os fatos oriundos dela ganham visibilidade num processo de problematização, assim como o conhecimento de problematização desses atores vai se modificando, faz-se necessário apresentar esse processo – de forma resumida – desde o seu início.

Na década de 1990 a migração de mulheres brasileiras para certos países na Europa começa a ser problematizada por atores de ONGs do Brasil, na medida em que o conhecimento em relação a situação dessas mulheres migrantes no exterior é disseminado:

“VE: É, por muito tempo a discussão sobre migração, sobre tráfico, sobre exploração da mão de obra negra, sempre teve presente entre nós. Me lembro que 92 havia já uma preocupação do movimento negro, de mulheres negras, com esse tema. [...] E tudo isso nos dava uma certa preocupação porque as notícias do tratamento e do cuidado que elas recebiam, já era muito negativo pra nós. Né? Não era aquele fantástico mito da escrava branca, né, que foi sequestrada por algum sheik rico, milionário e que ela fazia parte dum harém. Não era isso. Era de uma mulher que preenchia um espaço naquela sociedade, da qual as mulheres de lá já não tinham mais aquele papel, aquela representação, né? Da mulher dócil que cuida da casa, que é boa de cama, que é feita pro trabalho, né? [...]” (99-111).

A migração para a Europa, vista por muitos, até então, como uma possibilidade de se viver um ‘conto de fadas’ por mulheres brancas, começa a ganhar relevância num processo de problematização – ela adquire um caráter de problema – por colocar mulheres brasileiras negras em situações de exploração. Essas mulheres são vistas como exploradas não somente pelos maridos europeus, mas também por aquela sociedade, que proporcionou uma certa ‘libertação’ para as mulheres nativas, no entanto, ainda necessita de mulheres que desempenham funções tradicionais da mulher. Mulheres brasileiras negras cumprem, em

parte, essas funções. Essa exploração começa a ser associada<sup>9</sup> ao tráfico de pessoas.

Os atores de ONGs vão adquirindo conhecimento em relação a migração de mulheres brasileiras através de diferentes formas. Esse conhecimento faz desses atores ‘peça-chave’ nos países de destino – onde esses problemas de mulheres brasileiras são visíveis – para o trabalho de prevenção no Brasil em relação aos ‘riscos’ da migração:

“SU: Eu na realidade eu trabalhei de [...] 90 a 94 – quatro anos é, foi quase cinco – eu trabalhei (nome de um país europeu) fazendo o atendimento a mulheres brasileiras que – e dominicanas – que estavam (nome do país) [...] que tinham algum problema, as vezes de casamento, as vezes de visto, as vezes relacionado a filhos, enfim. Estavam em situação de violência doméstica. Então, eu fazia o atendimento a essas mulheres e com o movimento de tantas brasileiras nós percebemos que seria importante fazer um trabalho de prevenção no Brasil. Foi por isso que eu consegui trabalhar lá em (nome da cidade é incompreensível) esse tempo e retornar pro Brasil e fazer esse trabalho de prevenção aqui no Brasil. É, foi uma experiência muito boa porque realmente dá muito subsídio pra você entender e querer trabalhar. [...]” (159-169).

A expert<sup>10</sup> relata aqui a sua experiência num país europeu. Um número significativo de mulheres atendidas por ela numa ONG do exterior – “*com o movimento de tantas brasileiras*” – motiva-a a retornar ao Brasil para a realização de um trabalho de prevenção sobre os riscos da migração. A forma discursiva de expressar a seriedade do fato problematizado através da mensuração/quantificação das mulheres atendidas – “*tantas brasileiras*”, ou seja, muitas mulheres – tem por finalidade dar um “efeito de realidade” (Laqueur in Poferrl 2018, p. 84; trad. de D. K.) ao fato problematizado.

O objetivo da expert através do trabalho de prevenção é dar visibilidade a problemas, que na época, ainda não eram visíveis localmente devido a distância geográfica que o espaço social assumia e que não eram tematizados pela mídia de massa ou eram ordem do dia. Para isso era necessário ‘transportar’ essa realidade vista por ela do ‘outro lado’ desse espaço social para o local de origem das ‘vítimas’. A fim de evitar que esses

problemas continuassem a acontecer era necessário desmistificar o imaginário social da população local em relação a uma vida em países ricos:

“SU: [...] Então, por isso também quando eu cheguei no Brasil, falar de tráfico de mulheres ou falar dessa migração e dessa violência no processo migratório era uma coisa completamente fora do comum. Parecia que eu tava falando com ET, né? As pessoas diziam que isso não era verdade, que isso não existia, que as mulheres quando saiam estavam muito felizes, só podia se dar bem lá fora, enfim. E chegar, dizendo ao contrário, era muito difícil. [...]” (169-171).

Um dos grandes desafios da expert no início do processo de problematização é o pensar nacional da população local. Se até então os fatos eram problematizados dentro dos limites do Estado-nação e a intervenção se restringia a esse quadro nacional de referência, isso começa a mudar ao passo que a expert relaciona o fato problematizado visível no exterior com a realidade do Brasil:

“SU: [...] E aí, por isso que a LOGO foi criada de uma forma atípica. Normalmente as ONGs nascem de uma necessidade local, só que a LOGO nasce de uma necessidade vista que é local, porém ela é mais visível lá fora. Então, trazer essa temática pra dentro do Brasil e dizer que isso começa a acontecer aqui com as famílias, foi algo bastante doloroso, difícil e complexo de se fazer. Né? Mas foi enriquecedor também por outro lado, né?” (171-173).

Ao relacionar o fato problematizado visível no país de destino com o Brasil – “*trazer essa temática pra dentro do Brasil e dizer que isso começa a acontecer aqui com as famílias*” –, a expert rompe com as fronteiras do pensar nacional e amplia o espaço social do fato problematizado. Ao fazer isso ela responsabiliza não somente o país de destino, mas também o Brasil a intervir nesta realidade vista como negativa e que, portanto, precisa ser alterada. Parte dessa responsabilidade é assumida pela expert, que consiste principalmente em desconstruir os limites do pensar nacional da

<sup>9</sup> Se essa associação é feita já naquele tempo ou somente mais tarde, não fica claro aqui.

<sup>10</sup> Tendo em vista de que são poucas as ONGs no Brasil que trabalham com o tema da migração e de que esses experts são fáceis de serem identificados, não menciono dados como região, cidade, idade, sexo e outros. Como são poucos os homens que atuam neste campo, usarei a forma feminina quando me referir a eles no singular – ‘a expert’. Quando estiverem no plural, continuarei usando o termo ‘os experts’.

população local a fim de dar visibilidade a esse(s) fato(s) visto(s) como problema(s).

Notório é o fato de que em termos de tempo e espaço a entrevistada SU, se localizou num primeiro momento num país europeu, onde foram listados problemas de ‘casamento’, de ‘visto’, com os ‘filhos’, e de ‘violência doméstica’, e num segundo momento no Brasil, onde se trata exclusivamente da questão do ‘tráfico de mulheres’ ou da ‘violência no processo migratório’. Esse posicionamento da entrevistada e dos fatos indica falta de uniformidade no que diz respeito à descrição dos fatos e expressa ‘caos’ no pensar. Esse caos está relacionado às diferentes fontes do conhecimento – de um país europeu e do Brasil – que fundamentam a problematização. O conhecimento que fundamenta a problematização não se transformou suficientemente nesta fase a ponto de poder ser aplicado em ambos os países. A alternativa (inconsciente) é uma ‘negociação’ desse conhecimento que é, então, aplicado de acordo com o posicionamento da entrevistada no tempo e no espaço, o que faz com que o fato problematizado receba diferentes nomes, de acordo com esse posicionamento: violência doméstica num país europeu e tráfico de pessoas no Brasil.

Mudanças decorrentes da movimentação transfronteiriça começam a ser identificadas localmente por atores de outras ONGs no Brasil o que desperta o seu interesse para a produção de conhecimento – através de pesquisas – sobre ‘um fato’ que na época ainda era carente de entendimento e explicação:

“J: [...] Na época, a gente não sabia que a gente tava falando de tráfico, por isso que o pessoal fala assim: “Ah J., você já fala de tráfico a muitos anos!””, mas na época a gente não sabia que a gente tava falando de tráfico. A gente sabia que a gente tava com uma coisa que a gente chamava de aliciamento de crianças e adolescentes de diferentes lugares pra vir pra (nome de um estado brasileiro), a gente chamava disso, a gente não sabia que tava falando de tráfico. A gente só vai saber que a gente tá falando de tráfico em 99. Em 99 acontece um encontro que a gente cria a (nome de uma comissão voltada para a questão da violência contra criança) da região (nome da região) e em 99 a gente decide fazer uma grande pesquisa. [...] Então quando a gente vai propor uma pesquisa pra isso é que a gente se dá conta que havia também uma demanda da OEA pra que fizesse uma pesquisa sobre tráfico de pessoas. Então tudo aquilo que a gente já tinha de conhecimento na área se transforma na verdade na justificativa de fazer a (nome de uma pesquisa sobre tráfico de pes-

soas) no (nome da região). [...]” (19-21).

O nome ‘tráfico de pessoas’ – o fato a ser pesquisado – é sugerido por uma organização internacional – OEA – e não uma instituição brasileira, o que mostra ser muito mais um fato assim denominado e visto, até então, no exterior, do que no Brasil. Essa pesquisa tem uma função muito importante nesta fase do processo de problematização: ela dá cientificidade – confiabilidade – ao fato problematizado e os dados estatísticos sobre as vítimas do tráfico de pessoas apresentados dão um efeito de realidade. Logo após – mais precisamente no ano 2000 – o fato ‘tráfico de pessoas’ começa a ser disseminado como tal:

“J: [...] E, é a partir de 2000 aí a palavra tráfico começa a aparecer no Magana, né, porque até então a gente não chamava de tráfico, a gente chamava de aliciamento, de migração, a gente chamava de tudo, mas não chamava de tráfico, mas também não tinha ideia sobre isso, né? A gente não... a gente sabia o que tava acontecendo, mas a gente não tinha compreensão de que aquilo chamava tráfico” (39-43).

Nota-se que nesta fase do processo de problematização o ‘tráfico de pessoas’ é descrito de forma vaga e imprecisa na medida em que engloba uma série de fatos. Ele parece ser muito mais um nome dado a tudo aquilo que é desconhecido, ainda não compreendido e explicado, ligado ao crime e difícil de ser averiguado localmente por ir além das fronteiras regionais e nacionais.

Atores de ONG de uma outra região também começam a identificar mudanças nas demandas atendidas localmente decorrentes desse deslocamento transfronteiriço. A falta de conhecimento sobre o que acontece com as mulheres no país de destino causa uma lacuna no pensar desses atores, o que dificulta não somente os atendimentos, mas também a problematização dos fatos. Isso leva esses atores a terem que buscar novos conhecimentos através de capacitações a respeito dessa realidade que é associada ao tráfico de pessoas.

“RO: [...] Esse atendimento jurídico que acontece já a 17 anos na sede, começou a aparecer situações como: “Ah, minha filha foi pra Espanha, não deu mais contato nenhum, o que eu faço? Como é que eu faço pra entrar em contato?”. Ou “Ah, eu sei que a minha filha tá indo pra Espanha e eu vou ficar

com a guarda do meu neto”. Isso começou a chegar ali na KAOF ainda de uma forma assim: “O que é isso?”. E a Sabrina que foi atrás e disse: “Não, o que é tráfico de pessoas afinal?”. To falando de uma coisa de, sei lá, 10 anos. Aí ela foi a muitos lugares, participou de muita coisa pra conseguir se inteirar disso [...]” (39-41).

O retorno de pessoas em situação de tráfico e a inexistência de um atendimento especializado num aeroporto do Brasil faz com que a Polícia Federal – instituição responsável pelo controle de pessoas deportadas e inadmitidas – recorra a esses atores de ONGs:

“RO: E esse (nome do atendimento) ele começou com nomes já, mas, na verdade, ele foi construído com o trabalho. Antes de dezembro de 2006, o que havia era o trabalho voluntário da Sabrina e de outros funcionários da KAOF. Quando a Polícia Federal do aeroporto ligava e falava: “Olha tem uma pessoa aqui que eu acho que foi vítima. O que vocês podem fazer?”. Eles iam, a Sabrina saía de madrugada porque os voos chegam de madrugada, tudo coisa assim de fazer e entender aquilo. Começar a entender. [...]” (33-39).

O pensar nacional começa a ser criticado por causar ‘pontos cegos’ na percepção da realidade além dos limites do território nacional. Critérios oriundos desse pensar nacional como, por exemplo, a ‘nacionalidade’, definem essas mulheres como ‘não pertencentes’ ao território onde se encontram e causam uma ‘invisibilidade’ das vítimas do tráfico de pessoas:

”MA: [...] E aí, os problemas, então, de ficar a mercê desse marido, ou desse traficante, ou desse empregador ficam mais forte, porque o Estado onde ela é migrante, ele não vai se preocupar com ela porque muitas vezes ela é alguém invisível pra esse Estado, não faz parte. [...]” (171).

Essa invisibilidade das vítimas tanto nos países de destino como no Brasil leva experts de ONGs a fazerem buscas ativas na área restrita de um aeroporto no Brasil:

“SI: [...] O que a gente fazia era: chegava lá às 4 da manhã. Chegava o primeiro vôo da (nome de uma companhia aérea). Aí, nisso a gente ficava sentado lá e aí vinha alguém do... um comissário ou alguém do próprio aeroporto e traziam aquelas pessoas que foram inadmitidas ou deportadas. Nisso a gente começava a abordar: “Oi tudo bem? Eu trabalho numa ONG de direitos humanos e tal, como foi essa sua viagem pra cá? O que aconteceu?”. E nisso desenrolava a história” (367-373).

“RO: [...] Claro, o que a gente tinha eram as nossas perguntas na cabeça já, uma sequência do que é que você pergunta pra conseguir ter respostas de indício de tráfico de pessoas. Então, isso a gente tinha trabalhado enquanto equipe. Quais são essas perguntas afinal? O que a gente tem que perguntar? O que vem de informação? O que você fala? [...]” (69-77).

A finalidade de uma busca ativa na área restrita não é somente conseguir dados estatísticos sobre as vítimas do tráfico de pessoas, mas também dar assistência a elas. Na medida em que elas vão sendo atendidas, a legislação nacional – produto do pensar nacional e instrumento normativo que regula a organização do Estado-nação – começa a ser criticada pelos experts de ONGs por apresentar limitações em relação a definição de tráfico de pessoas. Por não dar visibilidade às vítimas, eles começam a recorrer ao Protocolo de Palermo<sup>11</sup> – um instrumento jurídico da Organização das Nações Unidas (ONU) – durante o processo de problematização:

“RO: [...] Então, a primeira pergunta que a gente tinha que responder pra gente mesmo enquanto equipe é: o que é tráfico de pessoas? Que parece muito simples, mas, se você vai – você já sabe né – se você vai pra parte jurídica no Brasil o Código Penal<sup>12</sup> é uma coisa, se você vai pro Protocolo de Palermo<sup>13</sup> é outra. Então, a primeira coisa que a gente teve que fazer nos primeiros meses foi entender pra onde que a gente tava olhando. E ali no dia a dia conversando com as pessoas eu disse: “Não, é

<sup>11</sup> A partir do Protocolo de Palermo tem-se como objetivos a prevenção e o combate do tráfico de pessoas, a proteção e ajuda às vítimas e a promoção da cooperação entre os Estados Partes (cf. Brasil, 2004, art. 2).

<sup>12</sup> Até 2016 o tráfico de pessoas era definido segundo o Artigo 231 do Código Penal da seguinte maneira: “Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro” (Brasil, 2005, art. 231). Como as entrevistas foram realizadas antes de 2016, os entrevistados recorrem a esta definição.

<sup>13</sup> No Protocolo de Palermo o tráfico de pessoas é definido como: “[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos;” (Brasil, 2004, art. 3).

o Protocolo de Palermo que faz sentido pra gente!”. Então foi o primeiro passo [...]. Então o que define é que na finalidade vai ser a exploração. No código brasileiro diz a exploração sexual. Não, existem outros tipos de exploração”(77-89).

Ao incorporar a definição de tráfico de pessoas segundo o de Palermo, os experts de ONGs expandem o rol de vítimas, pois outras formas de exploração além da prostituição são consideradas. O Protocolo de Palermo cumpre uma importante função para os experts nessa fase do processo de problematização: ele dá visibilidade aos invisíveis, na medida em que dissolve a distinção entre aqueles que se encontram em seu território nacional e entre aqueles que se encontram em território estrangeiro. A invisibilidade causada pela legislação nacional e que legitima a desigualdade global perde assim a sua validade (cf. Pofler, 2015, p. 141-142). Percebe-se aqui uma alteração dos horizontes de relevância dos experts de ONGs resultante da incorporação de conhecimento transfronteiriço através do Protocolo de Palermo.

Na medida em que o Estado brasileiro começa a prestar assistência<sup>14</sup> às vítimas do tráfico de pessoas e a criar centros de atendimento em vários aeroportos do Brasil, os experts de ONGs se tornam pessoas-chave para o treinamento desses funcionários públicos que, então, passam a incorporar o seu conhecimento:

“RO: Porque a gente entendia que a KAOF enquanto organização não governamental tinha um limite de atuação. Então nós só atuamos pra mostrar, primeiro: que tinha demanda. Segundo: “Olha é assim que se faz! Tá?”, “Vocês podem fazer o que vocês quiserem, mas tá mostrando que é assim que se faz” (163-169).

Gestores e funcionários da rede pública também são capacitados por experts de ONGs e começam assim a identificar as ‘novas’ vítimas do tráfico de pessoas e a dar visibilidade a elas. A mudança dos horizontes de relevância leva os funcionários desses serviços a um conflito entre pensar e agir: Se por um lado, as vítimas

de tráfico de pessoas começam a se tornar ‘visíveis’, por outro, ainda não existe uma estrutura – em termos de moradia e de legislação<sup>15</sup> – que dê conta dessa ‘nova’ demanda, o que implica consequências desastrosas:

“W: [...] A coordenadoria da mulher não aceitou colocar ela (vítima do tráfico de pessoas) na casa (abrigo para mulheres) até por uma forma de proteção porque eles entendem que ela não sofreu uma violência doméstica. [...] ela foi traficada, ela precisa de ajuda, então é necessário saber o que vai ser feito agora. Não... a gente não conseguiu abrigar essa mulher, a mulher sumiu, ela foi embora, ela não quis mais saber [...]. Não se tem um atendimento assim adequado com relação a isso. É necessário se trabalhar mais.” (769-777).

Fatos que até então eram denominados de ‘violência doméstica’ ou ‘exploração sexual’ começam agora a ser identificados como ‘tráfico de pessoas’. A fim de conseguir a estrutura necessária para o atendimento das necessidades das ‘novas’ vítimas do tráfico de pessoas os experts de ONGs adotam uma postura normativa perante o Estado:

“RO: E foi também de 2009 pra 2010 que a gente começou a ter uma atuação mais política, enquanto equipe também, enquanto KAOF. De ir até Brasília, de enquanto com esse grupo, com outras organizações do Brasil, com o Interconexão, com a LOGO, com organização do (nome da cidade) que é a Migrahel, enfim, tinha um grupo mesmo. Que tinha por conta disso, por ser um grupo, tinha um peso político maior do que uma organização sozinha, né? E com isso a gente conseguiu mais atenção [...]” (153-159).

A formação de um grupo de experts de ONGs brasileiras é uma estratégia que torna esses atores visíveis frente ao Estado. Essa visibilidade é importante não somente para legitimar a autoridade desses atores como experts – por possuírem um conhecimento diferenciado – que defendem o princípio da democracia – um princípio que legitima sua existência –, mas também para garantir a sustentabilidade dessas

<sup>14</sup> Ao assinar o Protocolo de Palermo o Estado brasileiro se compromete a prestar assistência às vítimas do tráfico de pessoas (cf. Brasil, 2004, art. 6).

<sup>15</sup> Somente em 2016 o Artigo 231 do Código Penal é revogado pela Lei nº 13.344, que inclui o Art. 149-A. Segundo esse artigo o tráfico de pessoas passa a ser definido da seguinte forma: “Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; ou V - exploração sexual” (Brasil, 2016, art. 149-A).

ONGs. Para receber apoio financeiro – dentre eles o do próprio Estado brasileiro – é importante que essas ONGs sejam visíveis e percebidas por este Estado como uma referência e é no embate de interesses que se dá visibilidade a essa referência.

Na medida em que os experts de ONGs vão avançando no processo de problematização, o fato ‘tráfico de pessoas’ se torna tema de interesse da mídia de massa e foco de uma novela no Brasil. Experts de ONGs são peça-chave para o enredo da novela:

“SU: [...] Depois ela (autora da novela) fez dois workshops com os atores. Eu participei dos dois que foi um bate-bola o dia inteiro, no (nome da cidade). E algumas atrizes (personagens) que são traficadas a gente continua conversando, elas perguntam do personagem, o que eu acho, como não acho e ela (autora da novela) que pergunta vírgulas, por exemplo: Quanto custa não sei o que? Como é que se comporta Fulano? Como é que se comporta Cicrano? É, como é que as meninas se comportam? Quanto custa a multa disso aqui? Quanto é o não sei o que daquilo lá? Tudo ela pergunta [...]” (555).

O fato ‘tráfico de pessoas’ passa a ser disseminado diariamente na grande mídia em horário nobre. Por ‘fazer parte’ do cotidiano da população brasileira, a novela se torna um instrumento importante de experts de ONGs no trabalho de sensibilização:

“CE: [...] a gente dá essa pincelada também sobre a questão do... discutir com elas mesmo essa questão do tráfico de pessoas e que atualmente tá muito em evidência por conta da novela. Né? Pra elas desmistificarem esse mundo cor-de-rosa que as meninas pensam que vão ter lá fora. Né? Que não vai ser essa facilidade do ganho, né, e de que vão chegar lá e vão se deparar com um quarto montado pra elas, né? E tudo isso então a gente trabalha também e atualmente tá sendo muito discutido [...]” (69-73).

Ao passo que os experts de ONGs vão produzindo e disseminando conhecimento e esse conhecimento vai sendo aplicado, eles percebem, no entanto, que parte dele é contraprodutivo. Por violar direitos, ele é então rejeitado:

“SU: Então esse perfil (da vítima do tráfico de pessoas) ele é muito diversificado. A gente percebeu, por um momento, que nós estávamos dando esse perfil da mulher negra entre dezoito e trinta anos, é a magrinha, eu não sei o que. Isso estava fazendo com que as pessoas passassem a coibir a entrada

justo dessas mulheres porque achavam que elas justamente eram as mulheres mais suscetíveis ao tráfico. Não percebendo que isso é uma discriminação, nós começamos a discriminar mulheres jovens, negras, mestiças, a partir do perfil que nós estávamos dando, que são essas que saem. Então percebemos, a partir das pesquisas que a gente faz e do nosso trabalho, que esse perfil é muito relativo. Sai mulheres, né, sai mulheres de trinta, de quarenta. As de quarenta saem pra casar e, quem disse que elas não vão estar numa situação de vulnerabilidade dentro do casamento ou numa situação de violência dentro do casamento? [...]” (789-799).

A expert apresenta uma postura refletida na atual fase do processo de problematização. Essa postura é resultado da reflexão sobre experiências não bem-sucedidas baseadas em ‘conhecimento ruim’ – conhecimento discriminatório – que precisou ser modificado e transformado em ‘conhecimento bom’ – conhecimento politizado – a partir de critérios de pesquisa e amadurecimento das próprias experiências. Ao expandirem seu conhecimento transfronteiriço e adquirirem experiência, os experts começam a perceber que a problematização da migração limitada ao tráfico de pessoas contribui para a criminalização da migração:

“SU: Ah, o que acontece com o Brasil é que essa migração ela não é vista como uma migração, como um movimento, como um deslocamento. É só visto da ótica do tráfico. Então é difícil de você falar sobre uma migração que não é explicitada como migração, que é explicitada como tráfico. Então você já vai direto pro delito e pro crime e pra vítima. Você não trata do cidadão migrante. Essa é a nossa luta, tratar essa temática como migração e como cidadão sujeito de direito e não tráfico, delito, crime, vítima. Isso nós não queremos trabalhar [...]” (1752).

Para garantir a migração como um direito é necessário retirar dela o caráter negativo de problema que lhe foi atribuído. Assim, ela passa a ser vista e disseminada pelos experts de ONGs como algo natural e inerente à existência do ser humano:

“VE: [...] Eu não acho (a migração) um problema. Eu acho que a migração é algo que faz parte da dinâmica política, econômica do lugar. O que eu acho é que de certa forma aquilo que tá nos direitos humanos que em qualquer lugar do mundo meus direitos devem ser preservados, devem ser cuidados, garantidos, isso sim é violado o tempo inteiro

quando a gente fala de migração” (1321).

Nesta mesma fase os experts percebem também que a problematização limitada ao tráfico de pessoas não dá visibilidade à realidade – aos fatos – vivida por essas mulheres no exterior:

“SU: [...] A gente tá tentando ver essa problemática de outra ótica, da ótica mesmo das violações de direitos na migração e não somente na ótica do tráfico. E a ótica do tráfico é uma ótica que reduz muito” (1764-1766).

Nota-se aqui uma alteração dos horizontes de relevância, na medida em que o fato problematizado foi renomeado como ‘violação de direitos no processo migratório’. Essa renomeação tem uma função importante: oferecer espaço para a inclusão de conhecimento transfronteiriço que dê conta da complexidade dos fatos problematizados – que vão além do tráfico de pessoas – e que valide esses fatos como problemas em um nível transnacional.

## 5 Considerações finais

Com base na sociologia do conhecimento buscou-se apresentar neste artigo um problema social como uma construção social que tem origem num fato ao qual é atribuído um caráter negativo de problema e que, por ser visto como inaceitável, necessita de intervenção. Esse caráter de problema é atribuído à migração de mulheres brasileiras a partir da década de 1990, na medida em que ela começa a ser vista por atores de ONGs como um deslocamento para um espaço social desconhecido – para o exterior – que coloca mulheres brasileiras em perigo, ou melhor, às torna vítimas do tráfico de pessoas. Esse conhecimento de problematização começa a ser usado para desmistificar a vida no exterior vista até então pela população como uma forma de se viver um ‘conto de fadas’.

Na medida em que experts de ONGs vão avançando no processo de problematização, eles vão se deparando com uma realidade que vai além dos limites do território nacional. Se a percepção da realidade dessas mulheres na migração até então era marcada pelo pensar nacional da sociedade brasileira, isso começa a mudar na medida em que esses atores de ONGs começam a incorporar conhecimento transfronteiriço durante o processo de problematização. Ao incorporarem esse conhecimento,

os horizontes de relevância vão se alterando e dessa forma os fatos problematizados vão ganhando outros nomes, assim como, outros fatos – invisíveis até então – vão adquirindo visibilidade e sendo incorporados nesse processo na medida em que a problematização vai se complexificando.

Um dos principais desafios dos experts nesse processo é dar visibilidade a uma realidade não vista nem no exterior e nem no Brasil. Essa realidade se torna visível na medida em que as fronteiras do pensar nacional vão sendo superadas. Por não estarem ligados diretamente às instâncias do Estado e terem maior autonomia para questionar o pensar nacional, assim como para pressionar o Estado para a implementação das adaptações necessárias, esses experts de ONGs são importantes atores na era da globalização. Um outro desafio, no entanto, são os efeitos e as consequências resultantes da problematização não somente no Brasil, mas também nos países de destino. Conhecer essa realidade transfronteiriça é uma condição na luta pela defesa dos direitos na migração.

## Referencias bibliográficas

Bender, Désirée et al. (2013): *Transnationales Wissen: Eine Spurensuche aus Sicht der Sozialen Arbeit*. In: Bender, Désirée / Duscha, Annemarie / Huber, Lena / Klein-Zimmer, Kathrin. (Org.) (2013): *Transnationales Wissen und Soziale Arbeit*. Weinheim: Juventa. p. 7-19.

Bogner, Alexandre / Littig, Beate /Menz, Wolfgang (2014): *Interviews mit Experten – Eine praxisorientierte Einführung*. Wiesbaden: Springer VS.

Brasil (2004): Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 que promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm) (Consulta: 02/06/2022)

Brasil (2005): Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005 que altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11106.htm#art231](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11106.htm#art231) (Consulta: 02/06/2022).

Brasil (2016): Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016 que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outo-

bro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm) (Consulta: 02/06/2022).

Duscha, Annemarie (2013): Die Konstruktion von Transnationalität im Wissen. Ein zentrales Element in Unterstützungsprozessen einer brasilianischen Migrantinnenorganisation. In: Bender, Désirée / Duscha, Annemarie / Huber, Lena / Klein-Zimmer, Kathrin (Org.): Transnationales Wissen und Soziale Arbeit. Weinheim: Juventa, p. 206 227.

Glaser, Barney/Strauss, Anselm (2010): Grounded Theory. Strategien qualitativer Forschung. 3. Auflage. Bern: Hogrefe.

Hitzler, Ronald (1994): Wissen und Wesen des Experten: Ein Annäherungsversuch – zur Einleitung. In: Hitzler, Ronald /Honner, Anne / Maeder, Christoph (Org.): Expertenwissen: die institutionalisierte Kompetenz zur Konstruktion von Wirklichkeit. Opladen: Westdt. Verlag, p. 13-30.

Keller, Reiner / Poferl, Angelika (2020): Soziale Probleme. Wissenssoziologische Überlegungen. In: *Soziale Probleme* 31, p. 141–163. <https://doi.org/10.1007/s41059-020-00080-z> (consulta: 21/05/2022).

Meuser, Michael / Nagel, Ulrike (1991): Experteninterviews – vielfach erprobt, wenig gedacht. In: Ganz, Detlef /Kraimer, Klaus (Org.): Qualitative-empirische Sozialforschung: Konzepte, Methoden, Analysen, p. 441-471.

Pfadenhauer, Michaela (2005): Auf gleicher Augenhöhe reden: Das Experteninterview – ein Gespräch zwischen Experte und Quasi-Experte. In: Bogner, Alexandre / Littig, Beate /Menz, Wolfgang: Das Experteninterview – Theorie, Methode, Anwendung. 2. Ed. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, p. 113-130.

Poferl, Angelika (2009): Orientierung am Subjekt? Eine konzeptionelle Reflexion zur Theorie und Methodologie reflexiver Modernisierung. In: Wehrich, Margit/Böhle, Fritz (Org.): Handeln unter Unsicherheit. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, p. 231 263.

Poferl, Angelika (2010): Die Einzelnen und ihr Eigensinn. Methodologische Implikationen des Individualisierungskonzepts. In: Berger, Peter/Hitzler, Ronald (Org.): Individualisierungen. Ein Vierteljahrhundert „jenseits von Stand und Klassen“? Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, p. 291 309.

Poferl, Angelika (2015): Die Verwundbarkeit der Person. Soziale Menschenrechte und kosmopolitische Solidarität. In: Banafsche, Minou/Platzer, Hans-Wolfgang (Org.): Soziale Menschenrechte und Arbeit. Nomos: Baden-Baden, p. 121 153.

Poferl, Angelika (2016): Die Kosmopolitisierung von Sozialität und Subjektivität. Zur Wahrnehmung globaler Probleme im Rahmen einer Kultur der Menschenrechte. In: Böhle, Fritz/Schneider, Werner (Org.): Handeln und Subjekt in der Reflexiven Moderne. Weilerswist: Velbrück, p. 188 213.

Poferl, Angelika (2018): Cosmopolitan entitlements. The construction and constitution of human beings as human rights subjects. *Transnational Social Review* 8 (1), p. 79-92.

Pries, Ludger (2008): Die Transnationalisierung der sozialen Welt. Sozialräume jenseits von Nationalgesellschaften. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Schetsche, Michael (2000): Wissenssoziologie sozialer Probleme - Grundlegung einer relativistischen Problemtheorie. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag GmbH.

Schetsche, Michael (2008): Empirische Analyse sozialer Probleme, Das Wissenssoziologische Programm. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Strauss, Anselm/Corbin, Juliet (1996): Grounded Theory. Grundlagen qualitativer Sozialforschung. Weinheim: Psychologie Verlags Union.

Witzel, Andreas (2000): Das problemzentrierte Interview. In: Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research, Vol. 1, No. 1, Art. 22. [www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1132/2520](http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1132/2520) (consulta: 21/05/2022).

# Redes canábicas e usos medicinais de maconha: associativismo como parte do processo terapêutico

Luciana Barbosa<sup>1</sup>

## Resumo:

O presente artigo tem como objetivo construir um panorama sobre como se mobilizam os atores sociais em torno do acesso à maconha para fins medicinais no Brasil, especialmente no que se refere às ações coletivas promovidas entre os anos de 2014 e 2019 por meio do associativismo canábico. A partir de uma pesquisa etnográfica realizada junto a associações canábicas brasileiras, e pela análise documental e de audiências públicas, compreendeu-se que o ativismo em torno do tema tem resultado no maior acesso a tal tratamento, por meio da desobediência civil e da judicialização da saúde. Como o conhecimento necessário para realizar o tratamento com cannabis não tem sido produzido pelas instituições médicas ou institutos de pesquisa, para acessá-los é necessário engajar-se em coletivos ou associações canábicas. Nesse sentido, o engajamento promove o maior acesso à saúde, uma vez que tais movimentos têm resultado em possibilidades para tal tratamento. Além disso, a credibilidade e legitimidade alcançada pelas associações canábicas tem potencial para ampliar a democratização do debate sobre o tema da cannabis, uma vez que aumentam a participação social nos processos de tomada de decisão, e demandam meios democráticos de acesso.

**Palavras-chave:** Associativismo; Produção de conhecimento; Saúde; Cannabis.

## Cannabis networks and their medicinal uses of marijuana: associativism as part of the therapeutic process

## Abstract:

This article aims to build an overview of how social actors are mobilized around access to marijuana for medicinal purposes in Brazil, especially about collective actions promoted between 2014 and 2019 through cannabis associations. From ethnographic research carried out with Brazilian cannabis associations, and through the analysis of documents and public hearings, it was understood that activism around the topic has resulted in greater access to such treatment, through civil disobedience and the judicialization of health. As the knowledge needed to carry out cannabis treatment has not been produced by medical institutions or research institutes, to access them it is necessary to engage in cannabis collectives or associations. In this sense, engagement promotes greater access to health since such movements have resulted in possibilities for such treatment. In addition, the credibility and legitimacy achieved by cannabis associations has the potential to expand the democratization of the debate on the topic of cannabis, as they increase social participation in decision-making processes, and demand democratic means of access.

**Keywords:** Associativism; Knowledge production; Health; Cannabis.

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia Política (UENF). Mestre em Antropologia Social (UFSCar). Graduada em Ciências Sociais (UENF). Atualmente, bolsista de pós-doc em Sociologia Política na UENF. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Imagens e Representações (UFF). CV: <http://lattes.cnpq.br/4601039676925981> [lucianadecamposbarbosa@gmail.com]

## Redes canábicas e usos medicinais de maconha: associativismo como parte do processo terapêutico

Este artigo tem como objetivo construir um panorama sobre como se mobilizam os atores sociais em torno do acesso à maconha para fins medicinais no Brasil, especialmente no que se refere às ações coletivas promovidas entre os anos de 2014 e 2019. Inspirado nas ideias de Maria da Glória Gohn (2013), o intuito é produzir um retrato, uma fotografia da sociedade civil organizada que se mobiliza em torno da solução para problemas nesse âmbito. Como argumenta Gohn, “na realidade, os movimentos e as redes estão sempre se recriando” (2013, p. 7). Nesse sentido, a construção de uma fotografia nos ajuda a pensar as ações coletivas acerca do tema, ainda que as redes e movimentos sejam continuamente modificados pelos próprios atores, pelas contingências e de acordo com as transformações sociais que os acompanham.

Os dados apresentados foram construídos por meio de uma etnografia multisituada (MARCUS, 2001) realizada a partir de um trabalho de campo que buscou seguir as redes de organização civil e movimentos sociais que dialogavam em torno dos usos medicinais de maconha<sup>2</sup>. Para tais fins, foi realizada observação participante junto à duas associações do Rio de Janeiro durante os anos de 2017 e 2019, além de visitas pontuais realizadas à duas associações paraibanas. A fim de compreender como o problema público em torno do tema foi construído, foram contempladas as ações coletivas promovidas em parceria entre movimentos sociais diversos relacionados ao antiproibicionismo e a legalização da maconha. Paralelamente a isso, foi realizado um levantamento e análise de matérias de jornais impressos e televisivos publicados no Brasil a partir de 2014, tal como outros materiais audiovisuais produzidos estrategicamente pelos atores e atrizes a fim de publicizar o problema e mobilizar a atenção dos demais cidadãos e cidadãs.

Compreendendo que tais movimentos e organizações civis tem promovido mudanças nas práticas jurídicas que possibilitam o autocultivo, em caráter de exceção, e a importação, regulamentada pela ANVISA em 2016 (BARBOSA, 2021), o objetivo é contribuir para o debate acerca do associativismo no

âmbito da saúde a partir da análise das organizações civis e movimentos sociais voltados para o processo de transformação social relacionada aos usos medicinais de maconha. Intui-se também lançar luz sobre como os atores e atrizes desses movimentos tem alcançado credibilidade em relação ao tema, a ponto de promoverem tais mudanças e pautarem o debate público.

Cabe demarcar que as organizações apresentadas se conformam enquanto associações civis, tal como definido por Cefai:

Uma organização associativa se consolida reunindo diversos contextos de experiência e de atividade, pontos de perspectiva e estratos de competências que ela coloca em sinergia. Ela se constitui através da troca de conhecimentos e informações, na formulação de denúncias e de reivindicações coletivas; através da co-produção de um projeto coletivo, ao mesmo tempo tecnicamente viável e válido do ponto de vista normativo; e, ainda, através das atividades de circulação das notícias relativas ao andamento dos casos sob deliberação. Em cada uma das situações problemáticas com as quais a associação é confrontada, colocam-se as perguntas: o que seria mais apropriado ao bem público e o que se deveria fazer, estratégica e taticamente, para alcançá-lo? Sob a *mise en scène* da associação como representação una e própria, através de sua identidade jurídica e de sua localização geográfica, através das performances dos seus porta-vozes nas reuniões públicas, do uso do pronome nós e de seu logotipo na redação de cartas e de panfletos, o personagem “associação” se consolida, resultante de uma série de ações conjuntas (CEFAI, 2011, p.25).

Considero ainda tais associações como associações de pacientes, construídas em torno de um “ativismo terapêutico” e “baseado em evidências” (RABEHARISOA et al, 2014). Nessa forma de ativismo, relacionado à tratamentos experimentais e a doenças raras e de difícil controle, uma prática coletiva fundamental tem sido a produção de conhecimento e de evidências que comprovem os argumentos apresentados e embasem novas descobertas. Nesse modelo, as organizações coletam experiências e constroem *conhecimento experiencial*, articulando-o a conhecimentos credenciados a fim de torná-los politicamente relevantes. Por meio desse processo, reformulam o que está em jogo, desestabilizando as

<sup>2</sup> O trabalho de campo citado foi realizado no âmbito da minha pesquisa de doutorado em Sociologia Política/UENF, entre os anos de 2017 e 2021, financiada pela CAPES.

compreensões existentes podendo levar a retomada de questões anteriormente excluídas pela ciência oficial, ao questionamento de práticas médicas e à abertura de novas questões complexas a partir de fatores anteriormente ignorados (RABEHARISOA et al, 2014).

Como *conhecimento experiencial* compreende-se o conhecimento adquirido por meio da experiência, narrada em primeira pessoa, e sua posterior reflexão, racionalização e análise, frequentemente construída através de processos coletivos de troca (BORKMAN, 1976).

Rabeharisoa (2013), ao pesquisar as ações coletivas construídas por associações de pacientes e seu papel na democratização da saúde, descreveu o compartilhamento de experiências, a oposição à biomedicina e a coprodução de conhecimento junto a especialistas como reivindicações características de associações de pacientes ao longo da história. Para a autora, o compartilhamento de experiências é tanto um princípio de identidade quanto uma reivindicação epistemológica. Nesses casos, a experiência funda de um saber coletivo e produz uma identidade em comum, sendo a consequência e não causa do associativismo. Tanto Epstein (1995) como Rabeharisoa (2013) delimitam que é o compartilhamento de experiências que fundamenta a identidade nesses casos, por meio de um processo reflexivo através do qual se tornam conscientes de seu envolvimento ativo na construção das reivindicações e conhecimentos. Epstein (1995, p. 413) argumenta ainda que a identidade desempenha uma função instrumental importante no processo de mobilização, influenciando a disposição das pessoas em “investir emocionalmente” no movimento, assumindo riscos pessoais em seu nome. Apesar de estarem tratando de temas distintos, essa ideia também é compartilhada por Becker (2008), ao compreender que a partilha de sentimentos, problemas e perspectivas é o que possibilita a existência de uma identidade em comum entre membros de grupos desviantes.

Nesse artigo, destacarei as experiências relacionadas ao associativismo em torno do acesso aos usos medicinais de maconha, com ênfase nas associações canábicas, a fim de compreender como os atores se mobilizam e como tal mobilização tem alcançado

transformações nas práticas jurídicas a ponto de promoverem tratamentos medicinais com uma planta cujo acesso é ainda restrito em grande parte do mundo.

A partir da concepção de um ativismo terapêutico, compreendo que a própria organização social, no caso aqui apresentado, é parte do percurso para o acesso ao tratamento com cannabis, uma vez que é com outros usuários do grupo que pacientes e cuidadoras em geral aprendem sobre o tratamento e a manipulação do medicamento artesanal ou industrializado.

### **Associações canábicas e arenas públicas: como se mobilizam os usuários medicinais de maconha**

De maneira geral, foi observado que o primeiro passo para que o indivíduo se interesse de maneira mais detida pelo tema dos usos medicinais de maconha<sup>3</sup> relaciona-se a uma doença rara ou condição de difícil controle para qual a medicina não oferece tratamentos - ou estes são insatisfatórios do ponto de vista do paciente e de seus familiares -, e sobre os quais se tem relatos de que a terapia com maconha pode ocasionar melhores resultados.

As informações de que o uso de um óleo feito com as flores da planta pode trazer melhor qualidade de vida para si ou para uma pessoa próxima, conduz à realização de pesquisas pessoais pelos interessados. Algumas vezes a informação que inicia a pesquisa pessoal vem de programas de TV ou matérias de jornais que apresentam histórias de pessoas com condições semelhantes, que obtiveram melhoras com o uso do extrato da planta. As pesquisas pessoais são feitas com pessoas conhecidas e informadas e/ou em buscas na internet, podendo levar os possíveis novos usuários ou cuidadoras/es aos atos públicos organizados por ativistas, observados como locais comuns para o primeiro contato presencial entre pessoas interessadas e usuários, mães e outros familiares - especialistas não credenciados. Um exemplo é descrito abaixo, na narrativa da trajetória de uma mãe da Zona Oeste do Rio de Janeiro para acessar as informações sobre como tratar seu filho de 28 anos, que sofre com “crises epiléticas generalizadas” para as quais os tratamentos médicos alopáticos não se mostraram eficientes.

<sup>3</sup> Compreendo aqui apenas usuários que não consumiam maconha previamente ao uso medicinal. Essa diferenciação é necessária analiticamente por ter sido observado que os atores que faziam uso social da planta antes de tornarem-se usuários medicinais já compartilhavam da cultura da maconha e suas carreiras de usuários perpassaram outras etapas já demonstradas por Becker (2008), MacRae & Simões (2000), Veríssimo (2013).

A primeira vez que eu ouvi falar que a maconha estava sendo usada para o tratamento da epilepsia foi em 2014 por uma amiga minha que mora na Califórnia. Mas ela não soube me explicar direito, disse que era vendido como suplemento alimentar. Eu não dei muita importância. Mas, mesmo assim, ela me falou que já tinha ouvido falar tão bem desse suplemento no tratamento da epilepsia que eu pedi que ela me enviasse ou trouxesse, pra eu experimentar no meu filho. Ela se negou a fazer, dizendo que seria presa por ser considerado tráfico. Eu deixei pra lá. Já em 2017, quando ele [o filho] estava muito mal no CTI, minha irmã caçula nos visitou no hospital e disse que viu no *Facebook*, em um grupo de pais aqui do Rio que se reuniam pra fazer panelaços do óleo para seus filhos. Tudo na clandestinidade. E que iriam participar no dia seguinte da Marcha da Maconha em Ipanema. Minha irmã disse pra mim “essa vai ser a sua oportunidade de encontrar com esses pais. Vai nessa, minha irmã!”. E assim eu fiz, fui e lá conheci mães, pais e seus filhos. Um mês depois eu já estava dentro do laboratório do Fundão com a APEPI fazendo o primeiro curso do cultivo. Fui muito acolhida pelas mães que estavam lá. Todas na mesma situação que eu. Mas eles já usavam, o único que não usava ainda era o meu filho (Relato realizado por áudio pelo *WhatsApp* em junho de 2020)<sup>4</sup>.

Ao chegarem às associações, os novos usuários e seus familiares tem a oportunidade de conhecer as técnicas e práticas necessárias para o desenvolvimento do tratamento: técnicas de cultivo por meio dos cursos e oficinas ofertados e pelo compartilhamento de experiências em grupos de *WhatsApp*; técnicas de produção do óleo medicinal feito com as flores da maconha; aprendem a manipular as doses e efeitos do medicamento artesanal, observá-los e anotá-los, a identificar as concentrações ideais para seus usos assim como as melhores variedades das plantas de acordo com suas necessidades.

Como o conhecimento necessário para fazer usos medicinais do óleo de maconha não tem sido produzido pelas instituições médicas ou institutos de pesquisa, é com outros pacientes e especialistas *não credenciados* (BORKMAN, 1976), que os novos pacientes e seus familiares têm aprendido tais informações. Isso ocorre porque no último século as políticas proibicionistas restringiram o acesso à maconha de tal maneira, que

mesmo as pesquisas científicas encontram barreiras no acesso à planta e às suas substâncias. Nesse sentido, no caso dos usos medicinais de maconha, foi observada a importância do ato de associar-se como etapa do processo terapêutico buscado.

O aprendizado ocorre em rodas de conversa, grupos de *WhatsApp*, reuniões, atos públicos e atividades de lazer promovidos pelos associados em espaços coletivos de compartilhamento de experiência, promovendo processos de educação informal (GOHN, 2011). Nesses encontros ocorre também uma *educação política* (GOHN, 2011), oportunizando aos participantes se aprofundarem acerca das problemáticas relacionadas ao proibicionismo e se organizarem.

É relevante explicitar que já havia redes de mobilização e movimentos sociais em torno das demandas por regulamentação da maconha previamente ao movimento pela maconha para fins medicinais aqui descrito, sendo sua maior expressão a Marcha da Maconha, que ocorre nacionalmente em diversas cidades brasileiras desde 2002 (REED, 2014). Considero que a aproximação entre pacientes de doenças raras e/ou de difícil controle, mães cuidadoras e seus familiares à cultura canábica e suas redes de sociabilidade e militância, expandiu o alcance de tais redes (tanto as que se organizavam em torno das doenças raras como as redes canábicas) para grupos até então não conectados, ampliando a capacidade de circulação do conhecimento produzido.

Os novos atores e atrizes, embora conhecessem pouco sobre maconha a princípio, agregam também a essa rede suas experiências e conhecimentos adquiridos ao longo de suas trajetórias como pacientes ou familiares de pacientes. Ao buscar cultivadores para acessarem o tratamento com cannabis – seja para adquirir óleo, flores ou aprender sobre cultivo – usuários medicinais e seus familiares passaram a integrar as redes canábicas. Ao iniciarem o tratamento e empregarem as técnicas já utilizadas com outros medicamentos para verificar a eficácia do tratamento com maconha, esses conhecimentos passam a circular nessa rede e a informar outros usuários (medicinais ou não) (BARBOSA, 2021).

Das redes que se formam a partir de tais encontros, nasceram as associações canábicas: associações civis

<sup>4</sup> Conheci a autora do relato em 2017, durante o trabalho de campo junto à APEPI, associação do Rio de Janeiro, e nos encontramos ao longo dos anos seguintes. O trecho citado foi enviado por *WhatsApp* devido ao período de Pandemia de Covid-19, que inviabilizou encontros presenciais.

que se organizam em torno do acesso à maconha e atuam de forma semelhante às associações de pacientes, embora tenham algumas características distintas, como o fato de reivindicarem autonomia para produzir seu próprio medicamento ou obtê-lo por meio do cultivo associativo.

As primeiras associações foram oficializadas nos anos de 2014 e 2015. Em um mapeamento inicial da pesquisa, em 2017, registrei seis associações: ABRACE, APEPI, ABRACannabis, Liga Canábica da Paraíba, AMA+ME e CULTIVE. Atualmente existem 35 associações filiadas à FACT – Federação das Associações de Cannabis Terapêutica, criada conjuntamente por associações civis e coletivos antiproibicionistas em 2020.

Além de compreender tais associações dentro do escopo do ativismo baseado em evidências e do ativismo pelo tratamento, compreendo que também se assemelham aos clubes de cultivo para fins medicinais que surgiram na década de 1970, na Califórnia/EUA (FELDMAN & MANDEL, 1998). Como sublinham os autores, o histórico de proibição ocasionou que médicos saibam muito menos sobre os efeitos da maconha que os próprios pacientes. Além disso, os cultivadores dos clubes já conheciam bem os usos da maconha e o cultivo da planta, enquanto farmacêuticos e outros especialistas credenciados ainda estavam especulando sobre como produzi-la e distribuí-la em farmácias. Isso não difere muito da realidade brasileira atual, uma vez que profissionais da área da saúde não tem formação relacionada aos usos medicinais de maconha ou ao que se tem convencionado chamar de “medicina canabinoide”. Caracteriza ainda essas redes a potência de sua expansão, ocasionada pela diversidade dos usos da planta e pessoas interessadas.

Compostas por pessoas com doenças raras e/ou de difícil controle, suas mães e outros familiares cuidadores, cultivadores experientes, médicos, advogados, usuários de maconha interessados e movimentos sociais pró-regulamentação e antiproibicionistas, as associações canábicas compartilham experiências em torno dos usos da planta, material biológico (sementes, flores, óleos medicinais feitos com a cannabis), produzem conhecimento, evidências dos potenciais terapêuticos e se articulam aos movimentos sociais que reivindicam a descriminalização da maconha e sua regulamentação para cultivo doméstico e associativo. Vigoram ainda dentre as características de tais associações o fato de

serem representadas por pessoas que compartilham a experiência do adoecimento, seja o próprio usuário medicinal ou um familiar.

Dentre as principais atividades realizadas pelas associações catalogadas durante o trabalho de campo estão: a organização de reivindicações na esfera pública sob a justificativa do acesso à saúde garantido constitucionalmente; realização de cursos de cultivo, elaboração do óleo medicinal com suas flores e cursos para profissionais da saúde; produção do óleo medicinal de cannabis para os associados; *advocacy*; organização de palestras, workshops e seminários sobre o tema; acolhimento de novos usuários medicinais e seus familiares; organização de atos públicos. Em relação às reivindicações comuns às associações canábicas brasileiras encontram-se a descriminalização do cultivo doméstico e a regulamentação do cultivo associativo.

As associações não atuam de forma isolada, mas em diálogo com movimentos antiproibicionistas e aqueles que se organizam em torno do acesso à saúde. Observo que tais relações compõem uma rede de movimentos sociais que se articulam direta ou indiretamente ao tema da cannabis para fins medicinais. Portanto, as próprias associações canábicas se conformam como movimentos sociais, segundo a definição fornecida por Gohn (2008): são a expressão de uma ação coletiva que decorre de uma luta sociopolítica, sua identidade está associada às demandas que organiza, têm aliados e adversários, lideranças e assessorias, práticas comunicativas diversas, projetos e visões de mundo que lhe conferem suporte às demandas, e uma cultura própria nas formas como encaminham suas reivindicações.

Sobre carreiras desviantes, Becker (2008) observou que é no encontro com outros desviantes semelhantes e mais experientes que os novatos aprendem argumentos que tornam suas ações aceitáveis para si mesmo e para os outros com quem, porventura, precisem se explicar, adquirindo “uma série de racionalizações e justificativas com as quais podem responder a objeções” (2008, p. 83).

Nos casos dos usos de maconha, é necessário algum tipo de reorganização moral para que o indivíduo percorra a trajetória entre interessar-se em usar um medicamento produzido com uma planta sobre a qual tem referências negativas socialmente consolidadas (ainda que tenha novas referências recentes que vão de encontro a elas), experimentá-la e permanecer

utilizando-a. Dentre as técnicas apreendidas na carreira desviante, Becker cita aquelas utilizadas “para neutralizar a força dos valores de aceitação da ordem” (2008, p. 39), e que indicam, por exemplo, que o desvio não é tão grave à luz de determinadas circunstâncias ou que normas mais importantes devem ser priorizadas no evento apresentado.

Uma das estratégias de neutralização da força dos valores morais identificada foi o argumento de que a substância não faz mal se utilizada de determinada maneira (não fumada) e ainda acarreta benefícios para a saúde. Além disso, o argumento de que o cultivo doméstico não provoca danos à sociedade é recorrentemente utilizado para deslegitimar contextos que relacionam todo e qualquer uso de maconha ao tráfico de drogas, identificando que as sanções e moralidades direcionadas para tal crime não se aplicam a esse caso.

Tais mecanismos não necessariamente alcançam o objetivo de neutralizar os questionamentos em torno de tal desvio, mas ao menos tornam possível que eles não sejam considerados dentro do mesmo escopo que outros desvios semelhantes.

O iniciante partilhou em algum momento a visão convencional. No curso de sua participação num segmento não convencional da sociedade, contudo, é suscetível de adquirir uma visão mais “emancipada” dos padrões morais implícitos na caracterização habitual do usuário de drogas, pelo menos a ponto de não rejeitar sumariamente atividades porque são condenadas por convenção. [...] Essa interação, portanto, tende a fornecer as condições que permitem ao noviço escapar da influência das normas (BECKER, 2008, p. 83).

Portanto, além do aprendizado das técnicas, o associativismo promove mudanças culturais, necessárias para fomentar o debate em torno dos tratamentos com cannabis, seja ele na esfera micro (na esfera familiar, por exemplo) ou na macro (nos debates públicos).

A partir das relações com outros usuários, e do conhecimento ao qual tem acesso por meio dessas relações, assim como à distintas explicações e justificativas para seus usos, o indivíduo, aceitando tais ideias, pode reorganizar suas noções morais de maneira a permiti-lo seguir com suas ações, “sobretudo ao adquirir a concepção de que os valores morais convencionais sobre drogas não se aplicam a esta droga

que ele consome” (BECKER, 2008, p. 85) ou, no caso dos usos medicinais de maconha, à forma como consome e ao seu intuito. Ou seja, esse processo não implica necessariamente em um questionamento que abranja todos os usos de uma substância, ou grupos diversos de usuários. O novo usuário pode, por meio da observação dos demais, rejeitar os padrões convencionais apenas em relação à cannabis, e não às drogas como um todo. Em trabalho anterior (BARBOSA, 2021), observei que os usuários e seus familiares podem desconsiderar ou criticar os padrões convencionais apenas no que diz respeito aos usos medicinais ou, de maneira ainda mais restrita, aos usos medicinais “comprovados” mediante prescrição médica.

No início do movimento organizado em torno da regulamentação da maconha para fins medicinais no Brasil, muitos familiares se referiam exclusivamente ao canabidiol (CBD) como composto terapêutico da planta, distinguindo-o da planta em si, apesar do canabidiol ser exclusivo apenas nos óleos em que o composto foi isolado, o que corresponde a uma pequena parte dos produtos importados, classificados como “pure”. Os óleos, em geral, são produzidos com flores secas, contendo diferentes concentrações de todos dos mais de 100 canabinoides presentes na planta.

Dentre as justificativas para a escolha pelo termo “canabidiol”, destaco o intuito de distanciar os usos e os usuários medicinais dos estigmas associados ao uso adulto de maconha, afastando a discussão do contexto das drogas, na busca por alcançar um caráter mais “sensibilizador” da população e dos órgãos públicos, aproximando os objetos em questão (o óleo e a planta) do contexto dos medicamentos, da medicina e da saúde.

A divergência política em torno dos nomes utilizados em referência à planta da maconha e ao óleo feito com suas flores ocasiona, por vezes, conflitos entre familiares e usuários medicinais, cultivadores e membros de movimentos antiproibicionistas, uma vez que parte desses grupos veem no uso exclusivo do termo “canabidiol” o efeito de uma despolitização dos usuários medicinais.

Esses aprendizados e deslocamentos são realizados com intensidade nas associações. Como aponta Strauss, “qualquer grupo de pessoas que permanece por algum tempo num lugar desenvolve uma ‘linguagem especial’, um dialeto ou um jargão, que representa sua maneira de identificar aqueles objetos importantes para a ação do grupo” (1999, p. 40). Dessa maneira, a identificação e

nomeação das coisas é um problema contínuo, uma vez que o mundo está organizado por quadros simbólicos que são transformados e tensionados constantemente. E é desse tensionamento constante que surgem as necessidades de reavaliação e ressignificação das coisas, pois, como demonstra Strauss, “da ambiguidade nasce o desafio e a descoberta de valores novos: é nas zonas de ambiguidade que ocorrem as transformações [...] sem essas zonas a transformação seria impossível” (1999, p. 44). O autor ressalva ainda que tais reavaliações não ocorrem de processos serenos, ao contrário, tendem a ser processos cansativos para aqueles que às atravessam.

Visto que os valores não estão nos objetos, mas constituem avaliações dos objetos, segue-se que as pessoas, para fazerem sua própria avaliação, devem ter sua própria experiência. Isso não quer dizer que não lhes posso ensinar o sentido de alguma coisa anterior à experiência direta que terão dessa coisa. [...] Mas nenhuma descrição dada de antemão, se a mudança de perspectiva exigida for radical, conseguirá nos ensinar como nós mesmos acabamos por nos avaliar. Nós mesmos devemos agir, sofrer e aguentar – para usar os termos de John Dewey. [...] À medida que as pessoas “sofrem”, suas avaliações mudam. Os valores não são eternos. As expectativas nem sempre podem ser satisfeitas. As coisas mudam e nós também mudamos. [...] Enquanto perdurar o aprendizado, persistirá a revisão dos conceitos; e enquanto ocorrer a revisão, ocorrerá a reorganização do comportamento (STRAUSS, 1999, p. 43).

Para Cefaï (2018), a constituição do problema público promove arenas públicas, onde os atores vão formular e estabilizar novas perspectivas, interesses e opiniões e possibilitarão a si e ao grupo reorganizar o campo de percepção e de ação, construindo e adotando novas crenças, atitudes e hábitos, fomentando processos de aprendizagem e conversão.

Compõe ainda a arena pública grupos representativos de especialidades médicas que reivindicam o lugar hegemônico de prescritores; diversas esferas estatais, parlamentares, universidades e institutos de pesquisa, uma vez que o Estado passa ser cobrado a intervir no problema e promover soluções, e as instituições de pesquisa a produzir conhecimento que lance luz sobre o assunto.

É relevante ainda ressaltar o papel de mães de pessoas com doenças raras na construção do problema público em torno da cannabis medicinal. Já fazia parte

do cotidiano dessas mulheres a observação regular de seus filhos em relação à constante experimentação de medicamentos, assim como o próprio ato de informar aos médicos sobre os efeitos encontrados em cada novo tratamento. Essas mães produziam e trocavam informações tanto em relação às doenças e tratamentos médicos, reações adversas, efeitos esperados, como acerca das dosagens e efeitos do óleo, ao passo que sistematizavam os dados empíricos catalogados, alguns em termos médicos por elas conhecidos. Muitas já constituíam redes de troca de informações em torno das experiências de serem mães de pessoas com doenças raras. Esse conhecimento foi importante para comunicar os benefícios encontrados nos usos medicinais de maconha tanto para médicos como para o público em geral. Dentre as diversas formas de troca de experiência, destaco a criação de grupos de conversa no aplicativo *WhatsApp*, por meio do qual compartilham experiências sem a restrição das barreiras geográficas.

Essa percepção é corroborada por Oliveira (2016) que, ao tratar de crianças com doenças raras que iniciaram tratamentos com maconha em 2015, também encontrou a prevalência de mães a pais, mas isso não deve ser considerado como um caso específico de determinadas doenças. A responsabilidade das mães – e extensivamente das mulheres – em relação ao cuidado da saúde da família não é uma novidade, tendo sido demonstrada em estudos anteriores (FLEISCHER & FRACH, 2015; SCAVONE, 2005).

A partir do exposto, compreendo que o encontro de *expertises* entre pessoas que sabem cultivar e familiares de pessoas com doenças raras e/ou de difícil controle - que detinham a experiência acerca das doenças e suas próprias redes de troca e organização social -, e a mobilização desses atores, teve papel preponderante no processo de alçar o tema dos usos medicinais da maconha ao centro do debate público. Tal como para o desenvolvimento de conhecimento e construção de possibilidades de acesso.

O termo *expertise* se refere à concepção cunhada por Borkman (1976), sendo compreendido como competência ou habilidade em lidar ou resolver um problema por meio do uso da própria experiência. Embora todas as pessoas com o mesmo problema possam ter conhecimento experiencial, o autor sinaliza que o grau em que cada indivíduo integrou as informações e se tornou competente para aplicá-las

a um problema é variável. O desenvolvimento dessa competência é o que consideramos expertise.

A escolha pelo termo “encontro” (encontro de redes e coletivos diversos) se justifica por explicitar que as redes de mobilização e ativismo vinham sendo construídas, tanto as relacionadas à cultura da maconha, como as que tem como foco os cuidados em saúde relacionados às doenças ou condições de difícil controle. Evitamos, assim, a concepção limitada de que todos os atores apenas incorporaram a rede canábica já existente, compreendendo que esse movimento é mútuo e permite também à cultura canábica adentrar essas redes em torno da saúde, entrando em contato com toda uma gama de conhecimentos derivados de outras experiências.

Esses encontros podem ser compreendidos à luz do que Ilse Scherer-Warren (2006) denomina como “redes de redes”. Para a socióloga a sociedade civil é a representação de diferentes níveis de organização social. No primeiro nível estão as associações civis, as Organizações Não-Governamentais e outros grupos de expressão local ou comunitária, por isso chamado de associativismo local. No segundo nível estão as articulações inter-organizacionais, como fóruns ou *redes de redes*, muitas vezes viabilizados pela internet, ocasionam com frequência parcerias institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado. No terceiro nível estão as mobilizações na esfera pública. Resulta desse processo articulatório o que a autora denomina como *rede de movimento social* (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111), que “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas (2006, p. 113).

Esses encontros não se dão, porém, sem conflitos ou necessariamente de maneira horizontal. Scherer-Warren (2006) denota que a ideia de rede pode sugerir que tais movimentos não compartilham de estruturas de poder ou que este se dilui e se redistribui construindo relações horizontais. Mas, como argumenta a autora, mesmo em uma rede é possível perceber elos fracos e fortes, capazes de maior influência e maior poder de mobilização, por exemplo.

No caso das redes em torno dos usos medicinais de maconha, surgem conflitos que vão desde os formatos e conteúdo dos cursos de cultivo oferecidos, nomenclaturas utilizadas – CBD, Canabidiol, Cannabis

Medicinal, Maconha, Cânhamo – às escolhas das estratégias políticas para difundir os usos medicinais, a produção de óleo e/ou o cultivo.

Mas se as redes são permeadas por conflitos, o são também por possibilidades de solidariedade, reciprocidade e de compartilhamento (SCHERER-WARREN, 2006). Nesse sentido, muitos são os pontos de convergência, que mantêm os elos entre as redes conectados e os atores organizados.

Dentre as estratégias identificadas como comuns às associações e atores desses movimentos de maneira geral, está a produção e publicização de conhecimento informal e evidências como propulsoras do debate público.

Fiore (2018) assinala que o debate sobre políticas de drogas, sendo um debate político, não se encerra em evidências científicas, por mais robustas que sejam, pois as políticas são construídas também por valores e escolhas morais. Nesse sentido, o que aponto como evidências produzidas por usuários medicinais, seus familiares e pelas associações de maneira geral, atuam de forma diversa àquelas produzidas pela ciência e não tem o objetivo de substituí-las. Ao contrário, o conhecimento e as evidências produzidos pelas associações buscam promover um debate em torno das questões morais que amparam a criminalização do acesso à cannabis, e apontam os possíveis benefícios dos usos medicinais da planta, sensibilizando o público e pressionando os saberes institucionalizados a realizar pesquisas. Inclui-se no “público” alvo dessas organizações tanto cidadãos de maneira geral, como médicos, pesquisadores e parlamentares.

Dentre as produções de evidências não científicas, destaco a construção de planilhas de registro de crises convulsivas, organização de resultados de exames médicos realizados durante o tratamento, depoimento de médicos que concordaram em acompanhar o tratamento com cannabis, com destaque para os neurologistas e neuropediatras, especializações médicas com grande prestígio social. É relevante também a produção de vídeos caseiros que transmitem aos que os assistem a experiência de quem convive com tais doenças, como vídeos de pessoas tendo crises convulsivas ou comportamentos violentos associados ao Alzheimer, por exemplo, assim como documentam de maneira amadora as melhoras apresentadas ao decorrer do tratamento com a planta. Os documentários e matérias de jornais de grande visibilidade também

tem sido importantes ferramentas para produzir e comunicar as evidências compartilhadas por ativistas e sensibilizar o público. Cabe salientar que o objetivo não é apenas quantificar as informações e produzir dados, mas encontrar meios de comunicar a outras pessoas o sofrimento associado ao percurso terapêutico dessas famílias e o alívio e melhora na qualidade de vida ocasionados pelo tratamento, além das controvérsias médico-científicas em torno do tema.

A produção de imagens de testemunho e/ou amadoras são poderosos instrumentos de afeto, que intuem comunicar situações e sentimentos vivenciados por aqueles que gravaram as imagens, atingindo os que consomem por meio de aparelhos eletrônicos individuais (SILVA, 2016). Para Silva, “a imagem do corpo, gerada através de equipamentos digitais por indivíduos amadores ou em situação de testemunho, e inserida dentro do ambiente das redes de comunicação digital, gera afetos que contribuem para a mobilização social” (2016, p. 98).

Cefaï (2018) aponta uma relação entre publicidade, visibilidade e responsabilidade, no sentido de que a publicização do problema o torna manifesto e acessível a todos, promovendo sua visibilidade e, conseqüentemente, demanda uma resposta pública acerca de sua resolução ou um posicionamento sobre as novas concepções que surgem a partir da perturbação da experiência coletiva. Nesse sentido, o autor associa o processo de publicização ao processo de politização, pois a situação deixa de ser particular e passa a compor a esfera pública. Ademais, a publicização pode criar “ambientes de apoio”, o que é notável no caso dos usos medicinais de maconha, uma vez que são muito comuns os grupos de apoio recíproco construídos nas redes sociais, centrados nas mais diversas especificidades como categorias de doença, região do país, gênero, formas de uso etc.

Assim, as organizações de pacientes dedicam uma grande quantidade de energia à articulação de conhecimento credenciado e conhecimento experiencial e, por meio da publicização desses conhecimentos, tornam as doenças e seus tratamentos problemas públicos.

No caso das associações canábicas, o próprio tratamento proposto pelos pacientes foi tornado o centro do debate público, devido ao fato de não ser realizado por profissionais da biomedicina e ter como base uma planta ilegal em torno da qual diversos

estigmas são manipulados. Nesse sentido, essas associações produzem conhecimentos em resposta a suas próprias demandas, uma vez que a ciência e a medicina não têm muito a colaborar em relação a dosagens, variedades de plantas e todas as questões relacionadas ao tratamento. Rabeharisoa *et al* (2014) ressaltam que, em muitos casos, ativistas constroem um conjunto de conhecimentos sobre aspectos que os especialistas não consideraram centrais, suficientemente relevantes ou que já foram descartados pela ciência. A politização desses conhecimentos, por meio da construção de problemas públicos, pode levar à reformulação de algumas questões e desestabilizar compreensões já existentes, acarretando à retomada de questões anteriormente excluídas ou ignoradas pela ciência e por especialistas e, ainda, à abertura de novas questões complexas a partir da percepção desses outros fatores publicizados (RABEHARISOA *et al*, 2014), como é o caso aqui demonstrado.

### Organização social e credibilidade

Steven Epstein (1995), em seus estudos sobre os movimentos sociais relacionados à saúde em torno do HIV e a produção de conhecimento confiável por ativistas, demonstrou como a *arena de produção de fatos* abrange profissionais de diversas áreas, movimentos ativistas, empresas farmacêuticas e de biotecnologia, além da mídia de massa e mídias alternativas, incluindo publicações ativistas. Assim, informações sobre segurança e eficácia de determinados regimes terapêuticos resultam de uma complexa interação entre esses atores.

[...] os movimentos ativistas, através da acumulação de diferentes formas de credibilidade, podem em certas circunstâncias tornar-se participantes genuínos na construção do conhecimento científico - que podem (dentro de limites definidos) efetuar mudanças nas práticas epistêmicas da pesquisa biomédica e nas técnicas terapêuticas do cuidado médico. (EPSTEIN, 1995, p. 409, tradução nossa).

Quando determinados problemas são tornados problemas públicos e a ciência, ao ser acionada, não tem explicações e soluções consideradas suficientes, sua credibilidade é abalada e abrem-se brechas que podem ser ocupadas por outros grupos, como aqueles formados pelas associações de pacientes e ativistas

pelo tratamento. Isso ocorre particularmente em campos de pesquisa marcados por graus extremos de controvérsias (EPSTEIN, 1995), como é o caso das doenças raras e de difícil controle e de algumas doenças crônicas para as quais a medicina convencional não apresenta tratamentos satisfatórios. Pelos mesmos motivos, isso ocorre também amplamente no que diz respeito aos usos medicinais de maconha. Nesse último caso, a medicina convencional muitas vezes não tem nem tratamentos eficientes nem um discurso robusto e cientificamente embasado sobre o uso de maconha para fins medicinais, o que abre espaço para os especialistas não credenciados que se tornaram conhecedores do tema por meio da experiência e de suas pesquisas pessoais. Ou seja, no caso do debate público em torno dos usos medicinais de maconha, a credibilidade científica é questionada tanto em relação às doenças raras e crônicas sobre as quais o conhecimento médico é insuficiente, como em relação ao conhecimento sobre maconha como um todo, uma vez que a ciência biomédica tem pouco a oferecer.

É importante sinalizar que, apesar dos grupos de usuários e mães de crianças com doenças raras que utilizam os óleos de maconha ser bastante heterogêneo, aqueles que passam a aparecer nas grandes mídias a partir de 2014 são majoritariamente pessoas brancas de classes médias e altas urbanas. Dentre as explicações para esse traço hegemônico está o racismo, que impõe inúmeros riscos a pessoas negras, frequentemente discriminadas pela polícia e pelo Estado, mais incriminadas por tráfico que brancos, mais abordadas pela polícia e mais assassinadas (ADORNO, 1996; BARROS, 2008; CARVALHO, 2016; DUARTE e SILVA, 2019)<sup>5</sup>. Portanto, com mais barreiras para tornar pública suas relações ilegais com a maconha em relação às pessoas brancas.

Outra questão relevante é o local de moradia, que também deve ser considerado uma variável tanto no sentido do medo da família em ser denunciada como traficante como num possível julgamento, que pode não autorizar o cultivo de maconha em bairros marcados pela pobreza e pela presença do tráfico, uma vez que a *Lei de Drogas* define que o local da ocorrência é

relevante para a categorização do cultivo como tráfico ou uso pessoal.

Art. 28 § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente (Lei 11.343).

Além dessas distinções fazerem com que algumas pessoas cultivem ilegalmente com maior ou menor risco, também estabelecem maior ou menor possibilidade de participação no debate público. Becker (2008) demonstrou como distinções como idade, sexo, etnicidade e classe estão relacionadas a diferenças tanto no que se refere aos grupos que podem fazer regras para outros, como em relação a quem, e em qual grau, tais regras serão aplicadas. Essa desigualdade foi acionada durante a pesquisa de campo tanto por mulheres que se reconheciam em situações de privilégio, o que lhes permitiam cultivar maconha com menos medo de sofrer um processo legal, como por pessoas que não compartilham de tais privilégios, que declaravam o medo frequente de serem processadas e presas em decorrência de seus cultivos domésticos ou transporte da colheita (nas ocasiões em que a etapa de elaboração do óleo medicinal ocorre fora da casa onde se cultivou).

Como aponta Becker (2008), diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas são essencialmente diferenças de poder - seja legal, seja extralegal. Os grupos pertencentes a posições sociais privilegiadas são mais capazes de impor suas regras e, logo, também são mais capazes de disputá-las com os empreendedores morais. Ademais, em qualquer sistema de grupos ordenados, aqueles que ocupam os lugares sociais mais altos hierarquicamente são vistos como os que “sabem mais”, que terão o direito de serem ouvidos e de definir a forma como as coisas “realmente se dão”. O mesmo ocorre no sentido da acusação: aqueles que estão colocados abaixo na hierarquia social serão mais acusados do que os que estão inseridos no topo.

Epstein (1995) se refere à essa credibilidade relacionada a uma hierarquia social como *autoridade cultural* e, tal como Becker, ressalva que a credibilidade

<sup>5</sup> Cabe salientar que esta realidade não se refere apenas aos homens pretos, mas também às mulheres, como apontam os dados do INFOPEN Mulher de 2017: “A análise geral dos dados apresentados neste relatório indica que a maioria das custodiadas, são jovens, pretas e pardas, pobres e com baixa escolaridade. Do total de mulheres custodiadas no Brasil, 60% foram presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas” (INFOPEN, 2017, p.72).

pode se basear em uma série de marcadores sociais como graus acadêmicos, histórico e afiliações institucionais.

Estendendo essa concepção sobre a hierarquia da credibilidade para as classes sociais, podemos compreender que pessoas brancas, de classes médias e altas, correrão tanto menor risco de serem acusadas como terão maior chance de serem ouvidas em uma sociedade cultural e estruturalmente racista e com uma abissal desigualdade de classe como a brasileira. Isso nos ajuda a compreender por que são determinadas pessoas que frequentemente ocupam o lugar de porta-vozes do debate sobre acesso à maconha para fins medicinais, e que se tornam capazes de disputar o lugar de criadores de regras, seja no âmbito legal (em torno das mudanças nas leis e de possíveis regulamentações) como extralegal (circunscrito às transformações na cultura e nas práticas cotidianas).

Desse modo, a credibilidade das associações estudadas advém da credibilidade dos atores que a constituem, levando consigo a credibilidade relacionada ao lugar social que ocupam, seja ele relacionado à aspectos socioeconômicos, pessoais ou à credibilidade profissional, como no caso dos médicos. Toda a credibilidade, nesses casos, está ancorada em determinações culturais que indicam que certos tipos de pessoas são mais confiáveis que outras. Essas posições são utilizadas por ativistas como tática para pautar questões que não detém a mesma atenção pública quando levantadas por outros grupos.

No sentido do diálogo público e do diálogo com o público promovido pelas mídias, é importante destacar que as mulheres que protagonizam grande parte dos documentários, matérias de jornais e programas de TV entre 2014 e 2018 são mulheres brancas, pertencentes às camadas médias e altas urbanas. Para além da representação midiática do problema, é relevante o papel de mães de pessoas com doenças raras na construção do problema público em torno da cannabis medicinal.

As mulheres são as principais responsáveis pela produção de cuidados relacionados à saúde dentro da família (SCAVONE, 2005), que vai desde a manutenção da saúde e prevenção de doenças à viabilização dos tratamentos nos momentos de enfermidade. Esse lugar

de cuidadora, embora muitas vezes não seja reconhecido como um trabalho, confere à essas mulheres uma autoridade moral socialmente reconhecida à categoria de “mães”.

Essas mães de filhos usuários medicinais de maconha, ao assumirem seus atos ilícitos, seja para um familiar ou publicamente, assumem a responsabilidade de serem as pessoas que *sabem* e que *podem* cuidar da saúde dos filhos, lançando mão da autoridade oriunda desse capital simbólico. Ou seja, essas mulheres extraem da ideia que naturaliza os cuidados à saúde como algo feminino o poder que legitima suas narrativas, ainda que esse poder seja produzido pelas relações de dominação masculina (SCAVONE, 2005). Uma utilização política estratégica dos papéis sociais estabelecidos. “É possível dizer que esses saberes/poderes seguidamente se transformam em agir, compondo e ampliando as lutas sociais (SCAVONE, 2005, p. 106).

Somam-se ainda a esse grupo, pesquisadores de diversas áreas que se tornaram especialistas a partir do trabalho realizado junto às associações, advogados antiproibicionistas e uma gama de especialistas credenciados que creditam sua credibilidade às associações e movimentos sociais. Cabe ressaltar que tais categorias não são excludentes e muitas vezes se sobrepõem, como nos casos de médicos que são também pais e mães de crianças usuárias medicinais de maconha, outros que são também farmacêuticos, ou advogados filhos de usuários medicinais, médicos cultivadores, entre outros.

Nos dois primeiros anos após a regulamentação da importação de produtos à base maconha pela ANVISA, em 2016, o Brasil importou legalmente mais de 78 mil produtos para fins medicinais à base da planta. Prescritos por mais de 800 médicos, esses produtos estão associados aos tratamentos de epilepsia refratária, autismo, Alzheimer, Mal de Parkinson, câncer, dores crônicas, ansiedade, depressão e insônia<sup>6</sup>. Além do acesso pela importação, até o início do ano de 2020, cerca de 100 famílias brasileiras obtiveram na justiça um Habeas Corpus preventivo, que lhes permite cultivar a planta com objetivos terapêuticos sem serem constrangidas pelas polícias<sup>7</sup>. Em relação ao cultivo associativo, quatro associações brasileiras

<sup>6</sup> Os dados foram informados pela ANVISA por meio da solicitação via Lei de Acesso à Informação pelo Núcleo de Cannabis da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD). A Plataforma divulgou as informações em seu site, disponibilizando o download da resposta da ANVISA em: <http://pbpd.org.br>.

<sup>7</sup> Dados da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas.

conseguiram na justiça o direito de cultivar maconha, produzir um óleo medicinal com a planta e distribuí-lo entre seus associados.

Apesar desses fatos, ocorridos nos últimos cinco anos, não há ainda qualquer regulamentação para a produção e cultivo de cannabis que permita o acesso a tais tratamentos de maneira democrática. O acesso tem ocorrido pela via da judicialização da saúde e pelo cultivo das plantas e compartilhamento de mudas, flores, sementes, e extratos, denominado por ativistas como “desobediência civil”, uma vez que, à luz da lei, o compartilhamento de maconha com outras pessoas pode ser considerado tráfico.

Figura dentre os resultados do debate público sobre o tema, a Proposta de Lei 399/2015, em tramitação, que visa alterar a Lei 11.343/2006, “para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis Sativa em sua formulação”<sup>8</sup>. O que pode ocasionar a regulamentação do cultivo de maconha para a produção de medicamentos no país. Cabe salientar, porém que a proposta aprovada para votação exclui o cultivo doméstico e restringe as possibilidades de atuação das associações em decorrência das exigências relacionadas à produção a nível industrial ou no modelo conhecido como “Farmácia Viva”, adotado pelo Sistema Único de Saúde brasileiro. Por esses fatores, os movimentos antiproibicionistas e algumas associações se posicionam críticos à redação final da PL, por compreenderem que tal proposta mantém o cultivo doméstico e associativo à margem da lei.

A participação das associações nas audiências públicas sobre o tema corrobora para a compreensão da dimensão social que tais atores ocupam atualmente, tanto na esfera municipal e estadual como federal. No decorrer da pesquisa realizada durante meu doutoramento, acompanhei audiências em Câmara dos Vereadores, Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado, nas cidades do Rio de Janeiro, João Pessoa, Brasília e São Paulo. Sempre audiências com ampla participação das associações, seus porta-vozes e profissionais da saúde e do direito a elas vinculados.

Exemplo de tal participação foram as audiências da Comissão Especial sobre Medicamentos formulados com Cannabis, ocorrida na Câmara dos Deputados

entre 2018 e 2021, destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 399, de 2015. Das 29 audiências realizadas dentre a instalação da comissão à votação do parecer do relator, ao menos duas foram destinadas exclusivamente a ouvir representantes e membros de associações.

Destaco ainda como resultados de tais movimentos o crescimento no número de associações canábicas no Brasil, que triplicou nos últimos cinco anos; a construção de grupos de pesquisa como o *FitoCannabis*, fruto de parceria entre FIOCRUZ (RJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro e as associações cariocas APEPI e ABRACannabis; o aumento no número de médicos prescritores de cannabis (BARBOSA, 2021); e a construção da disciplina *Sistema Endocanabinoide e Perspectivas Terapêuticas da Cannabis Sativa e seus Derivados*, em 2019, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ministrada para os cursos de Medicina, Biomedicina e Farmácia. A disciplina foi proposta pela professora doutora Katy Albuquerque, também coordenadora do PEXCANNABIS (Pesquisa e Extensão em Cannabis Medicinal da UFPB) e colaboradora da Liga Canábica da Paraíba.

Por fim, cabe ressaltar a relação entre a maior participação social promovida pelo associativismo canábico e o processo de democratização do acesso aos tratamentos com cannabis, pois são demandas dos movimentos ativistas o acesso pela via do autocultivo e pelo cultivo associativo, como formas de expandir o acesso a públicos diversos. Por outro lado, os movimentos que se identificam como antiproibicionistas requerem também a descriminalização dos usos da maconha, a fim de evitar que a hierarquia de credibilidade permita que pessoas em busca do acesso a esse tratamento sejam consideradas criminosas por conta de aspectos socioeconômicos e discriminatórios. Para além das agendas desses movimentos, são as associações que tem promovido o acesso aos usos medicinais de maconha no Brasil, produzindo o medicamento, construindo cursos para usuários e profissionais da saúde, pautando o debate público e demandando produção de conhecimento formal.

<sup>8</sup> Texto da ementa do projeto de lei, disponível no site da câmara dos deputados: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=947642>

## Considerações finais

A demanda pública pelo cultivo para fins medicinais de uma planta sobre a qual houve intensas campanhas governamentais que a tratavam como perigosa, danosa à saúde, viciante, que ameaça às famílias e a dignidade do ser humano, agora compreendida como possibilidade de tratamento para diversas enfermidades conduz à exposição de lacunas na credibilidade dos discursos oficiais sobre maconha. Essas lacunas têm aberto espaços para outros discursos, como aqueles advindos da sociedade civil organizada em associações e movimentos sociais.

Compreender tais lacunas nos discursos oficiais como ferramenta política para a transformação do debate público e para exercer uma pressão pelo retorno de pesquisas que a medicina abandonou - ou não considerava relevante - pode ser considerado tanto uma estratégia como um ganho dessas associações, que atualmente tem seus pontos de vista representados nos debates públicos por meio da presença de seus porta-vozes.

A organização dos usuários medicinais de maconha tem sido, assim, fundamental não apenas para possibilitar o acesso e todo o conhecimento necessário para a manutenção do tratamento, como também para a construção de um aparato teórico reflexivo que ampare o uso e o questionamento público das regras que a proíbem.

Nas associações, os novos usuários e cuidadoras/es aprendem a cultivar com os cultivadores mais experientes, a fazer os óleos medicinais nas oficinas e cursos, e aprendem sobre o tratamento com outros usuários e/ou seus familiares. Eles também têm acesso ao conhecimento formal e credenciado, produzido por médicos prescritores, advogados e pesquisadores, além de todo o conhecimento informal e não credenciado, vindo do compartilhamento de experiências acerca do adoecimento e dos usos medicinais de maconha.

Longe de substituir as evidências científicas, as evidências ativistas têm buscado pressionar cientistas a retomarem pesquisas sobre o tema e as instituições responsáveis a construir leis que regulamentem o que até então tem ocorrido como exceção à lei. Essas associações produzem conhecimentos também em resposta a suas próprias demandas, uma vez que a ciência e a medicina não têm muito a colaborar em relação a dosagens, variedades de plantas e todas as

questões relacionadas aos usos medicinais de maconha. Em muitos casos, ativistas constroem um conjunto de conhecimentos sobre aspectos que os especialistas não consideram centrais, suficientemente relevantes ou que já foram descartados pela ciência. A politização desses conhecimentos, por meio da construção de problemas públicos, pode levar à reformulação de algumas questões e desestabilizam compreensões já existentes, acarretando à retomada de questões anteriormente excluídas ou ignoradas pela ciência e por especialistas e, ainda, à abertura de novas questões complexas a partir da percepção dos fatores publicizados.

Deste modo, a participação em uma associação canábica ou em um grupo de pessoas experientes é não apenas um passo importante, mas, muitas vezes, fundamental para a consolidação dos usos medicinais de maconha. Além de aprender como acessar o tratamento, a adquirir ou elaborar seu próprio óleo, a participação em tais grupos contribui para a manutenção do tratamento, o aprendizado sobre como lidar com efeitos indesejados e sobredoses, e possibilita todo o apoio necessário para que usuários medicinais e seus familiares possam lidar com as intempéries associadas a um tratamento que ainda está envolto em controvérsias médicas e jurídicas. Com frequência a participação de um familiar ou usuário em uma associação marca o início de um aprendizado mais sistemático sobre a maconha, seus benefícios medicinais, efeitos, manipulação das doses etc. Também é a partir das associações que muitos usuários e seus familiares aprenderão outras informações e outras versões sobre a proibição da maconha e os aspectos políticos que a envolvem, se transformando em ativistas organizados.

Ao passo que essas redes se formam, questões morais são reformuladas, usuários e cuidadoras aprendem uns com os outros (e cada vez mais com a diversidade do grupo), se especializam (com a seletividade de outros grupos que se tornam bem específicos sobre cada doença ou condição), demandam conhecimento especializado, sensibilizam a sociedade, avançam nas possibilidades de cultivo com os Habeas Corpus Preventivos e autorizações para as associações, ampliam também o acesso à saúde, o aumento do bem estar de quem encontra alívio no tratamento com maconha e também dos familiares que compartilham o sofrimento, se engajam e aumentam as experiências e conhecimentos que circulam.

Reitero que participação em grupos de pacientes ou cuidadoras/es é parte da terapêutica, uma vez que é por meio dos encontros com tais grupos que as pessoas aprendem como acessar tal tratamento, assim como os conhecimentos e técnicas necessárias para desenvolvê-lo. Ademais, a credibilidade e legitimidade alcançada pelas associações canábicas tem potencial para ampliar a democratização no debate sobre o tema da cannabis, uma vez que aumentam a participação social nos processos de tomada de decisão, e demandam meios democráticos de acesso.

### Referências bibliográficas

ADORNO, S. *Racismo, criminalidade e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 283-300, 1996.

BARBOSA, Luciana. *Redes Canábicas no âmbito da saúde: usos medicinais de maconha, mobilização social e produção de conhecimento*. 2021. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ.

BARROS, G. S. *Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito*. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 134-155, 2008.

BECKER, H. S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

BORKMAN, Thomasina. *Experiential knowledge: A new concept for the analysis of self-help groups*. Social service review, v. 50, n. 3, p. 445-456, 1976.

CARVALHO, Salo de. *O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do Poder Judiciário*. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, n. 67, p. 623-652, 2016.

CEFAÏ, Daniel. *Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris*. In: Daniel Cefai, Marco Antônio da Silva Mello, Felipe Berocan Veiga, Fábio Reis Mota (org.), *Arenas públicas: Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, 2011, p. 67-102.

CEFAÏ, Daniel. *Público, socialização e politização: reler John Dewey na companhia de George Herbert Mead*. In.: *Crítica e pragmatismo na Sociologia: diálogos entre Brasil e França*. São Paulo: Annablume Editora, p. 57-88, 2018

DUARTE, Evandro Piza; da SILVA Freitas, Felipe. *Corpos negros sob a perseguição do estado: política de drogas, racismo e direitos humanos no Brasil*. Direito Público, v. 16, n. 89, 2019.

EPSTEIN, Steven. *The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials*. Science, Technology, & Human Values, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.

FELDMAN, Harvey W.; MANDEL, Jerry. *Providing medical marijuana: The importance of cannabis clubs*. Journal of Psychoactive Drugs, v. 30, n. 2, p. 179-186, 1998.

FIORE, Mauricio. *Escolhas morais e evidências científicas no debate sobre política de drogas*. 2018. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8879/1/bapi\\_18\\_cap\\_5.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8879/1/bapi_18_cap_5.pdf)

FLEISCHER, Soraya; FRANCH, Mónica. *Uma dor que não passa: aportes teórico-metodológicos de uma antropologia das doenças compridas*. Política & Trabalho, n. 42, 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. Edições Loyola. São Paulo: 2008.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. V.16, n. 47, 2011.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: VOZES. 2013.

MARCUS, George E. *Etnografía en/del sistema mundo*. El surgimiento de la etnografía multilocal. Alteridades, n. 22, p. 111-127, 2001.

MACRAE, E.; SIMÕES, Júlio Assis. *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias*. Salvador: EDUFBA, 2000.

OLIVEIRA, Fabiana Santos Rodrigues. *Maconheirinhos: cuidado, solidariedade e ativismo de pacientes e seus familiares em torno do óleo de maconha rico em Canabidiol (CBD)*. (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Brasília, UNB, Brasília, 2016.

RABEHARISOA, Vololona. *Experience, Knowledge and Empowerment: The Increasing Role of Patient Organizations in Staging, Weighting and Circulating Experience and Knowledge*. IN: AKRICH, M.; NUNES, J. et al (ORG). *The dynamics of patient organizations in Europe*. Presses des Mines via OpenEdition, 2013.

RABEHARISOA, Vololona; MOREIRA, Tiago; AKRICH, Madeleine. *Evidence-based activism: Patients', users' and activists' groups in knowledge society*. 2014.

REED, Andrew Muller. *“Não tenha vergonha, vem pra Marcha da Maconha”*: ação coletiva, política e identidade em um movimento social contemporâneo. 2014. Dissertação de Mestrado. UERJ, Rio de Janeiro.

SCAVONE, Lucila. *O trabalho das mulheres pela saúde: cuidar, curar, agir*. In.: *Gênero e Saúde: Progra-*

*ma Saúde da Família em questão*. São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, p. 101-111, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e estado, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SILVA, Tarcisio Torres. *Ativismo digital e imagem*. Estratégias de engajamento e mobilização em rede. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e máscaras - busca de identidade*. Edusp, 1999.

VERÍSSIMO, M. *Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo dos usos e cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires*. 2013. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ.

# Glauber Rocha e o movimento Cinema Novo

Irma Viana da Silva<sup>1</sup>

## Resumo:

Nos anos 1960/70, o cineasta Glauber Rocha compartilhou com cineastas argentinos, chilenos e cubanos, como Fernando Solanas, Fernando Birri, Miguel Littín, Julio García Espinosa, Tomás Gutiérrez Alea, o projeto de viabilizar e tornar visível internacionalmente o *Nuevo Cine Latinoamericano* (no qual estava inserido o Cinema Novo brasileiro), movimento artístico-intelectual e político-cultural de âmbito continental, que tinha como meta refletir sobre e não ocultar os problemas peculiares à América Latina, como o *subdesenvolvimento*, o abuso do poder, as grandes desigualdades sociais, o autoritarismo, a opressão, a luta pela democracia e, tangenciando todas essas questões, objetivava transformar a sociedade, podendo ser estudado no âmbito dos movimentos sociais. Desta perspectiva abordarei aqui o cinema novo enquanto um movimento sociocultural que se colocava em oposição ao “cinema industrial”, configurado na política cinematográfica dos grandes estúdios. Este movimento encontra em Glauber Rocha sua liderança principal e teórico por excelência. A precariedade instrumental dos jovens cineastas que formaram o movimento foi um fator importante para a concepção estética de um novo *modo de fazer* cinema, político (considerado aqui como movimento social). Assim como a independência da produção possibilitou uma crítica da realidade brasileira em favor de uma nova linguagem contra o “colonialismo cultural” da política do cinema dos grandes estúdios, voltada, na opinião dos *cinemanovistas*, para interesses imperialistas.

**Palavras-chave:** Movimento sócio-cultural; Cinema Novo; Arte política; Glauber Rocha.

## Abstract:

In the 1960s/70s, filmmaker Glauber Rocha shared with Argentine, Chilean and Cuban filmmakers such as Fernando Solanas, Fernando Birri, Miguel Littín, Julio García Espinosa, Tomás Gutiérrez Alea, the intention to make the *Latin American New Cinema* (in which it was inserted the *Brazilian New Cinema*) visible internationally, as a continental artistic-intellectual and political-cultural movement, whose main task was to reflect on and not hide the problems peculiar to Latin America, such as underdevelopment, the abuse of power, the great social inequalities, authoritarianism, oppression, the struggle for democracy, etc. In parallel to all these social issues, the new cinema questioned the role of the intellectual and the artist in society. From this perspective, I will approach the Brazilian new cinema here as a sociocultural movement that set itself in opposition to the industrial cinema, configured in the cinematographic policy of the big studios. This movement finds in Glauber Rocha a leadership and its theorist par excellence. The instrumental precariousness of the young filmmakers who formed the movement was an important factor in the aesthetic conception of a *new way of making* cinema political (regarded here as a social movement). As well as the independence of production made possible a critique of Brazilian reality in favor of a new language against “cultural colonialism” of film policy of the major studios which was oriented towards imperialist interests, in the opinion of the *cinemanovistas*.

**Keywords:** Socio-cultural Movement. New Cinema. Political art. Glauber Rocha.

<sup>1</sup> Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (<http://www.ppgcs.ufba.br>).

## Introdução

Jamais havia ocorrido antes no país um processo coletivo com a amplitude, o valor e o sentimento de Brasil que o Cinema Novo passou a exprimir. Foi sobretudo por este aspecto que se constituiu num movimento único, embora, lamentavelmente, muito mal avaliado. (GOMES, 1997, p. 142.)

O objetivo aqui é desvelar o movimento Cinema Novo da perspectiva de Glauber Rocha, seu organizador e principal teórico, em relação ao contexto sócio-cultural e político-intelectual da época e suas implicações político-culturais hoje. Procura-se observar as ações (e suas circunstâncias) que conduziram ao processo de configuração de um espaço social específico no campo cultural, onde atuaram diversos grupos, entre eles o grupo *cinemanovista*, levando-se em conta as afinidades e divergências ideológicas desses grupos em suas relações com o poder. Não somente o poder político (representado pelo Estado) mas, principalmente, aquele poder, que, segundo Michel Foucault (1979, p. 71), “não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade.” De forma que, os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, assim como, “a ideia de que eles são agentes da consciência e do discurso também faz parte desse sistema”. (FOUCAULT, 1979)

Dessa perspectiva, o aparato teórico utilizado não foi, inicialmente, o da teoria clássica dos movimentos sociais apesar de ser considerado o movimento cinema novo como um movimento social. De forma que inserir esta análise (digo, de forma explícita, visto que sempre foi considerado, de fato e de direito, como uma prática política, logo, dentro dentro da categoria mais geral de movimento social) no âmbito da teoria dos movimentos sociais, se justifica por meio da utilização do conceito de movimento social de Ilse Scherer-Warren que o caracteriza como um “[...] grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (SCHERER-WARREN, 1987a, p. 13), como foi o caso do movimento cinema novo no Brasil, na década de 1960. A mesma autora divide esse conceito em ‘movimentos sociais

tradicionais’, que surgem da conscientização das classes sociais – especialmente o proletariado – em relação à exploração sofrida nas sociedades industriais; e em ‘novos movimentos sociais’ (NMS), que ela caracteriza pelo rompimento com esquemas populistas do passado, pela autonomia frente ao Estado e partidos, pela diversidade de atores e entidades fundadas, pela desterritorialização, bem como pela ambiguidade de suas práticas. (SCHERER-WARREN, 1987b, p. 42-43).

No entanto, os ‘movimentos sociais tradicionais’, também chamados de ‘modelo clássico’ ou ‘paradigma marxista’, por Piccoloto (2007, p. 157) que se baseiam no conceito de práxis social, formulado por Karl Marx pode ser aproximado do conceito de movimento que Glauber Rocha confere ao Cinema Novo, enquanto marxista crítico, portanto, tributário do pensamento marxiano. Ainda segundo Piccoloto (2007, p. 159), na teoria marxiana, os movimentos sociais não existem *a priori*, mas somente “colocam-se em movimento pelas ações práticas dos homens na história.” A práxis de um movimento social como a do cinema novo pode ainda ser entendida segundo Gonh, como: “transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política.” (GOHN, 2002, p. 176) E o que se pretende aqui é justamente abordar a prática cinematográfica glauberiana enquanto líder e principal teórico do cinema novo como movimento social (vide seus Manifestos, publicados em vários países da Europa e América Latina, nos anos 1960/70), no campo cultural, e um movimento vencedor em muitos aspectos, diga-se, como veremos a seguir.

Em vista disso, a fonte de dados, primária, privilegiada foram os escritos de Glauber, artigos publicados anteriormente em jornais e revistas (escritos entre 1958 e 1963), reunidos nos livros: *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro* (2003), onde definiu o campo do debate sobre o cinema moderno; expôs um ideário específico para o cinema brasileiro e latino-americano e esboçou uma estética em conexão com a melhor literatura e a que mais bem representasse a vida social brasileira; *Revolução do Cinema Novo* (2004), obra que defende o ideário do *cinema novo*, em depoimentos que objetivaram restituir a “verdade” no cinema, e criar um *cinema independente*. De grande importância, como fonte de dados, são também as correspondências, entre os membros do grupo Cinema Novo (que inclui, além de cineastas, técnicos, produtores, financiadores,

colaboradores, críticos, etc.), reunidas por Ivana Bentes em *Glauber Rocha, cartas ao mundo*: contendo dados relativos às articulações prático-políticas dos cinemanovistas e as disputas no campo cultural. (BENTES, 1997)

Antes de iniciar-se na prática da organização do movimento Cinema Novo, quando já exercia a profissão de crítico e escritor, o jovem cineasta Glauber Rocha registrou:

Em 1957-58, eu, Miguel Borges, David E. Neves, Mario Carneiro, Paulo Sarraceni, Leon Hirszman, Marcos Farias e Joaquim Pedro de Andrade (todos mal saídos da casa dos vinte) nos reuníamos em bares de Copacabana e do Catete para discutir os problemas do cinema brasileiro. Havia uma revolução em curso no teatro, o concretismo agitava a literatura e as artes plásticas, em arquitetura a cidade de Brasília evidenciava que a inteligência do país não encahara. E o cinema? (ROCHA, 2004, p. 50)

Àquela época ele já havia realizado *Pátio* (um ensaio fílmico em forma de curta- metragem) e jovens cineastas, como Nelson Pereira dos Santos, Luiz Paulino dos Santos, Walter Hugo Khouri, entre outros, começavam a produzir seus filmes (independentes, por ocasião do fracasso da produtora nacional Vera Cruz), sob a influência do *Neo-realismo* italiano e das novas vanguardas cinematográficas europeias, mas voltados para a realidade brasileira e por meio de uma nova linguagem, refratária ao modelo da *chanchada* – cujo *modo de fazer*, imitava o modelo industrial hollywoodiano. Em discussões com seus pares, buscava Glauber, naquele momento, o caminho, o horizonte:

O que queríamos? Tudo era confuso. Quando Miguel Borges fez um manifesto disse que nós queríamos cinema-cinema. Paulo [Sarraceni] respondeu que aquilo era como a história do menino que pediu ao pai uma bola-bola e o pai ficou sem saber o que era. Deu em briga e o movimento do cinema-cinema entrou pelos canos, com muito romantismo. (ROCHA, 2004, p. 51)

Alguns anos depois, com o sucesso (de bilheteria e premiações) de filmes como *Aruanda*, *O Poeta do Castelo*, *Arraial do Cabo*, *Mandacaru Vermelho*, *Vidas Secas*, etc., e o início da produção de longas-metragens, na Bahia, como *Barravento*, *A Grande Feira*, configurou-se, segundo Glauber, uma nova era, não somente para o cinema brasileiro como também para a

crítica, alçada a um patamar mais elevado. Entretanto, ainda era preciso fazer mais, uma vez que a cultura cinematográfica brasileira, de modo geral, continuava precária e marginal.

### O cinema novo como cinema de autor

Assim, no início dos anos 1960, surgiu o movimento Cinema Novo, momento em que, pela primeira vez, dava-se no cinema brasileiro, conforme Raquel Gerber (1977, p. 10- 39), uma relação entre uma posição crítico-teórica e a realização cinematográfica. Para tanto, reuniam-se, no Rio de Janeiro, Glauber Rocha, Alex Viany, Nelson Pereira dos Santos, Leon Hirszman, Luís Carlos Barreto, Zelito Viana, Walter Lima Jr., Joaquim Pedro de Andrade e Rui Guerra, aos quais se juntaram outros, como David Neves, Caca Diegues, Gustavo Dahl, Paulo César Sarraceni, Eduardo Coutinho e Arnaldo Jabor, com a ideia de realizar um cinema *descolonizado*, que fizesse parte integrante da *cultura brasileira*, e não fosse uma simples imitação de um produto industrial importado. E ainda que fosse, fundamentalmente, *um cinema de autor*.

O *cinema de autor* teve suas primeiras manifestações na França, no final dos anos 1950, sob a denominação de “política dos autores” cujo expoente mais conhecido foi François Truffaut e seus companheiros de geração, que conseguiram imprimir um estilo próprio aos seus filmes mesmo trabalhando dentro do processo industrial de produção cinematográfica onde o diretor era apenas parte da equipe de produção e não era ele que controlava o processo de produção fílmica. Já, o percurso de Glauber para chegar à questão da autoria da obra cinematográfica é diverso do de Truffaut e seus companheiros.

A noção de *autor*, em Glauber, além de estabelecer uma relação intrínseca entre *cinema de autor* e *cinema independente* (na esteira da *Nouvelle Vague*, especialmente de Godard, fruto dos desenvolvimentos da “política dos autores”) estava, na prática, vinculada ao jogo de poder no interior do processo de produção cinematográfica. Ou seja, diz respeito à defesa prático política do diretor-autor nas suas relações com os grandes produtores.

Esse aspecto é observável, principalmente, nas relações com os distribuidores, uma vez que o Cinema Novo já nasce como uma *revolução* também no campo da produção cinematográfica (que inclui produção,

distribuição e exibição), na medida em que não dependeu de uma empresa produtora. Foi, segundo Glauber, justamente no momento da falência da Vera Cruz, produtora brasileira, em São Paulo, que surgiu no Rio de Janeiro, o *cinema independente* de Nelson Pereira dos Santos, com o filme *Rio, 40 Graus*, de 1957: “tardamente influenciado pelo *neo-realismo*, uma resposta, a primeira, à mentalidade parafascista industrial.” (ROCHA, 2004, p. 85). Partindo da noção de *cinema independente*, procurou conferir um caráter político ao *cinema novo* brasileiro que permitisse que este se desenvolvesse em outra direção e pudesse “enfrentar o subdesenvolvimento econômico e cultural e defender-se da ditadura da distribuição americana.” (ROCHA, 2004, p. 85)

Glauber chamava a atenção para o fato de que, no mundo capitalista, “o ponto pernicioso do processo cinematográfico é a distribuição”, portanto, para lutar contra isso, “é necessário que os cineastas se transformem em produtores e distribuidores.” Logo, a concepção defendida por ele do *cinema de autor* estava menos ligada à “política dos autores”, embora tenha sido por ela influenciada, e mais associada ao modelo do chamado *cinema independente*, surgido do movimento *Underground* norte-americano, onde os próprios diretores exerciam também a função de produtores e distribuidores.

Ao classificar o *cinema novo* como *cinema de autor* e *cinema independente*, Glauber tornava ainda evidente que: “O cinema de autor é um cinema livre! Essa liberdade, fundamentalmente, é intelectual” (ROCHA, 2004, p. 62). Não que fosse livre no sentido de admitir qualquer coisa, mesmo porque, sendo a liberdade de cunho *intelectual*, era necessário um conhecimento da *cultura cinematográfica* além de uma consciência clara da *realidade* a ser retratada, na medida em que o *cinema novo* era concebido por Glauber e seus pares como *forma de conhecimento*, ou ainda, *meio de produção de conhecimento*.

Considerado aqui também como arte de vanguarda<sup>2</sup>, que, retomando o espírito da chamada vanguarda histórica<sup>3</sup>, aquela que reunindo cultura e política,

arte e vida, acreditava, igualmente, no poder da arte de transformar a sociedade.

Logo, no projeto do *cinema novo*, autoria significava não só “anti-indústria” (o exemplo da Vera Cruz e seu colapso demonstrou a ineficácia da incipiente indústria cinematográfica brasileira) como também postura crítica, engajamento político (não partidário), mesmo porque, conforme afirma o próprio Glauber: “a única opção do intelectual do mundo subdesenvolvido entre ser um ‘esteta do absurdo’ ou um ‘nacionalista romântico’ é a cultura revolucionária” (ROCHA, 2004, p. 99). Pois, acreditava, como o romancista e crítico brasileiro, Machado de Assis, que: “Esta outra independência não tem sete de setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração ou duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo”. (MACHADO de ASSIS *apud* COUTINHO, 2000, p. 801-80)

Considerando-se que, para Glauber, inicialmente, “o cinema é uma cultura da superestrutura capitalista” (ROCHA, 1963, p. 37), num momento em que o capitalismo industrial avançava, tornando-se global, no *cinema novo* (arte moderna, de vanguarda, anti-industrial) que se prestava principalmente à crítica da sociedade, o autor deveria ser um inimigo dessa cultura: “ele prega sua destruição, se é um anarquista como Buñuel ou o destrói, se é um anarquista como Godard” (ROCHA, 1963, p. 37). Ainda ecoando o pensamento glauberiano, no Brasil, “onde se consolida uma estrutura capitalista às contradições do submundo agrário e metropolitano”, o cinema tem sido, até então, “uma desastrosa aliança entre autores imaturos e capitalistas amadores.” (ROCHA, 1963, p. 38)

Caberia, assim, ao movimento Cinema Novo mudar essa realidade, transformando todo o *modo de fazer* da cinematografia brasileira e latino-americana (sistematizado no manifesto *Uma Estética da Fome*) cujo objetivo principal seria divulgar a verdade:

O que fez do *cinema novo* um fenômeno de importância internacional foi justamente seu alto nível de compromisso com a verdade; foi seu próprio mise-

<sup>2</sup> Para um estudo sobre a concepção de vanguarda nos movimentos culturais no Brasil nos anos 1960 ver REIS, 2006, nas Referências Bibliográficas.

<sup>3</sup> Termo cunhado por Peter BURGER, no seu estudo das vanguardas europeias do pós-guerra, no *Theory of the avant-gard* (Minneapolis: University of Minesota Press, 1984) e utilizado por Andreas HUYSSSEN em *Memórias do Modernismo* (Rio de Janeiro: UFRJ, 1997) e que se refere aos movimentos modernistas nas artes surgidos no início do século XX, após a Primeira Guerra, a exemplo do *expressionismo*, *futurismo*, *cubismo*, *dadaísmo*, *surrealismo*, etc. Esses movimentos artísticos buscavam reunir arte e política, arte e vida.

rabilismo, que, antes escrito pela literatura de 30, foi agora fotografado pelo cinema de 60; e, se antes era escrito como denuncia social, hoje passou a ser discutido como problema político. (ROCHA, 2004, p. 65)

O autor passaria a ser, no movimento cinema novo, o maior responsável pela verdade. Sua estética seria necessariamente ética, sua *mise-en-scène*, política. Nesse sentido, além de relacionar a liberdade de ação do autor cinematográfico à verdade, à ética e à política, o definia em oposição às leis que regiam a *política dos diretores*, situada ao nível do mercado, portanto, do reificado. Assim, sua noção de *autor*, na qual estava fundado seu *cinema novo*, realizou a crítica da “política dos autores” (oriunda do movimento vanguardista francês que resultou na *Nouvelle Vague*, com a qual Glauber dialogou diretamente e depois refutou, veremos por que razão ou em que sentido) ao tempo em que aproximou-se do *cinema-verdade*, apontando para uma acepção muito específica de *cinema independente*, surgida nos Estados Unidos, mas que se tornara, no Brasil da época, de acordo com Ortiz Ramos (1983, p. 28), aquele cinema “que se inseria numa via de desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro na direção de uma alternativa socialista.”

De acordo com Glauber, no cinema do *Terceiro Mundo*, de indústria incipiente, o autor seria visto como idealizador e responsável pela condução de todo o processo de produção:

O diretor tem que pensar nos mínimos detalhes. Eu, por exemplo, não me defino como um diretor cinematográfico, mas sou também produtor, diretor de publicidade, diretor de fotografia, faço tudo, todas as etapas da produção de um filme. Não exerço apenas, como na Europa e nos Estados Unidos, a função de diretor. O mais importante não é que o cinema brasileiro, o cinema novo, tenha feito belos filmes, mas é que não formamos fotógrafos e técnicos especializados para se adequarem à realidade. Um diretor no Brasil tem que ser capaz de organizar toda uma estrutura capaz de realizar um filme. Isso significa uma liberdade sobre o desenvolvimento econômico e técnico do país.<sup>4</sup>

A teoria estética glauberiana defendida no *Revolução do Cinema Novo* (ROCHA, 1981) evoca, principalmente, a noção de *cinema independente*, porém, nos termos de uma prática cinematográfica empenhada em articular o problema social com a estética (entendida como ética) dentro de uma tradição que vem do modernismo dos anos 20 – onde o fundamental é a forma nova, a cristalização de um novo modo de olhar, relacionado à consciência da particularidade local, e seus desafios como caminho de inserção num debate internacional. Visto que o cinema é uma arte universal e seus autores independentes estão inseridos num campo de luta igualmente cósmica:

Para o *cinema independente* não existem fronteiras culturais e ideológicas. Desde que o cinema é um método e uma expressão internacional e desde que este método e essa expressão estão dominados pelo *cinema americano associado aos grandes produtores nacionais – a luta dos verdadeiros cineastas independentes é internacional*. (ROCHA, 2004, p. 101)

### A revolução do cinema novo

Depois do manifesto-símbolo do Cinema Novo, *Uma Estética da Fome*, onde defende o cinema de autor, e o cinema independente, comprometido com a *verdade*, Glauber propõe aos cinemanovistas uma Intentona Internacional, por ele denominada de *Internacional Cinematográfica* (que irá resultar no projeto do *Cine Tricontinental*, que acabou sendo levado a cabo por ele, no final dos anos 1960). Modelo capaz de revolucionar o modo de produção fílmica, lançando um *novo modo de fazer* cinema para refutar o modelo hollywoodiano que dominava o mercado cinematográfico mundial.

Para isso, seria necessário transformar, primeiro, o próprio conceito de produtor capitalista em produtor criador, que Glauber (ROCHA, 2004, p. 102) esboçou como um profissional especializado em organizar a produção de um filme em termos de participação distribuída de forma equivalente aos técnicos e artistas especializados; para que, por sua vez, o contato do produto, o filme, com o exibidor se tornasse uma relação direta. Em consequência desse primeiro passo para a mudança no modo de produção cinematográfica,

<sup>4</sup>Texto copiado do documentário (que considero um vídeo-aula, onde Glauber coloca os problemas e o *modo de fazer* do cinema latino americano), “Diario Spagnolo di Glauber Rocha”, produzido durante a preparação das filmagens de *Cabeças Cortadas* em Barcelona, Espanha, em 1970, encontrado nos arquivos da TV italiana RAI, em Roma, em outubro de 2011, onde realizei pesquisa doutoral com Bolsa Sandwish CAPES.

as distribuidoras passariam a ser controladas por, ou postas a serviço dos novos produtores nacionais.

Ou seja, só a partir da transmutação das empresas produtoras (cujo modelo é copiado das norte-americanas em toda parte) em novos produtores criadores a nível local, ou ainda, a partir do que Glauber considerou como o “desenvolvimento nacional das produções”, é que se tornaria possível uma Internacional Cinematográfica. Que teria como objetivo construir uma estrutura (ou um modo de produção) adequada e capacitada para enfrentar “em quantidade e qualidade o cinema americano – instrumento político de colonização global” (ROCHA, 2004, p. 102). Logo, a Internacional Cinematográfica, uma ação internacional organizada, deveria partir de uma organização local, mas, para que se constituíssem, em toda parte, movimentos nacionais de cineastas independentes, pois, para Glauber (ROCHA, 2004, p. 102), o cineasta não pode ser considerado um artista isolado como o poeta ou o pintor; deve ser um técnico, um economista, um publicista, um distribuidor, um exibidor, um crítico, um expectador e um polemista; deve ser um homem de ação, física e intelectualmente preparado para a luta.

No plano local, e de acordo com Glauber (2004), o *cinema novo*, *cinema de autor*, “não surgiu por acaso” – “no momento em que o concretismo decretou a falência da nossa poesia, surgiram os autores de cinema” (ROCHA, 2004, p. 60) – mas resultou “de toda uma crise na arte brasileira” – crise que antecede a toda transformação social, de acordo com o marxismo, que Glauber pretende utilizar, enquanto método:

Como, diante de determinado fato, o autor vai se comportar? Para mim, existe um método válido de análise que é o **método marxista**, isto é, um método de abstração para uma análise histórica de um fenômeno. Não creio que no momento exista um outro método de desmistificação se não a aplicação de um método dialético claro, objetivo, desesteticizante, e estético na medida em que ético. (ROCHA, 2004, p. 75)

Para caracterizar o *cinema novo*, *cinema de autor*, como *cinema independente*, Glauber tomou como referência o Cinéma vérité Jean Rouch. De início, ele elegeu certos traços do *cinema-verdade*, que já estavam presentes nos novos cinemas ou nas vanguardas europeias (especialmente, a *nouvelle vague*) como,

por exemplo, o uso do som direto, que interessou a Glauber como instrumento de maior eficácia para a exposição da realidade, conforme argumenta: “Um tipo de documentário que procura pelo som e pela imagem refletir uma verdade, uma realidade. (ROCHA, 2004, p. 75)

Praticamente, considera o *cinema-verdade* útil, “do ponto de vista informativo e educativo para uma sociedade subdesenvolvida, como forma de levantamento de problemas” (ROCHA, 2004, p.75), mas, o questiona do ponto de vista teórico, colocando um problema que considera básico para a concepção do *cinema-verdade*:

O problema é o seguinte: um documentário desse tipo passa a ser válido a partir do momento em que aborda um problema, realiza uma ideia, expõe ao expectador um problema. Isso é válido. Creio que a simples entrevista, a simples câmera na mão, o simples corte fora de continuidade, se não utiliza uma ideia, NÃO FAZ SENTIDO. (ROCHA, 2004, p. 77)

Entretanto, para Glauber não se tratava apenas de um problema de método, ou melhor, ele considerava o *cinema-verdade* (classificado como documentário, e que deu origem ao filme etnográfico) enquanto um *modo de fazer* útil ao cinema novo. Assim, elegeu certos traços dessa técnica para caracterizar o *cinema novo* como *cinema de autor*, ao mesmo tempo em que sugeria que o cinema “só é importante quando autoral, um cinema que reflita sobre a realidade, que pense que aja sobre a realidade. [...] na medida em que vê essa realidade, informe sobre ela, a discuta e faça agitação política em torno dela”. (ROCHA, 2004, p. 76). Portanto, não basta simplesmente mostrar, documentar a realidade, como o fez, por vezes, o cinema direto (chamado também de *cinema-verdade*, ou *filme etnográfico*), uma forma de documentário. Para Glauber, para se tornar *cinema de autor*, “o que o *cinema verdade* necessita, não só o cinema verdade, mas o cinema moderno”, o verdadeiro cinema, é o “rigor intelectual e a aplicação exata das ideias.” Só assim seria capaz de “desalienar” (tanto o público quanto os próprios cineastas dos vícios do cinema industrial): objetivo principal dos *novos cinemas latino-americanos*.

Para esboçar as principais características do *cinema novo*, Glauber não adota totalmente nem o *cinema de autor* nem o *cinema independente* nem o *cinema-verdade* assim como se apresentavam no

movimento dos novos cinemas mundiais, no qual estava imerso, mas, de início, elege os traços (técnicos) mais importantes, para ele, e vai adaptando de acordo com as exigências do momento. Na sua prática artística e intelectual vai e volta do *cinema-verdade* (voltado para documentar a realidade) ao *cinema de autor* (anti-industrial e *estético*). E reafirma que o cinema não é apenas uma técnica, é antes uma poética.

Quanto à questão técnica do cinema moderno, na perspectiva teórica de Gilles Deleuze (1990), o cinema clássico era constituído por uma convergência ou conexão de séries, a exemplo do *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (conforme o próprio Glauber: “*Deus e o Diabo* é um filme narrativo, é um discurso...”), já o cinema moderno era constituído por séries divergentes, por uma divergência ou disjunção de séries (de planos, numa linguagem fílmica) como é o caso do *Terra em Transe*. Ou seja, enquanto o cinema clássico encadeava as “imagens-movimento” na filmagem; o cinema moderno organizou a coexistência ou as relações não cronológicas das “imagens-tempo”, através da montagem, como uma colagem de sensações desconectadas, que Deleuze chamou de “mostragem”. E que provoca o *transe*, segundo o próprio Deleuze (1990).

É através da utilização desse recurso da montagem que Glauber realizou uma revolução na linguagem cinematográfica. Os filmes do Cinema Novo, do qual foi o organizador e teórico principal, eram até então *narrativos*, procurando expor a realidade social, a *miséria do povo*, de forma *realista*. Diferiam, contudo, do restante da produção cinematográfica brasileira até o momento, pelo *modo de produção* – com poucos recursos, e, principalmente pelo tema voltado para a realidade de miséria social do povo – retomando o ponto de vista de denúncia da literatura regionalista de 1930.

Já o cinema novo de Glauber analisaria o processo histórico, em termos de conflito social, de forma “dialética” ou seja, “por contradição e não por “narração” – que passou a utilizar, como aspecto privilegiado da linguagem cinematográfica no *Terra em Transe*. A mesma técnica de montagem que será aplicada no *Der Leone Have Sept Cabeças*, como desenvolvimento, por sua vez, do *Terra em Transe*, e como aplicação do manifesto do *Cine Tricontinental*, rumo à *Eztetika do Sonho*. O objetivo de seu cinema (político) *em processo* sempre foi o de apresentar novas questões, prementes,

por meio de novas formas, como ensina o método do teatro épico, que rompeu com o *expressionismo – vanguarda histórica*, em cujo âmbito surgiu o teatro de Brecht (CHIARINI, 1967).

É importante ressaltar que o movimento Cinema Novo, reunia cineastas com propostas estéticas e políticas muito diferenciadas embora com um mesmo propósito, a saber: o de fazer filmes anti-industriais, filmes de autor; quando o cineasta passou a ser um artista comprometido com os grandes problemas de seu tempo: “para nós a câmera é um olho sobre o mundo” (ROCHA, 1981, p. 17), e o autor “é um individualista feroz e agressivo, mas sua sobrevivência depende de integração numa prática coletiva” (ROCHA, 1981, p. 61). Podendo, portanto, ser considerado como um movimento cultural coletivo, mas não uniforme.

O cinema de Glauber Rocha divergia do cinemanovista mais conhecido internacionalmente, Nelson Pereira dos Santos, não somente por aquilo que Ivana Bentes (1997, p. 25) chamou de classicismo humanista de *Vidas Secas*, mas, principalmente, pelo realismo excessivo. Era um objetivo comum aos cinemanovistas mostrar a realidade social, a miséria do povo, mas Glauber acrescentava a esse aspecto realista a utopia mítica lançando mão sempre da mitologia e do misticismo, além de utilizar-se da *alegoria* como linguagem privilegiada. Devido à forte influência do *Neo-realismo* italiano (movimento que Glauber admirava, embora se colocasse de maneira crítica) a cinematografia de Nelson Pereira dos Santos afastasse da glauberiana, que reflete sobre a realidade, mas por meio de uma estética que incorpora o mito. Seu cinema épico é diferente do cinema *realista* de Nelson Pereira. Como esclareceu o próprio Glauber (ROCHA, 2004, p. 177).

Os filmes do *cinema novo* são inteiramente diferentes uns dos outros. Evidentemente, os cineastas que formamos o movimento temos pontos de vista comuns de interesse estético, artístico ou cultural, mas os filmes de cada um são diferentes. E não existe tal ou qual tendência predominante.

Como mentor e organizador do movimento Cinema Novo, Glauber Rocha exerceu, no entanto, a função de aglutinador de opiniões junto aos cineastas de sua geração, expressava suas aspirações no campo cinematográfico, pois sabia traduzir os objetivos comuns:

Nossa geração tem consciência: sabe o que deseja. Queremos fazer filmes anti-industriais; queremos fazer filmes de *autor*; quando o cineasta passa a ser com-prometido com os grandes problemas de seu tempo; queremos filme de combate, na hora do combate e filmes para construir um patrimônio cultural. (ROCHA, 2004, p. 51)

Além disso, a maioria dos estudiosos concorda que o movimento se dividiu em três fases: a primeira, de organização do movimento, de 1960 a 1964, poucos filmes foram produzidos; foi o momento de estabelecer as bases de um *novo cinema* nacional e latino americano. A segunda, de 1965 a 1968, foi de reestruturação e redimensionamento das metas, após o Golpe – que tornou inviável o processo *revolucionário* em curso – e foi, no entanto, quando o Cinema Novo se tornou conhecido internacionalmente, com vários filmes premiados em Festivais; e quando, apesar da censura instaurada pela Ditadura Militar, fundaram a própria distribuidora e tornaram-se realmente independentes. E a terceira, a partir de 1968, momento em que Glauber, já se afastando dos cinemanovistas, decreta, em entrevista, na França, o fim do movimento, enquanto tal, mas continuou a defender o *cinema novo*, como o caminho para fazer cinema na América Latina.

As relações do grupo Cinema Novo com o Estado *Nacional*, ao menos nas duas primeiras fases, ou seja, até 1968, eram não só de total independência, nas esferas da produção e distribuição (levando em conta que o cinema é uma arte industrial que inclui três etapas independentes, mas intimamente relacionadas no processo de produção fílmica: produção; distribuição e exibição), assim como, de luta político-cultural, no campo econômico. O Cinema Novo era formado por um grupo de cineastas que atuava no campo cultural, não apenas por meio de sua prática cinematográfica, mas lutando no campo econômico pela conquista de um espaço e para estabelecer um mercado para seus produtos, fora do âmbito do Estado e em oposição às políticas culturais estatais da época da Ditadura Militar.

Conforme Suzana Soares (MANSILLA, 2004, p. 131), havia, naquela ocasião, uma “total unanimidade” sobre a necessidade de garantir a autonomia do campo intelectual e dos próprios intelectuais e artistas em face do Estado e dos grandes grupos econômicos, pois aí residia a condição que lhes permitiria a liberdade de expressão necessária para exercer plenamente sua

função de intelectuais críticos. Como atestou Glauber em entrevista aos *Chieres du Cinéma*, em 1969:

Goulart nomeou Nelson Pereira dos Santos para a presidência do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE). Nelson recusou essa nomeação, dizendo: “Não é necessário trabalhar com o Estado...”. Trabalhamos, então, fora de tudo isso, financiados por bancos que pertencem a burgueses progressistas e que nos emprestavam dinheiro, a juros muito altos. Empréstimos, não subvenções. (ROCHA, 2004, p. 207)

Assim, o grupo Cinema Novo criou, em sua segunda fase, como foi visto, sua própria distribuidora, a DIFILM, com 11 sócios produtores, quando já existia a MAPA de Zelito Viana, que trabalhava em cooperação com os cinemanovistas, possibilitando o lançamento de seus filmes. Tanto que, durante esse período (entre 1964 e 1968) os cineastas independentes produziram muito, segundo Glauber: em 1969, haviam lançado 67 filmes: proeza considerada aqui como a principal revolução do cinema novo. Conforme Luiz Carlos Barreto, a DIFILM era, no nível privado, o que depois foi a EMBRAFILM. E segundo Cacá Diegues, foi a primeira vez na história do cinema mundial que um grupo de artistas se transforma em empresários de si mesmos.

Embora não se adequassem à política do Instituto Nacional do Cinema, criado pelo Governo Militar, em 1966, que substituiu a GEICINE, os cinemanovistas contavam, para exibição de seus filmes, com uma Lei que obrigava o exibidor a projetar o filme nacional, numa percentagem de um para um. Mas, especialmente, dispunham das cinematecas para exibir seus filmes, espalhadas por todo o país. Foi, de fato, a grande época da maciça presença das cinematecas no mundo, exercendo forte influência sobre os estudantes e que culminou no movimento de maio de 1968, em Paris, como lembra o próprio Glauber (então diretor do ICAIC, em Cuba) em longa carta a Alfredo Guevara:

Quando os estudantes da Sorbonne apresentavam uma tese demonstrando que *Weekend* [Godard, França, 1967], *Prima della Rivoluzione* [Bertolucci, Itália, 1964] e *Terra em Transe* tinham sido os filmes que mais influenciaram os estudantes no movimento de maio de 1968, a revista *direitista* Fatos e Fotos publicou a notícia em tom de denúncia política. (ROCHA *apud* BENTES, 1997, p. 407)

Assim, o ano de 1968 ficou caracterizado como o das *revoluções* em todo o mundo, enquanto no Brasil foi um ano de *rupturas* entre o cineasta Glauber Rocha e seus pares cinemanovistas, e entre os artistas e intelectuais de esquerda com os quais dialogava e compartilhava a utópica *arte revolucionária*. E, ao mesmo tempo, é também o momento em que a trajetória glauberiana, no intento de elucidar essa circunstância, cruzou com a chamada *cultura marginal* (COELHO, 2010) e dialogou com o *Cinema Marginal*, quando realizou, no Rio de Janeiro, o curta-metragem *Câncer*, filmado no Brasil, em 1968, com a participação de um dos ícones da cultura marginal, o artista plástico Hélio Oiticica e montado em Roma em 1970.

### Considerações Finais

Apesar de o *Cinema Marginal* ser fruto da disseminação da *estética da violência* glauberiana, irá, em seguida, entrar em conflito com Glauber, que voltará a defender o cinema *épico-didático no processo revolucionário*, já desacreditado pelos *marginais do final dos anos 1960*. Glauber passou a criticá-los por sua descrença, “dominada pelo complexo de impotência intelectual”, “pela admiração inconsciente da cultura colonial” e “esterilidade criativa”, que seria combatida com seu cinema *épico-didático*. Porquanto o *Cinema Marginal*, surgido em 1968, como fruto da *estética da fome cinemanovista*, foi progressivamente afastando-se dos princípios estetizantes do Cinema Novo, como advertiu Fernão Ramos: “os dilemas de consciência altruísta, tão característicos do Cinema Novo, são substituídos no caso do *Cinema Marginal* por um individualismo mesquinho.” (RAMOS, 1987, p. 81)

O ano de 1968, em que Glauber “decreta” o fim do Cinema Novo, enquanto movimento, é considerado também o marco histórico do declínio e esgotamento da “estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária”, cunhada por Marcelo Ridente (2006), calcada na interpretação do *modernismo* e da *modernidade* de Perry Anderson e na qual estava inserido o movimento Cinema Novo:

Parece que as coordenadas históricas do modernismo propostas por Anderson estavam presentes na sociedade brasileira, do final dos anos 1950 até 1968: era significativa a luta contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais, havia um otimismo modernizador com o salto na industrialização a partir

do Governo Kubitschek, sem contar o imaginário da revolução brasileira – fosse ela democrático-burguesa (de libertação nacional) ou socialista –, impulsionado pelos movimentos sociais de então. O quadro mudaria após o fechamento político com a promulgação do Ato Inconstitucional N.5 (AI-5), 13 de dezembro de 1968, seguido da derrota das esquerdas brasileiras, esmagadas pela ditadura. (RIDENTE, 2006, p. 246)

Um dos que se expressaram de forma mais divergente dentro do grupo do Cinema Novo, Gustavo Dahl (1966), chega a declarar, em flagrante contradição com os princípios iniciais do movimento, que “O sistema de produção isolada”, a que teve de submeter-se o grupo Cinema Novo, a partir de 1968, com o fechamento da distribuidora própria, DILFIM, “revelou não só sua ineficiência econômica (inicialmente, o cinema novo não se voltava para as leis do mercado capitalista, ao contrário, se opunha a elas, como *cinema de autor, cinema independente*) mas também sua impossibilidade de romper as barreiras que mantém nossa indústria no estiolamento” (DAHL, 1966). Alguns membros do grupo Cinema Novo endossaram as ideias explicitadas no artigo de Gustavo Dahl e partiram para o “cinema-espetáculo” (criticado por Glauber) como uma tentativa de atingir o grande público.

O posicionamento, por parte dos cinemanovistas, cada vez mais a favor de um cinema espetáculo, associado a esquemas industriais de produção, não será tomado sem profundas divergências internas e acusações de “adesão ao inimigo”. Nessas circunstâncias, é que Glauber declarou, em entrevista, na França, o fim do movimento, enquanto tal e passou a defender o *cinema novo* enquanto *modo de fazer*. Naquele momento, o Cinema Novo ia perdendo suas conotações políticas, passando a sofrer forte influência do Tropicalismo, dando ênfase ao exotismo brasileiro e utilizando-se de símbolos a ele relacionados, como plantas, aves, frutas e índios, a exemplo do filme *Macunaíma* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade, que foi financiado em boa parte pelo capital estrangeiro e prestigiava a figura de Grande Otelo, ícone das “Chanchadas”, principal inimigo do movimento cinemanovista em seus primórdios.

O Cinema Novo teve suas repercussões posteriores, porém, para Glauber Rocha, seu mentor e teórico por excelência, depois do movimento vitorioso do novo cinema brasileiro, nos anos 1960, “*Cinema novo* virou indústria. Mercantilizou-se. Devemos nos negar a

vender a miséria alheia por bom preço. Não é possível coexistência entre o cinema-ideia e o cinema-comércio. Não tenho nenhum compromisso com esse falso *cinema novo*. Meu compromisso é com o ser humano.” (ROCHA, 2004, p. 57)

A despeito do sucesso de alguns filmes dos cinemanovistas no exterior, eles não agradavam mais ao público no Brasil. A maioria das realizações dos cinemanovistas foram verdadeiros fracassos de bilheteria – havia o aumento das exigências econômicas em relação à produção cultural, já que os filmes passaram a ser coloridos – e, por último, mas não de menor importância, a censura política e as novas formas (estatais) de incentivo à indústria cinematográfica brasileira, levaram o movimento Cinema Novo ao seu fim.

### Referências Bibliográficas

BENTES, Ivana. *Glauber Rocha, Cartas ao mundo*. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

CHIARINI, Paolo. *Bertold Brecht*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COELHO, Frederico. *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: Cultura Marginal no Brasil das Décadas de 1960 e 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COUTINHO, Carlos Néson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DAHL, Gustavo. Cinema Novo e estruturas econômicas tradicionais. *Revista Civilização Brasileira*, n. 5/6, Rio de Janeiro, 1966.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 2- A Imagem-Tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GERBER, Raquel. *Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Glauber Rocha, esse vulcão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MANSILLA, H. C. F. et al. *Os Intelectuais e a Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

ORTIZ RAMOS, João Mário. *Cinema, Estado e lutas culturais (anos 50-60-70)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PICOLLOTO, Everton Lazzaretti. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. *CS on-line – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Juiz de Fora, ano I, n. 2, nov. 2007. RAMOS, Fernão. *Cinema Marginal – a representação no seu limite*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

REIS, Paulo R. O. *Arte de Vanguarda no Brasil – os anos 1960*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RIDENTE, Marcelo. Artistas e Política no Brasil Pós-1960: Itinerários da Brasilidade. In: RIDENTE, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis (Orgs). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, pp. 229-261.

ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1981.

ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2004.

ROCHA, Glauber. *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*, 2a ed. Florianópolis: UFSC, 1987a.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Uma revolução no cotidiano? Os novos m Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

## Artigos

# Os encontros e desencontros entre o ensino de ciências sociais e a pós-graduação

Amurabi Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo:

O debate sobre ensino de ciências sociais na educação básica tem sido ampliado nos últimos anos, o que é acompanhado pelo aumento do número de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre este tema, especialmente em programas de pós-graduação em ciências sociais e em educação. Neste artigo analisamos a relação entre o ensino das ciências sociais e a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, destacando, por um lado, o aumento de pesquisas sobre a temática, por outro, o papel da pós-graduação na formação inicial e continuada de professores. Argumenta-se que, apesar da área de sociologia relegar aos mestrados profissionais a formação continuada de professores, os programas acadêmicos têm assumido esse papel, os que demanda uma nova reflexão sobre o lugar desta formação na pós-graduação.

Palavras-chaves: ensino de ciências sociais, ensino de sociologia, pós-graduação, mestrado profissional, formação continuada de professores.

**Palavras-chaves:** ensino de ciências sociais; ensino de sociologia; pós-graduação; mestrado profissional; formação continuada de professores.

## The encounters and disagreements between the teaching social sciences and graduate studies

## Abstract:

The debate on teaching social sciences in basic education has expanded in recent years, accompanied by an increase in the number of master's theses and doctoral dissertations on this topic, especially in graduate programs in social sciences and education. In this article, we analyze the relationship between teaching social sciences and graduate courses in Brazil, highlighting, on the one hand, the increase in research on this topic, on the other hand, the role of graduate courses in the initial and continuing teacher training. It is argued that, despite the area of sociology relegating the continuing teacher training to professional master's degrees, academic programs have taken on this role, which demands a new reflection on the place of this training in graduate studies.

**Keywords:** teaching social sciences; teaching sociology; graduate studies; professional master's; continuing teacher training.

## Introdução

A afirmação de que o ensino de ciências sociais<sup>2</sup> é um campo incipiente de pesquisa tornou-se um lugar-comum na literatura sobre o tema, todavia, esta afirmação encontra-se atualmente desatualizada. A comunidade de

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com estágio pós-doutoral em Didática das Ciências Sociais pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador do CNPq.

<sup>2</sup> O termo ensino de ciências sociais é utilizado aqui como sinônimo de ensino de sociologia na educação básica, considerando

pesquisadores voltada para esse tema tem se expandido e se consolidado nos últimos anos, o que tem sido acompanhado de avanços importantes no âmbito das políticas públicas, ainda que tais políticas não sejam lineares, e tenham sofrido reveses em período mais recente, especialmente no contexto de ascensão de movimentos conservadores na política brasileira (OLIVEIRA, 2021c, 2022). Do mesmo modo, pode-se enfatizar que a própria educação tem se consolidado como tema de pesquisa nas ciências sociais, e na sociologia em particular, como demonstram os balanços bibliográficos que vem sendo realizados em período recente (BARBOSA, GANDIN, 2021; OLIVEIRA, SILVA et al, 2021).

A introdução da sociologia como disciplina obrigatória em todas as séries do ensino médio em 2008 foi certamente um marco decisivo para esta área de pesquisa<sup>3</sup>, observando-se um crescimento significativo de teses e dissertações sobre o tema, assim como artigos, coletâneas, capítulos de livros e dossiês temáticos. Entretanto, a Reforma do Ensino Médio aprovada em 2017, assim como o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) publicada em 2018, implicaram em retrocessos para o ensino de sociologia, uma vez que a disciplina perdeu sua obrigatoriedade<sup>4</sup> e seus conteúdos curriculares esvaziaram-se em meio à área de ciências humanas.

Apesar desses retrocessos, é importante demarcar avanços relevantes que perduraram, como a expansão do número de cursos de formação de professores de sociologia, a manutenção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a criação do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), da Residência Pedagógica (OLIVEIRA, CIGALES, 2019).

Neste trabalho, buscarei examinar a relação entre a pós-graduação e o ensino de ciências sociais, considerando o crescimento das pesquisas sobre esse tema na pós-graduação, mas também observando que a relação entre pós-graduação e formação continuada ocorre não apenas através deste campo de pesquisa.

Destaco ainda a relação entre programas acadêmicos e profissionais, indicando as diferentes possibilidades de inserção dos professores de sociologia e egressos das licenciaturas em ciências sociais. Observa-se com isso que apesar da consolidação da pesquisa sobre ensino de ciências sociais na pós-graduação, é necessário refletir mais aprofundadamente sobre os diferentes percursos existentes na pós-graduação, e sobre os sentidos que eles possuem para a área de ensino de ciências sociais.

### Balanços realizados

A área de ensino de Ciências Sociais/Sociologia tem realizado constantemente balanços/estados da arte acerca da produção acadêmica na área, o que tem sido elaborado a partir de distintos recortes metodológicos. Podemos destacar três tipos de estados da arte mais recorrentes: a) balanço acerca das pesquisas realizadas em nível de pós-graduação; b) análise da produção bibliográfica difundida através de artigos em periódicos acadêmicos; c) balanço dos trabalhos apresentados em grupos de trabalho (GT) de eventos acadêmicos, com destaque para o GT “Ensino de Sociologia”, cujas atividades ocorrem bienalmente durante o Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS). Segundo Oliveira e Melchiorretto (2020, p. 12):

(...) esses diversos balanços realizados até o momento possuem pontos de convergência, sobretudo a partir da percepção de que há ampliação substantiva e rápida da produção acadêmica em torno do ensino de sociologia. Falta, no entanto, uma avaliação mais qualitativa sobre o montante dessa produção acumulada, especialmente em nível de pós-graduação (Silva, 2010). Notadamente, esses dados podem ser relativizados se considerarmos também a ampliação da produção acadêmica das ciências sociais em sua totalidade, uma vez que também ocorreu em período recente uma expansão substancial da graduação e da pós-graduação na área, principalmente a partir dos anos 2000 (Lima, 2019).

que apesar da disciplina presente no currículo escolar denominar-se sociologia, nos documentos que orientam seu ensino considera-se que esta disciplina escolar deva incluir também a antropologia e a ciência política.

<sup>3</sup> É importante destacar que inúmeras unidades da federação já haviam introduzido a sociologia no currículo escolar como disciplina obrigatória ou optativa antes do ano de 2008 (BODART et al, 2020), todavia é importante ponderar a aplicação e efetividade dessas medidas locais, assim como o impacto relativo que elas poderiam ter com relação à produção acadêmica.

<sup>4</sup> No contexto da BNCC para o ensino médio apenas língua portuguesa, matemática e língua inglesa são disciplinas obrigatórias. Importante ainda mencionar que a BNCC teve três versões apresentadas ao público, sendo a primeira produzida ainda no governo de Dilma Rousseff, assim sendo, é possível perceber como que este documento foi impactado pelas transformações sociopolíticas ocorridas no Brasil.

Assim sendo, apesar dos diferentes recortes metodológicos utilizados, observamos alguns pontos de convergência que tendem a reforçar a existência de um campo de pesquisa em processo autonomização<sup>5</sup>. Em meio a esses balanços aqueles voltados para a análise de teses e dissertações sobre o ensino de ciências sociais ocupam um lugar central, uma vez que os resultados de tais pesquisas tendem a ser divulgados em eventos acadêmicos e em periódicos especializados, além de apresentarem maior detalhamento acerca dos aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas.

Em que pese as tendências que podem ser observadas, também há descontinuidades com relação a esses balanços, talvez a mais evidente delas seja o fato de que em um primeiro momento a maior parte das pesquisas sobre ensino de ciências sociais era desenvolvida em programas de pós-graduação em educação, no entanto, ao longo dos anos, os trabalhos realizados junto a programas de ciências sociais passaram a ganhar maior espaço nesse debate.

Em um dos primeiros balanços realizados após a reintrodução da sociologia em 2008, Handfas (2011) chama a atenção para o fato que já nos anos de 1990 encontramos os primeiros trabalhos em nível de pós-graduação sobre o tema, e que a produção sobre o tema tem se mantido relativamente constante desde então, totalizando 35 trabalhos. Ainda segundo a autora "(...) esse dado contraria uma visão corrente nessa área de pesquisa de que ainda nos encontramos num estágio baixo de produção de conhecimento." (HANDFAS, 2011, p. 390). Esta sua hipótese é reforçada ao compararmos com a produção na área de ensino de história, que apresentaria números não muito maiores, apesar de se voltar para uma disciplina com maior tradição no currículo escolar. Neste balanço a autora aponta como principais temas de pesquisa os seguintes tópicos: a) institucionalização das ciências sociais (os primeiros manuais, história da disciplina escolar); b) currículo (disciplina escolar, práticas pedagógicas, metodologias, recursos, didática); c) percepções sobre o ensino de sociologia no ensino médio (alunos, professores); d) trabalho docente (condições de trabalho do professor de sociologia); e) disputas pela implementação da sociologia no ensino médio.

Três anos depois, Handfas e Maçaira (2014) publicaram um novo balanço, neste trabalho as autoras já observaram uma tendência a um maior equilíbrio entre o número de trabalhos realizados junto a programas de educação e de ciências sociais, ainda que perdesse uma leve predominância junto aos primeiros. Segundo as autoras, 23 trabalhos foram desenvolvidos em programas de educação, 19 em ciências sociais, e um em letras. Neste levantamento são apontados os seguintes temas como os mais recorrentes: a) currículo; b) práticas pedagógicas e metodologias de ensino; c) concepções sobre a sociologia escolar; d) institucionalização das ciências sociais; e) trabalho docente; f) formação do professor.

Caregnato e Cordeiro (2014) também realizaram um estado da arte, ainda que devido ao recorte utilizado tenham chegado a um número menor de trabalhos analisados (24) em comparação com os dois levantamentos anteriores. Segundo as autoras:

(...) investigar o ensino de Sociologia implica considerar as características dos diferentes espaços sociais representados pelos campos das Ciências Sociais e da Educação e também a relação entre os atores da universidade e da escola. Por esse caminho, valoriza-se a interpretação de sentidos manifestos pelos sujeitos e se apreendem implicações para a implementação da disciplina. Analisamos, assim, aspectos relevantes na composição do material empírico da pesquisa. Desde já anunciamos que os temas da identidade profissional do sociólogo e da constituição da disciplina escolar na relação com a disciplina científica se destacam. (CAREGNATO, CORDEIRO, 2014, p. 41).

As autoras destacam três grandes grupos temáticos a partir dos quais se organizariam tais produções: a) desafios da atuação profissional para os graduados em ciências sociais; b) relações entre disciplina científica e disciplina escolar; c) a disciplina de sociologia na ótica dos atores da escola.

Outro importante levantamento foi realizado por Bodart e Cigales (2017), no qual é indicada a existência de 106 trabalhos sobre o tema, sendo 12 teses de doutorado e 94 dissertações de mestrado. Neste levantamento é observada uma primeira guinada na distribuição de trabalhos entre programas de educação

<sup>5</sup> Apesar de fugir do foco e do escopo deste artigo, considero relevante demarcar que não compreendo que o ensino de ciências sociais/sociologia constitui apenas um subcampo inserido no campo mais amplo da sociologia, mas sim um campo em processo de autonomização que emerge a partir da interface entre os campos da sociologia e da educação.

e de ciências sociais, uma vez que haveria o mesmo número de trabalhos defendidos em programas de educação e de ciências sociais (51), além de 4 em outras áreas. Notadamente, deve-se considerar o fato de que este levantamento foi realizado após a conclusão das primeiras turmas do mestrado profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), sendo que dez dissertações originaram-se neste programa. Assim sendo, considerando-se apenas os programas acadêmicos, mesmo neste balanço perdura a predominância dos programas em educação em termos de número totais de pesquisas realizadas.

Em uma busca recente no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, realizada em 9 de novembro de 2021, encontramos 165 trabalhos concluídos sobre o tema apenas quando utilizamos como palavra-chave “ensino de sociologia”, sendo 107 defendidos em mestrados acadêmicos, 37 em mestrados profissionais e 21 teses em doutorados acadêmicos. Observa-se assim um crescente papel dos programas profissionais, assim como um sensível crescimento dos trabalhos realizados em nível doutoral.

Chamaria a atenção para alguns aspectos nesses balanços: a) as informações trazidas tendem a confirmar a ideia de que o debate acadêmico sobre ensino de ciências sociais não é um debate incipiente, mas sim uma área em processo de consolidação com um rápido crescimento nas últimas duas décadas, refletindo as transformações nas políticas educacionais voltadas para a educação básica; b) apesar de tendencialmente apontarem para um predomínio das pesquisas desenvolvidas em programas de educação, desconsidera-se o fato de que tais programas são mais numerosos (191) que os de ciências sociais (37 em antropologia, 62 em ciência política e relações internacionais, 52 em sociologia), e com um número muito maior de docentes e vagas disponíveis para estudantes, de modo que se tomarmos proporcionalmente, observaremos que esta temática ocupa um lugar mais central nos programas em ciências sociais que em educação; c) por fim, é válido destacar que apesar de nos referirmos de modo geral a programas de ciências sociais, tendencialmente este debate encontra menos espaço nos programas disciplinares de antropologia e de ciência política, o que pode refletir tanto o menor espaço que as discussões sobre ensino ocupam nestas áreas, quanto a menor afinidade que elas possuem com o debate particular

sobre o ensino de sociologia, bem como a histórica menor afinidade que essas áreas possuem com a pesquisa educacional no Brasil (GOUVEIA, 1989).

Apesar de não ser o foco deste artigo, é importante destacar que a inserção do debate sobre ensino de ciências sociais em programas de pós-graduação reflete também a própria inserção da educação na agenda de pesquisa das ciências sociais. Desse modo, é importante considerar que historicamente a educação tem sido considerado um tema “menor” na agenda das ciências sociais brasileiras, algo que teria se aprofundado com a Reforma Universitária de 1968 e a consequente criação das Faculdades de Educação. No entanto, balanços mais recentes tendem a reafirmar a consolidação e a relevância da pesquisa educacional na agenda das ciências sociais brasileiras, ainda que se deva considerar que as investigações ocorridas nesta seara inclua tanto os Departamentos de Ciências Sociais quanto as Faculdades de Educação (OLIVEIRA, SILVA, 2016, 2021; BARBOSA, GANDIN, 2021). Diante de tal cenário, cabe-nos levantar a hipótese de que, ao menos em parte, a maior centralidade que as pesquisas sobre ensino de ciências sociais tem alcançado reflete também a própria consolidação da pesquisa educacional no âmbito das ciências sociais brasileiras.

### **Formação continuada de professores de sociologia e as políticas educacionais**

Historicamente a pós-graduação tem sido pensada como um espaço de formação de pesquisadores, de modo que se considerarmos a dicotomia entre licenciatura e bacharelado, estes últimos seriam aqueles que “tendencialmente” ingressariam na pós-graduação visando completar sua formação inicial, especialmente ao considerarmos que a pesquisa no Brasil é significativamente concentrada nas universidades, especialmente nas universidades públicas. Notadamente esta percepção dicotomizada e hierarquizada entre licenciatura e bacharelado tem sido criticada nas últimas décadas, reforçando-se a ideia de que a pesquisa constitui um dos eixos centrais da formação docente.

Se observarmos as discussões existentes a partir dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) podemos perceber que nos primeiros planos (1975/1979, 1982/1985, 1986/1989) a pós-graduação em termos formativos era pensava principalmente para a formação

de professores para o magistério superior, sendo que apenas a partir do plano de 2005/2010 que se fez referência à necessidade de se qualificar também professores da educação básica. Segundo o documento:

A necessidade de qualificação para os professores do ensino fundamental, médio e técnico exige uma reflexão sobre qual seria o melhor caminho a ser seguido para atender a essa demanda. Vislumbra-se a possibilidade de estimular a criação de programas de mestrado voltados para a formação de professores em serviço, em articulação e cooperação com os sistemas de ensino. (BRASIL, 2004, p. 48).

Também no PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010a, 2010b) reaparece a concepção de que é necessário qualificar os professores da educação básica em nível de pós-graduação, reforçando-se a ideia de que os programas profissionais são, por excelência, tais espaços formativos. Articula-se a essa discussão, a meta número 16 do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação (Brasil, 2014).

Apesar de o debate sobre mestrados profissionais estar presente na pós-graduação brasileira desde a década de 1990, na área de educação/ensino essa tem sido uma experiência mais recente iniciada nos anos 2000, principalmente a partir da área de ensino de ciências. Considerando os programas profissionais voltados para a formação de professores na área de ciências sociais, destacamos a criação em 2013 do mestrado profissional da Fundaj, e em 2017 do PROFSOCIO, ambos avaliados na área de sociologia; soma-se a este cenário o mestrado profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco (UPE), avaliado na área de antropologia, que também se volta para a formação de professores no sentido mais amplo do termo (OLIVEIRA, 2021b).

Realizando um diálogo entre a perspectiva trazida pelo PNPG e os dados que temos com os balanços realizados na área de ensino de ciências sociais, podemos observar que a formação continuada de professores em nível de pós-graduação *stricto sensu* nas ciências sociais tem ocorrido principalmente através de programas acadêmicos, e não profissionais, ainda que se deva ressaltar o papel cada vez mais relevante que o PROFSOCIO tem tido nesta seara.

Quero dizer com isso, que apesar da estruturação das políticas de pós-graduação apontarem para uma direção, que tende a privilegiar os programas profissionais como espaço de formação continuada dos professores, nas ciências sociais ainda encontramos um papel central que os programas acadêmicos de educação e de ciências sociais ocupam neste processo. Tal fenômeno pode ser explicado em parte pelo fato de que “Los másteres profesionales siguen siendo una experiencia muy reciente en Brasil, y siguen siendo una minoría en relación con los másteres de investigación en Ciencias Sociales, lo que implica una mayor dificultad para romper con los modelos tradicionales de formación académica”. (OLIVEIRA, 2021a, p. 282).

Certamente a resistência histórica que as ciências sociais possuem com relação à pesquisa educacional ainda se coloca como um desafio para inserção desta temática nas pós-graduações da área, todavia, balanços mais recentes tendem a apontar para a consolidação e expansão do debate educacional nas ciências sociais, e na sociologia em particular (OLIVEIRA, SILVA, 2020).

Soma-se a esse cenário o fato de que quando nos referimos à formação continuada de professores de sociologia podemos nos referir aqui a dois distintos grupos: a) egressos das licenciaturas em ciências sociais, que se encontram devidamente habilitados para o ensino de sociologia na educação básica, e que eventualmente podem assumir outras atribuições no sistema de ensino enquanto profissionais da educação, tal como técnicos em assuntos educacionais, gestores escolares, consultores pedagógicos etc, e que buscam continuar a formação inicial recebida no ensino superior; b) professores que lecionam sociologia na educação básica, e que amiúde possuem formação inicial em outras áreas do conhecimento, recorrentemente lecionando sociologia de forma concomitante ao ensino de outras disciplinas escolares, para os quais a formação continuada representa também uma formação inicial no campo das ciências sociais.

Referindo-se ao papel da pós-graduação acadêmica em ciências sociais na formação continuada de professores de sociologia Silva e Lima (2017) realizam os seguintes apontamentos:

É nesse cenário que a Sociologia se torna obrigatória no Ensino Médio e acaba por ser afetada por essas políticas. Essas demandas gerais apontadas pela CAPES e pelo PNG 2011-2020, são recontextuali-

zadas no campo das Ciências Sociais. A inserção da Sociologia em todas as séries/ciclos do Ensino Médio trouxe muitos desafios para os cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e Sociologia. Um dos desafios é a formação inicial e continuada dos professores de sociologia da Educação Básica. No que se refere à pós-graduação, mostramos que o acolhimento da temática e dos pesquisadores nos programas de pós-graduação stricto sensu vem ocorrendo na área de Educação e na área de Sociologia/Ciências Sociais.

Nos programas de Sociologia e Ciências Sociais há um crescimento da produção de pesquisas e a criação de linhas de pesquisas de educação e ensino de sociologia, reabilitando essas temáticas no interior das Ciências Sociais. Há, ainda, uma ação da Sociedade Brasileira de Sociologia que induz e dinamiza as pesquisas nos programas, além da criação de mais um mestrado profissional para a docência no ensino médio, agora organizado em rede nacional.

Podemos concluir que os agentes e as agências, tais como a CAPES e os programas de pós-graduação, têm respondido às demandas da formação continuada de docentes na pós-graduação stricto sensu, com ações concretas mas ainda incipientes, iniciadas há poucos anos. Contudo, a chamada do PNG-2010-2020 é importante, do ponto de vista simbólico e político, pois conclama a elite de pesquisadores do país a se dedicarem à melhoria da Educação Básica como condição para a continuidade dos avanços da pesquisa nacional. (SILVA, LIMA, 2017, p. 48).

Nesta direção, é importante mencionar que a interface com a educação básica é um dos elementos de avaliação da pós-graduação na CAPES, de modo que os programas em ciências sociais têm destacado recorrentemente diferentes formas de inserção neste campo, ainda que isto se apresente de forma relativamente heterogênea entre as diferentes áreas. Segundo o levantamento realizado por Azevedo, Lopes e Mochel (2020), podemos observar que “A Antropologia e a Ciência Política ou não se reconhecem como protagonistas no ensino médio, ou, pior, não reconhecem sua presença nesta etapa de ensino, o que poderia ganhar maior espaço de discussão nestes dois Comitês de Área da CAPES.” (AZEVEDO, LOPES, MOCHEL, 2020, p. 76). No caso da área de sociologia, encontramos no documento de área a seguinte referência à interface com a educação básica:

Os mestrados profissionais se tornaram o princi-

pal nicho de interação entre a área de sociologia e a educação básica sendo a principal política da área para o assunto. No entanto, diversos programas acadêmicos possuem linhas de pesquisa na área de sociologia da educação, enquanto outros mantêm relação com cursos de graduação específicos de licenciatura de sociologia ou ciências sociais. Interações deste tipo e de outros como a participação na formulação e avaliação de políticas públicas para a educação básica e outros setores serão valorizados na avaliação do impacto social dos programas. (BRASIL, 2019, p. 10)

Ao ser indicado que a principal interação da área com a educação básica se dá através dos mestrados profissionais, é importante que isso não se desdobre em um esvaziamento desta interface nos programas acadêmicos. É necessário pensar não apenas o espaço da educação na pesquisa sociológica – uma vez que isso não se desdobra necessariamente em pesquisas sobre a educação básica, recorrentemente voltando-se para o ensino superior (BARBOSA, GANDIN, 2020; OLIVEIRA, SILVA, 2016, 2021) – mas qual o espaço dos egressos das licenciaturas em nossos programas, como tem sido a inserção destes agentes em nossos programas acadêmicos.

Quero dizer com isso, que apesar dos avanços que temos observado, ainda é um desafio inserir na agenda da pós-graduação em ciências sociais no Brasil a formação inicial de professores, especialmente no que diz respeito aos programas acadêmicos, ainda que na prática eles já venham operando assim a partir da ação de determinados agentes, e não como uma ação coordenada pela área de sociologia que atribuí esta responsabilidade aos programas profissionais. Nesta direção, os programas profissionais despontam como uma possibilidade objetiva de incorporação mais efetiva desta demanda, ainda que se corra o risco de aprofundarmos ainda mais a dicotomia entre bacharelado e licenciatura, levando essa divisão também para o nível da pós-graduação.

### **O que a pós-graduação pode fazer pelo ensino de ciências sociais?**

Considerando os aspectos elencados até o momento podemos observar duas questões principais: a) há uma crescente número de pesquisas desenvolvidas em nível de pós-graduação envolvendo a temática

do ensino de ciências sociais, o que ocorreu em um período também de expansão da pós-graduação na área; b) esta temática ainda não está completamente incorporada na agenda de pesquisa das ciências sociais, permanecendo como um tema relativamente periférico neste campo, o que pode ser atestado pelo fato de que nenhum programa na área de ciências sociais/sociologia possui uma linha de pesquisa sobre ensino<sup>6</sup>; c) os programas profissionais têm assumido um papel cada vez relevante neste processo, principalmente considerando a formação continuada de professores de sociologia.

Cabe-nos indagar a partir dos elementos apresentados até aqui: qual a contribuição da pós-graduação para o ensino de ciências sociais?. Obviamente que responder a esta questão não é uma tarefa simples, e nos demanda uma reflexão tanto acerca do lugar da formação pós-graduada na educação básica, quanto acerca dos desafios postos para o ensino de ciências sociais.

O primeiro aspecto que nos chama a atenção é a necessidade de garantir o espaço da sociologia no currículo escolar diante das transformações curriculares impostas pela Reforma do Ensino Médio, e da BNCC. Devido à própria reorganização do pacto federativo com relação ao currículo escolar, desloca-se para os estados as disputas em torno do espaço da sociologia na educação básica (OLIVEIRA, GREINERT, 2020; SILVA, NETO, 2020). É importante compreender, portanto, que os desafios com relação à formação inicial e continuada dos professores de sociologia se relacionam diretamente às reconfigurações que a sociologia poderá sofrer nos próximos anos dentro do chamado “Novo Ensino Médio”, o que pode acarretar na emergência de novos modelos formativos de professores, ou ainda numa revisão dos modelos existentes. É necessário, portanto, avançar em pesquisas que se voltem para este aspecto, considerando ainda o contexto sociopolítico de ascensão de movimentos conservadores no Brasil.

Outra questão relevante é o fato de que a sociologia ainda não se consolidou plenamente a formação inicial de professores com relação aos docentes que lecionam essa disciplina na escola, pois, apesar dos avanços nas últimas décadas ainda é baixa a adequação em termos de formação superior dos professores que lecionam

sociologia (RAIZER, CAREGNATO, PEREIRA, 2021). Assim sendo, ainda que se reconheça a relevância da formação continuada em nível de pós-graduação, é importante destacar que as ciências sociais devem enfrentar de forma concomitante o desafio da formação e da formação continuada. Na análise realizada por Zaria, Monteiro e Barreto (2014) nas primeiras turmas ingressantes no mestrado profissional da Fundaj, observa-se que a maior parte dos estudantes eram professores de sociologia que atuavam em outras áreas, de modo que apesar de o mestrado constituir uma formação continuada, para muitos de seus estudantes esta era uma formação inicial nas ciências sociais. Certamente esse duplo papel deve ser encarado como um problema a ser colocado no centro do debate da formação de professores, para que assim possamos pensar em formas de resolvê-lo.

Estas duas questões relacionam-se diretamente a um dos principais temas da pesquisa sobre ensino de ciências sociais em nível de pós-graduação: a institucionalização da sociologia no currículo escolar. Nesta direção, as pesquisas acadêmicas sobre ensino de ciências sociais podem colaborar na análise dos processos de configuração e reconfiguração da sociologia no currículo escolar ao longo do tempo, possibilitando assim que possamos compreender os possíveis caminhos que esta disciplina pode assumir na educação básica.

É necessário que as ciências sociais desenvolvam uma reflexão sistemática sobre o que os professores esperam do ingresso na pós-graduação. As expectativas sobre programas acadêmicos e profissionais são distintas, assim como sobre programas em educação e em ciências sociais. Considero profundamente relevante o aumento do número de pesquisas sobre ensino de sociologia em programas de ciências sociais, todavia, compreendo que há um papel relevante a ser desempenhado pelos programas em educação, uma vez que constituem espaços de acúmulo de debate acerca do campo da didática, da metodologia do ensino, do currículo etc.

Apesar da ênfase dada neste trabalho ao desenvolvimento de pesquisas sobre ensino de ciências sociais na pós-graduação, é necessário destacar que não necessariamente os professores de sociologia e egressos

<sup>6</sup> O programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) chegou a possuir uma linha de pesquisa em “ensino de sociologia”, quando ainda era um programa em ciências sociais apenas em nível de mestrado, todavia, no processo de reestruturação do programa a partir das orientações da CAPES essa linha foi extinta (Silva e Cigales, 2021).

das licenciaturas desenvolverão pesquisas acerca deste tema na pós-graduação. A pós-graduação *stricto sensu* possibilita o aprofundamento das ferramentas teóricas e metodológicas em determinado campo do saber, de tal modo que mesmo aqueles que se voltam para outros temas de pesquisa efetivamente incorporam elementos relevantes em sua formação continuada. Em todo o caso, a pesquisa pós-graduada acerca do ensino das ciências sociais possibilita uma reflexão específica sobre este objeto

Ainda que possa haver uma pluralidade maior de possibilidades, considerando as tendências apresentadas pelos balanços na área, poderíamos apontar quatro caminhos principais para a formação continuada em termos de pós-graduação *stricto sensu*: a) programas acadêmicos em ciências sociais; b) programa profissional em ciências sociais; c) programa acadêmico em educação; d) programa profissional em educação. Cada um desses percursos pode contribuir de forma distinta para o ensino de ciências sociais, ainda que não haja divisões estanques entre essas diferentes formações.

Efetivamente os programas acadêmicos não são pensados a priori como espaços de formação continuada de professores, ainda que na prática, especialmente nos programas de educação, isso ocorra recorrentemente. Todavia, é inegável que o desenvolvimento de pesquisas sobre a realidade escolar, e sobre o ensino de ciências sociais em particular, tende a contribuir para esta área em diferentes níveis, que vão desde a legitimação acadêmica do ensino das ciências sociais como um campo de pesquisa, até a reflexão acerca dos modelos de formação de professores, análise de materiais didáticos etc.

Os programas profissionais, por outro lado, tendem a se voltar de forma mais objetiva para a formação continuada de professores, e a valorizar trabalhos finais mais propositivos, e não apenas analíticos. Esta nova modalidade formativa, que se constitui em uma experiência ainda incipiente nas ciências sociais, tem se mostrado como uma opção para a formação continuada em nossa área, com resultados positivos já perceptíveis nas primeiras turmas de egressos (GONÇALVES, 2021). Ainda é necessário refletir de forma mais aprofundada sobre o ingresso de professores de sociologia e licenciados em ciências sociais nos mestrados profissionais em educação, ou ainda em mestrados profissionais em áreas afins,

considerando a pluralidade de percursos formativos existentes.

### Considerações finais

Neste breve trabalho buscou-se problematizar algumas questões relativas à relação entre ensino de ciências sociais e pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, considerando-se o percurso caudaloso que o ensino dessas ciências possui.

Apesar do lugar-comum que se tornou afirmar que este campo ainda está em processo de consolidação, o que podemos observar é a existência de um conjunto bastante expressivo de dissertações e teses sobre o tema, realizadas principalmente junto a programas acadêmicos em ciências sociais e em educação, ainda que o número de dissertações realizadas em mestrados profissionais venha crescendo. Seria impreciso, portanto, manter essa afirmativa no atual cenário. Falta em todo caso uma avaliação mais incisiva acerca do trabalho que vem sendo realizado nestas dissertações e teses, uma avaliação mais qualitativa acerca da qualidade destes trabalhos, ainda que alguns indicadores possam ser pensados, como o número de trabalhos que são divulgados através de publicações especializadas, como capítulos de livro e principalmente artigos em periódicos de maior impacto.

Observou-se ainda que a relação entre ensino de ciências sociais a pós-graduação encontra-se atualmente em uma encruzilhada, pois, apesar da área de sociologia atribuir aos programas profissionais o papel de garantir a formação continuada de professores de sociologia, esta tem sido realizada predominantemente por meio de programas acadêmicos, tanto em ciências sociais quanto em educação, ao passo em que os programas profissionais são também programas de formação inicial para muitos professores que estão atuando no sistema de ensino, mas que não possuem formação inicial em ciências sociais. Este cenário implica, em minha avaliação, na necessidade dos programas de pós-graduação acadêmicos em ciências sociais de se repensarem, e assumirem ativamente esse papel na formação continuada de professores de sociologia.

Por fim, cabe-nos refletir sobre o futuro das pesquisas em ensino de ciências sociais, considerando as mudanças em curso. Há a possibilidade do chamado “Novo Ensino Médio” não se consolidar plenamente, especialmente em municípios com uma rede de

ensino mais enxuta, que recorrentemente possuem uma única escola de ensino médio; todavia, caso essa proposta consiga se consolidar é possível inferirmos que as novas pesquisas sobre ensino de ciências sociais precisarão dialogar de forma mais enfática com as experiências interdisciplinares, inclusive debatendo sobre a atuação dos licenciados em ciências sociais junto a novas disciplinas. Do mesmo modo, a formação inicial e continuada de professores de sociologia deve ser encarada como uma questão central para a área, reconhecendo-se a multiplicidade de percursos possíveis em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

### Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Gustavo C.; LOPES, Jayme K.R. MOCHEL, Juliana S. A. A avaliação das áreas Antropologia, Ciência Política e Sociologia pela CAPES e as menções à Sociologia no Ensino Médio. **Perspectiva Sociológica**, s/v, n. 25, p. 64-79, 2020.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; GANDIN, Luís Armando. A. 2020. Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, n. 91, pp. 1-38.
- BODART, C.; CIGALES, M. Ensino de sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, 2017.
- BODART, Cristiano; AZEVEDO, Gustavo Cravo; SANTOS TAVARES, Caio. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no ensino médio brasileiro e os cursos de ciências sociais/sociologia (1984-2008). **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 27, p. 214-235, 2020.
- BRASIL. **Documento de área**. Área 34: Sociologia. Ministério da Educação: Brasília, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**, Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, publicado em CAPES. Parecer n. 977 de 03 de dezembro de 1965. (1965). Definição dos cursos de pós-graduação. Recuperado em 30 outubro, 2009, de [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)
- BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília: Ministério da educação, 2004.
- BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 Vol 1**. Brasília: Ministério da educação, 2010a.
- BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 Vol. 2**. Brasília: Ministério da educação, 2010b.
- CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victória Carvalho. Campo científico-acadêmico e a disciplina de sociologia na escola. **Educação & realidade**, v. 39, p. 39-57, 2014.
- GONÇALVES, Danyelle Nilin. O ProfSocio: sujeitos e temas pesquisados. **Em Aberto**, v. 34, n. 111, p. 73-91, 2021.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. As ciências sociais e a pesquisa sobre educação. **Tempo social**, v. 1, p. 71-79, 1989.
- HANDFAS, Anita. O Estado da Arte do ensino de sociologia na educação básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. **Inter-Legere**, Natal, v. 1, n. 9, p. 386-400, 2011.
- HANDFAS, A.nita; MAÇAIRA, Júlia P. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 74, p. 43-59, 2014.
- OLIVEIRA, Amurabi Oliveira. Máster para la formación de profesores en Ciencias Sociales en Brasil y España: algunos elementos comparativos. **Revista Española de Educación Comparada**, n. 39, p. 271-284, 2021a.
- OLIVEIRA, Amurabi. Mestrados profissionais em ciências sociais e a formação em educação. **Revista Ciências Sociais**, v. 52, n. 2, p.15-23, 2021b.
- OLIVEIRA, Amurabi. Reading the world through the educational curriculum: The Social Sciences curriculum in Brazil in the context of the rise of conservatism. **Bellaterra journal of teaching and learning language and literature**, v. 14, n. 2, p 1-16, 2021c.
- OLIVEIRA, Amurabi. The rise of the School Without Party movement and the denunciations against the “indoctrinating teachers” in Brazil. **REIDICS. Revista de Investigación en Didáctica de las Ciencias Sociales**, n. 11, p. 85-100, 2022.
- OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Temas em Educação**, v. 28, n. 2, p. 42, 2019.
- OLIVEIRA, Amurabi; GREINERT, Diego. O futuro da sociologia na escola brasileira. **Enseñanza de las ciencias sociales**, n. 19, p. 67-78, 2020.
- OLIVEIRA, Amurabi; MELCHIORETTO, Beatriz. O ensino de Sociologia como tema de pesquisa nas Ciências Sociais brasileiras. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 91, p. 1-26, 2020.
- OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A

sociologia e os sociólogos da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, p. 1-16, 2016.

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A diversidade de agentes e agendas na sociologia da educação no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 110, p. 99-131, 2020.

RAIZER, Leandro; CAREGNATO, Célia; PEREIRA, Thiago Ingrassia. A formação de professores de Sociologia no Brasil: avanços e desafios. **Em Aberto**, v. 34, n. 111, p. 55-71.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de Sociologia no Brasil. **Em Aberto**, v. 34, n. 111, p. 167-183, 2021.

SILVA, Ileizi L. F. ; Lima, Angela M S. A formação continuada de professores de Sociologia da Educação Básica e os desafios para a pós-graduação stricto sensu. **Teoria e Cultura** , v. 12, n. 1, p. 35-49, 2017.

SILVA, Ileizi F.; NETO, Henrique. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 262-283, 2020.

ZARIAS, Alexandre; MONTEIRO, Allan; BARRETO, Túlio Velho. Mestrado profissional em ciências sociais para o ensino médio: a experiência nos horizontes da formação continuada para professores. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 2, n. 3, p. 129-152, 2014.

# Dez anos do estatuto da igualdade racial: dados socioeconômicos dos municípios cadastrados no sistema nacional de promoção da igualdade racial

Henrique Moreira<sup>1</sup>

## Resumo:

A persistência do movimento negro no combate ao racismo e às desigualdades raciais, bem como a participação de militantes na política institucional e nas mais variadas esferas de decisão, obrigou ao Estado brasileiro o reconhecimento do caráter conflituoso e desigual de nossas relações raciais, rompendo com décadas da visão de um país racialmente harmonizado. Tal reconhecimento legou o estabelecimento de instrumentos jurídicos e de políticas específicas que visassem a igualdade racial. Um destes instrumentos é o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, institucionalmente inaugurado pelo Estatuto da Igualdade Racial que em 2020 completou 10 anos de promulgação. O trabalho que se segue objetiva apresentar um balanço da composição do Sinapir até o período recente, analisando seu processo de expansão pelo território nacional por meio de dados socioeconômicos dos municípios aderentes ao sistema, desde seu início até a primeira década do estatuto (2014-2020).

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais; Promoção da igualdade racial; Políticas públicas; Municípios brasileiros.

## Abstract:

The black movement's persistence in the fight against racism and racial inequalities, as well as the participation of militants in institutional politics and in the most varied spheres of decision, forced the Brazilian State to recognize the conflicting and unequal character of our racial relations, breaking with decades of the idea of a racially harmonized society. The establishment of specific legal instruments and policies aimed at racial equality is an important legacy of this recognition. One of these instruments is the National System for the Promotion of Racial Equality, institutionally initiated by the Racial Equality Statute, which completed 10 years of promulgation in 2020. This paper aims to present a balance of the composition of Sinapir until the recent period, analyzing its expansion process throughout the national territory using socioeconomic data from municipalities registered on this basis since its beginning until the first decade of the statute (2014-2020).

**Keywords:** Ethnic-racial relations; Racial equality promotion; Public Policies; Brazilian municipalities.

## 1- Introdução

O processo de formação e de contínua construção do Brasil é acompanhado por um histórico de violências contra a população negra. A discriminação, marginalização e os mecanismos que impedem a efetivação de seus direitos e de sua participação política, social e econômica são não só herança de um passado ilustrado por

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Humanas - Sociologia (PPGSA/UFRJ), Mestre em Sociologia (PPGS/UFF) e Licenciado em Ciências Sociais (ESR/UFF). É pesquisador do projeto Gestão Municipal da Igualdade Racial - GIRA (UFF). E-mail: henriquerm@id.uff.br.

séries de eventos históricos, mas, também, resultam de processos diariamente reinventados, ressignificados e recriados no tempo presente.<sup>2</sup>

À parte as respectivas dimensões, indicadores sociais dos anos 90-2000 (HERINGER, 2002; 2003) e indicadores recentes (IBGE, 2019a; 2020a) apontam, em síntese, que pretos e pardos constituem o conjunto com maior desvantagem no acesso e no assalariamento no mercado de trabalho, no acesso à educação básica e no ensino superior, no rendimento mensal médio dentre as pessoas ocupadas, nos rendimentos médios *per capita* nos domicílios etc.

A coleta, análise e publicização de dados como estes foi importante para formar uma literatura robusta que enfrentasse intelectualmente as teses de que não haveria racismo no Brasil, ou que políticas universais fossem suficientes para mitigar a pobreza e desigualdades sociais e, por consequente, desigualdades raciais, ou que essas pudessem ser superadas somente com o desenvolvimento econômico. Também foram importantes para contra-argumentar que não é o uso crítico do conceito de “raça”, em sua conotação sociológica, ou das ações afirmativas ou de políticas focalizadas que corroboram<sup>3</sup> para a manutenção da ideia de “raças”; pelo contrário, os estudos, quantitativos ou qualitativos, usando dados do mercado de trabalho e/ou educacionais ou estudos sobre percepções de discriminação demonstram que a hierarquização com base na ideia de raças ainda opera sistematicamente na sociabilidade brasileira, reproduzindo desigualdades.

Neste cenário, torna-se fundamental e indispensável a formulação e emprego de políticas sociais focalizadas, cujas ações se concentrem no combate às desigualdades raciais, bem como que tais políticas possam contar com recursos que sejam efetivamente aplicados nestas ações, dispondo-se de parâmetros de avaliação e acompanhamento do resultado delas.

Silva, Calmon e Silva (2021) destacam que mecanismos como a pressão política exercida pelo movimento negro, a pressão política internacional e o tensionamento institucional provocado para que o governo federal inserisse, expandisse e

institucionalizasse políticas de promoção da igualdade racial fizeram emergir legislações, atos normativos e políticas públicas que visassem eliminar ou mitigar as fontes de desigualdades raciais.

Como exemplo disso, tem-se a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, que marca uma série de compromissos de intervenção do estado brasileiro, dentre eles, a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir. O sistema objetiva a proliferação de órgãos e conselhos voltados a tornar a igualdade racial um “tema organizador de políticas públicas” (JACCOUD *et. al.*, 2009) nos entes federados, e serve como um mecanismo para organizar e promover ações coordenadas entre os diferentes órgãos pelo território nacional, ação coordenada capitaneada pelo órgão nacional em vigência.

Recentemente, em 2020, o Estatuto da Igualdade Racial completou 10 anos de promulgação, acontecimento que merece ser registrado e, também, revisitado. Por isso, este artigo visa promover um balanço do processo de institucionalização do Sinapir (principais eventos históricos, marcos legais, princípios teóricos) e a formação do sistema a partir da adesão de seus entes municipais, isto é: pretende-se que ao final do artigo possamos avaliar qual é o cenário de composição do Sinapir no período de 2010 até 2020 no que diz respeito à adesão de municípios brasileiros.<sup>4</sup>

Como demonstraremos, mesmo se tratando de uma importante política de estado, ainda se carece de um sistema robusto de acompanhamento e avaliação das adesões e das ações que são promovidas no âmbito do sistema. Não há sequer, como se discutirá adiante, um espaço dedicado a disseminar dados básicos dos entes participantes. Os dados utilizados para a discussão consistem em informações demográficas, sociais e institucionais que foram coletadas em bases públicas para complementar os dados oficiais do sistema, conforme demonstrado em seção pertinente.

Na tentativa de alcançar o objetivo proposto, o artigo está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, recapitularemos aspectos básicos que nos são informado na bibliografia especializada sobre

<sup>2</sup> Nas palavras de um importante teórico do tema: “Essas desigualdades [raciais] não são meramente o resultado da escravidão ou de grandes desigualdades de classe, mas de uma contínua prática social preconceituosa, de cunho racial” (TELLES, 2003, p. 137. Grifo meu).

<sup>3</sup> Sobre isso, ver: GUIMARÃES, 1999.

<sup>4</sup> O motivo do enfoque se dá não só em razão da linha de pesquisa que tenho desenvolvido atualmente, como também pelo fato de que, como sustentado por Luciana Jaccoud: “os municípios são os responsáveis imediatos pelo planejamento das ações, assim como pela gestão dos recursos humanos” (JACCOUD, 2008, p. 144).

relações raciais no Brasil. Embora o levantamento seja breve, será importante para demonstrar a passagem de um tema negado pelo Estado para um tema que passa a ter reconhecimento obrigatório, as desigualdades raciais, desembocando na reivindicação de políticas públicas específicas. Na terceira seção, contextualiza-se o processo de institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial, dentro do qual está a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial e, por conta dele, a emergência do Sinapir. Na quarta seção, expõe-se os dados coletados e utilizados e suas respectivas fontes; estes dados serão discutidos na quinta seção. Na sexta seção, encerra-se o artigo, fazendo um balanço da discussão.

## 2. Da inércia inerente à "democracia racial" à reivindicação de políticas públicas

[...] os libertos [com a Abolição da escravatura] tiveram que se esforçar para efetivar sua condição de liberdade num contexto de repressão que atingia não apenas os ‘treze de maio’, mas toda a população negra. Nos anos iniciais do Brasil republicano, recrudesciu o controle sobre os candomblés, batuques, sambas, capoeiras e qualquer outra forma de manifestação identificada genericamente como ‘africanismo’. Esse antiafricanismo teve implicações dramáticas para as populações negras, pois reforçou as barreiras raciais que dificultavam o acesso a melhores condições de vida e a ampliação dos direitos de cidadania (FRAGA, 2018, p. 356-357).

Conforme argumentado no trecho acima, a literatura sobre o tema é recorrente ao afirmar que nem a Abolição, nem a República e mesmo a promulgação da Constituição de 1988 (e subsequentes tratados internacionais ratificados pelo Brasil que passaram a ter força de texto constitucional)<sup>5</sup> foram suficientes para garantir igualdade de participação na vida social, política, cultural e econômica entre a população branca e não-branca (negros, indígenas etc.).

A mistura racial (miscigenação) e a ausência de uma segregação oficializada foram duas das características

das relações raciais no Brasil que fizeram o país despontar no cenário internacional como “exemplo” de sociedade harmônica, livre de conflitos raciais e que servisse de inspiração à reconfiguração política do mundo pós-segunda guerra mundial. Na primeira metade do século XX as teorias abertamente racistas – que trocaram a fundamentação genética e biológica por uma cultural e moral para explicar a superioridade da raça branca<sup>6</sup> – dividiram espaço com outras teorias as quais, comparando o cenário aqui encontrado com aquele da segregação explícita e amparada por lei nos Estados Unidos e África do Sul (TELLES, 2003; GUIMARÃES, 2009, 2012), por exemplo, afirmavam que o nosso desenvolvimento histórico havia legado um país livre de conflitos e tensões raciais.

À época, o discurso oficial adotado pelo Estado brasileiro, amparando-se em produções intelectuais, é que se tratava de uma “democracia racial”, cuja ideia, continuamente reciclada e reinterpretada ao longo do tempo, pode ser vista como um grande “mito fundador da nacionalidade brasileira” (GUIMARÃES, 2006, p. 269). Carlos Hasenbalg (1996) aponta duas questões interessantes para se pensar a ideia deste “mito”: primeiro, entendê-lo como uma “[...] ilusão ou engano e destina-se a apontar a distância entre representação e realidade, a existência de preconceito, discriminação e desigualdades raciais e a sua negação no plano discursivo” (HASENBALG, 1996, p. 237); segundo, entendê-lo como tendo uma “[...] função de controle social, apontando para a unidade e homogeneidade nacional e ocultando a existência de divisões raciais e sociais” (*id., ibid.*, p. 238).<sup>7</sup>

Assim, ao Estado esta ideologia serviria para evitar identificar<sup>8</sup> e intervir nas desigualdades raciais; como diagnosticou Hasenbalg: “[o mito da democracia racial] tende a calar os discursos sobre raça e racismo e a inibir linhas de ação reivindicatórias individuais e coletivas” (*id. ibid.*, p. 243). Esse modo de enquadrar as relações raciais no Brasil se acentuou ainda mais com a ditadura militar (GUIMARÃES, 2006) – período de cerceamento dos movimentos sociais<sup>9</sup> que tornou ainda

<sup>5</sup> Sobre alguns deles ver: Silva, Calmon, Silva, 2021.

<sup>6</sup> Para um breve resumo dessa questão ver a seção “A raça na história”, em: ALMEIDA, 2021, p. 24; bem como o verbete “Teorias raciais”, em: SCHWARCZ, 2018.

<sup>7</sup> Hasenbalg também aponta alguns elementos desse mito, dentre os quais: reconstrução idílica do passado escravista, ênfase na miscigenação como indicadora de tolerância racial e apologia da mestiçagem (HASENBALG, 1996, p. 237).

<sup>8</sup> Por exemplo, as estratégias para retirar a questão de cor dos censos nacionais. Ver: SILVA JUNIOR, SILVA, 2010, p. 47.

<sup>9</sup> “O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do ‘preconceito de cor’ no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente

mais complicado para o movimento negro denunciar as “restrições fatuais de cidadania”<sup>10</sup> em contraponto aos discursos universalistas.

Estudos, pesquisas e o desenvolvimento de novas teorias (no campo intelectual) e a pressão do movimento negro (no campo político), a partir das décadas de 50-60 foram tornando cada vez mais difícil a sustentação da tese de uma harmonia racial, bem como a impossibilidade de que as heranças do passado escravista pudessem ser superadas com o desenvolvimento econômico e social. Em conjunto com o fim da ditadura e o período de redemocratização, os movimentos sociais passam a reivindicar não só políticas para mitigar as discriminações diretas e políticas de valorização da cultura negra e das suas contribuições para a formação nacional, mas políticas para “[...] combater também a estrutura injusta de distribuição de riquezas, prestígio e poder entre brancos e negros”, fossem elas “corretivas, compensatórias ou afirmativas” (GUIMARÃES, 2009, p. 228).

Um acontecimento importante a este respeito foi a Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em Brasília em 1995. Silva, Calmon e Silva (2021, p. 32-33) destacam a importância do evento: promover o reconhecimento governamental do racismo e a necessidade de formulação de políticas específicas que atuassem diretamente sobre as fontes das desigualdades raciais (como a discriminação no mercado de trabalho, as desigualdades educacionais etc.). Convém lembrar o manifesto de convocação para a marcha:

Não se trata mais de dizer que o Estado se omite, que o Estado não faz. Nós vamos à Brasília dizer o que o Estado deve fazer [...] Já fizemos todas as denúncias. O mito da democracia racial está reduzido a cinzas [...] *Queremos agora exigir ações efetivas do Estado* – um requisito de nossa maioria política (JORNAL DA MARCHA, 1995, p. 1. Grifo meu).

Essa brevíssima discussão está longe de conseguir sintetizar o desenvolvimento das teorias das relações raciais no Brasil, mas estes pontos discorridos merecem ser destacados para apontar o contexto no qual (ainda) nos encontramos, atualmente, e seguindo a divisão temporal do estudo de Silva, Calmon e Silva (2021) no que diz respeito às políticas de promoção da igualdade

racial – real objeto de discussão do artigo: a fase de consolidação das políticas, isto é, desenvolvimento de atos normativos e decisões que estabeleceram a legitimidade e permitiram a expansão das políticas públicas (SILVA, CALMON, SILVA, 2021, p. 36).

Assim, o rápido panorama serve para nos localizar da transição do “paradigma da democracia racial” para o “paradigma da igualdade racial”, para usar a divisão teórica de Jaccoud et. al. (2009). Sobre este paradigma, escrevem que:

Trata-se de compreensão focalizada na necessidade de garantir direitos de cidadania e condições de vida iguais aos diferentes estoques populacionais identificados historicamente e socialmente como pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais. Buscando compreender os impressionantes níveis de desigualdade observados entre brancos e negros no Brasil, e reconhecendo a presença dos fenômenos do preconceito e da discriminação na sociedade brasileira, este paradigma concorrente sustenta a necessidade de promover ações direcionadas à equidade e à justiça para aqueles em situação de prejuízo social. Neste sentido, o principal aporte desta perspectiva é partir da compreensão das desigualdades estabelecidas no presente e de suas causas e forjar um pacto para a superação futura das desvantagens sociais hoje impostas aos grupos étnico-raciais discriminados [...] então, para o enfrentamento adequado desta desigualdade, defendem a necessidade de operar também com *políticas públicas que atuem positivamente na readequação equilibrada dos parâmetros de acesso e oportunidades deteriorados em função de discriminações prévias* (JACCOUD et. al., 2009, p. 298-299. Grifo meu).

Deste modo, a partir da década de 80, começa-se a observar a “presença institucional da temática racial na organização pública brasileira” (JACCOUD et. al., 2009, p. 265), com o desenvolvimento de conselhos, órgãos de assessoria etc. em municípios e estados brasileiros, bem como a pressão política para que o mesmo ocorresse na administração pública federal. Na próxima seção se aborda algumas questões referentes a este processo de institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial e se contextualiza a emergência do Sinapir.

não existia, o racismo no Brasil” (DOMINGUES, 2007, p. 111).

<sup>10</sup> “o modelo brasileiro [de relações raciais] mostrava uma refinada etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de status e de possibilidades econômicas, convivendo com equidade jurídica e indiferenciação formal”; “em termos materiais, na ausência de discriminações raciais institucionalizadas [...] o racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania” (GUIMARÃES, 2009, p. 45, 59. Grifo meu).

### 3. Contextualizando o estatuto da igualdade racial e o Sinapir

Um avanço significativo no país e no processo de institucionalização de organismos de promoção da igualdade racial foi a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), tendo sido instituída para “[...] propor políticas, articular e transversalizar a pauta racial nas políticas públicas [...] transformando-a em tarefa de todo o governo” (ABREU, LIMA JÚNIOR, 2020). A criação da SEPPIR é reconhecida pelo “estabelecimento de uma institucionalidade ligada à Presidência da República” e por ser mais um marco do “[...] reconhecimento do racismo e à assunção de responsabilidade pelo Estado brasileiro no seu enfrentamento” (SANTOS, SILVA, SILVA, 2013, p. 438).

Criada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva através de medida provisória e, posteriormente, convertida em lei, construía-se naquele momento as principais bases e diretrizes que orientariam o órgão e que serviriam de referência no processo de institucionalização de políticas de promoção da igualdade racial (doravante, ‘PIR’). Posteriormente, ainda em 2003, quando foi instituída por decreto (BRASIL, 2003b) a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNAPIR), definiu-se que caberia à SEPPIR a responsabilidade pela coordenação de ações e articulação institucional que viabilizassem a implementação dos objetivos e das ações previstas no decreto.

Deste modo, Matilde Ribeiro, pesquisadora e ex-ministra da SEPPIR, destaca que, entre o final dos anos 80 e a primeira década dos anos 2000, “[...] novos mecanismos e instrumentos são apresentados como possibilidades tanto para a execução das políticas como para a participação social [...]” (RIBEIRO, 2013, p. 170-185), ampliando o universo de iniciativas tanto do poder executivo quanto do poder legislativo.

Ressalva-se, neste ponto, que embora as leis antidiscriminatórias possuam importante papel ao atuar “no nível simbólico e da formação das ideias e das representações”, esbarram no fato de que não possuem “potencialidade para agir sobre outras fontes de desigualdades nas relações raciais” (DAL ROSSO, OLIVEIRA, 2006, p. 79). Por isso, o surgimento da SEPPIR é destacado porque evidencia a necessidade de que as políticas públicas de enfrentamento às desigualdades raciais devem ter por espírito a transversalidade<sup>11</sup>, a descentralização e a gestão democrática (três princípios que são determinações legais da PNAPIR, citada anteriormente), estimulando a criação e a coordenação de órgãos estaduais e municipais de PIR, monitorando o seu funcionamento e promovendo uma articulação entre os entes federados, organizações da sociedade civil e a iniciativa privada.

Reconhecida como um marco, a criação da SEPPIR “promove as ações para um patamar novo: constitui uma resposta administrativa para as reivindicações políticas dos movimentos negros”, além de ser uma estrutura “que articula ações-fim com os diversos ministérios e agências do governo, com os governos dos estados e dos municípios”, tendo, inclusive, estimulado a criação de órgãos locais, inspirados nas diretrizes da SEPPIR e do Estatuto da Igualdade Racial (*id., ibid.*, p. 81).

Mesmo com entraves e limitações, um feito positivo após o surgimento da SEPPIR foi a articulação de órgãos locais de políticas de PIR, ampliando o número de órgãos existentes no país (RIBEIRO, 2013). É o argumento suscitado em um levantamento, de 2013, o qual mostra que dentre todos os municípios que dispunham de tais órgãos naquele ano, aproximadamente 82,1% deles foram criados após a emergência da SEPPIR, podendo-se perceber, neste contexto, “[...] uma sensível aceleração do ritmo de instalação de instituições dedicadas a esta questão em nível municipal” (LAESER, 2013, p. 4).

Com a alteração mais recente, no primeiro dia de mandato o presidente recém-empossado Jair Bolsonaro

<sup>11</sup> Convém lembrar o significado e as dificuldades do princípio de transversalização da pauta racial. Conforme nos informa Luciana Jaccoud, referência nesses estudos: “com efeito, o maior desafio de uma política de promoção da igualdade racial diz respeito à sua missão de coordenação. Como política transversal, sua promoção prescinde da existência de órgão central executor de tais políticas, mas pressupõe a formação de um núcleo articulador e coordenador. Pressupõe ainda a elaboração de uma estratégia ampla, ao mesmo tempo em que exige uma grande capacidade de negociação e sensibilização, de modo a integrar objetivos e organismos. A transversalidade depende da mobilização de instituições, agentes públicos para a incorporação da perspectiva da igualdade racial, sem que isso implique no deslocamento dos objetivos específicos e missão de cada uma das políticas públicas envolvidas. Assegurar que a perspectiva racial esteja presente nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas não significa a alteração nos objetivos de políticas. Ao contrário, implica na plena realização desses objetivos, na busca da equidade e na promoção de oportunidades iguais aos diversos grupos sociais e raciais” (JACCOUD, 2008, p. 159-160).

encaminhou a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que reorganizou a estrutura administrativa do governo federal. Criando o “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”, passou a fazer parte dele a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), e que até o momento é o órgão oficial em vigência.

Outro avanço diz respeito não à estruturação administrativa, mas em orientações sobre como as burocracias devem atuar no combate à discriminação e na formulação de políticas destinadas à superação do racismo: no ano de 2020, é simbólico que se tenha completado a primeira década de existência do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei federal nº 12.288/2010 (BRASIL, 2010).

O Estatuto formula diretrizes para políticas públicas de promoção da igualdade racial; celebra o caráter transversal destas políticas, exigindo que haja articulação por todas as principais esferas da administração pública, desde aquelas responsáveis pelas políticas econômicas, políticas sociais, de segurança pública, saúde, lazer, esporte etc.; e oferece uma plataforma jurídica que obriga ao Estado brasileiro o cumprimento das medidas previstas na lei. Na esfera pública houve quem apontasse limitações<sup>12</sup> ao texto legal – entraves que resultam do processo de construção política no parlamento – e, tampouco, ele pode ser considerado o único avanço na seara de disposições normativas com as quais o enfrentamento às desigualdades raciais pode contar (DIAS, 2012). A própria Constituição Federal é interpretada como um divisor de águas<sup>13</sup>, tendo a sua promulgação reconhecida como um importante momento de rompimento da visão de um país racialmente harmonizado para um

país conflituoso quanto às relações étnico-raciais (SILVÉRIO, TRINIDAD, 2012).<sup>14</sup>

Um dos arranjos institucionais trazidos pelo Estatuto da Igualdade Racial foi o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir, definido pela lei como “forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país, prestados pelo poder público federal” (BRASIL, 2010). Este instrumento já estava previsto no Decreto nº 4.886/2003, que instituiu o Planapir, porém, só começou a ser efetivado a partir de 2013. O intuito do Sinapir é replicar o órgão federal nas mais diversas localidades do país, permitindo que, por meio da criação de órgãos nos poderes públicos estaduais e municipais, bens e serviços destinados à superação das desigualdades raciais e na valorização da identidade negra estejam mais próximos ao/à cidadão/ã.

Com o advento do Estatuto da Igualdade Racial, sete anos após a criação da SEPPIR, consolidou-se o roteiro de institucionalização de órgãos municipais e estaduais dedicados à promoção da igualdade racial. Conforme já mencionado, o Estatuto também criou o Sinapir com o objetivo de organizar e articular ações e serviços de superação das desigualdades raciais, podendo contar com a adesão de estados e municípios e a cooperação de organizações sociais e da iniciativa privada.

Consta nos incisos III e IV do art. 48 do Estatuto que dois dos objetivos do Sinapir são, respectivamente: “descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais”, e “articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica” (BRASIL, 2010). Disso se compreende que a função do Sinapir é ampliar e “capilarizar” (SANTOS, SILVA, SILVA, 2013) as

<sup>12</sup> O estatuto, promulgado em 2010, teve suas primeiras versões apresentadas ao parlamento brasileiro no início dos anos 2000 (MOREIRA, 2021a). O longo processo de discussão e o grande escopo de frentes de atuação e intervenção fizeram com que algumas das propostas, como a criação de cotas e de um fundo nacional para financiar as políticas previstas no texto, não lograssem êxito na disputa política e, portanto, não fossem incorporadas ao texto final. Deste modo, embora a promulgação ensejasse comemorações por parte de ativistas, também coube descontentamento dentro do movimento negro com o texto aprovado. A respeito das críticas e da leitura sociológica sobre a construção do texto legal, ver: MOURA, RAMOS, 2020. A respeito da tramitação no Congresso Nacional, ver: JACCOUD et. al., 2009, p. 292. Sobre um panorama do texto aprovado e do texto inicial, ver: DIAS, 2012.

<sup>13</sup> Para alguns apontamentos a esse respeito, ver a seção “Raça e legalidade” em: ALMEIDA, 2021, p. 140.

<sup>14</sup> Como é de se esperar, nenhum resultado foi “dado” sem que houvesse pressão política. Conforme se pode sustentar em uma breve passagem: “Com efeito, a discussão racial no país se intensificou com os movimentos de democratização, na luta por eleições diretas, nova constituinte e maior participação do cidadão na vida política. Assim, os movimentos sociais negros são identificados como atores fundamentais para inclusão da questão racial nos debates emancipatórios do período, culminando com diversas conquistas na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), tais como o reconhecimento da titularidade dos territórios quilombolas, a criminalização do racismo e o reconhecimento do legado afro-brasileiro como patrimônio cultural [...] A inclusão das demandas da comunidade negra, no entanto, proveio de intensa mobilização, seguida de cerceamentos dentro do processo constituinte” (SILVA, CALMON, SILVA, 2021, p. 27-28).

políticas formuladas no âmbito da SEPPPIR e previstas no Planapir (BRASIL, 2003b).

A relevância social desses órgãos e do acompanhamento deles pode ser sintetizado numa observação de André Pereira e Luciana Egres quando da discussão que fazem sobre um estudo de caso na cidade de Porto Alegre-RS:

A SEPPPIR institucionaliza a necessidade de enfrentar a desigualdade racial em todas as esferas da vida social. O patamar de discussão não é [por exemplo] a cultura, não é o trabalho, é onde quer que se encontrem evidências dessa desigualdade [...] Essa postura do governo federal desencadeou um processo do tipo “efeito cascata”, pois ocorre a partir daí a replicação em estados e municípios da criação de secretarias e gabinetes destinados ao fomento de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito local [...] O governo local indica ainda sua pretensão de fornecer aos agentes sociais e instituições, conhecimento necessário à mudança de mentalidade para eliminação do preconceito e da discriminação raciais para que seja incorporada a perspectiva da igualdade racial [...] Muitos ativistas, militantes e gestores são unânimes em afirmar que estruturas como essas são importantes enquanto inovações institucionais híbridas no processo da consolidação da cidadania brasileira, pois buscam articular participação, deliberação e controle social das ações de governo, e têm papel determinante na formação das agendas políticas, especialmente as locais (PEREIRA, EGRES, 2015, p. 15-23).

As diretrizes de funcionamento do Sinapir foram normatizadas por meio do Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, portanto, dez anos após ter sido citado na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, implementado pelo já citado Decreto 4486/2003. Àquela altura já constava, dentre as ações previstas, a “criação de rede promoção da igualdade racial envolvendo diferentes entes federativos e organizações de defesa de direitos” (BRASIL, 2003b). Como estímulo ao engajamento de estados e municípios, anos depois, tanto o decreto de 2013 quanto o Estatuto passam a prever o repasse preferencial de recursos federais destinados a ações e serviços de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial aos entes que aderirem ao Sinapir.

Para que a adesão ocorra, exige-se que estados e municípios implementem na administração pública

tanto um órgão gestor de políticas de promoção da igualdade racial, quanto um conselho municipal de igualdade racial, o qual é uma forma de garantir a participação da sociedade civil no monitoramento, avaliação e proposição de ações e projetos.

O Decreto nº 8.136/2003 também estabeleceu, em seu art. 6º, que, dentre outros, constituía “instrumentos de gestão do Sinapir” a “REDE-SINAPIR”, cuja função seria: “a) a gestão de informação; b) as condições para o monitoramento; c) a avaliação do Sinapir; d) o acesso e o controle social” (BRASIL, 2013b). Do mesmo modo, a Portaria nº 8, de 11 e fevereiro de 2014 da SEPPPIR, baseada no decreto citado, previa que as adesões de entes federados, bem como demais informações, seriam disponibilizadas na REDE-SINAPIR. Contudo, até o momento, não houve nenhum avanço na criação desta plataforma. Ademais, até mesmo o endereço eletrônico da SEPPPIR onde seriam divulgadas as adesões se encontra fora do ar.<sup>15</sup>

O “sistema” de acompanhamento tem se consistido em uma listagem disponibilizada no *site* do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2020), e na publicação dos “extratos de adesão” assinados entre representantes da SNPIR e de representantes das administrações estaduais, municipais ou de consórcios públicos, publicados no Diário Oficial da União. Para quem se interessa em acompanhar, fica a ressalva de que as atualizações na listagem do Ministério podem não ser imediatas, necessitando-se recuperar as publicações recentes no Diário Oficial da União.

Diante de tantas tentativas, impasses, inovações e renovações, acreditamos que monitorar, acompanhar e avaliar as ações destes órgãos se torna, desta forma, tarefa indispensável à reflexão das políticas públicas de promoção da igualdade racial. Deste modo, completada a primeira década de vigência do Estatuto, a proposta deste trabalho é levantar dados sobre os municípios brasileiros que fazem parte do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial de 2014, início do sistema, até 2020, quando o Estatuto da Igualdade Racial completa 10 anos.

<sup>15</sup> O domínio de que tratava a Portaria, <[www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)>, atualmente, é redirecionado para a página do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

#### 4 – Fontes e coleta de dados

Inicialmente, foram coletadas as informações sobre os entes municipais que aderiram ao Sinapir conforme listagem disponível no MMFDH. Posteriormente, os dados desta base foram comparados com a base da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, a “MUNIC”. Trata-se de uma pesquisa feita anualmente pela instituição e que tem por objetivo fazer “um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais” a partir de informações que têm “como informante principal, a prefeitura, por meio dos diversos setores que a compõem” (IBGE, 2019b). A cada edição pode haver variação nos tópicos e nas questões levantadas; as edições de 2018 e 2019, as mais recentes e utilizadas nesta pesquisa, abrangeram pontos importantes sobre as estruturas municipais de combate à discriminação racial e de políticas de enfrentamento às desigualdades raciais. Foram selecionados os itens disponíveis mais pertinentes às análises e, então, integrados à base de dados com informações sobre municípios que haviam aderido ao Sinapir.

Por fim, para complementar as informações socioeconômicas dos municípios analisados, recorreremos a outras bases de dados, tais como:

(i) dados sobre autodeclarados pretos e pardos, os quais foram acessados através do “Sistema IBGE de Recuperação Automática” – SIDRA<sup>16</sup> (IBGE, 2019c);

(ii) dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM<sup>17</sup> (IPEA, s/a) dos municípios brasileiros, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com base em dados sobre a realidade socioeconômica do país. O índice é calculado a partir das informações disponibilizados nos censos demográficos, que são as pesquisas de mais amplo alcance do país em termos de questões e de alcance geográfico. Por isso, embora se tenham projeções mais recentes (IPEA, 2019) sobre o IDH do país, das UF's e de grandes regiões, os índices utilizados aqui são de 2010, com base no último censo nacional, e que dispõe de informações individuais de cada município;

(iii) dados sobre a estimativa de contagem da população brasileira em 2020 (IBGE, 2020b);

(iii) dados sobre o Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros, cuja base com todos os municípios do país mais recente localizada é do ano de 2018 (IBGE, 2018b).

#### 5 – Resultados: o Sinapir na primeira década do estatuto da igualdade racial

Como observado anteriormente, embora o Sinapir tenha sido instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial em 2010, as normas que orientam sua institucionalização vieram posteriormente. Primeiro, por meio do Decreto nº 8.136/2013, que aprovou a sua regulamentação; segundo, por meio da Portaria nº 8/2014, da SEPPIR, que aprovou os procedimentos para adesão e demais orientações. Só então os entes federados começaram a ser credenciados e registrados. Embora a primeira “década” de existência do sistema seja alcançada, de fato, apenas em 2024, faz-se importante analisar a sua trajetória quando completados 10 anos de existência do Estatuto da Igualdade Racial, que é a primeira norma que prevê, de fato, a sua institucionalização.

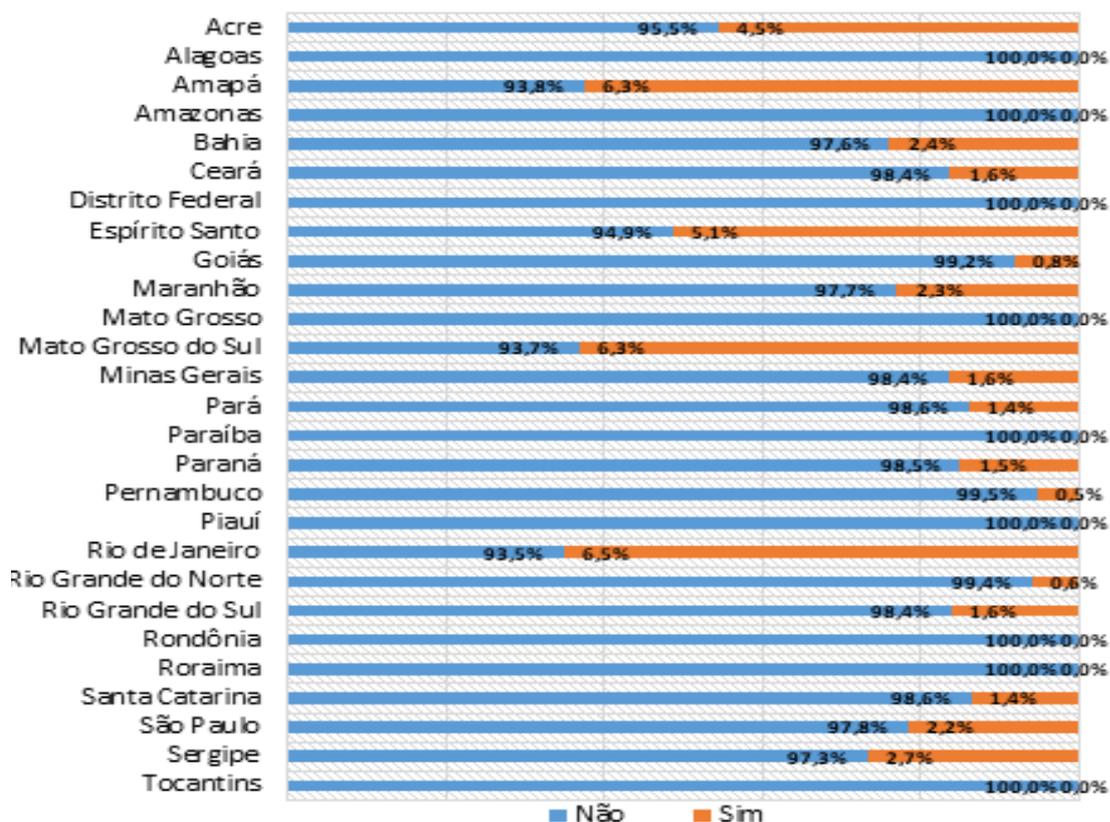
##### 5.1 – Aspectos gerais

No período observado, dos 5.570 municípios brasileiros, menos de 2% integravam o Sinapir no período, o que representa 1,6% do total de municípios. Em números absolutos, isso significa 89 municípios até o final de 2020. A lista completa pode ser conferida na **Tabela 1**, no apêndice.

Em números absolutos, os estados de Minas Gerais e São Paulo são os que contavam com o maior número de municípios – com 14 cada (vide **Tabela 1**, adiante). No entanto, em termos proporcionais, como pode ser visto no **Gráfico 1**, abaixo, o estado do Rio de Janeiro liderava a lista, com 6,5% dos municípios do estado cadastrados na base, sendo seguido por Mato Grosso do Sul (6,3%) e Amapá (6,3%). Destacavam-se os estados de Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins, os quais não possuíam municípios cadastrados no período.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

<sup>17</sup> O IDHM é baseado em três eixos: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1; entre 0 e 0,499 é considerado “muito baixo”; entre 0,500 e 0,599 é considerado “baixo”; entre 0,600 a 0,699 é considerado “médio”; entre 0,700 e 0,799 é considerado “alto” e, por fim, entre 0,800 e 1,000 é considerado “muito alto” (ATLAS BRASIL, s/a).

**Gráfico 1** – Taxa de Municípios por UF, em pontos percentuais (2014-2020)

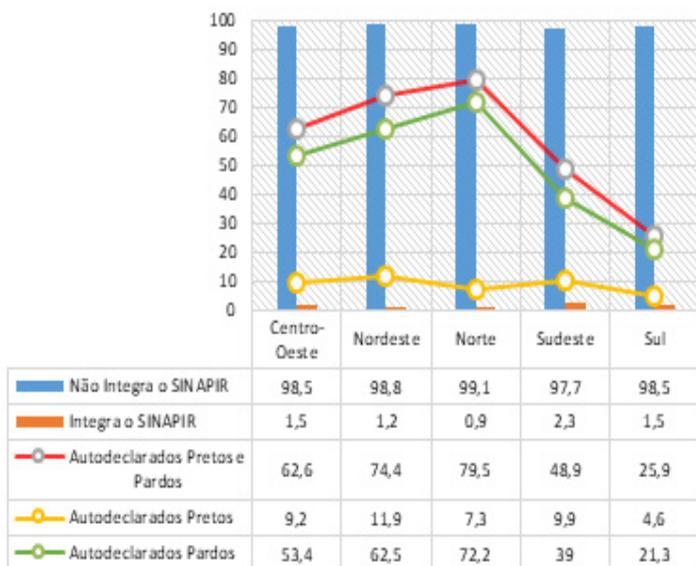
Elaboração Própria. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

**Tabela 1** - Total de municípios por UF e por modalidade de gestão (2014-2020)

UF	Básica		Intermediária		Plena		Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Acre		0,0%	1	100,0%		0,0%	1	100,0%
Amapá		0,0%		0,0%	1	100,0%	1	100,0%
Bahia	6	60,0%	1	10,0%	3	30,0%	10	100,0%
Ceará	3	100,0%		0,0%		0,0%	3	100,0%
Espírito Santo	3	75,0%	1	25,0%		0,0%	4	100,0%
Goiás	2	100,0%		0,0%		0,0%	2	100,0%
Maranhão	3	60,0%	1	20,0%	1	20,0%	5	100,0%
Mato Grosso do Sul	5	100,0%		0,0%		0,0%	5	100,0%
Minas Gerais	13	92,9%	1	7,1%		0,0%	14	100,0%
Pará	2	100,0%		0,0%		0,0%	2	100,0%
Paraná	5	83,3%	1	16,7%		0,0%	6	100,0%
Pernambuco	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Rio de Janeiro	4	66,7%	1	16,7%	1	16,7%	6	100,0%
Rio Grande do Norte	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Rio Grande do Sul	7	87,5%	1	12,5%		0,0%	8	100,0%
Santa Catarina	3	75,0%	1	25,0%		0,0%	4	100,0%
São Paulo	12	85,7%	1	7,1%	1	7,1%	14	100,0%
Sergipe	2	100,0%		0,0%		0,0%	2	100,0%
<b>Total Geral</b>	<b>72</b>	<b>80,9%</b>	<b>10</b>	<b>11,2%</b>	<b>7</b>	<b>7,9%</b>	<b>89</b>	<b>100,0%</b>

Elaboração Própria. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

**Gráfico 2** – Taxa de Municípios e taxa de população de autodeclarados pretos e pardos, em pontos percentuais (2014-2020)



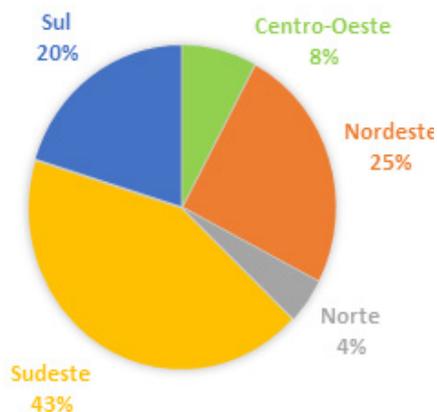
Elaboração Própria. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua – PNADC – IBGE

No **Gráfico 2**, acima, destaca-se o percentual de municípios dentro e fora do Sinapir com base nestas 5 grandes regiões do país. Observa-se que a região Sudeste possuía o maior percentual (2,3%), sobretudo, em decorrência da participação dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo – dois dos quatro estados que tinham cerca de 5% dos municípios de seu território cadastrados.

Considerando dados da PNADC (IBGE, 2019c), a região Norte, que possui o maior percentual de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, é a que tinha o menor percentual de municípios cadastrados no sistema, com menos de 1% do total de municípios da região; são 0,62 pontos percentuais a menos que a região sul, que possui o menor percentual de pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

Essa distribuição dos municípios pelo território e unidades federativas faz com que a maior parte dos municípios cadastrados no Sinapir até 2020 fosse composta por municípios do Sudeste; a menor, de municípios do Norte, conforme demonstrado no **Gráfico 3**, abaixo.

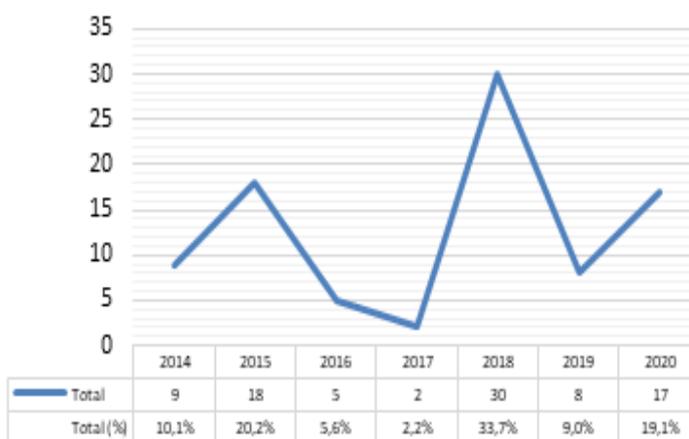
**Gráfico 3** – Composição de municípios aderentes conforme região da UF (2014-2020)



Elaboração Própria. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Dos 89 municípios cadastrados no Sinapir, pouco menos de 35% tiveram a parceria com a SEPPIR firmada no ano de 2018, com 30 municípios aderindo neste ano após dois anos de queda no número de adesões anuais. O percentual voltou a cair em 2019 e dobrou em 2020, último ano da série histórica em análise. A média de adesões no período é de 14 municípios por ano.

**Gráfico 4** – Total de municípios que aderiram por ano de adesão (2014-2020)



Elaboração Própria. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

A portaria vigente até 2020<sup>18</sup> e que institucionalizava as diretrizes de funcionamento do Sinapir previa três modalidades distintas de adesão para os entes da

<sup>18</sup> Em junho de 2021 o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos publicou a portaria nº 1.968, promovendo algumas alterações na portaria da Seppir nº 8/2014 que normatizava os processos de adesão. Dentre as alterações, desobrigou-se que mu-

federação (estados e municípios): Básica, Intermediária e Plena. A distribuição pelas três faixas garante vantagens na atribuição de notas aos entes em processos de seleção de chamadas públicas da SNPIR.

Os municípios de modalidade plena têm suas notas obtidas na seleção de editais multiplicadas por 3; os de modalidade intermediária, multiplicadas por 2; e os de modalidade básica, multiplicadas por 1,5. Mecanismo que serve como incentivo à ampliação de estruturas e de poder de atuação dos órgãos locais de gestão de políticas de PIR.

Para além disso, a fins de análise, estas modalidades constituem faixas que servem como indicadores da disposição de estrutura com que os órgãos locais podem contar, bem como do grau de compromisso das administrações públicas para com as políticas de PIR.

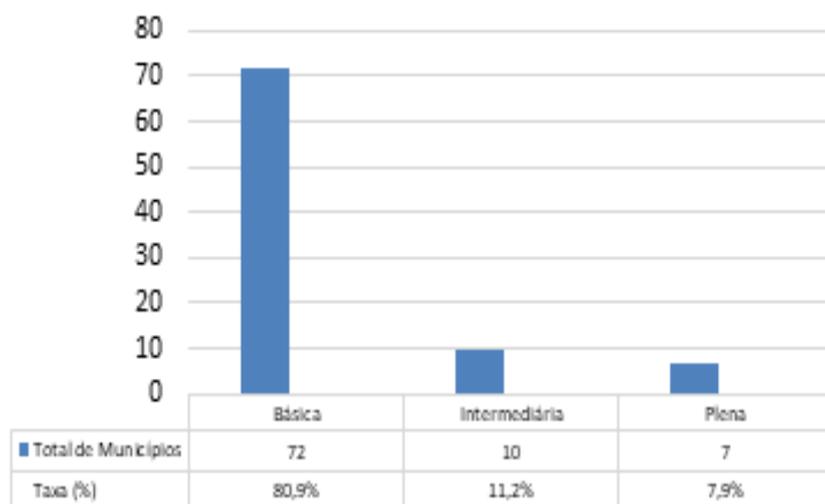
Antes de mais nada, constituem critérios para que municípios possam aderir: a existência de um Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e um órgão local de Promoção da Igualdade Racial. Quando da impossibilidade de se cumprir critérios como estes, sugere-se e se possibilita que municípios participem na forma de consórcios públicos, buscando captar recursos e empenhar políticas e serviços não só locais, mas regionais.

Também constitui critério de adesão que todos os municípios estejam empenhando ou tenham ao menos previsto a realização de ações e projetos de promoção da igualdade racial; e, além de executar estas ações, ter um Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial implementado na forma de lei também é um diferencial.

Compõem o grupo de **modalidade Básica** os municípios que: (a) executem ações/projetos mas que não tenham um Plano Municipal; (b) e cujos órgãos locais de promoção da igualdade racial não disponham de recursos consignados pelas leis orçamentárias do município e dependendo, portanto, de recursos e provisões de outras unidades da gestão municipal. Compõem o grupo de **modalidade Intermediária** os municípios que: (a) tenham um Plano Municipal em execução ou que tenha sido recém-implementado; (b) e

cujos órgãos locais disponham de recursos consignados pelas leis orçamentárias do município sem que, contanto, gozem de plena autonomia para gerir estes recursos. Por fim, compõem o grupo de **modalidade Plena** os municípios que: (a) tenham um Plano Municipal em execução ou que tenha sido recém-implementado; (b) e cujos órgãos locais disponham de recursos consignados pelas leis orçamentárias do município, tendo tais órgãos maior autonomia para gerir esses recursos (o caso, por exemplo, de Secretarias ou Coordenadorias específicas que não estejam subordinadas a outras autarquias). No **Gráfico 5**, abaixo, pode ser observada a distribuição dos municípios por modalidades de gestão no período analisado.

**Gráfico 5** – Total de municípios que aderiram por modalidade de gestão (2014-2020)



Elaboração Própria. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

O que se pode inferir pelos dados é que: em que pese o compromisso firmado pelas administrações municipais na formulação de ações e projetos de promoção da igualdade racial, a capacidade de atuação da administração em ações e prestação de serviços diretos e específicos pode ser baixa – hipótese que, de fato, precisa ser investigada em estudos de caso com coleta de dados qualitativos de variadas localidades.

Porém, o número de municípios na modalidade de gestão Básica sinaliza que, embora tenham unidades da burocracia municipal específicas para promoção da igualdade racial, elas provavelmente estão subordinadas

municípios de modalidade básica tenham conselhos ou órgãos de PIR instituídos e em funcionamento, bastando que tenham sido recém-criados; bem como se obrigou que municípios de modalidade plena e intermediária tenham dotação orçamentária prevista para a execução das ações previstas e funcionamento das respectivas instâncias de PIR (BRASIL, 2021).

a outras unidades (por exemplo: Secretarias ou Coordenadorias de “Direitos Humanos”, “Assuntos Sociais”, Gabinetes de Prefeitos, etc.), e não dispõem de recursos previstos nas leis orçamentárias, estando mais dependentes do jogo político de captação de recursos (tais como ações e projetos das unidades administrativas às quais são subordinadas, emendas de parlamentares das Câmaras Municipais, etc.).

Dos 7 municípios de modalidade Plena, 3 são da Bahia e 1 do Maranhão, fazendo com que o Nordeste responda por 57,1% dos municípios desta modalidade, seguido por Sudeste (28,6%) e Norte (14,3%), graças à presença da cidade de Macapá, capital do Amapá, com adesão em 2019. Dos municípios de modalidade Intermediária, Nordeste, Sudeste e Sul respondem por 30% cada; da região Norte, o único município nesta modalidade é Rio Branco, capital do Acre, tendo aderido em 2014. Dos municípios de modalidade Básica, 44,4% são da região Sudeste, seguidos por Nordeste (25,0%), Sul (19,4%), Centro-Oeste (8,3%) e Norte (2,8%). Destaca-se, neste caso, que os 6 municípios da região Centro-Oeste que aderiram ao Sinapir são todos de modalidade básica: Minaçu e Aparecida de Goiânia, do estado de Goiás, e Pedro Gomes, Corguinho, Bataguassu e Corumbá, do Mato Grosso do Sul.

### 5.2 – Aspectos socioeconômicos

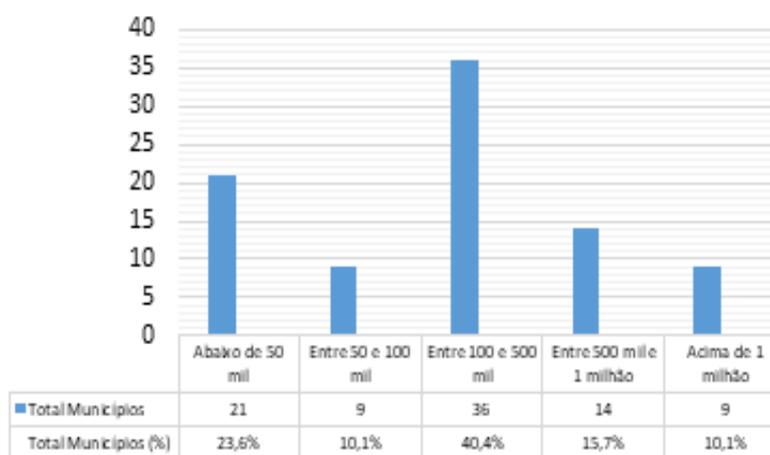
Tomando por referência as projeções populacionais do IBGE para o ano de 2020 (IBGE, 2020b), e estipulando arbitrariamente cinco faixas de classificação (a fins de facilitar as análises), tem-se: 21 municípios com “menos de 50 mil habitantes”, 23,6% do total; 9 com população “entre 50 e 100 mil habitantes”, 10,1% do total; 36 com população “entre 100 e 500 mil”, 40,4% do total; 14 com população “entre 500 e 1 milhão de habitantes”, 15,7% do total; e 9 com população “acima de 1 milhão de habitantes”, representando 10,1% do total.

Partindo dessas estimativas (IBGE, 2020b), a cidade que faz parte do Sinapir (no período analisado) com o menor de número de habitantes é Cruzeiro da Fortaleza (MG), com estimativa de 3.639 habitantes. Dentre as cidades com menos de 50 mil habitantes, a mais populosa é São Mateus do Maranhão

(MA), com 41.5 mil habitantes. As duas cidades mais populosas são São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), com 12,3 milhões e 6,7 milhões de habitantes, respectivamente.

Considerando a base de dados mais recente disponível (IBGE, 2018b) e com informações sobre todos os municípios, 41,6% dos municípios, um total de 37, possuem um PIB *per capita* entre R\$25 mil e R\$50 mil. O menor percentual do conjunto (5,6%) é dos municípios com PIB *per capita* de R\$100 mil, representando 5 no total.

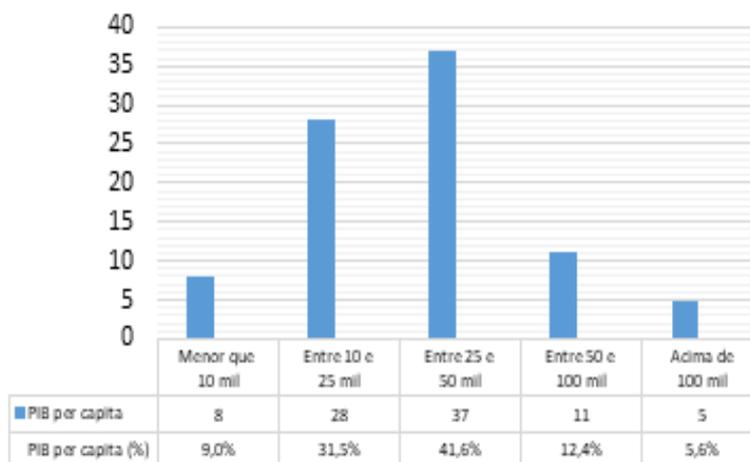
**Gráfico 6** – Total de municípios que aderiram por tamanho da população (2014-2020)



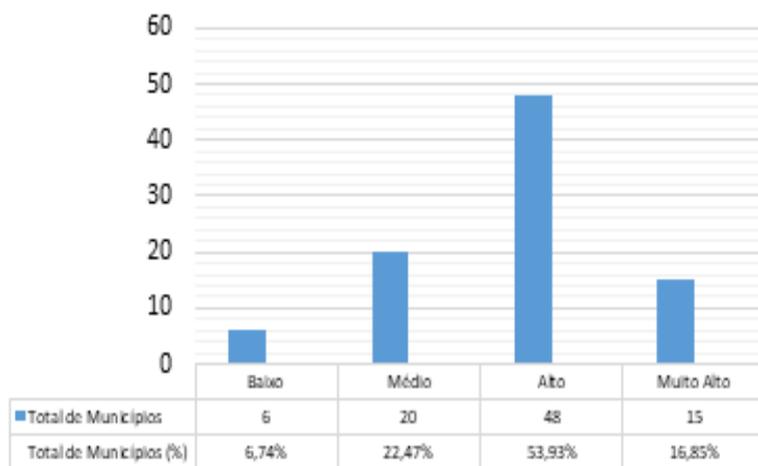
Elaboração Própria. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; IBGE

**Gráfico 7** – Total de municípios por PIB *per capita* (2014-2020)

Elaboração Própria.

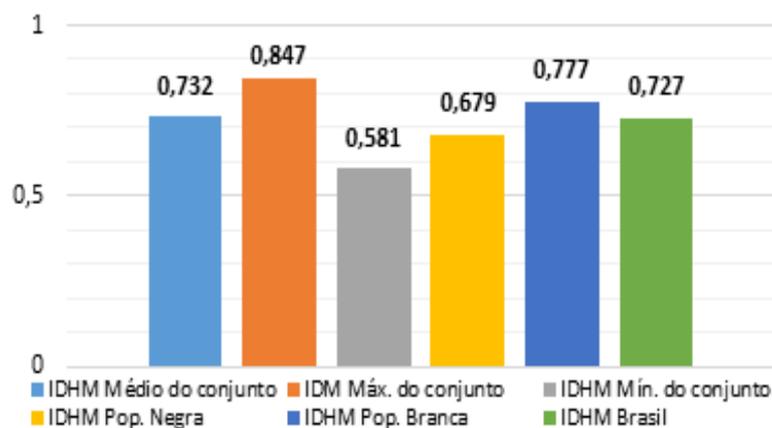


Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; IBGE

**Gráfico 8** – Total de municípios por IDHM 2010 (2014-2020)

Elaboração Própria. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; IPEA, PNUD.

Considerando-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD, 2010), tem-se que 46 municípios da base possuem um IDHM considerado alto. O maior IDHM do conjunto é o de Florianópolis (SC), com um índice de 0,847, destacando-se também as cidades de Santos (0,840) e Niterói (0,837). Outros 6 municípios possuem um IDHM considerado baixo. O menor IDHM do conjunto é o de Lima Campos (MA), com um índice de 0,581.

**Gráfico 9** – Comparativo entre IDHM 2010 (2014-2020)

Elaboração Própria. Fonte: IPEA; PNUD

No **Gráfico 9**, acima, podemos observar a média de IDHM dos municípios, o menor e o maior índices do conjunto comparados com o IDHM médio do Brasil em 2010, e o IDHM da população negra e da população branca (média nacional) no período (IPEA, 2017). Outro ponto a ser observado é que o IDHM da população negra (média nacional) no período é baixo

o bastante para estar uma faixa de avaliação atrás da média nacional, sendo considerado “médio”. Uma diferença significativa para o índice da população branca, que supera a média nacional e está bem mais próxima da maior faixa de avaliação, “muito alto”, que abriga os índices que superam os 0,800 pontos.

### 5.3 – Avaliando pontos da MUNIC 2018 e 2019

Conforme mencionado anteriormente, o IBGE dispõe de uma base específica que contém informações sobre “a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais” (IBGE, s/a). As bases de 2018 e 2019 (IBGE, 2018a, 2019b), as mais recentes disponibilizadas até o momento, trouxeram questões importantes sobre a estrutura e as políticas municipais de promoção da igualdade racial. Selecionamos alguns indicadores referentes a questões presentes na MUNIC 2018 e 2019 que nos permitem fazer inferências sobre a estrutura e a execução de políticas PIR nos municípios brasileiros, e os quais foram cruzados com os dados sobre os municípios que estão no SINAPIR conforme a modalidade de gestão do município. Os resultados podem ser visualizados na **Tabela 3**, no apêndice.

Dos indicadores selecionados das duas edições da MUNIC, em 8 deles os municípios de modalidade Intermediária apresentaram as melhores taxas do conjunto. Os municípios de modalidade Plena que, em tese, deveriam dispor de maior autonomia administrativa e orçamentária para execução de políticas, ficaram à frente em apenas 1, justamente sobre a presença, no poder público local, de um Fundo Municipal de Igualdade Racial. Nos demais indicadores, os municípios desta modalidade ficaram ou muito próximos ou abaixo do desempenho dos municípios de modalidade Básica.

No que diz respeito à “**execução de política de igualdade racial e/ou de enfrentamento ao racismo**” (tabela 3, apêndice), 82% dos municípios afirmaram executar tais políticas, um total de 73; desses, em termos proporcionais, a maior parte são os de modalidade Intermediária. Os 18% restantes que afirmaram não estarem executando tais políticas acendem um alerta

sobre a efetividade da estrutura local de promoção da igualdade racial. Mesmo com a ressalva, o desempenho dos municípios do SINAPIR é superior ao do restante dos municípios do país. Excetuando-se os municípios que fazem parte do sistema, apenas 23,6% afirmaram executar esse tipo de políticas públicas, menos de ¼ do total, o que representa 1.294 municípios. Outros 76,4%, um total de 4.185, afirmaram não executar (tabela 4, apêndice).

Outro ponto importante é sobre a existência de “**Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial**”. Dos 89 municípios cadastrados no SINAPIR, 81 afirmaram possuir conselhos desse tipo, significando 91% do conjunto. Neste quesito, também ficam à frente os municípios de modalidade Intermediária, onde 100% dos municípios informam ter Conselhos em funcionamento. Dentre os de modalidade Plena são 87,7%, e Básica, 90,3%. O único indicador analisado em que os índices das três modalidades ficaram tão próximos.

Como a **tabela 9**, no apêndice, mostra, mais de 80% dos conselhos municipais existentes foram criados antes do ano de adesão ao SINAPIR, o que levanta a hipótese de que a adesão pressupõe uma trajetória observável de institucionalização das políticas de PIR no município, muito embora seja permitida a adesão de municípios que comprovem ainda estar em processo de institucionalização dos conselhos. Corroborando com a hipótese o fato de 30,3% dos municípios que possuem legislação específica de PIR já contarem com a norma antes da adesão.

Preocupa o fato de 8 (9%) municípios terem informado à pesquisa do IBGE não terem Conselhos Municipais de PIR, tendo em vista que se trata de um pré-requisito para adesão ao sistema e que, como se observa nos marcos legais, trata-se de uma medida para garantir a plena participação da sociedade civil na construção e monitoramento da execução de políticas públicas de igualdade racial. Outro ponto importante é que, dentre os municípios que afirmaram contar com conselhos, o número decresce à medida que as questões tratam da estrutura à disposição dos conselhos: são 16,2% p.p a menos quando se trata da disposição de

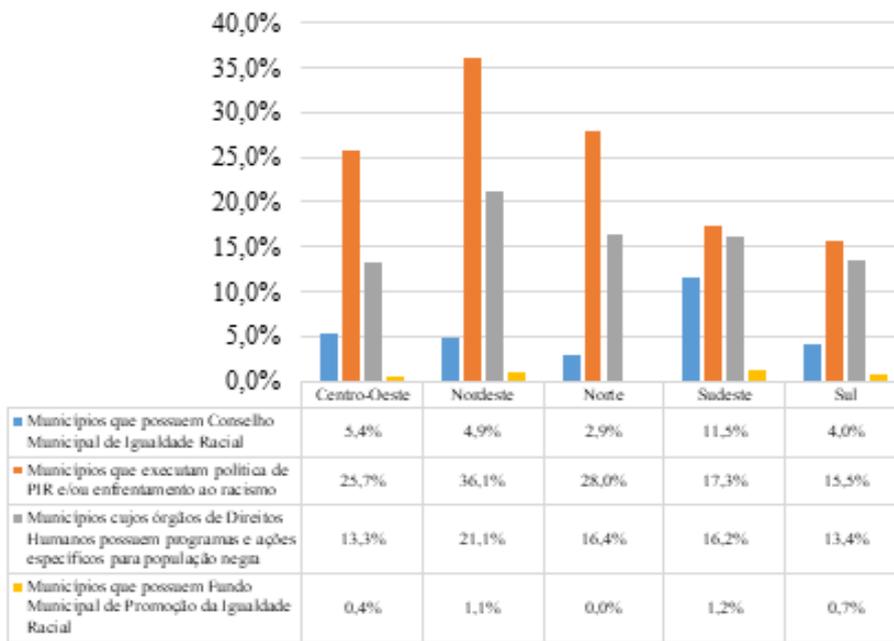
computadores e salas para o conselho funcionar, e 77,5% p.p a menos quando tratamos de orçamento próprio para garantir a autonomia dos conselhos.

Apesar das considerações, nota-se maior presença de Conselhos nos municípios do Sinapir que no restante dos municípios do país: apenas 284 informaram à MUNIC terem conselhos do tipo em funcionamento, aproximadamente 5,2% do total de municípios do país (vide **tabela 4**, apêndice).

Desta forma, de 89 municípios no total, 11 (12,4%) informaram contar com o que consideramos ser ferramentas essenciais de formulação e execução de políticas públicas de PIR: legislação específica de promoção da igualdade racial (que garante, ao menos ‘em tese’, estabilidade e regularidade das políticas, fato observável na **tabela 10**, no apêndice, que mostra uma correlação positiva entre a presença de legislação, a existência de Conselhos e a execução de políticas de PIR), conselho municipal de igualdade racial (que garante maior participação da sociedade civil na construção e monitoramento das políticas) e um fundo municipal de promoção da igualdade racial (que sinaliza um destaque da promoção da igualdade racial na política-orçamentária do município, mesmo que consideremos que possa ser impraticável, em muitas realidades locais, a construção e manutenção de um fundo desse tipo).

Desses, 9 são de modalidade básica e 2 são de modalidade plena. Pode-se observar, também, que destes 11 municípios, 45,5% possuem um IDHM considerado “alto” (**tabela 7**, apêndice), e mais da metade (54,5%) estão concentrados na região sudeste (**tabela 8**, apêndice). No que diz respeito ao IDHM, a **tabela 10** (apêndice) mostra que o índice de desenvolvimento humano do município possui uma correlação positiva com os itens, com exceção da presença de um fundo municipal de PIR, mais presentes em municípios com IDHM considerado baixo. No que diz respeito ao peso da região sudeste na composição do SINAPIR, nota-se também que os municípios da região exercem um peso importante, também, na institucionalização de políticas de PIR quando avaliamos todos os municípios da federação, como se pode ver no **gráfico 10**, abaixo.

**Gráfico 10** - Institucionalização de Políticas de Promoção da Igualdade Racial por região da UF (Todos os municípios da federação)



Elaboração Própria. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE (MUNIC, 2019)

Como já comentado anteriormente, o Estatuto da Igualdade Racial prevê que as políticas de PIR devem ser transversais, abarcando não só políticas focalizadas, mas, também, as demais políticas sociais. Para observar este ponto, tomamos dois itens avaliados pela MUNIC 2018. Como se pode ver nas **tabelas 5 e 6** (apêndice), no primeiro, sobre a adoção de medidas de combate à discriminação racial executadas pelos órgãos municipais de educação, vê-se que dentre os municípios do SINAPIR elas estão presentes em 82 deles, 92,1% do total. Índice maior que o do restante dos municípios do país, 74,9%. Outro item foi sobre a adoção de ações do Plano Nacional de Promoção da Saúde da População Negra nos planos municipais de saúde, onde nos municípios do Sinapir o índice é de 56,2% (50, no total), e no restante do país é de 26,9% (1500, no total).

## 6- Considerações finais

Houve muita luta por parte do movimento negro para que a sociedade se reconhecesse racialmente conflituosa e desigual, obrigando o Estado brasileiro a adotar medidas e políticas que atuem diretamente sobre esses problemas. Superado o desafio de criação

de instrumentos legais, vemo-nos diante do desafio de implementá-los, monitorá-los e avaliá-los.

Um marco significativo foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, prevendo diretrizes e políticas de combate à discriminação e desigualdades raciais. Buscando replicar órgãos promotores de políticas públicas por todo o território nacional, descentralizando e desconcentrando responsabilidades, o estatuto criou o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir que, por ter a finalidade de estimular os entes federados a implementarem nas administrações locais e regionais políticas, serviços e órgãos executores, também funciona como uma base de monitoramento.

O trabalho apresentado significou um esforço para traçar um breve panorama que fornecesse informações sobre o processo de desenvolvimento do Sinapir. Sobretudo, sua ideia surgiu da constatação de que não havia informações completas a respeito do sistema, nem dos entes dele participantes, já que, ao contrário do que é previsto por Lei, até o momento não foi disponibilizado à população brasileira nenhuma ferramenta de consulta (como deveria ter sido a “REDE-SINAPIR”) que permitisse levantar dados similares aos aqui apresentados, bem como dados ainda mais completos, de acesso mais facilitado aos gestores e que poderiam ser de grande valia ao monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Os dados apresentados mostram que o comprometimento das administrações públicas municipais que aderiram ao Sinapir coloca estes municípios em posição de destaque no cenário nacional com relação à estrutura de promoção da igualdade racial. Os municípios do Sinapir, comparados ao restante dos municípios do país, possuem número superior de órgãos executores de políticas focalizadas, existência de conselhos municipais e de legislação municipal específica de promoção da igualdade racial e de estrutura mais ou menos adequada ao funcionamento destes aparelhos. Contudo, ainda se aponta que pouco mais de 10% dos municípios da base contam, ao menos “na teoria”, com todas estas ferramentas, incluindo

a disposição de recursos orçamentários para seu funcionamento.

Dada a dificuldade dos municípios brasileiros de dispor de estruturas e recursos para funcionamento de políticas públicas locais, conforme apontado na pesquisa de Dal Rosso e Oliveira (2006, p. 82), induz-se que as medidas e recursos federais precisam, para além de estimular a criação de equipamentos de PIR nos municípios, dispor de programas e rubricas para apoiar os municípios que ainda têm dificuldades de realizar de maneira plena o compromisso firmado com o Sinapir. Também se faz necessário apoiar uma melhor distribuição destes órgãos pelo território nacional, haja visto maior concentração de políticas de PIR em algumas regiões em detrimento de outras, contribuindo para a consolidação das políticas por toda a federação.

Decerto, a listagem de municípios e estados que aderiram não dá conta de todos os órgãos que possam existir nas administrações públicas espalhadas pela federação; pode-se pensar que são variados os constrangimentos e impedimentos políticos, econômicos e institucionais que possam dificultar o comprometimento de municípios com uma adesão que prevê como contrapartida organismos que dispõem de recursos e do interesse das administrações, tais como a existência de um conselho municipal e de algum tipo de órgão cujas atenções e atribuições estejam voltadas à problemática da igualdade racial. Tampouco se pode garantir que, dos municípios aderentes, todos estejam, atualmente, cumprindo as políticas e serviços propostos e que afirmaram cumprir na Pesquisa de Informações Municipais do IBGE, utilizada, também, como fonte de dados.

Porém, utilizar dessas informações ao menos nos garantem indicadores a partir dos quais possamos debater, refletir e levantar hipóteses para pesquisas posteriores e complementares – especialmente estudos de caso. Por isso, fazer um balanço sobre o Sinapir no período em que se completam 10 anos de existência do Estatuto da Igualdade Racial é tão significativo.

Mais do que executores, tais órgãos teriam por finalidade garantir que recursos federais, estaduais e municipais cheguem às parcelas da população que mais necessitam e a quem sejam destinados; também podem funcionar como importantes coletores de informações que ajudem a monitorar e aprimorar os modelos de políticas públicas existentes. Por fim, fazer valer os nossos mais altos e honráveis pactos sociais, os que

garantem que o acesso a uma vida digna e ao bem-estar são direitos de todos e todas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Angélica Kely de; LIMA JÚNIOR, Antônio Teixeira. **Igualdade Racial. Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. s/l, s/a. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003**. Brasília, 2003a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.678.htm)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Brasília, 2003b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.693, de 11 de junho de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11693.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11693.htm#art2)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm)>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d8136.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8136.htm)>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Portaria nº 8, de 11 de fevereiro de 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-8-de-11-de-fevereiro-de-2014-30051336>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Listagem dos entes federados participantes do SINAPIR**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-racial/Sinapir/Sinapir>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Portaria nº 1.968, de 18 de junho de 2021**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.968-de-18-de-junho-de-2021-326839215>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

- DAL ROSSO, Sadi; OLIVEIRA, Dijaci David de. Alcance das ações de promoção da igualdade racial implementadas atualmente no Brasil. In.: BRITO, Antônio José Rollas de (Org.). **FIPIR - Encontros do Brasil com a promoção da igualdade racial**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.
- DIAS, Tatiana. **O estatuto da igualdade racial**. Texto para discussão nº 1722. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007.
- FRAGA, Walter. Pós-abolição: o dia seguinte. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 54, jul., 1999.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo social**, São Paulo, v. 18, n. 2, 2006.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito racial: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2012.
- HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In.: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 18, 2002.
- HERINGER, Rosana. Promoção da Igualdade Racial no Brasil: um objetivo democrático. **Teoria & Pesquisa**, n. 42 e 43, jan./jul., 2003.
- IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, 2018a**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=25506&t=sobre>>. Acesso em: 07 de setembro de 2020.
- IBGE. **PIB dos municípios brasileiros, 2018b**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2021.
- IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.
- IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, 2019b**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?&t=o-que-e>>. Acesso em: 07 de setembro de 2020.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua – PNAD Contínua, 2019c**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=resultados>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- IBGE. **Estimativas da população, 2020b**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2021.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – em 2010**. s/l, s/a. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ipeageo/bases.html>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.
- IPEA. **Desenvolvimento Humano para além das Médias: 2017**. Brasília: IPEA, PNUD, FJP, 2017.
- IPEA. **Radar IDHM – evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017**. Brasília: IPEA, PNUD, FJP, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190416\\_rada\\_IDHM.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190416_rada_IDHM.pdf)>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.
- JACCOUD, Luciana de Barros. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In.: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília, DF: IPEA, 2008.
- JACCOUD, Luciana de Barros et. al. Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 3, n. 7. Brasília, DF: IPEA, 2009.
- JORNAL DA MARCHA. **Manifesto Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela igualdade e a vida**. São Paulo, out., 1995.
- LAESER. Os municípios e a Promoção da Igualdade Racial: dados da MUNIC 2011. Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais, **Tempo em Curso**, v. 5, n. 8, agosto, 2013.
- PEREIRA, André Luis; EGRES, Luciana Silveira. Políticas de igualdade racial: possibilidades e limites para sua efetivação em nível local – o caso de Porto Alegre. **Tempo da Ciência**, v. 22, n. 43, 2015.

MOREIRA, Henrique Rodrigues. **Formação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial**, Nexo Jornal, 27 de dezembro de 2021a. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/Forma%C3%A7%C3%A3o-do-Sistema-Nacional-de-Promo%C3%A7%C3%A3o-da-Igualdade-Racial>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

MOREIRA, Henrique Rodrigues. **Sinapir se expande em um país com muitos desafios para a igualdade étnico-racial**, Nexo Jornal, 07 de dezembro de 2021b. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/Sinapir-se-expande-em-um-pa%C3%ADs-com-muitos-desafios-para-a-igualdade-%C3%A9tnico-racial>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

MOURA, Joana; RAMOS, Paulo. As narrativas do movimento negro no campo político brasileiro: do protesto à política institucionalizada. **Antropolítica**, Niterói, n. 50, p. 224-247, 2020.

RIBEIRO, Matilde. 2013. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias - 1986 a 2010**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Teoria raciais. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA JÚNIOR, Hédio; SILVA, Mário Rogério. Classificação racial: um pressuposto para a adoção de políticas de promoção da igualdade racial. In.: SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida da Silva; SILVA, Mário Rogério (Orgs.). **Políticas públicas de promoção da igualdade racial**. São Paulo: CEERT, 2010.

SILVA, Tatiana Dias; CALMON, Paulo Du Pi; SILVA, Suylan de Almeida Midlej e. Políticas públicas de igualdade racial: trajetórias e mudança institucional no governo federal de 2000 a 2014. Texto para discussão nº 2662. Brasília, DF: Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, jul./set., 2012.

TELLES, Edward. Repensando as relações de raça no Brasil. **Teoria e pesquisa**, nº 42, jan./jul., 2003.

## APÊNDICE

Tabela 2 – Lista de municípios que aderiram ao SINAPIR (2014-2020)

UF	MUNICÍPIO	MODALIDADE DE GESTÃO	ANO DE ADESÃO	UF	MUNICÍPIO	MODALIDADE DE GESTÃO	ANO DE ADESÃO
Acre	Rio Branco	Intermediária	2014	Pará	Ananindeua	Básica	2020
					Tomé Açu	Básica	2018
Amapá	Macapá	Plena	2019		Araucária	Intermediária	2020
	Alagoinhas	Plena	2020		Curitiba	Básica	2018
	Cruz das Almas	Básica	2020		Londrina	Básica	2020
	Feira de Santana	Plena	2015		Maringá	Básica	2019
	Governador Mangabeira	Básica	2018		Ponta Grossa	Básica	2020
					Pontal do Paraná	Básica	2018
Bahia	Iraquara	Básica	2019	Pernambuco	Caruaru	Básica	2019
	Lauro de Freitas	Básica	2015		Barra Mansa	Básica	2018
	Porto Seguro	Plena	2015		Magé	Básica	2018
	Salvador	Básica	2020		Mesquita	Básica	2018
	São Francisco do Conde	Intermediária	2015		Niterói	Intermediária	2015
	Vitória da Conquista	Básica	2017				
Ceará	Fortaleza	Básica	2019		Rio de Janeiro	Básica	2018
	Horizonte	Básica	2018		São João de Meriti	Plena	2018
	Juazeiro do Norte	Básica	2020	Rio Grande do Norte	São Tomé	Básica	2018
Espírito Santo	Cachoeiro de Itapemirim	Básica	2018		Caxias do Sul	Básica	2014
	Cariacica	Intermediária	2016		Mostardas	Básica	2018
	Serra	Básica	2015		Pantano Grande	Básica	2018
	Vila Velha	Básica	2019		Passo Fundo	Básica	2015
Goias	Aparecida de Goiânia	Básica	2016	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Intermediária	2014
	Minapu	Básica	2016		Rio Grande	Básica	2019
Maranhão	Chapadinha	Plena	2015		Tavares	Básica	2018
	Codó	Intermediária	2015		Uruguaiana	Básica	2020
	Lima Campos	Básica	2020		Criciúma	Básica	2018
	São Luis Gonzaga do Maranhão	Básica	2017	Santa Catarina	Florianópolis	Básica	2015
	São Mateus do Maranhão	Básica	2019		Itajaí	Intermediária	2014
					Joinville	Básica	2015
Mato Grosso do Sul	Bataguassu	Básica	2015		Andradina	Básica	2015
	Campo Grande	Básica	2018		Araçatuba	Básica	2014
	Corguinho	Básica	2020		Araras	Básica	2018
	Corumbá	Básica	2015		Barretos	Básica	2018
	Pedro Gomes	Básica	2015		Botucatu	Básica	2014
					Campinas	Básica	2016
Minas Gerais	Barbacena	Básica	2020		Guarulhos	Plena	2014
	Belo Horizonte	Intermediária	2014		Jundiaí	Básica	2018
	Contagem	Básica	2016		Mauá	Básica	2015
	Cruzeiro da Fortaleza	Básica	2018		Santos	Básica	2018
	Governador Valadares	Básica	2018		São José do Rio Preto	Básica	2018
	Januária	Básica	2018		São José dos Campos	Básica	2015
	Nova Lima	Básica	2014				
	Ouro Preto	Básica	2020		São Paulo	Básica	2018
	Paracatu	Básica	2020		São Vicente	Intermediária	2015
	Patos de Minas	Básica	2018				
	Pompêu	Básica	2018		Aracaju	Básica	2020
	Uberaba	Básica	2020				
	Vazante	Básica	2020	Sergipe	Laranjeiras	Básica	2018
	Virgem da Lapa	Básica	2018				
Total de municípios brasileiros					5570 (98,4%)		
Total de municípios que aderiram ao SINAPIR					89 (1,6%)		

Elaboração própria. Fonte: Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Obs.: Em destaque na cor vermelha as cidades que são capitais de estado

**Tabela 3** – Itens sobre promoção da igualdade racial na MUNIC 2019 por modalidade de gestão dos municípios do SINAPIR

Itens	Modalidade												Totais*			
	Básica				Intermediária				Plena				Sim	%	Não	%
	Sim	(%)	Não	(%)	Sim	(%)	Não	(%)	Sim	(%)	Não	(%)				
Órgão gestor de Direitos Humanos executa ações e programas específicos para população negra	44	61,1%	8	11,1%	8	80%	1	10%	3	42,9%	2	28,6%	55	61,8%	11	12,4%
Órgão gestor de Direitos Humanos executa ações e programas específicos para comunidades quilombolas	31	43,1	21	29,2%	6	60%	3	30%	3	42,9%	2	28,6%	40	44,9%	26	29,2%
Existência de legislação específica para promoção da igualdade racial e/ou de enfrentamento ao racismo	38	52,8%	34	47,2%	8	80%	2	20%	4	57,1%	3	42,9%	50	56,2%	39	43,8%
Existência de Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial	65	90,3%	7	9,7%	10	100%	0	0%	6	85,7%	1	14,3%	81	91%	8	9%
O Conselho Municipal dispõe de sala para funcionamento?	55	76,4%	10	13,9%	8	80%	2	20%	3	42,9%	3	42,9%	66	74,2%	15	16,9%
O Conselho Municipal dispõe de computador para funcionamento?	55	76,4%	10	13,9%	8	80%	2	20%	3	42,9%	3	42,9%	66	74,2%	15	16,9%
O Conselho Municipal dispõe de dotação orçamentária própria?	11	15,3%	54	75%	0	0%	10	100%	1	14,3%	5	71,4%	12	13,5%	69	77,5%
Execução de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e/ou de enfrentamento ao racismo	60	83,3%	12	16,7%	9	90%	1	10%	4	57,1%	3	42,9%	73	82%	16	18%
Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial	12	16,7%	60	83,3%	0	0%	10	100%	3	42,9%	4	57,1%	15	16,9%	74	83,1%

Elaboração Própria. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE (MUNIC 2019)

\*Totais e subtotais não incluem dados de municípios que não enviaram informações ou que se recusaram a responder

**Tabela 4** – Itens sobre promoção da igualdade racial na MUNIC 2019 e municípios brasileiros

Itens	Total de Municípios*							
	Não aderiu ao SINAPIR				Aderiu ao SINAPIR			
	Sim	(%)	Não	(%)	Sim	(%)	Não	(%)
Órgão gestor de Direitos Humanos executa ações e programas específicos para população negra	890	16,2%	1524	27,8%	55	61,8%	11	12,4%
Órgão gestor de Direitos Humanos executa ações e programas específicos para comunidades quilombolas	465	8,5%	1949	35,6%	40	44,9%	26	29,2%
Existência de legislação específica para promoção da igualdade racial e/ou de enfrentamento ao racismo	162	3%	5317	97%	50	56,2%	39	43,8%
Existência de Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial	284	5,2%	5195	94,8%	81	91%	8	9%
O Conselho Municipal dispõe de sala para funcionamento?	194	3,5%	90	1,6%	66	74,2%	15	16,9%
O Conselho Municipal dispõe de computador para funcionamento?	177	3,2%	107	2%	66	74,2%	15	16,9%
O Conselho Municipal dispõe de dotação orçamentária própria?	26	0,5%	258	4,7%	12	13,5%	69	77,5%
Execução de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e/ou de enfrentamento ao racismo	1294	23,6%	4185	76,4%	73	82%	16	18%
Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial	34	0,6%	5445	99,3%	15	16,9%	74	83,1%

Elaboração Própria. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE (MUNIC 2019)

\*Totais e subtotais não incluem dados de municípios que não enviaram informações ou que se recusaram a responder à questão

**Tabela 5** – Itens sobre promoção da igualdade racial na MUNIC 2018 por modalidade de gestão dos municípios do SINAPIR

Itens	Modalidade												Totais*			
	Básica				Intermediária				Plena				Sim	(%)	Não	(%)
	Sim	(%)	Não	(%)	Sim	(%)	Não	(%)	Sim	(%)	Não	(%)				
Órgão gestor de educação executa medidas de combate à discriminação racial	66	91,7%	6	8,3%	10	100%			6	85,7%	1	14,3%	82	92,1%	1	1,1%
Ações do Plano Nacional de Promoção da Saúde da População Negra estão previstos no Plano Municipal de Saúde	42	58,3%	30	41,7%	5	50%	5	50%	3	42,9%	4	57,1%	50	56,2%	39	43,8%

Elaboração Própria. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE (MUNIC 2018)

\*Totais e subtotais não incluem dados de municípios que não enviaram informações ou que se recusaram a responder

**Tabela 6** – Itens sobre promoção da igualdade racial na MUNIC 2018 e municípios brasileiros

Itens	Total de Municípios*							
	Não aderiu ao SINAPIR				Aderiu ao SINAPIR			
	Sim	(%)	Não	(%)	Sim	(%)	Não	(%)
Órgão gestor de educação executa medidas de combate à discriminação racial	4172	74,9%	553	9,9%	82	92,1%	1	1,1%
Ações do Plano Nacional de Promoção da Saúde da População Negra estão previstos no Plano Municipal de Saúde	1500	6,9%	3906	70,1%	50	56,2%	39	43,8%

Elaboração Própria, Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE (MUNIC 2018)

\*Totais e subtotais não incluem dados de municípios que não enviaram informações ou que se recusaram a responder à questão

**Tabela 7** - Itens da MUNIC 2019 por IDHM 2010 (municípios do SINAPIR; somente os municípios que afirmaram contar com os itens)

IDHM 2010	Legislação de PIR		Conselho Municipal		Fundo Municipal		Todos os itens	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Muito Alto	11	22%	15	18,5%	2	13,3%	2	18,1%
Alto	30	60%	46	56,8%	6	40%	5	45,5%
Médio	8	16%	15	18,5%	6	40%	4	36,4%
Baixo	1	2%	5	6,2	1	6,7%		
<b>Total Geral</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>	<b>81</b>	<b>100%</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>

Elaboração Própria. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE (MUNIC 2019)

\*Totais e subtotais não incluem dados de municípios que não enviaram informações ou que se recusaram a responder à questão

**Tabela 8** - Itens da MUNIC 2019 por região da UF (municípios do SINAPIR; somente os municípios que afirmaram contar com os itens)

Região da UF	Legislação de PIR		Conselho Municipal		Fundo Municipal		Todos os itens	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)		
Centro-Oeste	4	8%	5	6,2%	1	6,7%	1	9,1%
Nordeste	5	10%	20	24,7%	6	40%	3	27,3%
Norte	2	4%	3	3,7%				
Sudeste	27	54%	36	44,4%	7	46,7%	6	54,5%
Sul	12	24%	17	21%	1	6,7%	1	9,1%
<b>Total Geral</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>	<b>81</b>		<b>15</b>	<b>100%</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>

Elaboração Própria. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE (MUNIC 2019)

\*Totais e subtotais não incluem dados de municípios que não enviaram informações ou que se recusaram a responder à questão

**Tabela 9** – Ano de criação de legislação de PIR e do Conselho Municipal de Igualdade Racial versus ano de adesão ao SINAPIR

Ano de criação	Legislação de PIR		Conselho Municipal de Igualdade Racial	
	Total	(%)	Total	(%)
Antes da adesão	27	30,3%	75	84,3%
Depois da adesão	2	2,2%		
Mesmo ano de adesão			6	6,7%
<b>Total Geral</b>	<b>29</b>	<b>32,5%</b>	<b>81</b>	<b>91%</b>

Elaboração Própria. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE (MUNIC 2019)

Obs.: Totais e subtotais podem não incluir dados de municípios que não enviaram informações ou que se recusaram a responder às questões.

# O imperativo da moralidade e a socialização dos afetos: proposições a partir de Émile Durkheim

Rhuann Fernandes<sup>1</sup>

## Resumo:

Este artigo tem o propósito de apresentar a noção de afetos, em especial o amor de conjugalidade e família moderna, a partir da ótica do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917). A contar de seus conceitos basilares, defendo que, para pensarmos as emoções em sua obra, temos que levar em consideração sua definição de moralidade. Constatado que as interpretações acerca do casamento e da família moderna, instituições ideológicas por excelência — realizadas em suas formulações paradigmáticas sobre a “ciência da sociedade” — contribuíram decisivamente para que o debate sobre os sentimentos se desprendesse das observações hegemônicas da psicologia.

**Palavras-chave:** Emoções; Casamento; Moral; Teoria sociológica; Estudos durkheimianos.

## Abstract:

This article to intend approach the notion of affects, in particular, love, conjugality and the modern family from the perspective of the French sociologist Émile Durkheim (1858-1917). Based on his basic concepts, I defend that to think about emotions in his work, we must consider his definition of morality. I note that the interpretations about marriage and the modern family, ideological institutions par excellence — carried out in their paradigmatic formulations on the “science of society” — contributed decisively to the debate on feelings to be detach from the hegemonic observations of psychology.

**Keywords:** Emotions; Marriage; Moral; Sociological theory; Durkheimian studies.

## Introdução

Não se percebe que não pode haver sociologia se não há sociedades, e que não há sociedades se só existem indivíduos. (Émile Durkheim, 2000)

Em minhas andanças acadêmicas, conheci a vida e a obra do sociólogo francês David Émile Durkheim (1858-1917), não apenas por razões obrigatórias, pelo fato de se tratar de um clássico aplicado quase de modo osmótico nas ciências sociais, mas pela experiência única e sensível que tive, como monitor da disciplina de Sociologia III, do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/UERJ), durante dois anos. Nesse contexto, fui ensinado a afastar-me das visões que o colocam como um sociólogo obsoleto e conservador, que pouco nota mudanças sociais por ser um “teórico da ordem” e focalizar na diversidade de leituras de estudiosos de sua obra, bem como entendimento das razões de sua presença nas ciências sociais contemporâneas.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Geralmente, interpretamos e lemos suas obras e conteúdos a contar essas premissas, o que nos faz cair, por vezes, na armadilha do senso comum sociológico. Por isso, agradeço em particular os professores Luiz Fernando Almeida Pereira e David Gonçalves

Com os contrapontos entusiásticos nas aulas, pude conhecer também aqueles que mantiveram com eles laços afetivos e intelectuais, a exemplo de Marcel Mauss (1872-1950). Isso me fez compreender as disputas científicas e políticas que Durkheim estava inserido e, em alguma medida, retirar o caráter geralmente atribuído aos pensadores clássicos: alguém que refletia sozinho sem nenhum atravessamento e auxílio de uma comunidade de pesquisadores. Nesse contexto, percebi, assim como Francisco Weffort (2003), ter um autor como clássico é entender que suas ideias permanecem, que seus conceitos sobreviveram ao seu próprio tempo e, embora ressonâncias de um passado distante, são recebidas por nós como parte constitutiva de nossa atualidade.

Nessa lógica, me desfaço daquilo que Raquel Weiss e Rafael Faraco Benthien (2017) denominam de “Durkheim das pré-noções sociológicas” e me aproximo do que conceituam de “Durkheim dos durkheimianos”. De acordo com os autores, a primeira “corrente” se apropria da obra de Durkheim com leituras e sínteses aceleradas, sem uma apreensão mais cuidadosa de seus textos, fortalecendo um “Durkheim mitológico”. Já a segunda, tende a se contrapor às imagens viciadas e deturpadas de seus textos, tornando-os objetos de investigação contínua. Nesse caso, realizam-se debates conceituais num contexto intelectual mais amplo, entre diversos especialistas, possibilitando que suas perspectivas sejam preservadas de modo profícuo no presente.

Foi diante dessas circunstâncias que pensei o tema deste trabalho. Steven Lukes (1984), por exemplo, diz haver uma sub-representação do trabalho de Durkheim sobre afetos e família. No entendimento de Eva Illouz (2011), por outro lado, as grandes narrativas sociológicas da modernidade, como a de Durkheim, abrangeram explicações acerca do advento da modernidade e seus impactos em termos dos afetos. Portanto, a interpretação proposta neste artigo está empenhada em mostrar que existe uma “teoria dos afetos” emaranhada no pensamento de Durkheim, sendo essa uma operação de separação/transformação do discurso original do próprio autor efetuada por mim.

Os autores citados acima demonstram que Durkheim compreendeu, com a invenção do ideário moderno-burguês, que algumas instituições, não da noite para o dia, foram transformadas inteiramente e tomaram proporções novas e significativas na vida social, abalando o universo das relações afetivas. Nesse plano, o amor romântico trouxe o fundamento do casamento, o qual traz em seu cerne a mútua escolha entre os parceiros, modificando a ideia de família: agora se valoriza, como nunca, o núcleo da família apoiado na imagem do casal heteronormativo e de filhos ainda celibatários.

Nessa direção, ao deparar-me com as visões sociológicas sobre o casamento e a família a partir dos escritos de Durkheim, fica explícito seu argumento sobre o que deveria ser o objetivo da sociologia: fazer compreender as instituições sociais presentes de maneira que nós possamos entrever o que elas são destinadas a ser e o que nós devemos querer que elas fossem. Sua análise compreende um sistema de relações cujo conjunto constitui a vida familiar. Assim, neste trabalho, procuro responder, a partir da teoria durkheimiana, à seguinte questão: como funcionam os regimes de moralidade no ocidente moderno e como esses se vinculam à ideia de afetos, em especial ao amor? Minha hipótese é que Durkheim preocupou-se com os sentimentos, mas quando pensados em relação à moralidade.

A partir dessa questão, no primeiro tópico deste texto, realizo uma discussão dos conceitos basilares operados por Durkheim para sustentar sua teoria sociológica, tal como a ideia de fato social, consciência coletiva e as críticas efetuadas ao paradigma do epifenomenismo na psicologia. Daí, explico a relação desses conceitos com sua noção de moral, indagando suas características. No segundo momento, correlaciono esses conceitos com a noção de afeto, explicando como Durkheim foi um dos pioneiros nas ciências sociais a refletir sobre as emoções no mundo moderno, retirando da interpretação predominante da psicologia e atribuindo a elas um caráter social: a interpretação de que as emoções são fruto de nossa socialização e não algo puramente individual que brota do interior do ser. Por fim, apresento uma síntese da teoria da família de Durkheim, com explicitação de

---

Soares, meus orientadores na monitoria. Eles me incentivaram à leitura dos textos menos programáticos de Durkheim, isto é, aqueles que não eram muito conhecidos em minha graduação. Ver: Durkheim (1887; 1920; 1955; 1975a; 1975b). Nos casos de teóricos e comentadores de suas obras, ver: Alexander (1990); Alexander e Smith (2005); Lukes (1984) e Botelho (2013).

como a noção de moralidade perpassa o casamento e a família moderna, entendida por ele como “família conjugal”.

### Durkheim: a sociedade e o imperativo moral

Émile Durkheim exerceu assíduas críticas a algumas áreas científicas, em especial àquela que ele nomeia de “ciência do indivíduo mental”, denominada também como psicologia individual. A seu ver, essa ciência entendia a vida social ligada apenas à consciência individual como se não pudesse ter outra camada, como se a vida social, para usar suas palavras, “planasse no vazio ou flutuasse” (DURKHEIM, 1973, p. 380). Segundo o autor, a psicologia tratava dos fenômenos sociais de modo isolado, explicando a matéria da vida coletiva por fatos psicológicos individuais. Então, “[...] mesmo que a psicologia individual não tivesse já segredos para nós, seria incapaz de nos dar solução de qualquer destes problemas, uma vez que eles se referem a categorias de fatos por ela ignorados” (DURKHEIM, 1973, p. 381). Nesse sentido, a psicologia não ultrapassaria a esfera do indivíduo e se limitaria a propor teorias para designação de um conjunto de generalidades imprecisas, sem um objeto definido.

Ao apontar esses aspectos, Durkheim (1973) sustenta que a explicação dos fatos sociais — maneiras de agir, fixas ou não, com potencial para exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior que apresenta uma existência própria — deve ser buscada na sociedade e não nos indivíduos. Na realidade, os estados psíquicos devem ser interpretados como resultados e não como a razão dos fenômenos sociais.<sup>3</sup> Para ele, o sociólogo não deve se preocupar com as proposições da psicologia, que insere o indivíduo numa solidão sem fim ao isolá-lo como se ele não sofresse interferências do meio social, mas sim com o pensamento coletivo globalizante, que merece atenção na forma e no conteúdo, em suas especificidades, para, *a posteriori*,

esse mesmo profissional investigar em que proporção esse pensamento comum se reflete ou se parece com o pensamento dos particulares.

Sua defesa é que a vida reside no todo e não nas partes, porque, para compreender a maneira como a sociedade representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos particulares, já que os fatos sociais são exteriores às consciências individuais. Ou seja, a sociedade é efeito de uma síntese de indivíduos que concebe fenômenos diferentes dos que ocorrem nas consciências individuais. Por esse motivo, a sociologia deve encarregar-se de identificar os fundamentos e as motivações externas aos seres, na própria sociedade e na interação dos fatos sociais.

Durkheim (1973) não deixa de reconhecer que existem fatores de domínio da “vida interior”, chamando atenção para os hábitos individuais que nos seriam próprios, constitutivos do ser, que nos impõe crenças e práticas numa dimensão interna. Por outro lado, teríamos as crenças e práticas sociais, que atuariam sobre os indivíduos a partir do exterior. Ao comentar sobre essas diferenças, o autor exerce uma classificação entre dois tipos de consciência: a coletiva e a individual, que estão presentes e atuam num só corpo, como se vivessem dois seres em cada pessoa.

A consciência coletiva se associa aos sentimentos, concepções e costumes externos a cada indivíduo, que agem influenciando suas práticas no cotidiano. A título de exemplo, temos as opiniões coletivas, tradições culturais disseminadas de geração em geração e as crenças religiosas. Durkheim (2008) menciona que a consciência coletiva é a agregação de crenças e sentimentos gerais aos componentes de uma mesma sociedade que atribui conteúdo a um sistema detentor de autonomia e vida própria. Ela existe sem ter em conta o modo como cada indivíduo a manifesta. Trata-se de uma realidade geradora de um universo de imagens, ideias e sentimentos. De outro modo, a consciência

<sup>3</sup> Preocupado com a legitimação do campo sociológico enquanto ciência, Durkheim buscou a apropriação de um método para “o fazer científico”. Fortemente influenciado pela “ciência positiva”, procurava construir uma sociologia dotada de sólidas bases empíricas a partir de três princípios: distanciamento, objetividade e neutralidade. A metodologia proporcionaria o afastamento do senso comum na interpretação de um fato. Para ele, o estudo da sociedade deve ser tão rigoroso com o estudo empreendido pelas ciências naturais, pois isso daria à sociologia o caráter de uma ciência universalmente válida, baseada na experimentação, a fim de explicar os fenômenos sociais. Ele entendia que a sociologia deveria buscar a compreensão da sociedade em seu aspecto exterior, em todo comportamento instituído pela coletividade. Ao pensar os fatos sociais deveríamos compreendê-los como coisa. Isto é, afastar nossas pré-noções de modo sistemático; verificar as características exteriores que são comuns aos fatos sociais e considerá-los de modo independente de suas manifestações individuais. Assim, o sociólogo conseguiria conceder a objetividade científica aos fatos sociais investigados, retirando o véu imposto entre as coisas e ele.

individual é definida em virtude dos estados mentais que desenvolvemos conosco e com a nossa biografia.<sup>4</sup>

Nesse seguimento, a consciência coletiva é modular para a coesão social, pois aumenta a integração entre os partícipes da vida em sociedade. Por meio dela, tem-se uma conformidade das consciências particulares a um gênero comum, no qual as consciências individuais assemelham-se e geram uma atração entre si. Em torno dessa consciência, temos a noção, essencial para Durkheim (1973), de “constrangimento social”, a qual abarca as maneiras coletivas de pensar ou agir que assumem uma concretude extrínseca aos seres humanos, que se conformam nesses modos coletivos.

São coisas dotadas de existência própria, que o indivíduo encontra completamente formadas e não pode impedir que existam ou fazer com que existam de modo diferente; é obrigado a contar com elas, e é-lhe tanto mais difícil (não dizemos impossível) modificá-las quanto maior for o seu grau de participação na supremacia material e moral que a sociedade tem sobre os seus membros (DURKHEIM, 1973, p. 384).

Sobre isso, são imprescindíveis certas digressões para evitar equívocos. Durkheim (2008, 2017) não entendia a vontade individual como algo a ser superado pela consciência coletiva, em que os indivíduos, apesar de acreditarem orientar suas ações, são, na verdade, levados por forças grupais. Ao contrário, ele também pensa a ação e a subjetividade, mas a partir de conceitos como “sociedade”, “Estado” e “consciência individual”. Não existe uma estrutura axiomática de determinação da sociedade sobre o indivíduo, existe sim um desejo do indivíduo de ceder à “consciência coletiva” para viver em sociedade e evitar os constrangimentos, pois a sociedade enquanto fato social é coercitiva, exterior (ao indivíduo) e generalista.<sup>5</sup>

O indivíduo não desaparece, desempenha funções na gênese dos fatos sociais. Quer dizer, para que exista fato social é indispensável que uma profusão de indivíduos planeje entre si suas ações e, a partir

disso, produzam o fato. Essa “síntese” é realizada e processada fora de cada um dos indivíduos, porque, de acordo com Durkheim (2008, 2017), temos uma multiplicidade de consciências levando-a conseguir, por efeito, a estabilização e a instauração de determinadas formas de sentir e agir, bem como juízos e valores não dependentes de vontades individuais. Durkheim (1973) chama essa síntese de “instituição” a qual a sociologia se encarregaria de estudar. Em suas palavras, a instituição é “[...] todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade; a sociologia pode então ser definida como a ciência das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento” (DURKHEIM, 1973, p. 384).

O autor entende que as práticas sociais e as crenças chegam do exterior. Isso não significa, entretanto, que os indivíduos as recebam de modo passivo, com ausência de reflexividade e agência. Ao contrário, o que vem de “fora” é submetido sempre a modificações, ou seja, os indivíduos, mesmo recebendo influências extrínsecas, assimila o conteúdo ao seu modo. Porém, afirma Durkheim (1973), existem certas limitações.

Ao pensarmos e assimilarmos as instituições coletivas individualizamo-las e incutimos-lhes em maior ou menor grau o nosso cunho pessoal; é por este motivo que ao pensarmos o mundo sensível, cada um de nós lhe dá um colorido à sua maneira e se adapta de modo diferente a um mesmo meio físico – razão porque cada indivíduo possui, em certa medida, a sua moral, a sua religião, a sua técnica. Não há conformismo social que não comporte toda uma gama de nuances individuais, o que não impede que o campo de variações permitida seja limitado (DURKHEIM, 1973, p. 384).

Mais uma vez temos a afirmação da crença de que o mundo social existe, até certo ponto, à parte e externo à vida psicológica individual, sendo dotado de vida própria, não dependente de um indivíduo ou outro. O indivíduo, nessa lógica, deve ser observado como ser social. Isto é, só existe em relação ao seu meio social,

<sup>4</sup> Importante frisar que há uma relação direta entre os termos “crenças e sentimentos” e “consciência coletiva”, pois as próprias crenças e sentimentos comuns aos indivíduos refletem o conjunto de representações e de ações. Desse conjunto que a consciência coletiva é concebida. Ou melhor, a consciência coletiva e as representações coletivas, enquanto conceitos, aparecem de modo intercambiáveis. Para um debate mais amplo sobre a evolução dessas categorias nas obras de Durkheim, ver: Oliveira (2012).

<sup>5</sup> O “indivíduo”, de fato, não foi uma categoria ou “unidade de análise” metodológica que Durkheim deu atenção especial ou necessariamente se debruçou em sua teoria. Entretanto, ainda assim, há um espaço dedicado a respeito que assume importantes significados e contornos em seus raciocínios. Uma das justificativas possíveis para não priorizar essa categoria é, exatamente, o seu confronto com a psicologia e a prioridade aguda desse campo atribuída ao ser individual. Para uma discussão mais aprofundada, ver: Teixeira (2016).

torna-se moral, portanto, ao inserir-se na sociedade. Os fatos morais, na perspectiva de Durkheim (2017), são importantes e centrais na análise sociológica, por expressarem as regras morais de uma determinada sociedade. Além disso, o indivíduo só se torna um ser moral por causa de um processo de socialização, de modo que a ação moral não depende de uma lei interna, constitutiva do sujeito. Longe disso, é somente na sociedade e na interação intersubjetiva que o indivíduo se torna um ser moral.

A ação individual foi destacada até aqui para ilustrar o significado dessa moralidade para Durkheim (2017). Melhor dizendo, a noção de indivíduo aparece com mais evidência e profundidade quando o autor se debruça sobre a moral. Para ele, a moral é um sistema de regras que abrange a estruturação da sociedade e a preservação dos laços (solidariedade).

Para o pensador francês, a moral não está inteiramente fora de nós, está em nós também. De acordo com Raquel Weiss (2005), Durkheim defende que nascemos com certas estruturas e hábitos e, nisso, temos uma dualidade em nossa natureza, aquilo que ele denominou de “homem duplo”: a dimensão social (sociedade) e a dimensão física do indivíduo. Assim, há uma relação de mutualidade entre esses dois modos, nos quais o autor compreende que os fenômenos coletivos podem alterar o estado de consciência individual, o que confirma o traço coercitivo do fato social e pressupõe também que o social está dentro do indivíduo.<sup>6</sup>

Isso quer dizer que a moral não é algo relativo apenas ao dever, que serviria para controlar impulsos e instintos individuais, mas também ao bem. Ou seja, é passível de ser desejada pelo indivíduo, não é apenas imposto em favor da representação da sociedade, ao contrário, existe no indivíduo uma vontade de formação enquanto sujeito. Nesse sentido, Weiss (2005) defende que a moral em Durkheim deva ser observada como dual, em que o indivíduo é tanto “sujeito” da moral, quanto “objeto” dela.

Durkheim (2007, 2017) compreende três dimensões da moralidade: regularidade, autoridade e autonomia. A moral funciona, antes de tudo, como princípio gerador de uma “regularidade” à ação. Trata-se de um sistema de regras de ação que prescrevem a conduta que, ao

mesmo tempo, indica uma noção de “autoridade”. Essas duas premissas têm relação com o indivíduo ser “objeto” da moral que evoca o “espírito de disciplina”. Em consonância com Weiss (2005), esse espírito pode ser entendido como “[...] primeira disposição a ser estabelecida na criança, para que ela se torne um ser capaz de agir moralmente” (WEISS, 2005, p. 111).

Dessa forma, o sistema educacional — as escolas de maneira geral — ocupa um papel central na teoria durkheimiana, para a qual, esses lugares são, por excelência, onde os jovens são apresentados às orientações que a sociedade espera deles. Em sua visão, a educação assume um papel de formar cidadãos integrados em sua sociedade, sujeitos disciplinados, o que não significa, porém, submissos. Nesse ambiente, o mais importante é a formação do “espírito” da criança, ou melhor, o desenvolvimento da disposição de integração ao grupo. Daí, o conceito de “espírito de adesão ao grupo”, responsável pela aceitação das normas estabelecidas pela sociedade.

Nesses dois primeiros elementos (regularidade e autoridade), a moral é acionada de modo impositivo, são elementos externos que agem sobre os seres, os quais são transformados em “objetos” dela. Teríamos um enquadramento pelo qual o indivíduo, num processo de formação, seria um utensílio. Já a terceira característica (autonomia) torna o indivíduo “sujeito” da moral. Ele deixa de ser determinado pela exterioridade, pois, por meio das duas primeiras características, atinge uma formação adequada e desenvolve sua razão ao ponto de ter autonomia para a ação.

Nessa acepção, observa-se uma espécie de um etapismo, sua percepção sobre moralidade é dual e a relação entre moral e indivíduo é uma via simultânea. Nessa lógica, o indivíduo, sua materialização, só pode ser pensada através de uma formação moral. Com isso, para pensar a moral em Durkheim (2017), é necessário entendê-la com base nas fases de transição que levam em conta as três características listadas.

Essa interpretação é realizada em decorrência da crença que esse sociólogo tinha na sociedade moderna, pelo seu pressuposto de liberdade e igualdade, que deveria garantir uma educação moral que formasse os indivíduos enquanto sujeitos críticos, dotados

<sup>6</sup> Sobre isso, Durkheim (2000) reitera: “[...] se, como se disse muitas vezes, o homem é duplo, é porque ao homem físico se sobrepõe o homem social. Ora, este último supõe necessariamente uma sociedade que ele exprime e à qual ele serve. Quando, ao contrário, ela vem a se desagregar, quando já não a sentimos viva e ativa em torno e acima de nós, o que há de social em nós se vê desprovido de todo fundamento objetivo” (DURKHEIM, 2000, p. 264).

de reflexão sobre os aspectos sociais, especialmente sobre as regras morais. Esse traço “seria condição sine qua non para que os indivíduos se tornassem [em Durkheim] entes verdadeiramente autônomos e, seguindo a mesma lógica, seria a condição para a formação do homem enquanto ‘indivíduo’, na plena acepção do termo” (WEISS, 2005, p. 120, grifos da autora). Nesse sentido, teríamos efetivamente o “sujeito de moral”<sup>7</sup>

### A moralidade e os afetos

Como vimos, Durkheim (1973, 2000, 2008, 2017) evidencia que a vida em sociedade é a condição indispensável de contentamento do indivíduo e a vida moral ajusta-se à vida social. O fundamento da conduta moral dos seres está nas normas que são produtos específicos das interações sociais, presentes nas variadas formas de comunidades humanas. Afirmar que o ser humano vive em sociedade é entender que a sociedade estabelece algumas garantias, são elas: a permanência de certos valores e ideias sobre o próprio ser.

Os seres sentem-se bem à medida que obedecem às exigências morais do conjunto. Desse modo, para Durkheim (2007, 2017), os laços sociais são constituídos pelo imperativos morais, sendo a moral interpretada num sentido vasto, que engloba costumes, formas de fazer e de existir correntes no interior de uma sociedade. Os sociólogos só encontrariam esses imperativos se entendessem que a sociedade não é uma mera agregação de interesses, mas um ente moral capaz de levar os indivíduos a se associarem ao invés de se afastarem. Isso porque, de acordo com o autor, a sociedade concebe suas regras morais para assegurar a vitalidade dos próprios indivíduos.

Dessa forma, uma ação moral ocorre quando o indivíduo age de acordo com as regras da sociedade, mas ele deve levar em conta a sociedade e não suas vontades. Reside aí uma incongruência: ama-se a moral e há um desejo substantivo por ela, mas, ao mesmo tempo, a moral presume a renúncia dos interesses privados. Como resolução desse impasse, Durkheim (2007, 2017) entende que a evolução da sociedade não

significa a negação ou o apagamento do indivíduo e de sua agência. É precisamente o avesso: o indivíduo só se realiza como ser humano na sociedade filiando-se a ela. “Da mesma forma que a ausência de disciplina, também a ausência de adesão à sociedade seria, para Durkheim, causa de infelicidade [...] o egoísmo faz o homem sentir-se fraco, perdido, pois, na verdade, ele seria, em sua maior parte, um produto da sociedade” (WEISS, 2005, p. 111).

Com efeito, há o desenvolvimento da convicção de dever que se mostra como algo apetecível pelos indivíduos, que passam, assim, a sentir menos a norma moral: ela gera uma espécie de reverência pelo imaginário coletivo sustentada pelos fatos sociais mais cristalizados. A moral tem a potencialidade hierática para os indivíduos, é algo em que se apegam e têm como encargo, mas ao mesmo tempo almejam. Não significa, porém, que inexistem questionamentos e reivindicações por mudanças. Ao contrário, a “consciência moral” se defronta, inúmeras vezes, com problematizações exercidas sobre o meio social em questão a partir de instâncias reflexivas, se desenvolvendo, justamente, da tensão entre os contrários.

Como constatei no tópico anterior, essa consciência é amplificada a partir de um estágio específico: quando se atinge a autonomia por meio da faculdade da razão. Por mais que se reconheça o duplo papel do indivíduo em relação à moralidade (objeto e sujeito), no fim, o ser social está encarnado, diz Durkheim (1973, 2008), na consciência coletiva, que são todas as ideias e sentimentos compartilhados por nós e que estão nos códigos jurídicos, nos romances, nas poesias e nos ditos populares.

Tais aspectos dizem respeito a esse ser coletivo, por sua vez personificado em cada consciência particular. Em outros termos, a moral pode ser entendida também como um conjunto de ideias normativas que estão acima dos indivíduos de uma determinada geração, pois a sobrevivência da consciência coletiva diz respeito ao fato de que ela é transmitida de uma geração à outra, por meio das instituições. Essas proposições também estão presentes na discussão acerca dos afetos (DURKHEIM, 1975a, 1975b, 1996, 2000).

<sup>7</sup> A premissa de educação moral para uso da razão com vistas à autonomia da pessoa indica também que o conteúdo da razão é social em sua origem, sendo produto de interação entre os indivíduos que se desenvolve historicamente (DURKHEIM 2007, 2017). É nessa lógica que Durkheim pensa as “mudanças” ou “reformas” na sociedade. Na realidade, para que isso ocorra, os indivíduos devem combinar suas ações para fazerem um produto social inovador, capaz de criar, consolidar e convencer outro fato social. Contudo, a depender do fato que esses agentes pretendem transformar/mudar, a tarefa pode ser dificultada, pois, quanto mais importante um fato social para coletividade, mais difícil será alterá-lo.

Eva Illouz (2011) afirma que foi Durkheim, entre os clássicos da sociologia, quem mais deu atenção aos sentimentos. Lukes (1984) concorda e acrescenta que o autor deu ênfase, em termos de sistematização, à família e à conjugalidade moderna e aos sentimentos decorrentes dessas instituições, assunto que sempre despertou interesse de Durkheim. Então, para ambos, “solidariedade” carrega uma profusão de sentimentos que associam os indivíduos aos símbolos da sociedade. Nessa lógica, as ordenações simbólicas teriam um âmago afetivo em sua teoria, pois, ao problematizar a modernidade, “Durkheim interessou-se de maneira ainda mais direta pelos sentimentos ao tentar compreender de que modo, dado que faltava intensidade afetiva à diferenciação social das sociedades modernas, elas ainda conseguiam ‘manter-se unidas’” (ILLOUZ, 2011, p. 8).

Nessa direção, Cláudia Barcellos Rezende e Maria Cláudia Coelho (2010) comentam que Durkheim foi um dos primeiros a discutir a dimensão social das emoções e a confrontar-se com a psicologia, entendendo que as emoções conferem consenso à sociedade. Como também demonstra Rafael Teixeira (2016), Durkheim, ao criticar o epifenomenismo no campo da psicologia, sustentou, mesmo indiretamente, que os sentimentos, até então considerados orgânicos e inatos aos seres humanos — como amor, ciúme sexual e piedade — não são encontrados em todas as sociedades, pois são resultados de organizações coletivas e, sendo assim, haveria uma variação. Desse modo, os sentimentos resultariam da organização coletiva. Significa dizer que Durkheim tomou as emoções como elementos sociais, retirando “das mãos” prioritárias, até então, da psicologia.

Conforme Rezende e Coelho (2010), antes de Durkheim, as emoções eram abordadas de modo ambíguo: quer pelo reconhecimento dos sentimentos como elementos das interações sociais, quer como “fatos naturais”. Atribuía-se às emoções um caráter psicobiológico, como se fossem produzidas *a priori* e só modificadas até dado momento pelos processos sociais. Com a relevância atribuída ao fato social e à noção de moralidade — com a proposta de se mudar paradigmas para fundar o campo sociológico — Durkheim entendeu que as emoções eram produzidas nas relações sociais, cm aposta na desconstrução da ideia de que fossem de natureza puramente individual. Tal construto tem

efeitos extensos e consideráveis para coletividade e para a socialização. Portanto, suas contribuições teóricas são “[...] elaborações importantes na direção de tomar as emoções como elementos sociais” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 13).

### **Amor, casamento e família no ocidente moderno**

De acordo com Durkheim (2000), o “amor” é um fato mental, produzido moralmente, longe de uma estrutura psíquica pronta e orgânica, como se o indivíduo buscasse no outro apenas o desejo sexual. Ao contrário, há elementos morais e estéticos que elaboram esse sentimento e, por esse motivo, ele deve ser encarado como uma produção social. Segundo essa perspectiva, há razões morais que suscitam o amor e a sociedade procura uma instância reguladora para essas razões, pois não há nada no organismo que as contenham, é preciso que sejam englobadas pelo meio social. Por não fazer parte de uma tendência orgânica, os indivíduos elaboram uma síntese e, conseqüentemente, uma consciência coletiva para uma regulamentação social das razões morais que concebem o amor. Isso porque a sociedade entende que essas razões precisam ser reguladas por instituições.

Nessa direção, o amor foi tornado fundamento para seleção conjugal moderna, pois as razões morais para o amor, uma vez intelectualizadas pelos seres, precisam ser reguladas e contidas pela sociedade. O casamento, então, segundo Durkheim (2000) tem essa função e “regula toda essa vida passional, e o casamento monogâmico mais estritamente do que qualquer outro. Pois, obrigando o homem a se ligar a uma só mulher, sempre a mesma, ele atribui a necessidade de amar um objeto rigorosamente definido, e fecha o horizonte” (DURKHEIM, 2000, p. 346). Nesse sentido, o casamento moderno não é uma instituição advinda da natureza.

Com isso, temos a regulação do amor por meio do matrimônio, produto de uma constituição *sui generis*, presente sobretudo nas leis. Para Durkheim (2008), nas sociedades complexas (modernas) atribui-se uma importância significativa ao direito e ao sistema legislativo, o qual seria uma das principais instâncias reflexivas da sociedade. Em seu agrupamento, a sociedade elabora representações coletivas sobre o que é o “bem” e o que é o “mal” e sobre o que se deve “fazer” para manter o meio harmonioso. Essas demandas são

encaminhadas a essa instância mais racional — câmara dos deputados e/ou câmara dos vereadores — na qual os representantes criam e alteram projetos de lei os quais podem trazer grandes mudanças à sociedade.

Assim, quando um fato assume forma legal produz consequências concretas aos indivíduos e a legislação matrimonial não seria diferente, de acordo com Durkheim (2000), serviria para conter materialmente as paixões. O autor entende que a sociedade e cada meio social particular determinam o ideal que a educação realiza. Isso porque as maneiras de agir precisam ser internalizadas e quem assume esse papel é a educação, com vistas a ensinar, primordialmente, as leis, em um processo entendido por ele como de socialização, que fornece, de modo primário, regimes de conduta desde a infância para nos tornar cidadãos. Assim, somos ensinados sobre como agir e sobre quais as melhores formas de se portar mediante as regras sociais. Como ele próprio aponta, é o que nos faz aptos a conviver em sociedade.

Em vista disso, Durkheim (1975a, 1975b) assevera: para realização de uma pesquisa empírica que busque compreender a conjugalidade e a estrutura familiar, de qualquer tipo, precisa-se analisar as práticas regulares e constantes, frutos de experiências coletivas executadas por uma prossecução de gerações. Nessa perspectiva, as fontes que melhor se apresentam para estudo são o direito e os costumes, os quais nos permitem conhecer a estrutura de uma sociedade, além de serem

Maneiras de agir consolidadas pelo uso, não somente habituais mas obrigatórias para todos os membros da sociedade. O que distingue um costume não é sua frequência maior ou menor; é sua virtude imperativa, não o que se faz mais frequentemente, mas o que deve ser feito, a existência de uma sanção, tal é o critério que impede confundir um costume com um simples hábito (DURKHEIM, 1975a, p. 23, tradução nossa).

Todavia, se nos concentramos apenas nisso, temos imperfeições e conclusões precipitadas, dado que ambos “exprimem apenas as mudanças sociais já fixas e consolidadas” (DURKHEIM, 1975a, p. 23, tradução nossa). O autor interpreta que essas instituições expressam apenas mudanças sociais já enraizadas, não nos informando sobre fatos que “ainda não chegaram

ou não devem chegar a esse grau de cristalização, isto é, que não determinam modificações de estrutura” (DURKHEIM, 1975a, p. 23, tradução nossa). Assim, ele sugere que devemos englobar a demografia, a qual ele atribui um peso importante e percebe a existência dos fenômenos fluidos.

Graças à demografia, poderemos atingir com segurança os fenômenos da vida doméstica, mesmo quando eles não tomaram uma forma jurídica. A demografia, com efeito, consegue exprimir quase dia a dia os movimentos da vida coletiva [...] a demografia abraça a sociedade no seu conjunto (DURKHEIM, 1975a, p. 23, tradução nossa).

Apesar de levar em consideração esses três aspectos, os costumes e o direito têm uma espécie de fixação de regimes marcados na “alma” desde a fase pueril, em que similitudes essenciais são reclamadas pela vida coletiva, transmitindo as regras pré-estabelecidas pelas quais nos conduzimos posteriormente. Agir em conformidade com essas regras é coordenar-se moralmente em função de normas. Por essa razão, para Durkheim (2007, 2017), o dever é uma função prescrita.

São nessas circunstâncias que o casamento monogâmico e a família conjugal são insculpidos. Ambas são instituições históricas e, como reconhece Durkheim (1975b), nem sempre tiveram as mesmas engrenagens, foram levadas às instâncias reflexivas da sociedade, como o legislativo, e legitimadas, pensadas agora como representações coletivas. Ou seja, sistemas de obrigações, de papéis definidos pelo próprio direito. Não à toa, diversas expressões culturais, seja na música, na literatura, entre outras, representam constantemente esse modelo de união, a monogamia se apresenta como única e natural forma de relacionamento humano (DURKHEIM, 2000).

Durkheim (1975a, 1975b) ratifica que, ao estudar a conjugalidade e a família, o sociólogo deve se propor a procurar as relações existentes nesses âmbitos e suas circunstâncias, pois essas instituições se conectam com algo mais amplo: a estrutura social. Atribuindo demasiada importância à história, o autor propõe enxergar as mudanças na família como uma transição que não apaga o passado, pois as formas domésticas, mesmo com o passar dos anos, se mostram presentes umas nas outras.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Entretanto, ao enxergar a transição de um modelo de família a outro, Durkheim (1975a, 1975b) entende que isso é insuficiente para o sociólogo, pois este profissional não deve apenas explicar o passado, mas encontrar leis gerais que estão por vir. Isto é,

O estudo de Durkheim é feito a partir do código civil napoleônico, ou seja, da análise de uma regulamentação francesa. Ao se apropriar da lei para estudar essa família moderna, o autor a compreende como um fenômeno cristalizado nas normas jurídicas, em que o Estado a assegura. Para ele, há um sistema pronto de obrigações que diz muito em termos de papéis sociais previamente definidos pelo direito. Assim, com o advento da modernidade, o casamento e a família passam por uma transformação na qual o matrimônio deixou de ser apenas uma questão patrimonial e passou a ser visto como uma possível consequência do amor erótico ou sexual em uma versão romântica. Como afirmado anteriormente: o casamento serve então para regular as razões morais do amor, sendo endossado juridicamente nas legislações europeias e tendo o princípio da monogamia heteronormativa como base.

Para Durkheim (2000), o casamento monogâmico no ocidente transmite significados que são importantes para vida coletiva, os quais aproximam indivíduos e as famílias, glorificando um pacto comunitário. No ato, as pessoas envolvidas partem de um interesse em comum. Trata-se de uma representação que a sociedade preza e que se estabiliza, portanto, como valor moral. Por outro lado, ele atesta que a obrigação estritamente monogâmica pode acarretar aversão, caso o caráter moral da monogamia deixe de ser sentido nas mentalidades, quando o caráter das obrigações e exigências se perdem.

Diante disso, Durkheim (1975a, 1975b, 2000) reconhece que a monogamia está inserida em boa parte das representações coletivas ocidentais, como nas músicas, nos contos e nos mitos, destacando-se a impossibilidade de amar mais de uma pessoa, pois o amor é projetado como exclusivo. Esse amor romantizado vinculado à monogamia tornou-se norma para o relacionamento amoroso, que é institucionalizado no ato do casamento, uma normatização presente em inúmeras situações da vida humana, estabilizando determinados ditames sociais e apresentando-se como única opção possível.

Desse lugar, temos o avanço da concepção de família moderna. Conforme François de Singly (2007), Durkheim a define como “família conjugal”, apontando nela, implicitamente, mais duas características além da conjugalidade: o individualismo e o aspecto relacional. A família é conjugal devido ao centramento em um par, isto é, dois indivíduos, com uma espécie de nuclearização sem precedentes e exclusão radical de uma extensão parental, na qual os cônjuges podem ou não possuir filhos. Nesse caso, temos uma interrupção intergeracional na materialização de tradições e valores, além de um distanciamento da família conjugal (família de procriação) em relação à família de origem dos dois noivos.

Na modernidade, teríamos, então, a noção de “família” reduzida ao par conjugal. O individualismo refere-se aos indivíduos que constituem o matrimônio ressaltarem mais suas particularidades, aquilo que os constituem enquanto sujeitos, celebrando suas características pessoais, a autonomia e a liberdade na relação. Por fim, o aspecto relacional: a relação matrimonial como centro da vida desses indivíduos e não mais os bens familiares, pois agora não se casam mais por tal tipo de interesse. Na verdade, é moralmente inapropriado e decadente assumi-lo.<sup>9</sup> “Como os seus únicos elementos permanentes são o marido e a mulher, já que todos os filhos cedo ou tarde deixam a casa (paternal) proponho chamá-la a família conjugal” (DURKHEIM, 1975b, p. 35, tradução nossa).

Em vista disso, Durkheim compreende a “família conjugal” como um tipo extremamente novo, pois faz desaparecer o critério de “dependência” presente nos modelos familiares anteriores, em que todos os integrantes, principalmente os filhos, eram adstritos quase que perpetuamente à família. “Na família conjugal cada um dos membros que a compõem tem sua individualidade, sua esfera de ação própria” (DURKHEIM, 1975b, p. 37, tradução nossa).

Durkheim (2000), fundamentado nessas definições, realiza proposições mais ilustrativas no que concerne o papel do casamento e da família. Resolvi mobilizar duas

---

como as instituições tomam forma e são o que são. Realizando o exercício de comparar os vários tipos familiares, ora pelas suas variações históricas, ora pelas suas afinidades, teríamos, de acordo com ele, a possibilidade de enxergar as principais causas da ascensão do modelo contemporâneo.

<sup>9</sup> Não à toa, Singly (2007) afirma que o paradoxo experimentado por Durkheim em relação às transformações na ideia de família, entre o final do século XIX e meados do século XX, foi de um lado, a privatização do “eu” e, do outro, a socialização familiar. Em outras palavras, a família é representada pelo Estado, tendo uma maior intervenção pública em seu seio, sobretudo na ideia de direitos, à medida que coexiste uma glorificação das potencialidades individuais e uma acentuada valorização da intimidade para o estabelecimento de relações amorosas.

delas com a finalidade de encorpar o que foi discutido até aqui, que são: “sobre a densidade da família” e “sobre as consequências do casamento monogâmico para homens e mulheres”. Ao realizar uma discussão sobre a relação entre família e taxas de suicídio, de um modo geral, o autor observa que alguns estudos apontavam que pessoas solteiras se matam menos que as casadas. Ele procura defrontar essa tese, que sugeria aumento da probabilidade de suicídio no casamento e na vida familiar, como se fosse possível estabelecer uma relação direta sem considerar aspectos históricos, etnográficos e estatísticos.

Ao separar as taxas para cada idade, Durkheim (2000) compara, por exemplo, os casados, os viúvos e os solteiros. Desse modo, identifica algumas regularidades e propõem algumas leis gerais, em resumo: I. Para cada classe de idade, os indivíduos casados beneficiam-se de um “coeficiente de preservação” em relação aos celibatários; II. Os casamentos muito precoces têm uma influência agravante sobre os suicídios, sobretudo no que se refere aos homens; III. O casamento, em geral, protege mais os homens do que as mulheres, assim o “coeficiente de preservação” dos casados em relação aos celibatários varia com os sexos; IV. Os viúvos se suicidam mais do que os casados e menos do que os celibatários; V. A existência de filhos no casamento tende a diminuir os riscos do suicídio.

Essas leis são elucidadas com outra questão: a imunidade ao suicídio que os indivíduos casados usufruem pode ter a ver, ora com o que o autor chama de “seleção conjugal”, ora com a interferência do ambiente doméstico. No fim, Durkheim descarta a primeira hipótese e conclui que a imunidade dos casados, geralmente, deve-se à influência da sociedade doméstica, mas não à da sociedade conjugal. Na verdade, essa última favorece os homens. “[...] É na situação do casamento e não na constituição da família que se encontra a causa do fenômeno que estamos estudando” (DURKHEIM, 2000, p. 344).

No caso das pessoas casadas, o “fato essencial” de imunidade em relação ao suicídio é a família e não o casamento. Por isso, Durkheim (2000) constata que a densidade familiar contribui para o decréscimo do suicídio, isto é, quando se tem uma densidade familiar superior à média são raros os casos de suicídios. A sociedade doméstica não pode ser forte se a família

está desintegrada. “[...] É porque a maneira pela qual a família funciona varia segundo ela seja mais densa ou menos densa que o número de elementos que a compõem afeta a propensão ao suicídio” (DURKHEIM, 2000, p. 248).

Durkheim (2000) compreende que, se no âmbito familiar, os sentimentos coletivos têm uma energia particular é porque a força com que cada consciência individual os experimenta repercute sobre todas as outras e vice-versa. “A intensidade que eles atingem depende, portanto, do número de consciências que os experimentam em comum” (DURKHEIM, 2000, p. 248). As dimensões das relações sociais nesse tipo de família fazem com que todos os indivíduos associados estabeleçam relações afetivas.

[...] Quando a família é pouco extensa, sempre há poucos pais juntos; a vida doméstica, portanto, é frouxa e há momentos em que a casa fica deserta. Mas dizer que um grupo tem uma vida comum menor do que outro é dizer também que ele é menos fortemente integrado; pois o estado de integração de um agregado social apenas reflete a intensidade da vida coletiva que circula nele [...] sendo a família um preservativo potente contra o suicídio, ela o é tanto melhor quanto mais fortemente é constituída (DURKHEIM, 2000, p. 249).

Quando fortemente densa e integrada, a sociedade doméstica produz uma natureza especial dos sentimentos nos indivíduos. Nesse caso, “[...] o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte” (DURKHEIM, 2000, p. 258). O formato de família densa assume uma função importante: o bom funcionamento da sociedade e da moral e, conseqüentemente, dos laços de solidariedade. Temos aí, uma propriedade importante: a integração.

Durkheim (2000) conclui que o indivíduo, deixado à sua própria sorte, é incapaz de se satisfazer. Por essa lógica, ele deduz que o casamento, sobretudo com maior número de filhos, opera como uma força exterior moralizante, a qual reduz as ambições e cobiças individuais e diminui também a disparidade entre desejos e satisfação. Nessa direção, a família, por sua densidade, suas crenças e práticas comuns, estrutura um conjunto de relações capaz de proteger o indivíduo do suicídio, já que seus membros se sentem integrados ao seu grupo social.<sup>10</sup>

<sup>10</sup>De fato, Durkheim (2000) defende que quanto maior a integração da sociedade, menor os índices de suicídio. Contudo, como

Singly (2007) entende que na demonstração e nas deduções teóricas de Durkheim há certo conservadorismo em relação às transformações advindas desse novo modelo de família (conjugal) e aos direitos concedidos a ela. Com o argumento de que a ausência de densidade é problemática porque ocasiona pouca integração, Durkheim compreende que a família individualizada é negativa à coletividade. Não à toa, entende que os filhos são importantes pelo fato de gerarem mais densidade, estendendo a família e fazendo com que as pessoas tirem menos a vida.

Para Durkheim (2000), a família conjugada, por valorizar demais a individualidade e centrar-se no par, procurou satisfazer-se no divórcio. Ou seja, o divórcio, um novo direito, seria a expressão legal de uma individualidade exagerada que corrói instituições coletivas fundamentais para integração do meio social, como o casamento e a família. Nessa lógica, a densidade e a família estão de um lado, como algo que preserva os laços e a vida dos indivíduos, enquanto o divórcio está no outro, sendo fruto de uma individualidade presente na relação conjugal moderna. Por esse motivo, ele entende que é a família que salva os casados e não o matrimônio, pois a conjugalidade moderna está encarnada apenas no par, e isso é prejudicial.

Todavia, o casamento gera imunidade e preservação da vida se o compararmos com o divórcio e a viuvez. Por isso, tanto o casamento, como a família, são essenciais para o indivíduo, são instituições morais imprescindíveis para sua sobrevivência. O autor nota que onde o divórcio é desconhecido, tem-se um coeficiente de preservação dos casados mais alto. Por outro lado, onde o divórcio é praticado mais amplamente agrava-se o quadro de suicídios. A legalização do divórcio, em seus termos, enfraquece o casamento, tornando-o “menor” e fazendo com que não tenha utilidade em si, pois, com a possibilidade de divórcio, o futuro é menos garantido e os indivíduos apegam-se mais ao presente. Durkheim (2000) reconhece que o grande salto do casamento é a estabilidade, que com o divórcio se perde.

Ao comparar seus dados, ele chega à conclusão de que os homens divorciados se matam mais que os casados e os viúvos. Isso ocorre porque o divórcio

ocasiona uma mudança de um regime moral e material, produzindo vários efeitos, inclusive o ato de suicídio. O homem tinha uma influência da constituição matrimonial, com responsabilidades e obrigações — mesmo que idealmente. Depois da separação, a influência se mantém, mas sob outro regime moral. Daí, o sofrimento e a angústia pelo fim do relacionamento, que era o centro de sua vida e lhe dava sentido, orientando-o a “viver”. De acordo com Durkheim (2000), o divórcio é procurado por uma demanda de “individualidade” e “diferenciação” entre os noivos.

Mas, por qual razão, o homem é o mais afetado com o divórcio? Para essa explicação, Durkheim (2000) recorre, mais uma vez, às características da monogamia e afirma, de saída, que o casamento monogâmico favorece mais o homem que a mulher. Como resultado de seu estudo, ele nota que o homem divorciado está mais “ameaçado” do que a mulher. Apesar de encontrar equilíbrio e disciplina no matrimônio, o homem usufrui — graças à tolerância dos costumes e tradições que o favorece — de certa liberdade. Em contrapartida, a mulher vai encontrar no casamento mais restrições e disciplina do que liberdade. Divorciados, os dois vivenciam duas situações inteiramente inversas. O homem volta à bagunça e à indisciplina, à desproporção entre satisfação e desejo, enquanto a mulher se beneficia de uma espécie de emancipação que lhe traz liberdade aditiva, compensando-a em parte a perda da “proteção familiar”.

Há, de acordo com o autor, um problema de ordem moral que atinge o homem e a mulher de maneiras diferentes, pois as regras da monogamia são, para mulher, uma opressão sem vantagens. Por esse ângulo, o divórcio teria uma função protetiva, capaz de aliviá-la e suavizá-la. O casamento, para as mulheres, é insatisfatório e ter filhos, por exemplo, não corrige as imperfeições desse laço, ao contrário, agrava-as. Mesmo em sociedades que são inteiramente vantajosas às mulheres, o matrimônio é menos favorável a ela do que para o homem, que tira sempre mais proveito, independentemente das circunstâncias, devido à herança patriarcal que temos.

Chegamos assim a uma conclusão bastante distan-

---

se sabe, um nível abrupto e demasiado de integração ocasiona outro fenômeno: o suicídio altruísta. Se a sociedade for configurada como “tudo” e o indivíduo como “nada”, ocorre um agravamento do suicídio devido ao *continuum* de integração. O argumento de Durkheim (2000) é que uma integração baixa proporciona um tipo de suicídio e uma integração alta, outro. Por isso, o autor entende que o equilíbrio das instituições é importante, pois condiciona um grau médio de integração e evita esse fenômeno de modo exagerado.

te da ideia que se tem comumente do casamento e de seu papel. Supõe-se que ele tenha sido instituído tendo em vista a mulher e para proteger sua fraqueza contra os caprichos masculinos. A monogamia, em particular, é apresentada com muita frequência como um sacrifício que o homem faria de seus instintos poligâmicos para elevar e melhorar a posição da mulher no casamento. Na realidade, sejam quais forem as causas históricas que o determinaram a se impor essa restrição, é a ele que essa instituição mais favorece. A liberdade à qual o homem renunciou só podia ser para ele uma fonte de tormentos. A mulher não tinha as mesmas razões para abandoná-la e, sob esse aspecto, podemos dizer que a, submetendo-se à mesma regra, foi ela que fez um sacrifício (DURKHEIM, 2000, p. 353).

O casamento detém o homem e o beneficia, uma vez que ele encontra o equilíbrio moral e mental nessa instituição. Isso ocorre porque o sujeito não pode faltar com suas responsabilidades e deveres e, pelo menos no imaginário social, não procurar satisfações outras além daquelas que lhe são permitidas. Quer dizer, o casamento limita, por excelência, seus anseios e, por essa razão, ele encontra seu autodomínio. Então, o homem incute-se certa disciplina para encontrar felicidade e prazer em sua condição de casado. Assim sendo, ele espera o mesmo do objeto de sua paixão e desenvolve o ideal de reciprocidade. “Se seus prazeres são definidos, eles são assegurados, e essa certeza consolida seu equilíbrio mental” (DURKHEIM, 2000, p. 346). Ao perder sua amada, ele perde sua estabilidade emocional e mental.

Considerando o matrimônio moderno e o novo formato de família, Durkheim (1975a, 1975b, 2000) realiza um estudo da norma jurídica para perceber a realidade e o seu movimento, além dos debates sobre moralidade. Em especial, observa-se o casamento e a família sendo tratados como instituições reguladoras, importantes para o funcionamento da coletividade, não se tratando, portanto, de necessidades individuais e naturais do ser humano.

### Considerações Finais

Em suas investigações sobre afetos, casamento e família, Émile Durkheim recorre às suas concepções teóricas e metodológicas gerais e as sustenta. Na abordagem de seus objetos e na metodologia há, também, um esforço constante de estabelecer a

sociologia como ciência autônoma da sociedade em oposição, principalmente à psicologia, que, para ele, ignorou as instituições com suas formas históricas por se preocupar demasiadamente com as consciências particulares.

De acordo com Durkheim, os “estados mentais” dos indivíduos utilizados para pensar o casamento ou a família, supõe que esses componentes respondam “sobre o que é o amor”, sem considerar formas mais variadas e complexas, empobrecendo-os, tornando-os insignificantes e de pouco interesse público. Melhor dizendo: convertendo os sentimentos em aspectos de ordem natural e psicobiológica, partindo de uma premissa essencialista sem levar em conta realidades macroestruturais. Com isso, a ciência do indivíduo expressa, em sua opinião, superficialmente as propriedades gerais da “natureza individual”, carecendo de uma investigação especial sobre sentimentos “eternos” da humanidade que são traduzidos exteriormente nas diferentes épocas da história.

À vista disso, defendi neste artigo que a dicotomia *indivíduo x sociedade* foi formulada mais em discordância que o autor tinha com esse campo científico. Em outras palavras, o indivíduo para ele é significativo, não somente em suas análises, sobretudo se pensarmos a ideia de “moralidade dual” ou de “homem duplo”, que legitima sua crença no indivíduo social. Isto é, o indivíduo moderno/civilizado inteiro, possuidor da razão, que determina o valor de sua própria existência em instâncias reflexivas tendo a capacidade de transformar as normas morais.

Nesse sentido, nota-se que os vínculos morais estabelecem solidariedade, pois o indivíduo é contido por uma realidade moral que o ultrapassa: a consciência coletiva. O casamento e a família são “instituições sociais ideológicas por excelência”, possuem arranjos de conceitos e juízos eficazes, “ricos em virtudes”. São verdadeiras forças atuantes que determinam o indivíduo e não dependem dele para tal. De outra maneira, se o indivíduo se insere como elemento na combinação e resultado dessas instituições, elas acabam por se impor a ele na medida em que se formam.

A vida social e sua estrutura geram um sentido para vida humana, fato que nos liga intimamente a partir de uma consciência coletiva, na qual se compartilha ideias, sentimentos, ações e intenções que acabam sendo parte da forma como a sociedade impõe padrões e o modo como os indivíduos lidam

com isso cotidianamente. Assim, Durkheim concluiu que, mediante as representações cristalizadas no direito e nos costumes, temos com a família conjugal, o entendimento que só se ama uma pessoa de cada vez e que esse sentimento “surge” espontaneamente de modo quase sobrenatural e sem interferência da “vontade” ou “consciência” das pessoas envolvidas. Ele afirma que as “razões do amor” são produzidas e valorizadas moralmente e transformadas em uma norma (a monogamia) que foi institucionalizada em um arranjo afetivo (o casamento monogâmico) com a finalidade de regulação.

Ao apresentar suas ideias sobre as funções morais da família, explicitarei que Durkheim se preocupou mormente com a lógica de “integração”, debatendo criticamente os efeitos protetor dessa instituição. Nessa direção, a sociedade é o único poder moral superior ao indivíduo e cuja superioridade o indivíduo aceita. Em suma, há limites que são históricos, mas não são imutáveis, ocorrem de acordo com as mudanças de ideias morais da própria sociedade.

### Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, Jeffrey C. (ed.). **Durkheimian sociology: cultural studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ALEXANDER, Jeffrey C.; SMITH, Philip (ed.). **The Cambridge companion to Durkheim**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BOTELHO, André (org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2013.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 2, n. 21, p. 133-157, jul. 1988. Disponível em: <http://novos estudos.com.br/produto/edicao-21/>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- DURKHEIM, Émile. La science positive de la morale en Allemagne. **Revue philosophique de la France et de l'Étranger**, Paris, v. 24, p. 33-58, juil./déc. 1887. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41072862>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- DURKHEIM, Émile. La science positive de la morale en Allemagne (suite). **Revue philosophique de la France et de l'Étranger**, Paris, v. 24, p. 113-42, juil./déc. 1887. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41072876>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- DURKHEIM, Émile. La science positive de la morale en Allemagne: IV. – M. Post. Conclusion. **Revue philosophique de la France et de l'Étranger**, Paris, v. 24, p. 275-84, juil./déc. 1887. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41072894>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- DURKHEIM, Émile. Introduction à la Morale. **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, Paris, v. 89, p. 79-97, 1920. Disponível em: [http://sspsd.u-strasbg.fr/IMG/pdf/durkheim\\_intro\\_morale.pdf](http://sspsd.u-strasbg.fr/IMG/pdf/durkheim_intro_morale.pdf). Acesso em: 19 abr. 2017.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 373-385. (Os pensadores, XXXIII).
- DURKHEIM, Émile. Introduction à la sociologie de la famille. In: **Textes III: Fonctions sociales et institutions**. Paris: Minuit, 1975a. p. 9-34.
- DURKHEIM, Émile. La famille conjugale. In: **Textes III: Fonctions sociales et institutions**. Paris: Minuit, 1975b. p. 35-49.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- DURKHEIM, Émile; CUVILLIER, Armand. **Pragmatisme et sociologie cours inédit prononcé à la Sorbonne en 1913-1914**. Paris: J. Vrin, 1955.
- FERNANDES, Rhuann. Sociologia e trabalho: clássicas concepções. **Revista Textos Graduados**, Brasília, DF, v. 7, n.1, p. 122-141, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/36212>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LUKES, Steven. **Émile Durkheim: su vida y su obra: estudio histórico-crítico**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas: Siglo XXI de España, 1984.
- OLIVEIRA, Márcio de. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, v. 2, n. 22, p. 67-94, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/30352>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia Pereira. **Antropologia das emoções**. Rio de

Janeiro: FGV Ed., 2010.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2007.

TEIXEIRA, Rafael Henrique. A crítica de Durkheim ao epifenomenismo em psicologia e suas implicações sociológicas e filosóficas. **Trans/Form/Ação**, Marília, SP, v. 39, n. 4, p. 9-32, out./dez. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732016000400009&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732016000400009&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 04 jan. 2021.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2000. v. 1.

WEISS, Raquel. Indivíduo, razão e moral: uma análise comparativa de Habermas e Durkheim. **Plural**, São Paulo, v. 12, p. 105-122, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75674>. Acesso em: 31 jan. 2021.

WEISS, Raquel; BENTHIEN, Rafael Faraco. 100 anos sem Durkheim, 100 anos com Durkheim. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 16-36, jan./abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222017000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000100016). Acesso em: 28 jan. 2021.

## Sobre os autores

### Amurabi Oliveira

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com estágio pós-doutoral em Didática das Ciências Sociais pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador do CNPq. Membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências e da Global Young Academy.

### Carla Michele Rech

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGCol/UFRGS). Professora de Sociologia para EBT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) - Campus Pelotas/RS. As pesquisas desenvolvidas até o momento dedicam-se aos seguintes temas: processos de participação social, ação coletiva e engajamento, relações entre movimentos sociais e Estado, burocracia, mediação social e políticas públicas, educação/ensino remoto e metodologias ativas para o ensino de Sociologia. Integra o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE - <http://www.ufrgs.br/gpace>), grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFRGS.

### Diana Marciele Kerber

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2006). É Mestra em Pesquisa Aplicada ao Serviço Social pela University of Applied Sciences em Munique. Realiza o Doutorado na Universidade Técnica de Dortmund (Alemanha).

### Fernanda Barcellos Mathiasi

Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica e professora de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora. Assessora de Apoio Legislativo na Câmara de Vereadores de Juiz de Fora. Doutora em

Ciências Sociais desde janeiro de 2021 pela Universidade Autônoma de Sinaloa, México e Universidade Federal de Juiz de Fora pela modalidade de Cotutela. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil, desde janeiro de 2017. Especialista em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2016), Brasil. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2014), Brasil. Advogada desde abril de 2014. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

### Héloïse Berkowitz

PhD em Gestão / Ecole Polytechnique (2016). Mestrado em administração de empresas / HEC Paris (2013), Mestrado em gestão internacional / CEMS Global Alliance (2013), Mestrado em História e Geopolítica / Paris Sorbonne (2010). Pesquisador no CNRS, Lest, Universidade Aix Marseille, França e pesquisador associado no IBEI, Espanha. Bolsista visitante nos EUA (Columbia, Stanford), Espanha (IBEI), Finlândia (Hanken School of Economics), Noruega (NTNU). Co-editor chefe do *M@n@gement*. Co-fundador de *Managing and Assessing Transition Innovation Network*. Membro da Diretoria da ISA RC17. CV: <https://orcid.org/0000-0001-9652-0841> [[heloise.berkowitz@univ-amu.fr](mailto:heloise.berkowitz@univ-amu.fr)]

### Henrique Moreira

Doutorando em Ciências Humanas - Sociologia (PPGSA/UFRJ), Mestre em Sociologia (PPGS/UFF) e Licenciado em Ciências Sociais (ESR/UFF). É pesquisador do projeto Gestão Municipal da Igualdade Racial - GIRA (UFF). E-mail: [henriquerm@id.uff.br](mailto:henriquerm@id.uff.br).

### Irma Viana da Silva

Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (<http://www.ppgcs.ufba.br>). Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-

Graduação em Ciências Sociais da UFBA com bolsa FAPESB/CAPES (2014-2016). Doutora pelo Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da FACOM - Universidade Federal da Bahia (2013) com Bolsa CAPES e Estágio Doutoral na Universidade de Roma La Sapienza com Bolsa Sandwish CAPES).

### **Josep Pont Vidal**

Graduado em Sociologia - Universitat Bielefeld - Alemanha (1986), Mestrado em Sociologia Política - Universitat Bielefeld (1987), Doutorado em Sociologia Política na Universidad de Barcelona (1997), Pós-Doutorado Universidade Politécnica da Catalunha. Catedra Unesco de Desenvolvimento Sustentável. Professor visitante Universitat Overta Catalunya. Professor adjunto e pesquisador do Núcleo de Altos Amazônicos (UFPA). Experiência como professor visitante em várias universidades Latino-americanas e brasileiras. Experiência e atuação na área de de Políticas Públicas e Governança com trabalhos desenvolvidos no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID - Washington), Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) (Brasília). Atua também nas áreas de Metodologia de Pesquisa, Políticas Públicas, Planejamento Territorial e Gestão Pública, com ênfase nos seguintes temas: Políticas Públicas, Políticas Sociais, Esfera Pública e Estatal, Ação Coletiva. Consultor do Fundo para la Investigación Científica (Argentina). Membro do Comitê Científico da rede RESURBE. Rede com as universidades: Universidade Politécnica Catalunya, Bradford (Grã Bretanha, Medellín (Colômbia), UNAM (México) e Salvador/BA (Brasil).

### **Luciana Cristina de Campos Barbosa**

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e graduada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Tem interesse nas áreas de antropologia e sociologia da saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: associativismo e produção de conhecimento, judicialização da saúde, ativismo e mobilização social, políticas públicas de saúde e relações

entre medicina e justiça. Atualmente desenvolve um projeto de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF.

### **Michael Grothe-Hammer**

Doutor (rer. pol.) em Sociologia / Helmut Schmidt University Hamburg, Alemanha (2018). Mestrado em Sociologia / Universidade de Bielefeld, Alemanha (2013). Bacharel em Sociologia / Universidade de Bielefeld, Alemanha (2009). Professor Associado em Sociologia (Organização e Tecnologia) no Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade de Ciência e Tecnologia da Noruega (NTNU), Trondheim, Noruega. Secretário do Comitê de Pesquisa 17 "Sociologia das Organizações" da Associação Sociológica Internacional. Editor Sênior da *M@n@gement*. Editor associado da *Humanities and Social Sciences Communications*. CV: <https://orcid.org/0000-0002-8163-6291> [michael.grothe-hammer@ntnu.no]

### **Olivier Berthod**

Doutor (rer. pol.) em Negócios e Economia / Freie Universitaet Berlin, Alemanha (2011). Mestrado em Administração de Empresas / Université Paris Dauphine, França (2006). Bacharel e Mestre em Ciências Sociais / Växjö Universitet, Suécia (2005). Bacharel em Ciências Sociais / Växjö Universitet, Suécia (2004). Professor Associado de HRM e Comportamento Organizacional na ICN Business School, Nancy, França e Berlim, Alemanha; Pesquisador no Instituto CEREFIGE, Université de Lorraine, Nancy, França, e Professor Adjunto de Organização e Administração na Jacobs University Bremen, Alemanha. Membro da Cátedra UNESCO de Artes e Ciências para a Implementação das Metas de Desenvolvimento Sustentável. CV: [https://www.researchgate.net/profile/Olivier\\_Berthod](https://www.researchgate.net/profile/Olivier_Berthod) [olivier.berthod@icn-artem.com]

### **Rhuann Fernandes**

Doutorando e mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisador visitante na Bloco 4 Foundation, promovendo a construção de espaços de pesquisa sobre ativismo, cidadania e políticas sociais em

Moçambique. Além disso, é integrante do grupo de pesquisa interinstitucional Áfricas: Política, Sociedade e Cultura (UERJ-UFRJ) e membro do grupo de pesquisa Políticas, Afetos e Sexualidades Não-Monogâmicas (UFJF). Com pesquisas nas áreas de Sociologia das Emoções, Sociologia da Família e Estudos Africanos, escreveu o livro Casamento tradicional bantu: o lobolo no sul de Moçambique (2020), fruto de monografia duas vezes premiada. E-mail: rhuannfernandes.uerj@gmail.com.

### **Robert Jungmann**

PhD de Sociologia / TU Berlin (2018). Diploma em Sociologia e Estudos Tecnológicos / TU Berlin (2011). Professor (Junior) do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Trier (2021). Membro da Diretoria da Associação Internacional de Sociologia - RC 17 (Sociologia das Organizações). Visiting scholar na UBC Vancouver. Co-Editor-chefe do Journal of Organizational Sociology. CV: <https://orcid.org/0000-0001-5948-4183> [ jungmann@uni-trier.de ]

### **Thiago Duarte Pimentel**

Professor Associado (1) na Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Pós doutor em Sociologia (Teoria Social & Realismo Crítico) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019), com supervisão de Frédéric Vandenberghe. Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela UFJF (2012). Mestre em Administração (2008) e Bacharel em Planejamento Integrado do Turismo (2006) ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais/PPGCSO (mestrado/doutorado), em Administração/PPGA (mestrado acadêmico) e em Administração Pública (mestrado profissional) na UFJF. Colaborador regular nos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Guadalajara/UdG (México) e em Ciências Sociais da Universidade Autónoma de Sinaloa/UAS (México).

## Normas para publicação

A Revista “Teoria e Cultura” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora é uma publicação semestral dedicada a divulgar trabalhos que versem sobre temas e resultados de pesquisas de interesse para a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. Esta revista está aberta para receber artigos, ensaios, resenhas, verbetes, conforme as suas Diretrizes para Autores.

O material pode ser enviado para o e-mail [teoriaecultura@gmail.com](mailto:teoriaecultura@gmail.com)

### DIRETRIZES PARA AUTORES

O MANUSCRITO DEVE SER PREPARADO COMO SEGUE:

**Tipografia:** o manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e a 2cm à direita e inferior, em papel A4.

**Título e dados do autor ou autores:** o título do trabalho deverá ser redigido em negrito. O título deve ser apresentado em duas línguas, conforme as traduções do resumo (ver abaixo “resumo”). Os dados biográficos do(s) autor(es) não devem constar em qualquer parte da primeira versão do manuscrito enviado pela plataforma a fim de garantir a avaliação às cegas pelos pareceristas. Eles serão adicionados pelo(s) autor(es) no momento oportuno, caso o manuscrito seja aceito, durante o processo de revisão. Assim, as informações biográficas e institucionais do(s) autor(es) devem ser preenchidas detalhadamente em “Metadados”, disponível no momento de submissão do texto. O preenchimento dessas informações é uma exigência para que o artigo avance para a avaliação pelo conselho editorial de Teoria e Cultura. O número máximo de autorias por artigo aceitas pela revista são quatro, salvo decisão editorial em contrário.

**Resumos:** o artigo em língua portuguesa deve

vir acompanhado de um resumo (150 - 200 palavras), título e palavras-chave neste idioma e sua tradução para o inglês (resumo, título e palavras-chave também). Artigos em inglês devem ter títulos, resumos e palavras-chave nesta língua e sua tradução para o português. Caso o artigo esteja numa língua que não seja nem o português e nem o inglês, são necessários três resumos/ títulos/ palavras-chave: na língua original do texto, em português e em inglês. Portanto, esses dados (resumo, título e palavras-chave) deverão ser apresentados em dois idiomas (português e inglês) para artigos escritos na língua portuguesa e inglesa ou em três idiomas (português, inglês e outra língua) para artigos nas demais línguas.

**Palavras-chave:** o texto deve conter entre três e cinco palavras-chave sobre o tema principal, sempre separadas, assim como Keywords e Palabras-clave (Mots-clés), por ponto.

**Texto:** o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros (obras acadêmicas publicadas recentemente).

**Estrutura do texto:** o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula, bem como sua tradução em mais um idioma (conforme descrito acima, em “resumo”); resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 200 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências bibliográficas.

**Citações:** as citações diretas deverão utilizar a mesma fonte em tamanho 10, e as notas de rodapé devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo, utilize a mesma fonte em cursiva (itálico).

**Notas:** as notas explicativas devem ser utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre como notas de rodapé, utilizando o mesmo tipo de letra deste no tamanho 9.

**Abreviações e acrônimos:** deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

**Idiomas:** o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (e que não ultrapassem 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês ou espanhol deve ser enviado necessariamente um resumo em português, assim como o título; palavras chave (entre três a cinco, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

**Ilustrações e tabelas:** o caso de artigos com tabelas, quadros, gráficos e figuras, informar em cada um(a) a fonte utilizada, inclusive quando se trata de elaboração própria (por exemplo, elaboração própria com base em IBGE, 2009, ou elaboração própria com base em Gomes, 2013). Mesmo quando os dados são oriundos de projeto coordenado pelo(a) autor(a), é preciso informar o nome do projeto como fonte.

**Citações e Referências:** as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023:2002 e NBR 10520:2002.

## GUIDELINES FOR AUTHORS

THE MANUSCRIPT MUST BE PREPARED AS FOLLOWS:

**Typography:** the manuscript must be prepared with spacing between single lines, font Times New Roman or Arial size 12, paginated with margins of 3 cm on the left and top and 2cm on the right and bottom, on A4 paper.

**Title and data of the author or authors:** the title of the work must be written in bold. The

title must be presented in two languages, according to the translations of the abstract (see below “abstract”). The biographical data of the author(s) must not appear in any part of the first version of the manuscript sent by the platform in order to guarantee the blind evaluation by the reviewers. They will be added by the author(s) in due course, if the manuscript is accepted, during the review process. Thus, the biographical and institutional information of the author(s) must be completed in detail in “Metadata”, available at the time of submission of the text. Filling in this information is a requirement for the article to advance to evaluation by the Theory and Culture editorial board. The maximum number of authorships per article accepted by the journal is four, unless an editorial decision is otherwise made.

**Abstracts:** the article in Portuguese must be accompanied by an abstract (150 - 200 words), title and keywords in this language and its translation into English (abstract, title and keywords as well). Articles in English must have titles, abstracts and keywords in this language and their translation into Portuguese. If the article is in a language other than Portuguese or English, three abstracts/titles/keywords are required: in the original language of the text, in Portuguese and in English. Therefore, these data (abstract, title and keywords) must be presented in two languages (Portuguese and English) for articles written in Portuguese and English or in three languages (Portuguese, English and another language) for articles in other languages.

**Keywords:** the text must contain between three and five keywords about the main theme, always separated, as well as Keywords and Palabras-clave (Mots-clés), per point.

**Text:** the text must have a length between 5,000 and 9,000 words for articles and between 3,000 and 5,000 for opinions, thoughts and essays as well as for research notes; and from 2,000 to 3,000 for book reviews and recently published academic works, unless otherwise decided by an editorial.

**Text structure:** the work must be accompanied by a title in the vernacular language, as well as its translation into another language (as described

above, in “abstract”); summary in the vernacular and foreign language (150 to 200 words), internal divisions deemed necessary (generally, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgments (if relevant) and bibliographical references.

**Citations:** direct quotes must use the same font in size 10, and footnotes must have the same font, in size 9. Do not use different fonts or sizes in the text. If you want to highlight a word or paragraph, use the same font in italics (italics).

**Notes:** explanatory notes should only be used if they are essential, and should always come as footnotes, using the same font as this one in size 9.

**Abbreviations and Acronyms:** must be clearly defined on their first use in the text.

**Languages:** the work must be accompanied by a title in the vernacular language and in English, biographical data of the author(s) (not exceeding 60 words), abstract in the vernacular language and in a foreign language (150 to 250 words), the internal divisions deemed necessary (generally, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgments (if relevant) and references. For articles written in English or Spanish, an abstract in Portuguese must necessarily be sent, as well as the title; keywords (between three to five, separated by dots) in the two languages of the abstracts.

**Illustrations and tables:** in the case of articles with tables, charts, graphs and figures, inform in each one the source used, including when it is self-elaboration (for example, self-elaboration based on IBGE, 2009, or self-elaboration based on Gomes, 2013). Even when the data come from a project coordinated by the author, it is necessary to inform the name of the project as source.

**Citations and References:** the references, as well as the citations, in the body of the text, must follow the norms of the Brazilian Association of Technical Norms NBR 6023:2002 and NBR 10520:2002

